



1. **COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS;**

A literatura é a arte de recriar através da língua escrita. Sendo assim, temos vários tipos de gêneros textuais, formas de escrita; mas a grande dificuldade encontrada pelas pessoas é a interpretação de textos. Muitos dizem que não sabem interpretar, ou que é muito difícil. Se você tem pouca leitura, consequentemente terá pouca argumentação, pouca visão, pouco ponto de vista e um grande medo de interpretar. A interpretação é o alargamento dos horizontes. E esse alargamento acontece justamente quando há leitura. Somos fragmentos de nossos escritos, de nossos pensamentos, de nossas histórias, muitas vezes contadas por outros. Quantas vezes você não leu algo e pensou: “Nossa, ele disse tudo que eu penso”. Com certeza, várias vezes. Temos aí a identificação de nossos pensamentos com os pensamentos dos autores, mas para que aconteça, pelo menos não tenha preguiça de pensar, refletir, formar ideias e escrever quando puder e quiser.

Tornar-se, portanto, alguém que escreve e que lê em nosso país é uma tarefa árdua, mas acredite, valerá a pena para sua vida futura. E, mesmo, que você diga que interpretar é difícil, você exercita isso a todo o momento. Exercita através de sua leitura de mundo. Você sabe, por exemplo, quando alguém lhe manda um olhar de desaprovação mesmo sem ter dito nada. Sabe, quando a menina ou o menino está a fim de você numa boate pela troca de olhares. A todo e qualquer tempo, em nossas vidas, interpretamos, argumentamos, expomos nossos pontos de vista. Mas, basta o(a) professor(a) dizer “Vamos agora interpretar esse texto” para que as pessoas se calem. E ninguém sabe o que calado quer... pois ao se calar você perde oportunidades valiosas de interagir e crescer no conhecimento. Perca o medo de expor suas ideias. Faça isso como um exercício diário mesmo e verá que antes que pense, o medo terá ido embora.

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma certa informação que a faz ligar-se com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de contexto. Nota-se que o relacionamento entre as frases é tão grande, que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se intertexto.

Interpretação de Texto - o primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, numa prova, o candidato é convidado a:

Identificar - é reconhecer os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).

Comparar - é descobrir as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.

Comentar - é relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade, opinando a respeito.

Resumir - é concentrar as ideias centrais e/ou secundárias em um só parágrafo.



Parafrasear - é reescrever o texto com outras palavras.

Exemplo

<i>Título do Texto</i>	<i>Paráfrases</i>
<i>“O Homem Unido”</i>	A integração do mundo. A integração da humanidade. A união do homem. Homem + Homem = Mundo. A macacada se uniu. (sátira)

Condições Básicas para Interpretar

Faz-se necessário:

- Conhecimento Histórico – literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática;
- Conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico; Na semântica (significado das palavras) incluem-se: homônimos e parônimos, denotação e conotação, sinonímia e antonímia, polissemia, figuras de linguagem, entre outros.
- Capacidade de observação e de síntese e
- Capacidade de raciocínio.

Interpretar X Compreender

<i>Interpretar Significa</i>	<i>Compreender Significa</i>
Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir. Tipos de enunciados: <ul style="list-style-type: none">- através do texto, infere-se que...- é possível deduzir que...- o autor permite concluir que...- qual é a intenção do autor ao afirmar que...	Intelecção, entendimento, atenção ao que realmente está escrito. Tipos de enunciados: <ul style="list-style-type: none">- o texto diz que...- é sugerido pelo autor que...- de acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...- o narrador afirma...

Erros de Interpretação

É muito comum, mais do que se imagina, a ocorrência de erros de interpretação. Os mais frequentes são:

- **Extrapolação** (viagem). Ocorre quando se sai do contexto, acrescentado ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.
- **Redução**. É o oposto da extrapolação. Dá-se atenção apenas a um aspecto, esquecendo que um texto é um conjunto de ideias, o que pode ser insuficiente para o total do entendimento do tema desenvolvido.
- **Contradição**. Não raro, o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errando a questão.

Observação: Muitos pensam que há a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas numa prova de concurso qualquer, o que deve ser levado em consideração é o que o *autor diz* e nada mais.

Coesão - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relacionam palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (nexos), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito. São muitos os erros de coesão no dia a dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente. Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:



Que (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente. Mas depende das condições da frase.

Qual (neutro) idem ao anterior.

Quem (pessoa).

Cujo (posse) - antes dele, aparece o possuidor e depois, o objeto possuído.

Como (modo).

Onde (lugar).

Quando (tempo).

Quanto (montante).

Exemplo:

Falou tudo **quanto** queria (correto).

Falou tudo **que** queria (errado - antes do **que**, deveria aparecer o demonstrativo **o**).

Vícios de Linguagem – há os vícios de linguagem clássicos (barbarismo, solecismo, cacofonia...); no dia a dia, porém, existem expressões que são mal empregadas, e por força desse hábito cometem-se erros graves como:

- “*Ele correu risco de vida*”, quando a verdade o risco era de morte.
- “*Senhor professor, eu lhe vi ontem*”. Neste caso, o pronome oblíquo átono correto é “o”.
- “*No bar: Me vê um café*”. Além do erro de posição do pronome, há o mau uso.

Algumas dicas para interpretar um texto:

- O autor escreveu com uma intenção - tentar descobrir qual é, qual é a chave.
- Leia todo o texto uma primeira vez de forma despreocupada - assim você verá apenas os aspectos superficiais primeiro.
- Na segunda leitura observe os detalhes, visualize em sua mente o cenário, os personagens - Quanto mais real for a leitura na sua mente, mais fácil será para interpretar o texto.
- Duvide do(a) autor(a), leia as entrelinhas, perceba o que o(a) autor(a) te diz sem escrever no texto.
- Não tenha medo de opinar - Já vi terem medo de dizer o que achavam e a resposta estaria correta se tivessem dito.
- Visualize vários caminhos, várias opções e interpretações, só não viaje muito na interpretação. Veja os caminhos apontados pela escrita do(a) autor(a). Apegue-se aos caminhos que lhe são mostrados.
- Identifique as características físicas e psicológicas dos personagens - Se um determinado personagem tem como característica ser mentiroso, por exemplo, o que ele diz no texto poderá ser mentira não é mesmo? Analisar e identificar os personagens são pontos necessários para uma boa interpretação de texto.
- Observe a linguagem, o tempo e espaço, a sequência dos acontecimentos, o feedback, conta muito na hora de interpretar.
- Analise os acontecimentos de acordo com a época do texto - É importante que você saiba ou pesquise sobre a época narrada no texto, assim, certas contradições ou estranhamentos vistos por você podem ser apenas a cultura da época sendo demonstrada.
- Leia quantas vezes achar que deve - Não entendeu? Leia de novo. Nem todo dia estamos concentrados e a rapidez na leitura vem com o hábito.

Para ler e entender um texto é preciso atingir dois níveis de leitura: Informativa e de reconhecimento;

Interpretativa

A primeira deve ser feita cuidadosamente por ser o primeiro contato com o texto, extraindo-se informações e se preparando para a leitura interpretativa. Durante a interpretação grife palavras-chave, passagens importantes; tente ligar uma palavra à ideia-central de cada parágrafo. A última fase de interpretação concentra-se nas perguntas e opções de respostas. Marque palavras com *não*, *exceto*, *respectivamente*, etc, pois fazem diferença na escolha adequada. Retorne ao texto mesmo que pareça ser perda de tempo. Leia a frase anterior e posterior para ter ideia do sentido global proposto pelo autor.



Organização do Texto e Ideia Central

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seletas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto. Podemos desenvolver um parágrafo de várias formas:

- Declaração inicial;
- Definição;
- Divisão;
- Alusão histórica.

Serve para dividir o texto em pontos menores, tendo em vista os diversos enfoques. Convencionalmente, o parágrafo é indicado através da mudança de linha e um espaçamento da margem esquerda. Uma das partes bem distintas do parágrafo é o tópico frasal, ou seja, a ideia central extraída de maneira clara e resumida. Atentando-se para a ideia principal de cada parágrafo, asseguramos um caminho que nos levará à compreensão do texto.

Os Tipos de Texto

Basicamente existem três tipos de texto:

- Texto narrativo;
- Texto descritivo;
- Texto dissertativo.

Cada um desses textos possui características próprias de construção, que veremos no tópico seguinte (Tipologia Textual).

É comum encontrarmos queixas de que não sabem interpretar textos. Muitos têm aversão a exercícios nessa categoria. Aham monótono, sem graça, e outras vezes dizem: cada um tem o seu próprio entendimento do texto ou cada um interpreta a sua maneira. No texto literário, essa ideia tem algum fundamento, tendo em vista a linguagem conotativa, os símbolos criados, mas em texto não-literário isso é um equívoco. Diante desse problema, seguem algumas dicas para você analisar, compreender e interpretar com mais proficiência.

- Crie o hábito da leitura e o gosto por ela. Quando nós passamos a gostar de algo, compreendemos melhor seu funcionamento. Nesse caso, as palavras tornam-se familiares a nós mesmos. Não se deixe levar pela falsa impressão de que ler não faz diferença. Também não se intimide caso alguém diga que você lê porcaria. Leia tudo que tenha vontade, pois com o tempo você se tornará mais seletor e perceberá que algumas leituras foram superficiais e, às vezes, até ridículas. Porém elas foram o ponto de partida e o estímulo para se chegar a uma leitura mais refinada. Existe tempo para cada tempo de nossas vidas.

- Seja curioso, investigue as palavras que circulam em seu meio.
- Aumente seu vocabulário e sua cultura. Além da leitura, um bom exercício para ampliar o léxico é fazer palavras cruzadas.
- Faça exercícios de sinônimos e antônimos.
- Leia verdadeiramente.
- Leia algumas vezes o texto, pois a primeira impressão pode ser falsa. É preciso paciência para ler outras vezes. Antes de responder as questões, retorne ao texto para sanar as dúvidas.
- Atenção ao que se pede. Às vezes a interpretação está voltada a uma linha do texto e por isso você deve voltar ao parágrafo para localizar o que se afirma. Outras vezes, a questão está voltada à ideia geral do texto.
- Fique atento a leituras de texto de todas as áreas do conhecimento, porque algumas perguntas extrapolam ao que está escrito. Veja um exemplo disso:

Texto:

Pode dizer-se que a presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais. Os antigos moradores da terra foram, eventualmente, prestimosos colaboradores da indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação do gado. Dificilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência espontânea era para as atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos.

(Sérgio Buarque de Holanda, in Raízes)



Infere-se do texto que os antigos moradores da terra eram:

- (A) os portugueses.
- (B) os negros.
- (C) os índios.
- (D) tanto os índios quanto aos negros.
- (E) a miscigenação de portugueses e índios.

*(Aquino, Renato.
Interpretação de textos, 2ª edição.
Rio de Janeiro: Impetus, 2003.)*

Resposta “C”. Apesar do autor não ter citado o nome dos índios, é possível concluir pelas características apresentadas no texto. Essa resposta exige conhecimento que extrapola o texto.

Tome cuidado com as vírgulas. Veja por exemplo a diferença de sentido nas frases a seguir.

- Só, o Diego da M110 fez o trabalho de artes.
- Só o Diego da M110 fez o trabalho de artes.
- *Os alunos dedicados passaram no vestibular.*
- *Os alunos, dedicados, passaram no vestibular.*
- *Marcão, canta Garçom, de Reginaldo Rossi.*
- *Marcão canta Garçom, de Reginaldo Rossi.*

Explicações:

- *Diego fez sozinho o trabalho de artes.*
- *Apenas o Diego fez o trabalho de artes.*
- *Havia, nesse caso, alunos dedicados e não dedicados e, passaram no vestibular, somente, os que se dedicaram, restringindo o grupo de alunos.*
- *Nesse outro caso, todos os alunos eram dedicados.*
- *Marcão é chamado para cantar.*
- *Marcão pratica a ação de cantar.*

Leia o trecho e analise a afirmação que foi feita sobre ele.

“Sempre fez parte do desafio do magistério administrar adolescente com hormônios em ebulição e com o desejo natural da idade de desafiar as regras. A diferença é que, hoje, em muitos casos, a relação comercial entre a escola e os pais se sobrepõe à autoridade do professor”.

Frase para análise.

Desafiar as regras é uma atitude própria do adolescente das escolas privadas. E esse é o grande desafio do professor moderno.

- Não é mencionado que a escola seja da rede privada.
- O desafio não é apenas do professor atual, mas sempre fez parte do desafio do magistério. Outra questão é que o grande desafio não é só administrar os desafios às regras, isso é parte do desafio, há também os hormônios em ebulição que fazem parte do desafio do magistério.

Atenção ao uso da paráfrase (reescritura do texto sem prejuízo do sentido original). Veja o exemplo:

Frase original: Estava eu hoje cedo, parado em um sinal de trânsito, quando olho na esquina, próximo a uma porta, uma loirona a me olhar e eu olhava também.

(Concurso TRE/SC)



A frase parafraseada é:

(A) Parado em um sinal de trânsito hoje cedo, numa esquina, próximo a uma porta, eu olhei para uma loira e ela também me olhou.

(B) Hoje cedo, eu estava parado em um sinal de trânsito, quando ao olhar para uma esquina, meus olhos deram com os olhos de uma loirona.

(C) Hoje cedo, estava eu parado em um sinal de trânsito quando vi, numa esquina, próxima a uma porta, uma louraça a me olhar.

(D) Estava eu hoje cedo parado em um sinal de trânsito, quando olho na esquina, próximo a uma porta, vejo uma loiraça a me olhar também.

Resposta “C”.

A parafrase pode ser construída de várias formas, veja algumas delas.

- substituição de locuções por palavras;
- uso de sinônimos;
- mudança de discurso direto por indireto e vice-versa;
- converter a voz ativa para a passiva;
- emprego de antonomásias ou perífrases (*Rui Barbosa = A águia de Haia; o povo lusitano = portugueses*).

Observe a mudança de posição de palavras ou de expressões nas frases. Exemplos:

- *Certos alunos no Brasil não convivem com a falta de professores.*
- *Alunos certos no Brasil não convivem com a falta de professores.*
- *Os alunos determinados pediram ajuda aos professores.*
- *Determinados alunos pediram ajuda aos professores.*

Explicações:

- *Certos alunos = qualquer aluno.*
- *Alunos certos = aluno correto.*
- *Alunos determinados = alunos decididos.*
- *Determinados alunos = qualquer aluno.*

QUESTÕES

(CESPE/UnB – Analista do MPU – Apoio Jurídico/2013)

Se considerarmos o panorama internacional, perceberemos que o Ministério Público brasileiro é singular. Em nenhum outro país, há um Ministério Público que apresente perfil institucional semelhante ao nosso ou que ostente igual conjunto de atribuições.

Do ponto de vista da localização institucional, há grande diversidade de situações no que se refere aos Ministérios Públicos dos demais países da América Latina. Encontra-se, por exemplo, Ministério Público dependente do Poder Judiciário na Costa Rica, na Colômbia e, no Paraguai, e ligado ao Poder Executivo, no México e no Uruguai.

Constata-se, entretanto, que, apesar da maior extensão de obrigações do Ministério Público brasileiro, a relação entre o número de integrantes da instituição e a população é uma das mais desfavoráveis no quadro latino-americano. De fato, dados recentes indicam que, no Brasil, com 4,2 promotores para cada 100 mil habitantes, há uma situação de clara desvantagem no que diz respeito ao número relativo de integrantes. No Panamá, por exemplo, o número é de 15,3 promotores para cada cem mil habitantes; na Guatemala, de 6,9; no Paraguai, de 5,9; na Bolívia, de 4,5. Em situação semelhante ou ainda mais crítica do que o Brasil, estão, **(I.II)** por exemplo, o Peru, com 3,0; a Argentina, com 2,9; e, por fim, o Equador, com a mais baixa relação: 2,4. É correto dizer que há nações **(I.I2)** proporcionalmente com menos promotores que o Brasil. No entanto, as atribuições do Ministério Público brasileiro são muito mais **(I.I3)** extensas do que as dos Ministérios Públicos desses países.

Maria Tereza Sadek. A construção de um novo Ministério Público resolutivo. Internet: <<https://aplicacao.mp.mg.gov.br>> (com adaptações).



(l.11) – linha 11 no texto original

(l.12) – linha 12 no texto original

(l.13) – linha 13 no texto original

Julgue os itens seguintes com **(C)** quando a afirmativa estiver **Correta** e com **(E)** quando a afirmativa estiver **Errada**. Itens relativos às ideias e a aspectos linguísticos do texto acima.

01. Os dados expostos no terceiro parágrafo indicam que os profissionais do Ministério Público brasileiro são mais eficientes que os dos órgãos equivalentes nos demais países da América do Sul.

02. Com base nos dados apresentados no texto, é correto concluir que a situação do Brasil, no que diz respeito ao número de promotores existentes no Ministério Público por habitante, está pior que a da Guatemala, mas melhor que a do Peru.

03. Seriam mantidas a coerência e a correção gramatical do texto se, feitos os devidos ajustes nas iniciais maiúsculas e minúsculas, o período “É correto (...) o Brasil” (l.11-12) fosse iniciado com um vocábulo de valor conclusivo, como logo, por conseguinte, assim ou porquanto, seguido de vírgula.

04. O objetivo do texto é provar que o número total de promotores no Brasil é menor que na maioria dos países da América Latina.

05. No primeiro período do terceiro parágrafo, é estabelecido contraste entre a maior extensão das obrigações do Ministério Público brasileiro, em comparação com as de órgãos equivalentes em outros países, e o número de promotores em relação à população do país, o que evidencia situação oposta à que se poderia esperar.

06. No último período do texto, a palavra “atribuições” está subentendida logo após o vocábulo “as” (l.13), que poderia ser substituído por aquelas, sem prejuízo para a correção do texto.

07. Seriam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto se o primeiro parágrafo fosse assim reescrito: Quando se examina o contexto internacional, concluímos que não há situação como a do Brasil no que se refere a existência e desempenho do Ministério Público.

(VUNESP – TJ-SP – 2013)

Leia o texto para responder às questões de números **08 a 10**.

A ética da fila

SÃO PAULO – Escritórios da avenida Faria Lima, em São Paulo, estão contratando flanelinhas para estacionar os carros de seus profissionais nas ruas das imediações. O custo mensal fica bem abaixo do de um estacionamento regular. Imaginando que os guardadores não violem nenhuma lei nem regra de trânsito, utilizar seus serviços seria o equivalente de pagar alguém para ficar na fila em seu lugar. Isso é ético?

Como não resisto aos apelos do utilitarismo, não vejo grandes problemas nesse tipo de acerto. Ele não prejudica ninguém e deixa pelo menos duas pessoas mais felizes (quem evitou a espera e o sujeito que recebeu para ficar parado). Mas é claro que nem todo o mundo pensa assim.

Michael Sandel, em “O que o Dinheiro Não Compra”, levanta bons argumentos contra a prática. Para o professor de Harvard, dublês de fila, ao forçar que o critério de distribuição de vagas deixe de ser a ordem de chegada para tornar-se monetário, acabam corrompendo as instituições.

Diferentes bens são repartidos segundo diferentes regras. Num leilão, o que vale é o maior lance, mas no cinema prepondera a fila. Universidades tendem a oferecer vagas com base no mérito, já prontos-socorros ordenam tudo pela gravidade. O problema com o dinheiro é que ele é eficiente demais. Sempre que entra por alguma fresta, logo se sobrepõe a critérios alternativos e o resultado final é uma sociedade na qual as diferenças entre ricos e pobres se tornam cada vez mais acentuadas.

Não discordo do diagnóstico, mas vejo dificuldades. Para começar, os argumentos de Sandel também recomendam a proibição da prostituição e da barriga de aluguel, por exemplo, que me parecem atividades legítimas. Mais importante, para opor-se à destruição de valores ocasionada pela monetização, em muitos casos é preciso eleger um padrão universal a ser preservado, o que exige a criação de uma espécie de moral oficial – e isso é para lá de problemático.

(Hélio Schwartsman, A ética da fila. Folha de S.Paulo,



08. Em sua argumentação, Hélio Schwartsman revela-se

- (A) perturbado com a situação das grandes cidades, onde se acabam criando situações perversas à maioria dos cidadãos.
- (B) favorável aos guardadores de vagas nas filas, uma vez que o pacto entre as partes traduz-se em resultados que satisfazem a ambas.
- (C) preocupado com os profissionais dos escritórios da Faria Lima, que acabam sendo explorados pelos flanelinhas.
- (D) indignado com a exploração sofrida pelos flanelinhas, que fazem trabalho semelhante ao dos estacionamento e recebem menos.
- (E) indiferente às necessidades dos guardadores de vagas nas filas, pois eles priorizam vantagens econômicas frente às necessidades alheias.

09. Ao citar Michael Sandel, o autor reproduz desse professor uma ideia contrária à

- (A) venda de uma vaga de uma pessoa a outra, sendo que aquela ficou na fila com intenção comercial. O autor do texto concorda com esse posicionamento de Sandel.
- (B) comercialização de uma prática que consiste no pagamento a uma pessoa para que ela fique em seu lugar em uma fila. O autor do texto discorda desse posicionamento de Sandel.
- (C) criação de uma legislação que normatize a venda de vagas de uma fila de uma pessoa a outra. O autor do texto discorda desse posicionamento de Sandel.
- (D) falta de incentivo para que a pessoa fique em uma vaga e, posteriormente, comercialize-a com quem precise. O autor do texto discorda desse posicionamento de Sandel.
- (E) falta de legislação específica no que se refere à venda de uma vaga de uma pessoa que ficou em uma fila guardando lugar a outra. O autor do texto concorda com esse posicionamento de Sandel.

10. Nas considerações de Sandel, o dinheiro

- (A) cria caminhos alternativos para ações eficientes, minimizando as diferenças sociais e resguardando as instituições.
- (B) anda por diversos caminhos para ser eficiente, rechaçando as diferenças sociais e preservando as instituições.
- (C) está na base dos caminhos eficientes, visando combater as diferenças sociais e a corrupção das instituições.
- (D) é eficiente e abre caminhos, mas reforça as desigualdades sociais e corrompe as instituições.
- (E) percorre vários caminhos sem ser eficiente, pois deixa de lado as desigualdades sociais e a corrupção das instituições.

Leia o texto para responder às questões de números **11** e **12**.

O que é ler?

Começo distraidamente a ler um livro. Contribuo com alguns pensamentos, julgo entender o que está escrito porque conheço a língua e as coisas indicadas pelas palavras, assim como sei identificar as experiências ali relatadas. Escritor e leitor possuem o mesmo repertório disponível de palavras, coisas, fatos, experiências, depositados pela cultura instituída e sedimentados no mundo de ambos.

De repente, porém, algumas palavras me “pegam”. Insensivelmente, o escritor as desviou de seu sentido comum e costumeiro e elas me arrastam, como num turbilhão, para um sentido novo, que alcanço apenas graças a elas. O escritor me invade, passo a pensar de dentro dele e não apenas com ele, ele se pensa em mim ao falar em mim com palavras cujo sentido ele fez mudar. O livro que eu parecia soberanamente dominar apossa-se de mim, interpela-me, arrasta-me para o que eu não sabia, para o novo. O escritor não convida quem o lê a reencontrar o que já sabia, mas toca nas significações existentes para torná-las destoantes, estranhas, e para conquistar, por virtude dessa estranheza, uma nova harmonia que se apossa do leitor.

Ler, escreve Merleau-Ponty, é fazer a experiência da “retomada do pensamento de outrem através de sua palavra”, é uma reflexão em outrem, que enriquece nossos próprios pensamentos. Por isso, prossegue Merleau-Ponty, “começo a compreender uma filosofia deslizando para dentro dela, na maneira de existir de seu pensamento”, isto é, em seu discurso.

(Marilena Chauí, Prefácio. Em: Jairo Marçal, Antologia de Textos Filosóficos. Adaptado)

11. Com base nas palavras de Marilena Chauí, entende-se que ler é

- (A) um ato de interação e de desalojamento de sentidos cristalizados.
- (B) uma atividade em que a contribuição pessoal está ausente.
- (C) uma reprodução automatizada de sentidos da ideologia dominante.
- (D) um processo prejudicado pela insensibilidade do escritor.
- (E) um produto em que o posicionamento do outro se neutraliza.



12. Com a frase – *O escritor me invade, passo a pensar de dentro dele e não apenas com ele...* – (2.º parágrafo), a autora revela que

- (A) sua visão de mundo destoa do pensamento do escritor.
- (B) seu mundo agora deixa de existir e vale o do escritor.
- (C) sua reflexão está integrada ao pensamento do escritor.
- (D) seu modo de pensar anula o pensamento do escritor.
- (E) seu pensamento suplanta a perspectiva do escritor.

(FCC – TRT-12ª Região – 2013)

Para responder a questão de número 13, considere o texto abaixo.

As certezas sensíveis dão cor e concretude ao presente vivido. Na verdade, porém, o presente vivido é fruto de uma sofisticada mediação. O real tem um quê de ilusório e virtual.

Os órgãos sensoriais que nos ligam ao mundo são altamente seletivos naquilo que acolhem e transmitem ao cérebro. O olho humano, por exemplo, não é capaz de captar todo o espectro de energia eletromagnética existente. Os raios ultravioleta, situados fora do espectro visível do olho humano, são, no entanto, captados pelas abelhas.

Seletividade análoga preside a operação dos demais sentidos: cada um atua dentro de sua faixa de registro, ainda que o grau de sensibilidade dos indivíduos varie de acordo com idade, herança genética, treino e educação. Há mais coisas entre o céu e a terra do que nossos cinco sentidos – e todos os aparelhos científicos que lhes prestam serviços – são capazes de detectar.

Aquilo de que o nosso aparelho perceptivo nos faz cientes não passa, portanto, de uma fração diminuta do que há. Mas o que aconteceria se tivéssemos de passar a lidar subitamente com uma gama extra e uma carga torrencial de percepções sensoriais (visuais, auditivas, táteis etc.) com as quais não estamos habituados? Suponha que uma mutação genética reduza drasticamente a seletividade natural dos nossos sentidos. O ganho de sensibilidade seria patente. “Se as portas da percepção se depurassem”, sugeria William Blake, “tudo se revelaria ao homem tal qual é, infinito”.

O grande problema é saber se estaríamos aptos a assimilar o formidável acréscimo de informação sensível que isso acarretaria. O mais provável é que essa súbita mutação – a desobstrução das portas e órgãos da percepção – produzisse não a revelação mística imaginada por Blake, mas um terrível engarrafamento cerebral: uma sobrecarga de informações acompanhada de um estado de aguda confusão e perplexidade do qual apenas lentamente conseguiríamos nos recuperar. As informações sensíveis a que temos acesso, embora restritas, não comprometeram nossa sobrevivência no laboratório da vida. Longe disso. É a brutal seletividade dos nossos sentidos que nos protege da infinita complexidade do Universo. Se o muro desaba, o caos impera.

(Adaptado de: *Eduardo Gianetti, O valor do amanhã, São Paulo, Cia. das Letras, 2010. p. 139-143*)

13. No texto, o autor

- (A) lamenta o fato de que nossos sentidos não sejam capazes de captar a imensa gama de informações presentes no Universo.
- (B) aponta para a função protetora dos órgãos sensoriais, cuja seletividade, embora implique perdas, nos é benéfica.
- (C) constata que, com o uso da tecnologia, a percepção visual humana pode alcançar o nível de percepção visual das abelhas, e vir a captar raios ultravioleta.
- (D) discorre sobre uma das máximas de William Blake, para quem a inquietação humana deriva do fato de não se franquearem as “portas da percepção”.
- (E) comprova que alterações na percepção sensorial humana causariam danos irreparáveis ao cérebro.



ANOTAÇÕES



Para responder às questões de números 14 e 15, considere o texto abaixo.

bem no fundo

*no fundo, no fundo,
bem lá no fundo,
a gente gostaria
de ver nossos problemas
resolvidos por decreto
a partir desta data,
aquela mágoa sem remédio
é considerada nula
e sobre ela – silêncio perpétuo
extinto por lei todo o remorso
maldito seja quem olhar pra trás,
lá pra trás não há nada,
e nada mais
mas problemas não se resolvem,
problemas têm família grande,
e aos domingos saem todos passear
o problema, sua senhora
e outros pequenos probleminhas*

***(Paulo Leminski, Toda Poesia, São Paulo,
Cia. das Letras, 2013. p. 195)***

14. Atente para o que se afirma abaixo.

- I. Depreende-se do poema que é preciso mais do que apenas nosso desejo para a resolução de dificuldades.
- II. Segundo o texto, o remorso deve ser evitado, bastando, para tanto, que não se evoque o passado a todo o momento.
- III. Infere-se do texto que as mágoas podem desaparecer na medida em que não forem cultivadas.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) II.

15. *a partir desta data,
aquela mágoa sem remédio
é considerada nula
e sobre ela – silêncio perpétuo*

Uma redação alternativa em prosa para os versos acima, em que se mantêm a correção, a lógica e, em linhas gerais, o sentido original, é:

- (A) Um silêncio perpétuo, cairia sem remédio, sobre aquela mágoa, considerada nula a partir desta data.
- (B) Aquela mágoa sem remédio fora, considerada nula, a partir desta data, sobre ela restando um silêncio perpétuo.
- (C) Aquela mágoa sem remédio seria, a partir desta data, considerada nula e, sobre ela, cairia um silêncio perpétuo.
- (D) Considerando-se nula aquela mágoa a partir desta data, restando sobre ela, um silêncio perpétuo.
- (E) Aquela mágoa, sem remédio será, a partir desta data, considerada nula, caindo-se sobre ela, um silêncio perpétuo.

**Respostas:****01-E (Afirmativa Errada)**

No terceiro parágrafo constatamos que apesar da maior extensão de obrigações do Ministério Público brasileiro, a relação entre o número de integrantes da instituição e a população é uma das mais desfavoráveis no quadro latino-americano. De fato, dados recentes indicam que, no Brasil, com 4,2 promotores para cada 100 mil habitantes, há uma situação de clara desvantagem no que diz respeito ao número relativo de integrantes. No Panamá, por exemplo, o número é de 15,3 promotores para cada cem mil habitantes; na Guatemala, de 6,9; no Paraguai, de 5,9; na Bolívia, de 4,5. Em situação semelhante ou ainda mais crítica do que o Brasil, estão, por exemplo, o Peru, com 3,0; a Argentina, com 2,9; e, por fim, o Equador, com a mais baixa relação: 2,4.

02-C (Afirmativa Correta)

No Brasil, com 4,2 promotores para cada 100 mil habitantes.

Na Guatemala, com 6,9 promotores para cada 100 mil habitantes.

No Peru, com 3,0 promotores para cada 100 mil habitantes.

03-E (Afirmativa Errada)

Não podemos usar um vocábulo de conclusão, pois ela se dará nas últimas duas linhas do texto: ...apesar de haver nações proporcionalmente com menos promotores que o Brasil, as atribuições do Ministério Público brasileiro são muito mais extensas do que as dos Ministérios Públicos desses outros países.

04-E (Afirmativa Errada)

Pois o texto afirma que há outros países em situação semelhante ou ainda mais crítica do que o Brasil, estão, por exemplo, o Peru, com 3,0; a Argentina, com 2,9; e, por fim, o Equador, com a mais baixa relação: 2,4.

05-C (Afirmativa Correta)

Sim, as afirmações estão explícitas e confirmam o item 05: “Constata-se, entretanto, que, apesar da maior extensão de obrigações do Ministério Público brasileiro, a relação entre o número de integrantes da instituição e a população é uma das mais desfavoráveis no quadro latino-americano”.

06-C (Afirmativa Correta)

“No entanto, as atribuições do Ministério Público brasileiro são muito mais extensas do que as atribuições dos Ministérios Públicos desses países”. (Sim, a palavra atribuições está subentendida após “as”).

“No entanto, as atribuições do Ministério Público brasileiro são muito mais extensas do que aquelas dos Ministérios Públicos desses países”. (Não houve prejuízo no entendimento do texto).

07-E (Afirmativa Errada)

Como está no texto: “Se considerarmos o panorama internacional, perceberemos que o Ministério Público brasileiro é singular. Em nenhum outro país, há um Ministério Público que apresente perfil institucional semelhante ao nosso ou que ostente igual conjunto de atribuições”.

Como ficaria: “Quando se examina o contexto internacional, concluímos que não há situação como a do Brasil no que se refere a existência e desempenho do Ministério Público”.

Errada porque o primeiro diz que em nenhum outro país há um Ministério Público semelhante ao nosso, que ostente a quantidade de atribuições. No segundo diz que em nenhum outro país há um Ministério Público semelhante ao nosso, na existência e desempenho.

08-B

A confirmação da alternativa fica evidente no trecho: “Como não resisto aos apelos do utilitarismo, não vejo grandes problemas nesse tipo de acerto. Ele não prejudica ninguém e deixa pelo menos duas pessoas mais felizes (quem evitou a espera e o sujeito que recebeu para ficar parado). Mas é claro que nem todo o mundo pensa assim”.

09-B

Michael Sandel, reproduz uma ideia contrária à comercialização de uma prática que consiste no pagamento a uma pessoa para que ela fique em seu lugar em uma fila. Podemos verificar essa afirmação na passagem: “Para o professor de Harvard, dublês de fila, ao forçar que o critério de distribuição de vagas deixe de ser a ordem de chegada para tornar-se monetário, acabam corrompendo as instituições”.



10-D

Podemos confirmar esta afirmativa no trecho: “O problema com o dinheiro é que ele é eficiente demais. Sempre que entra por alguma fresta, logo se sobrepõe a critérios alternativos e o resultado final é uma sociedade na qual as diferenças entre ricos e pobres se tornam cada vez mais acentuadas”.

11-A

(A) um ato de interação e de desalojamento de sentidos cristalizados. (Correta)

(B) uma atividade em que a contribuição pessoal está ausente.

Errada. “Ler é fazer a experiência da “retomada do pensamento de outrem através de sua palavra”, é uma reflexão em outrem, que enriquece nossos próprios pensamentos”.

(C) uma reprodução automatizada de sentidos da ideologia dominante.

Errada, não há ideologia dominante. “Ler é fazer a experiência da “retomada do pensamento de outrem através de sua palavra”, é uma reflexão em outrem, que enriquece nossos próprios pensamentos”.

(D) um processo prejudicado pela insensibilidade do escritor.

Errada. Ler é ter muita sensibilidade, “é uma reflexão”.

(E) um produto em que o posicionamento do outro se neutraliza.

Errada. “Ler é fazer a experiência da “retomada do pensamento de outrem através de sua palavra”, é uma reflexão em outrem, que enriquece nossos próprios pensamentos”.

12-C

(A) sua visão de mundo destoa do pensamento do escritor.

Errada. Não destoa, pois o “escritor me invade, passo a pensar de dentro dele e não apenas com ele...”

(B) seu mundo agora deixa de existir e vale o do escritor.

Errada. Seu mundo passa a existir junto com o mundo do autor. “O escritor me invade, passo a pensar de dentro dele e não apenas com ele...”

(C) sua reflexão está integrada ao pensamento do escritor. (Correta)

(D) seu modo de pensar anula o pensamento do escritor.

Errada. Seu modo de pensar não anula o do autor, pois passa a pensar não apenas com ele, mas de dentro dele.

(E) seu pensamento suplanta a perspectiva do escritor.

Errada. Pois os dois pensam juntos.

13-B

A confirmação da alternativa “B” fica evidente nos parágrafos 02 e 03: “Os órgãos sensoriais que nos ligam ao mundo são altamente seletivos naquilo que acolhem e transmitem ao cérebro. O olho humano, por exemplo, não é capaz de captar todo o espectro de energia eletromagnética existente. Os raios ultravioleta, situados fora do espectro visível do olho humano, são, no entanto, captados pelas abelhas.

Seletividade análoga preside a operação dos demais sentidos: cada um atua dentro de sua faixa de registro, ainda que o grau de sensibilidade dos indivíduos varie de acordo com idade, herança genética, treino e educação. Há mais coisas entre o céu e a terra do que nossos cinco sentidos – e todos os aparelhos científicos que lhes prestam serviços – são capazes de detectar.”

E quando finaliza o texto: “É a brutal seletividade dos nossos sentidos que nos protege da infinita complexidade do Universo.”

14-D

I. Depreende-se do poema que é preciso mais do que apenas nosso desejo para a resolução de dificuldades. (Correta)

“mas problemas não se resolvem,

problemas têm família grande,

e aos domingos saem todos passear

o problema, sua senhora

e outros pequenos probleminhas”



II. Segundo o texto, o remorso deve ser evitado, bastando, para tanto, que não se evoque o passado a todo o momento. **(Incorreta)**

*Pois, a gente gostaria
de ver nossos problemas
resolvidos por decreto
a partir desta data,
aquela mágoa sem remédio
é considerada nula
e sobre ela – silêncio perpétuo
extinto por lei todo o remorso
maldito seja quem olhar pra trás,
lá pra trás não há nada,
e nada mais*

III. Infere-se do texto que as mágoas podem desaparecer na medida em que não forem cultivadas. **(Incorreta)**

*a gente gostaria
de ver nossos problemas
resolvidos por decreto
a partir desta data,
aquela mágoa sem remédio
é considerada nula
e sobre ela – silêncio perpétuo
extinto por lei todo o remorso
maldito seja quem olhar pra trás,
lá pra trás não há nada,
e nada mais*

15-C

Aquela mágoa sem remédio seria, a partir desta data, considerada nula e, sobre ela, cairia um silêncio perpétuo.

2. GÊNEROS TEXTUAIS;

Tipo textual é a forma como um texto se apresenta. As únicas tipologias existentes são: **narração, descrição, dissertação ou exposição, informação e injunção**. É importante que não se confunda tipo textual com gênero textual.

Texto Narrativo - tipo textual em que se conta fatos que ocorreram num determinado tempo e lugar, envolvendo personagens e um narrador. Refere-se a objeto do mundo real ou fictício. Possui uma relação de anterioridade e posterioridade. O tempo verbal predominante é o passado.

- expõe um fato, relaciona mudanças de situação, aponta antes, durante e depois dos acontecimentos (geralmente);
- é um tipo de texto sequencial;
- relato de fatos;
- presença de narrador, personagens, enredo, cenário, tempo;
- apresentação de um conflito;
- uso de verbos de ação;
- geralmente, é mesclada de descrições;
- o diálogo direto é frequente.



Texto Descritivo - um texto em que se faz um retrato por escrito de um lugar, uma pessoa, um animal ou um objeto. A classe de palavras mais utilizada nessa produção é o adjetivo, pela sua função caracterizadora. Numa abordagem mais abstrata, pode-se até descrever sensações ou sentimentos. Não há relação de anterioridade e posterioridade. É fazer uma descrição minuciosa do objeto ou da personagem a que o texto refere. Nessa espécie textual as coisas acontecem ao mesmo tempo.

- expõe características dos seres ou das coisas, apresenta uma visão;
- é um tipo de texto figurativo;
- retrato de pessoas, ambientes, objetos;
- predomínio de atributos;
- uso de verbos de ligação;
- frequente emprego de metáforas, comparações e outras figuras de linguagem;
- tem como resultado a imagem física ou psicológica.

Texto Dissertativo - a dissertação é um texto que analisa, interpreta, explica e avalia dados da realidade. Esse tipo textual requer reflexão, pois as opiniões sobre os fatos e a postura crítica em relação ao que se discute têm grande importância. O texto dissertativo é temático, pois trata de análises e interpretações; o tempo explorado é o presente no seu valor atemporal; é constituído por uma introdução onde o assunto a ser discutido é apresentado, seguido por uma argumentação que caracteriza o ponto de vista do autor sobre o assunto em evidência. Nesse tipo de texto a expressão das ideias, valores, crenças são claras, evidentes, pois é um tipo de texto que propõe a reflexão, o debate de ideias. A linguagem explorada é a denotativa, embora o uso da conotação possa marcar um estilo pessoal. A objetividade é um fator importante, pois dá ao texto um valor universal, por isso geralmente o enunciador não aparece porque o mais importante é o assunto em questão e não quem fala dele. A ausência do emissor é importante para que a ideia defendida torne algo partilhado entre muitas pessoas, sendo admitido o emprego da 1ª pessoa do plural - nós, pois esse não descaracteriza o discurso dissertativo.

- expõe um tema, explica, avalia, classifica, analisa;
- é um tipo de texto argumentativo.
- defesa de um argumento: apresentação de uma tese que será defendida; desenvolvimento ou argumentação; fechamento;
- predomínio da linguagem objetiva;
- prevalece a denotação.

Texto Argumentativo - esse texto tem a função de persuadir o leitor, convencendo-o de aceitar uma ideia imposta pelo texto. É o tipo textual mais presente em manifestos e cartas abertas, e quando também mostra fatos para embasar a argumentação, se torna um texto dissertativo-argumentativo.

Texto Injuntivo/Instrucional - indica como realizar uma ação. Também é utilizado para prever acontecimentos e comportamentos. Utiliza linguagem objetiva e simples. Os verbos são, na sua maioria, empregados no modo imperativo, porém nota-se também o uso do infinitivo e o uso do futuro do presente do modo indicativo. Ex: Previsões do tempo, receitas culinárias, manuais, leis, bula de remédio, convenções, regras e eventos.

Narração

A Narração é um tipo de texto que relata uma história real, fictícia ou mescla dados reais e imaginários. O texto narrativo apresenta personagens que atuam em um tempo e em um espaço, organizados por uma narração feita por um narrador. É uma série de fatos situados em um espaço e no tempo, tendo mudança de um estado para outro, segundo relações de sequencialidade e causalidade, e não simultâneos como na descrição. Expressa as relações entre os indivíduos, os conflitos e as ligações afetivas entre esses indivíduos e o mundo, utilizando situações que contêm essa vivência.

Todas as vezes que uma história é contada (é narrada), o narrador acaba sempre contando onde, quando, como e com quem ocorreu o episódio. É por isso que numa narração predomina a ação: o texto narrativo é um conjunto de ações; assim sendo, a maioria dos verbos que compõem esse tipo de texto são os verbos de ação. O conjunto de ações que compõem o texto narrativo, ou seja, a história que é contada nesse tipo de texto recebe o nome de **enredo**.

As ações contidas no texto narrativo são praticadas pelas **personagens**, que são justamente as pessoas envolvidas no episódio que está sendo contado. As personagens são identificadas (nomeadas) no texto narrativo pelos substantivos próprios.

Quando o narrador conta um episódio, às vezes (mesmo sem querer) ele acaba contando “onde” (em que lugar) as ações do enredo foram realizadas pelas personagens. O lugar onde ocorre uma ação ou ações é chamado de **espaço**, representado no texto pelos advérbios de lugar.



Além de contar onde, o narrador também pode esclarecer “quando” ocorreram as ações da história. Esse elemento da narrativa é o **tempo**, representado no texto narrativo através dos tempos verbais, mas principalmente pelos advérbios de tempo. É o tempo que ordena as ações no texto narrativo: é ele que indica ao leitor “como” o fato narrado aconteceu.

A história contada, por isso, passa por uma **introdução** (parte inicial da história, também chamada de prólogo), pelo **desenvolvimento** do enredo (é a história propriamente dita, o meio, o “miolo” da narrativa, também chamada de trama) e termina com a **conclusão** da história (é o final ou epílogo). Aquele que conta a história é o **narrador**, que pode ser **pessoal** (narra em 1ª pessoa: Eu...) ou **impessoal** (narra em 3ª pessoa: Ele...).

Assim, o texto narrativo é sempre estruturado por verbos de ação, por advérbios de tempo, por advérbios de lugar e pelos substantivos que nomeiam as personagens, que são os agentes do texto, ou seja, aquelas pessoas que fazem as ações expressas pelos verbos, formando uma rede: a própria história contada.

Tudo na narrativa depende do narrador, da voz que conta a história.

Elementos Estruturais (I):

- **Enredo**: desenrolar dos acontecimentos.
- **Personagens**: são seres que se movimentam, se relacionam e dão lugar à trama que se estabelece na ação. Revelam-se por meio de características físicas ou psicológicas. Os personagens podem ser lineares (previsíveis), complexos, tipos sociais (trabalhador, estudante, burguês etc.) ou tipos humanos (o medroso, o tímido, o avarento etc.), heróis ou anti-heróis, protagonistas ou antagonistas.
- **Narrador**: é quem conta a história.
- **Espaço**: local da ação. Pode ser físico ou psicológico.
- **Tempo**: época em que se passa a ação. **Cronológico**: o tempo convencional (horas, dias, meses); **Psicológico**: o tempo interior, subjetivo.

Elementos Estruturais (II):

Personagens - Quem? Protagonista/Antagonista

Acontecimento - O quê? *Fato*

Tempo - Quando? Época em que ocorreu o fato

Espaço - Onde? *Lugar onde ocorreu o fato*

Modo - Como? *De que forma ocorreu o fato*

Causa - Por quê? Motivo pelo qual ocorreu o fato

Resultado - previsível ou imprevisível.

Final - Fechado ou Aberto.

Esses elementos estruturais combinam-se e articulam-se de tal forma, que não é possível compreendê-los isoladamente, como simples exemplos de uma narração. Há uma relação de implicação mútua entre eles, para garantir coerência e verossimilhança à história narrada. Quanto aos elementos da narrativa, esses não estão, obrigatoriamente sempre presentes no discurso, exceto as personagens ou o fato a ser narrado.

Exemplo:

Porquinho-da-índia

Quando eu tinha seis anos

Ganhei um porquinho-da-índia.

Que dor de coração me dava

Porque o bichinho só queria estar debaixo do fogão!

Levava ele pra sala

Pra os lugares mais bonitos mais limpinhos

Ele não gostava:

Queria era estar debaixo do fogão.

Não fazia caso nenhum das minhas ternurinhas...

- O meu porquinho-da-índia foi a minha primeira namorada.

**Manuel Bandeira. Estrela da vida inteira. 4ª ed.
Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, pág. 110.**



Observe que, no texto acima, há um conjunto de transformações de situação: ganhar um porquinho-da-índia é passar da situação de não ter o animalzinho para a de tê-lo; levá-lo para a sala ou para outros lugares é passar da situação de ele estar debaixo do fogão para a de estar em outros lugares; ele não gostava: “*queria era estar debaixo do fogão*” implica a volta à situação anterior; “*não fazia caso nenhum das minhas ternurinhas*” dá a entender que o menino passava de uma situação de não ser terno com o animalzinho para uma situação de ser; no último verso tem-se a passagem da situação de não ter namorada para a de ter.

Verifica-se, pois, que nesse texto há um grande conjunto de mudanças de situação. É isso que define o que se chama o componente narrativo do texto, ou seja, narrativa é uma mudança de estado pela ação de alguma personagem, é uma transformação de situação. Mesmo que essa personagem não apareça no texto, ela está logicamente implícita. Assim, por exemplo, se o menino ganhou um porquinho-da-índia, é porque alguém lhe deu o animalzinho. Assim, há basicamente, dois tipos de mudança: aquele em que alguém recebe alguma coisa (o menino passou a ter o porquinho-da-índia) e aquele alguém perde alguma coisa (o porquinho perdia, a cada vez que o menino o levava para outro lugar, o espaço confortável de debaixo do fogão). Assim, temos dois tipos de narrativas: de **aquisição** e de **privação**.

Existem três tipos de foco narrativo:

- **Narrador-personagem:** é aquele que conta a história na qual é participante. Nesse caso ele é narrador e personagem ao mesmo tempo, a história é contada em 1ª pessoa.

- **Narrador-observador:** é aquele que conta a história como alguém que observa tudo que acontece e transmite ao leitor, a história é contada em 3ª pessoa.

- **Narrador-onisciente:** é o que sabe tudo sobre o enredo e as personagens, revelando seus pensamentos e sentimentos íntimos. Narra em 3ª pessoa e sua voz, muitas vezes, aparece misturada com pensamentos dos personagens (discurso indireto livre).

Estrutura:

- **Apresentação:** é a parte do texto em que são apresentados alguns personagens e expostas algumas circunstâncias da história, como o momento e o lugar onde a ação se desenvolverá.

- **Complicação:** é a parte do texto em que se inicia propriamente a ação. Encadeados, os episódios se sucedem, conduzindo ao clímax.

- **Clímax:** é o ponto da narrativa em que a ação atinge seu momento crítico, tornando o desfecho inevitável.

- **Desfecho:** é a solução do conflito produzido pelas ações dos personagens.

Tipos de Personagens:

Os personagens têm muita importância na construção de um texto narrativo, são elementos vitais. Podem ser **principais** ou **secundários**, conforme o papel que desempenham no enredo, podem ser apresentados direta ou indiretamente.

A apresentação direta acontece quando o personagem aparece de forma clara no texto, retratando suas características físicas e/ou psicológicas, já a apresentação indireta se dá quando os personagens aparecem aos poucos e o leitor vai construindo a sua imagem com o desenrolar do enredo, ou seja, a partir de suas ações, do que ela vai fazendo e do modo como vai fazendo.

- Em 1ª pessoa:

Personagem Principal: há um “eu” participante que conta a história e é o protagonista. Exemplo:

“Parei na varanda, ia tonto, atordoado, as pernas bambas, o coração parecendo querer sair-me pela boca fora. Não me atrevia a descer à chácara, e passar ao quintal vizinho. Comecei a andar de um lado para outro, estacando para amparar-me, e andava outra vez e estacava.”

(Machado de Assis. *Dom Casmurro*)

Observador: é como se dissesse: É verdade, pode acreditar, eu estava lá e vi. Exemplo:

“Batia nos noventa anos o corpo magro, mas sempre teso do Jango Jorge, um que foi capitão duma maloca de contrabandista que fez cancha nos banhados do Ibirocaí.

Esse gaúcho desabotinado levou a existência inteira a cruzar os campos da fronteira; à luz do Sol, no desmaiado da Lua, na escuridão das noites, na cerração das madrugadas...; ainda que chovesse reúnos acolherados ou que ventasse como por alma de padre, nunca errou vau, nunca perdeu atalho, nunca desandou cruzada!...



(...)

Aqui há poucos – coitado! – pousei no arranchamento dele. Casado ou doutro jeito, afamalhado. Não no víamos desde muito tempo. (...)

Fiquei verdeando, à espera, e fui dando um auxílio na matança dos leitões e no tiramento dos assados com couro.

(J. Simões Lopes Neto – Contrabandista)

- Em 3ª pessoa:

Onisciente: não há um eu que conta; é uma terceira pessoa. Exemplo:

“Devia andar lá pelos cinco anos e meio quando a fantasiaram de borboleta. Por isso não pôde defender-se. E saiu à rua com ar menos carnavalesco deste mundo, morrendo de vergonha da malha de cetim, das asas e das antenas e, mais ainda, da cara à mostra, sem máscara piedosa para disfarçar o sentimento impreciso de ridículo.”

(Ilka Laurito. Sal do Lírico)

Narrador Objetivo: não se envolve, conta a história como sendo vista por uma câmara ou filmadora. Exemplo:

Festa

Atrás do balcão, o rapaz de cabeça pelada e avental olha o crioulo de roupa limpa e remendada, acompanhado de dois meninos de tênis branco, um mais velho e outro mais novo, mas ambos com menos de dez anos.

Os três atravessam o salão, cuidadosamente, mas resolutamente, e se dirigem para o cômodo dos fundos, onde há seis mesas desertas.

O rapaz de cabeça pelada vai ver o que eles querem. O homem pergunta em quanto fica uma cerveja, dois guaranás e dois pãezinhos.

___ Duzentos e vinte.

O preto concentra-se, aritmético, e confirma o pedido.

___ Que tal o pão com molho? – sugere o rapaz.

___ Como?

___ Passar o pão no molho da almôndega. Fica muito mais gostoso.

O homem olha para os meninos.

___ O preço é o mesmo – informa o rapaz.

___ Está certo.

Os três sentam-se numa das mesas, de forma canhestra, como se o estivessem fazendo pela primeira vez na vida.

O rapaz de cabeça pelada traz as bebidas e os copos e, em seguida, num pratinho, os dois pães com meia almôndega cada um. O homem e (mais do que ele) os meninos olham para dentro dos pães, enquanto o rapaz cúmplice se retira.

Os meninos aguardam que a mão adulta leve solene o copo de cerveja até a boca, depois cada um prova o seu guaraná e morde o primeiro bocado do pão.

O homem toma a cerveja em pequenos goles, observando criteriosamente o menino mais velho e o menino mais novo absorvidos com o sanduíche e a bebida.

Eles não têm pressa. O grande homem e seus dois meninos. E permanecem para sempre, humanos e indestrutíveis, sentados naquela mesa.

(Wander Piroli)

Tipos de Discurso:

Discurso Direto: o narrador passa a palavra diretamente para o personagem, sem a sua interferência. Exemplo:

Caso de Desquite

___ Vexame de incomodar o doutor (a mão trêmula na boca). Veja, doutor, este velho caducando. Bisavô, um neto casado. Agora com mania de mulher. Todo velho é sem-vergonha.

___ Dobre a língua, mulher. O hominho é muito bom. Só não me pise, fico uma jararaca.

___ Se quer sair de casa, doutor, pague uma pensão.

___ Essa aí tem filho emancipado. Criei um por um, está bom? Ela não contribuiu com nada, doutor. Só deu de mamar no primeiro mês.



- Você desempregado, quem é que fazia roça?
- Isso naquele tempo. O hominho aqui se espalhava. Fui jogado na estrada, doutor. Desde onze anos estou no mundo sem ninguém por mim. O céu lá em cima, noite e dia o hominho aqui na carroça. Sempre o mais sacrificado, está bom?
- Se ficar doente, Severino, quem é que o atende?
- O doutor já viu urubu comer defunto? Ninguém morre só. Sempre tem um cristão que enterra o pobre.
- Na sua idade, sem os cuidados de uma mulher...
- Eu arranjo.
- Só a troco de dinheiro elas querem você. Agora tem dois cavalos. A carroça e os dois cavalos, o que há de melhor. Vai me deixar sem nada?
- Você tinha amula e a potranca. A mula vendeu e a potranca, deixou morrer. Tenho culpa? Só quero paz, um prato de comida e roupa lavada.
- Para onde foi a lavadeira?
- Quem?
- A mulata.
- (...)

(Dalton Trevisan – *A guerra Conjugal*)

Discurso Indireto: o narrador conta o que o personagem diz, sem lhe passar diretamente a palavra. Exemplo:

Frio

O menino tinha só dez anos.

Quase meia hora andando. No começo pensou num bonde. Mas lembrou-se do embrulhinho branco e bem feito que trazia, afastou a idéia como se estivesse fazendo uma coisa errada. (Nos bondes, àquela hora da noite, poderiam roubá-lo, sem que percebesse; e depois?... Que é que diria a Paraná?)

Andando. Paraná mandara-lhe não ficar observando as vitrines, os prédios, as coisas. Como fazia nos dias comuns. Ia firme e esforçando-se para não pensar em nada, nem olhar muito para nada.

— Olho vivo – como dizia Paraná.

Devagar, muita atenção nos autos, na travessia das ruas. Ele ia pelas beiradas. Quando em quando, assomava um guarda nas esquinas. O seu coraçãozinho se apertava.

Na estação da Sorocabana perguntou as horas a uma mulher. Sempre ficam mulheres vagabundeando por ali, à noite. Pelo jardim, pelos escuros da Alameda Cleveland. Ela lhe deu, ele seguiu. Ignorava a exatidão de seus cálculos, mas provavelmente faltava mais ou menos uma hora para chegar em casa. Os bondes passavam.

(João Antônio – *Malagueta, Perus e Bacanaço*)

Discurso Indireto-Livre: ocorre uma fusão entre a fala do personagem e a fala do narrador. É um recurso relativamente recente. Surgiu com romancistas inovadores do século XX. Exemplo:

A Morte da Porta-Estandarte

Que ninguém o incomode agora. Larguem os seus braços. Rosinha está dormindo. Não acordem Rosinha. Não é preciso segurá-lo, que ele não está bêbado... O céu baixou, se abriu... Esse temporal assim é bom, porque Rosinha não sai. Tenham paciência... Largar Rosinha ali, ele não larga não... Não! E esses tambores? Ui! Que venham... É guerra... ele vai se espalhar... Por que não está malhando em sua cabeça?... (...) Ele vai tirar Rosinha da cama... Ele está dormindo, Rosinha... Fugir com ela, para o fundo do País... Abraça-la no alto de uma colina...

(Aníbal Machado)

Sequência Narrativa:

Uma narrativa não tem uma única mudança, mas várias: uma coordena-se a outra, uma implica a outra, uma subordina-se a outra. A narrativa típica tem quatro mudanças de situação:

- uma em que uma personagem passa a ter um querer ou um dever (um desejo ou uma necessidade de fazer algo);
- uma em que ela adquire um saber ou um poder (uma competência para fazer algo);
- uma em que a personagem executa aquilo que queria ou devia fazer (é a mudança principal da narrativa);
- uma em que se constata que uma transformação se deu e em que se podem atribuir prêmios ou castigos às personagens (geralmente os prêmios são para os bons, e os castigos, para os maus).



Toda narrativa tem essas quatro mudanças, pois elas se pressupõem logicamente. Com efeito, quando se constata a realização de uma mudança é porque ela se verificou, e ela efetua-se porque quem a realiza pode, sabe, quer ou deve fazê-la. Tomemos, por exemplo, o ato de comprar um apartamento: quando se assina a escritura, realiza-se o ato de compra; para isso, é necessário poder (ter dinheiro) e querer ou dever comprar (respectivamente, querer deixar de pagar aluguel ou ter necessidade de mudar, por ter sido despejado, por exemplo).

Algumas mudanças são necessárias para que outras se deem. Assim, para apanhar uma fruta, é necessário apanhar um bambu ou outro instrumento para derrubá-la. Para ter um carro, é preciso antes conseguir o dinheiro.

Narrativa e Narração

Existe alguma diferença entre as duas? Sim. A narratividade é um componente narrativo que pode existir em textos que não são narrações. A narrativa é a transformação de situações. Por exemplo, quando se diz “*Depois da abolição, incentivou-se a imigração de europeus*”, temos um texto dissertativo, que, no entanto, apresenta um componente narrativo, pois contém uma mudança de situação: do não incentivo ao incentivo da imigração européia.

Se a narrativa está presente em quase todos os tipos de texto, o que é narração?

A narração é um tipo de narrativa. Tem ela três características:

- é um conjunto de transformações de situação (o texto de Manuel Bandeira – “Porquinho-da-índia”, como vimos, preenche essa condição);
- é um texto figurativo, isto é, opera com personagens e fatos concretos (o texto “Porquinho-da-índia» preenche também esse requisito);
- as mudanças relatadas estão organizadas de maneira tal que, entre elas, existe sempre uma relação de anterioridade e posterioridade (no texto “Porquinho-da-índia» o fato de ganhar o animal é anterior ao de ele estar debaixo do fogão, que por sua vez é anterior ao de o menino levá-lo para a sala, que por seu turno é anterior ao de o porquinho-da-índia voltar ao fogão).

Essa relação de anterioridade e posterioridade é sempre pertinente num texto narrativo, mesmo que a sequência linear da temporalidade apareça alterada. Assim, por exemplo, no romance machadiano *Memórias póstumas de Brás Cubas*, quando o narrador começa contando sua morte para em seguida relatar sua vida, a sequência temporal foi modificada. No entanto, o leitor reconstitui, ao longo da leitura, as relações de anterioridade e de posterioridade.

Resumindo: na narração, as três características explicadas acima (transformação de situações, figuratividade e relações de anterioridade e posterioridade entre os episódios relatados) devem estar presentes conjuntamente. Um texto que tenha só uma ou duas dessas características não é uma narração.

Esquema que pode facilitar a elaboração de seu texto narrativo:

- Introdução: citar o fato, o tempo e o lugar, ou seja, o que aconteceu, quando e onde.
- Desenvolvimento: causa do fato e apresentação dos personagens.
- Desenvolvimento: detalhes do fato.
- Conclusão: consequências do fato.

Caracterização Formal:

Em geral, a narrativa se desenvolve na prosa. O aspecto narrativo apresenta, até certo ponto, alguma subjetividade, porquanto a criação e o colorido do contexto estão em função da individualidade e do estilo do narrador. Dependendo do *enfoque* do redator, a narração terá diversas abordagens. Assim é de grande importância saber se o relato é feito em primeira pessoa ou terceira pessoa. No primeiro caso, há a participação do narrador; segundo, há uma inferência do último através da onipresença e onisciência.

Quanto à temporalidade, não há rigor na ordenação dos acontecimentos: esses podem oscilar no tempo, transgredindo o aspecto linear e constituindo o que se denomina “*flashback*”. O narrador que usa essa técnica (característica comum no cinema moderno) demonstra maior criatividade e originalidade, podendo observar as ações zigzagueando no tempo e no espaço.

Exemplo - Personagens

“Aboletado na varanda, lendo Graciliano Ramos, O Dr. Amâncio não viu a mulher chegar.

- Não quer que se carpa o quintal, moço?

Estava um caco: mal vestida, cheirando a fumaça, a face escalavrada. Mas os olhos... (sempre guardam alguma coisa do passado, os olhos).”

(Kiefer, Charles. A dentadura postiça. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 50)



Exemplo - Espaço

Considerarei longamente meu pequeno deserto, a redondeza escura e uniforme dos seixos. Seria o leito seco de algum rio. Não havia, em todo o caso, como negar-lhe a insipidez.”

(Linda, Ieda. *As amazonas segundo tio Hermann. Porto Alegre: Movimento, 1981, p. 51*)

Exemplo - Tempo

“Sete da manhã. Honorato Madeira acorda e lembra-se: a mulher lhe pediu que a chamasse cedo.”

(Veríssimo, Érico. *Caminhos Cruzados. p.4*)

Tipologia da Narrativa Ficcional:

- Romance
- Conto
- Crônica
- Fábula
- Lenda
- Parábola
- Anekdota
- Poema Épico

Tipologia da Narrativa Não-Ficcional:

- Memorialismo
- Notícias
- Relatos
- História da Civilização

Apresentação da Narrativa:

- visual: texto escrito; legendas + desenhos (história em quadrinhos) e desenhos.
- auditiva: narrativas radiofonizadas; fitas gravadas e discos.
- audiovisual: cinema; teatro e narrativas televisionadas.

Descrição

É a representação com palavras de um objeto, lugar, situação ou coisa, onde procuramos mostrar os traços mais particulares ou individuais do que se descreve. É qualquer elemento que seja apreendido pelos sentidos e transformado, com palavras, em imagens. Sempre que se expõe com detalhes um objeto, uma pessoa ou uma paisagem a alguém, está fazendo uso da descrição. Não é necessário que seja perfeita, uma vez que o ponto de vista do observador varia de acordo com seu grau de percepção. Dessa forma, o que será importante ser analisado para um, não será para outro. A vivência de quem descreve também influencia na hora de transmitir a impressão alcançada sobre determinado objeto, pessoa, animal, cena, ambiente, emoção vivida ou sentimento.

Exemplos:

(I) “De longe via a aleia onde a tarde era clara e redonda. Mas a penumbra dos ramos cobria o atalho.

Ao seu redor havia ruídos serenos, cheiro de árvores, pequenas surpresas entre os cipós. Todo o jardim triturado pelos instantes já mais apressados da tarde. De onde vinha o meio sonho pelo qual estava rodeada? Como por um zunido de abelhas e aves. Tudo era estranho, suave demais, grande demais.”

(extraído de “Amor”, *Laços de Família, Clarice Lispector*)



(II) Chamava-se Raimundo este pequeno, e era mole, aplicado, inteligência tarda. Raimundo gastava duas horas em reter aquilo que a outros levava apenas trinta ou cinquenta minutos; vencia com o tempo o que não podia fazer logo com o cérebro. Reunia a isso grande medo ao pai. Era uma criança fina, pálida, cara doente; raramente estava alegre. Entrava na escola depois do pai e retirava-se antes. O mestre era mais severo com ele do que conosco.

(Machado de Assis. “Conto de escola”. *Contos*. 3ed. São Paulo, Ática, 1974, págs. 31-32.)

Esse texto traça o perfil de Raimundo, o filho do professor da escola que o escritor frequentava. Deve-se notar:

- que todas as frases expõem ocorrências simultâneas (ao mesmo tempo que gastava duas horas para reter aquilo que os outros levavam trinta ou cinquenta minutos, Raimundo tinha grande medo ao pai);
- por isso, não existe uma ocorrência que possa ser considerada cronologicamente anterior a outra do ponto de vista do relato (no nível dos acontecimentos, entrar na escola é cronologicamente anterior a retirar-se dela; no nível do relato, porém, a ordem dessas duas ocorrências é indiferente: o que o escritor quer é explicitar uma característica do menino, e não traçar a cronologia de suas ações);
- ainda que se fale de ações (como entrava, retirava-se), todas elas estão no pretérito imperfeito, que indica concomitância em relação a um marco temporal instalado no texto (no caso, o ano de 1840, em que o escritor frequentava a escola da rua da Costa) e, portanto, não denota nenhuma transformação de estado;
- se invertêssemos a sequência dos enunciados, não correríamos o risco de alterar nenhuma relação cronológica - poderíamos mesmo colocar o último período em primeiro lugar e ler o texto do fim para o começo: O mestre era mais severo com ele do que conosco. Entrava na escola depois do pai e retirava-se antes...

Evidentemente, quando se diz que a ordem dos enunciados pode ser invertida, está-se pensando apenas na ordem cronológica, pois, como veremos adiante, a ordem em que os elementos são descritos produz determinados efeitos de sentido.

Quando alteramos a ordem dos enunciados, precisamos fazer certas modificações no texto, pois este contém anafóricos (palavras que retomam o que foi dito antes, como ele, os, aquele, etc. ou catafóricos (palavras que anunciam o que vai ser dito, como este, etc.), que podem perder sua função e assim não ser compreendidos. Se tomarmos uma descrição como **As flores manifestavam todo o seu esplendor. O Sol fazia-as brilhar**, ao invertermos a ordem das frases, precisamos fazer algumas alterações, para que o texto possa ser compreendido: **O Sol fazia as flores brilhar. Elas manifestavam todo o seu esplendor**. Como, na versão original, o pronome oblíquo **as** é um anafórico que retoma **flores**, se alterarmos a ordem das frases ele perderá o sentido. Por isso, precisamos mudar a palavra **flores** para a primeira frase e retomá-la com o anafórico **elas** na segunda.

Por todas essas características, diz-se que o fragmento do conto de Machado é descritivo. Descrição é o tipo de texto em que se expõem características de seres concretos (pessoas, objetos, situações, etc.) consideradas fora da relação de anterioridade e de posterioridade.

Características:

- Ao fazer a descrição enumeramos características, comparações e inúmeros elementos sensoriais;
- As personagens podem ser caracterizadas física e psicologicamente, ou pelas ações;
- A descrição pode ser considerada um dos elementos constitutivos da dissertação e da argumentação;
- É impossível separar narração de descrição;
- O que se espera não é tanto a riqueza de detalhes, mas sim a capacidade de observação que deve revelar aquele que a realiza.
- Utilizam, preferencialmente, verbos de ligação. Exemplo: “(...) Ângela tinha cerca de vinte anos; **parecia** mais velha pelo desenvolvimento das proporções. Grande, carnuda, sanguínea e ferosa, **era** um desses exemplares excessivos do sexo que **parecem** conformados expressamente para esposas da multidão (...)” (Raul Pompéia – *O Ateneu*)
- Como na descrição o que se reproduz é simultâneo, não existe relação de anterioridade e posterioridade entre seus enunciados.
- Devem-se evitar os verbos **e**, se isso não for possível, que se usem então as formas nominais, o presente e o pretérito imperfeito do indicativo, dando-se sempre preferência aos verbos que indiquem estado ou fenômeno.
- Todavia deve predominar o emprego das comparações, dos adjetivos e dos advérbios, que conferem colorido ao texto.

A característica fundamental de um texto descritivo é essa inexistência de progressão temporal. Pode-se apresentar, numa descrição, até mesmo ação ou movimento, desde que eles sejam sempre simultâneos, não indicando progressão de uma situação anterior para outra posterior. Tanto é que uma das marcas linguísticas da descrição é o predomínio de verbos no presente ou no pretérito imperfeito do indicativo: o primeiro expressa concomitância em relação ao momento da fala; o segundo, em relação a um marco temporal pretérito instalado no texto.

Para transformar uma descrição numa narração, bastaria introduzir um enunciado que indicasse a passagem de um estado anterior para um posterior. No caso do texto II inicial, para transformá-lo em narração, bastaria dizer: Reunia a isso grande medo do pai. Mais tarde, libertou-se desse medo...



Características Linguísticas:

O enunciado narrativo, por ter a representação de um acontecimento, fazer-transformador, é marcado pela temporalidade, na relação situação inicial e situação final, enquanto que o enunciado descritivo, não tendo transformação, é atemporal.

Na dimensão linguística, destacam-se marcas sintático-semânticas encontradas no texto que vão facilitar a compreensão:

- Predominância de verbos de estado, situação ou indicadores de propriedades, atitudes, qualidades, usados principalmente no presente e no imperfeito do indicativo (ser, estar, haver, situar-se, existir, ficar).

- Ênfase na adjetivação para melhor caracterizar o que é descrito;

Exemplo:

“Era alto, magro, vestido todo de preto, com o pescoço entalado num colarinho direito. O rosto aguçado no queixo ia-se alargando até à calva, vasta e polida, um pouco amolgado no alto; tingia os cabelos que de uma orelha à outra lhe faziam colar por trás da nuca - e aquele preto lustroso dava, pelo contraste, mais brilho à calva; mas não tingia o bigode; tinha-o grisalho, farto, caído aos cantos da boca. Era muito pálido; nunca tirava as lunetas escuras. Tinha uma covinha no queixo, e as orelhas grandes muito despedadas do crânio.”

(Eça de Queiroz - O Primo Basílio)

- Emprego de figuras (metáforas, metonímias, comparações, sinestesias). Exemplo:

“Era o Sr. Lemos um velho de pequena estatura, não muito gordo, mas rolho e bojudo como um vaso chinês. Apesar de seu corpo rechonchudo, tinha certa vivacidade buliçosa e saltitante que lhe dava petulância de rapaz e casava perfeitamente com os olhinhos de azougue.”

(José de Alencar - Senhora)

- Uso de advérbios de localização espacial. Exemplo:

“Até os onze anos, eu morei numa casa, uma casa velha, e essa casa era assim: na frente, uma grade de ferro; depois você entrava tinha um jardimzinho; no final tinha uma escadinha que devia ter uns cinco degraus; aí você entrava na sala da frente; dali tinha um corredor comprido de onde saíam três portas; no final do corredor tinha a cozinha, depois tinha uma escadinha que ia dar no quintal e atrás ainda tinha um galpão, que era o lugar da bagunça...”

(Entrevista gravada para o Projeto NURC/RJ)

Recursos:

- Usar impressões cromáticas (cores) e sensações térmicas. Ex: O dia transcorria amarelo, frio, ausente do calor alegre do sol.
- Usar o vigor e relevo de palavras fortes, próprias, exatas, concretas. Ex: As criaturas humanas transpareciam um céu sereno, uma pureza de cristal.
- As sensações de movimento e cor embelezam o poder da natureza e a figura do homem. Ex: Era um verde transparente que deslumbrava e enlouquecia qualquer um.
- A frase curta e penetrante dá um sentido de rapidez do texto. Ex: Vida simples. Roupa simples. Tudo simples. O pessoal, muito crente.

A descrição pode ser apresentada sob duas formas:

Descrição Objetiva: quando o objeto, o ser, a cena, a passagem são apresentadas como realmente são, concretamente. Exemplo:

“Sua altura é 1,85m. Seu peso, 70kg. Aparência atlética, ombros largos, pele bronzeada. Moreno, olhos negros, cabelos negros e lisos”.



Não se dá qualquer tipo de opinião ou julgamento. Exemplo:

“A casa velha era enorme, toda em largura, com porta central que se alcançava por três degraus de pedra e quatro janelas de guilhotina para cada lado. Era feita de pau-a-pique barreado, dentro de uma estrutura de cantos e apoios de madeira-de-lei. Telhado de quatro águas. Pintada de roxo-claro. Devia ser mais velha que Juiz de Fora, provavelmente sede de alguma fazenda que tivesse ficado, capricho da sorte, na linha de passagem da variante do Caminho Novo que veio a ser a Rua Principal, depois a Rua Direita – sobre a qual ela se punha um pouco de esquelha e fugindo ligeiramente do alinhamento (...).”

(Pedro Nava – *Baú de Ossos*)

Descrição Subjetiva: quando há maior participação da emoção, ou seja, quando o objeto, o ser, a cena, a paisagem são transfigurados pela emoção de quem escreve, podendo opinar ou expressar seus sentimentos. Exemplo:

“Nas ocasiões de aparato é que se podia tomar pulso ao homem. Não só as condecorações gritavam-lhe no peito como uma couraça de grilos. Ateneu! Ateneu! Aristarco todo era um anúncio; os gestos, calmos, soberanos, calmos, eram de um rei...”

(“O Ateneu”, Raul Pompéia)

“(…) Quando conheceu Joca Ramiro, então achou outra esperança maior: para ele, Joca Ramiro era único homem, par-de-frança, capaz de tomar conta deste sertão nosso, mandando por lei, de sobregoverno.”

(Guimarães Rosa – *Grande Sertão: Veredas*)

Os efeitos de sentido criados pela disposição dos elementos descritivos:

Como se disse anteriormente, do ponto de vista da progressão temporal, a ordem dos enunciados na descrição é indiferente, uma vez que eles indicam propriedades ou características que ocorrem simultaneamente. No entanto, ela não é indiferente do ponto de vista dos efeitos de sentido: descrever de cima para baixo ou vice-versa, do detalhe para o todo ou do todo para o detalhe cria efeitos de sentido distintos.

Observe os dois quartetos do soneto “Retrato Próprio”, de Bocage:

*Magro, de olhos azuis, carão moreno,
bem servido de pés, meão de altura,
triste de facha, o mesmo de figura,
nariz alto no meio, e não pequeno.*

*Incapaz de assistir num só terreno,
mais propenso ao furor do que à ternura;
bebendo em néveas mãos por taça escura
de zelos infernais letal veneno.*

*Obras de Bocage. Porto, Lello & Irmão,
1968, pág. 497.*

O poeta descreve-se das características físicas para as características morais. Se fizesse o inverso, o sentido não seria o mesmo, pois as características físicas perderiam qualquer relevo.

O objetivo de um texto descritivo é levar o leitor a visualizar uma cena. É como traçar com palavras o retrato de um objeto, lugar, pessoa etc., apontando suas características exteriores, facilmente identificáveis (descrição objetiva), ou suas características psicológicas e até emocionais (descrição subjetiva).

Uma descrição deve privilegiar o uso frequente de adjetivos, também denominado adjetivação. Para facilitar o aprendizado desta técnica, sugere-se que o concursando, após escrever seu texto, sublinhe todos os substantivos, acrescentando antes ou depois deste um adjetivo ou uma locução adjetiva.



Descrição de objetos constituídos de uma só parte:

- Introdução: observações de caráter geral referentes à procedência ou localização do objeto descrito.
- Desenvolvimento: detalhes (1ª parte) - formato (comparação com figuras geométricas e com objetos semelhantes); dimensões (largura, comprimento, altura, diâmetro etc.)
- Desenvolvimento: detalhes (2ª parte) - material, peso, cor/brilho, textura.
- Conclusão: observações de caráter geral referentes a sua utilidade ou qualquer outro comentário que envolva o objeto como um todo.

Descrição de objetos constituídos por várias partes:

- Introdução: observações de caráter geral referentes à procedência ou localização do objeto descrito.
- Desenvolvimento: enumeração e rápidos comentários das partes que compõem o objeto, associados à explicação de como as partes se agrupam para formar o todo.
- Desenvolvimento: detalhes do objeto visto como um todo (externamente) - formato, dimensões, material, peso, textura, cor e brilho.
- Conclusão: observações de caráter geral referentes a sua utilidade ou qualquer outro comentário que envolva o objeto em sua totalidade.

Descrição de ambientes:

- Introdução: comentário de caráter geral.
- Desenvolvimento: detalhes referentes à estrutura global do ambiente: paredes, janelas, portas, chão, teto, luminosidade e aroma (se houver).
- Desenvolvimento: detalhes específicos em relação a objetos lá existentes: móveis, eletrodomésticos, quadros, esculturas ou quaisquer outros objetos.
- Conclusão: observações sobre a atmosfera que paira no ambiente.

Descrição de paisagens:

- Introdução: comentário sobre sua localização ou qualquer outra referência de caráter geral.
- Desenvolvimento: observação do plano de fundo (explicação do que se vê ao longe).
- Desenvolvimento: observação dos elementos mais próximos do observador - explicação detalhada dos elementos que compõem a paisagem, de acordo com determinada ordem.
- Conclusão: comentários de caráter geral, concluindo acerca da impressão que a paisagem causa em quem a contempla.

Descrição de pessoas (I):

- Introdução: primeira impressão ou abordagem de qualquer aspecto de caráter geral.
- Desenvolvimento: características físicas (altura, peso, cor da pele, idade, cabelos, olhos, nariz, boca, voz, roupas).
- Desenvolvimento: características psicológicas (personalidade, temperamento, caráter, preferências, inclinações, postura, objetivos).
- Conclusão: retomada de qualquer outro aspecto de caráter geral.

Descrição de pessoas (II):

- Introdução: primeira impressão ou abordagem de qualquer aspecto de caráter geral.
- Desenvolvimento: análise das características físicas, associadas às características psicológicas (1ª parte).
- Desenvolvimento: análise das características físicas, associadas às características psicológicas (2ª parte).
- Conclusão: retomada de qualquer outro aspecto de caráter geral.



A descrição, ao contrário da narrativa, não supõe ação. É uma estrutura pictórica, em que os aspectos sensoriais predominam. Porque toda técnica descritiva implica contemplação e apreensão de algo objetivo ou subjetivo, o redator, ao descrever, precisa possuir certo grau de sensibilidade. Assim como o pintor capta o mundo exterior ou interior em suas telas, o autor de uma descrição focaliza cenas ou imagens, conforme o permita sua sensibilidade.

Conforme o objetivo a alcançar, a descrição pode ser **não-literária** ou **literária**. Na descrição não-literária, há maior preocupação com a exatidão dos detalhes e a precisão vocabular. Por ser objetiva, há predominância da denotação.

Textos descritivos não-literários: A descrição técnica é um tipo de descrição objetiva: ela recria o objeto usando uma linguagem científica, precisa. Esse tipo de texto é usado para descrever aparelhos, o seu funcionamento, as peças que os compõem, para descrever experiências, processos, etc. Exemplo:

Folheto de propaganda de carro

Conforto interno - É impossível falar de conforto sem incluir o espaço interno. Os seus interiores são amplos, acomodando tranquilamente passageiros e bagagens. O Passat e o Passat Variant possuem direção hidráulica e ar condicionado de elevada capacidade, proporcionando a climatização perfeita do ambiente.

Porta-malas - O compartimento de bagagens possui capacidade de 465 litros, que pode ser ampliada para até 1500 litros, com o encosto do banco traseiro rebaixado.

Tanque - O tanque de combustível é confeccionado em plástico reciclável e posicionado entre as rodas traseiras, para evitar a deformação em caso de colisão.

Textos descritivos literários: Na descrição literária predomina o aspecto subjetivo, com ênfase no conjunto de associações conotativas que podem ser exploradas a partir de descrições de pessoas; cenários, paisagens, espaço; ambientes; situações e coisas. Vale lembrar que textos descritivos também podem ocorrer tanto em prosa como em verso.

Dissertação

A dissertação é uma exposição, discussão ou interpretação de uma determinada ideia. É, sobretudo, analisar algum tema. Pressupõe um exame crítico do assunto, lógica, raciocínio, clareza, coerência, objetividade na exposição, um planejamento de trabalho e uma habilidade de expressão. É em função da capacidade crítica que se questionam pontos da realidade social, histórica e psicológica do mundo e dos semelhantes. Vemos também, que a dissertação no seu significado diz respeito a um tipo de texto em que a exposição de uma ideia, através de argumentos, é feita com a finalidade de desenvolver um conteúdo científico, doutrinário ou artístico. Exemplo:

Há três métodos pelos quais pode um homem chegar a ser primeiro-ministro. O primeiro é saber, com prudência, como servir-se de uma pessoa, de uma filha ou de uma irmã; o segundo, como trair ou solapar os predecessores; e o terceiro, como clamar, com zelo furioso, contra a corrupção da corte. Mas um príncipe discreto prefere nomear os que se valem do último desses métodos, pois os tais fanáticos sempre se revelam os mais obsequiosos e subservientes à vontade e às paixões do amo. Tendo à sua disposição todos os cargos, conservam-se no poder esses ministros subordinando a maioria do senado, ou grande conselho, e, afinal, por via de um expediente chamado anistia (cuja natureza lhe expliquei), garantem-se contra futuras prestações de contas e retiram-se da vida pública carregados com os despojos da nação.

**Jonathan Swift. Viagens de Gulliver.
São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 234-235.**

Esse texto explica os três métodos pelos quais um homem chega a ser primeiro-ministro, aconselha o príncipe discreto a escolhê-lo entre os que clamam contra a corrupção na corte e justifica esse conselho. Observe-se que:

- o texto é temático, pois analisa e interpreta a realidade com conceitos abstratos e genéricos (não se fala de um homem particular e do que faz para chegar a ser primeiro-ministro, mas do homem em geral e de todos os métodos para atingir o poder);
- existe mudança de situação no texto (por exemplo, a mudança de atitude dos que clamam contra a corrupção da corte no momento em que se tornam primeiros-ministros);
- a progressão temporal dos enunciados não tem importância, pois o que importa é a relação de implicação (clamar contra a corrupção da corte implica ser corrupto depois da nomeação para primeiro-ministro).



Características:

- ao contrário do texto narrativo e do descritivo, ele é temático;
- como o texto narrativo, ele mostra mudanças de situação;
- ao contrário do texto narrativo, nele as relações de anterioridade e de posterioridade dos enunciados não têm maior importância
- o que importa são suas relações lógicas: analogia, pertinência, causalidade, coexistência, correspondência, implicação, etc.
- a estética e a gramática são comuns a todos os tipos de redação. Já a estrutura, o conteúdo e a estilística possuem características próprias a cada tipo de texto.

São partes da dissertação: **Introdução / Desenvolvimento / Conclusão.**

Introdução: em que se apresenta o assunto; se apresenta a ideia principal, sem, no entanto, antecipar seu desenvolvimento. Tipos:

- **Divisão:** quando há dois ou mais termos a serem discutidos. Ex: “Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro...”

- **Alusão Histórica:** um fato passado que se relaciona a um fato presente. Ex: “A crise econômica que teve início no começo dos anos 80, com os conhecidos altos índices de inflação que a década colecionou, agravou vários dos históricos problemas sociais do país. Entre eles, a violência, principalmente a urbana, cuja escalada tem sido facilmente identificada pela população brasileira.”

- **Proposição:** o autor explicita seus objetivos.

- **Convite:** proposta ao leitor para que participe de alguma coisa apresentada no texto. Ex: Você quer estar “na sua”? Quer se sentir seguro, ter o sucesso pretendido? Não entre pelo cano! Faça parte desse time de vencedores desde a escolha desse momento!

- **Contestação:** contestar uma ideia ou uma situação. Ex: “É importante que o cidadão saiba que portar arma de fogo não é a solução no combate à insegurança.”

- **Características:** caracterização de espaços ou aspectos.

- **Estatísticas:** apresentação de dados estatísticos. Ex: “Em 1982, eram 15,8 milhões os domicílios brasileiros com televisores. Hoje, são 34 milhões (o sexto maior parque de aparelhos receptores instalados do mundo). Ao todo, existem no país 257 emissoras (aquelas capazes de gerar programas) e 2.624 repetidoras (que apenas retransmitem sinais recebidos). (...)”

- **Declaração Inicial:** emitir um conceito sobre um fato.

- **Citação:** opinião de alguém de destaque sobre o assunto do texto. Ex: “A principal característica do déspota encontra-se no fato de ser ele o autor único e exclusivo das normas e das regras que definem a vida familiar, isto é, o espaço privado. Seu poder, escreve Aristóteles, é arbitrário, pois decorre exclusivamente de sua vontade, de seu prazer e de suas necessidades.”

- **Definição:** desenvolve-se pela explicação dos termos que compõem o texto.

- **Interrogação:** questionamento. Ex: “Volta e meia se faz a pergunta de praxe: afinal de contas, todo esse entusiasmo pelo futebol não é uma prova de alienação?”

- **Suspense:** alguma informação que faça aumentar a curiosidade do leitor.

- **Comparação:** social e geográfica.

- **Enumeração:** enumerar as informações. Ex: “Ação à distância, velocidade, comunicação, linha de montagem, triunfo das massas, Holocausto: através das metáforas e das realidades que marcaram esses 100 últimos anos, aparece a verdadeira doença do século...”

- **Narração:** narrar um fato.

Desenvolvimento: é a argumentação da ideia inicial, de forma organizada e progressiva. É a parte maior e mais importante do texto. Podem ser desenvolvidos de várias formas:

- **Trajetória Histórica:** cultura geral é o que se prova com este tipo de abordagem.

- **Definição:** não basta citar, mas é preciso desdobrar a ideia principal ao máximo, esclarecendo o conceito ou a definição.

- **Comparação:** estabelecer analogias, confrontar situações distintas.

- **Bilateralidade:** quando o tema proposto apresenta pontos favoráveis e desfavoráveis.

- **Ilustração Narrativa ou Descritiva:** narrar um fato ou descrever uma cena.

- **Cifras e Dados Estatísticos:** citar cifras e dados estatísticos.

- **Hipótese:** antecipa uma previsão, apontando para prováveis resultados.

- **Interrogação:** Toda sucessão de interrogações deve apresentar questionamento e reflexão.



- **Refutação:** questiona-se praticamente tudo: conceitos, valores, juízos.
- **Causa e Consequência:** estruturar o texto através dos porquês de uma determinada situação.
- **Oposição:** abordar um assunto de forma dialética.
- **Exemplificação:** dar exemplos.

Conclusão: é uma avaliação final do assunto, um fechamento integrado de tudo que se argumentou. Para ela convergem todas as ideias anteriormente desenvolvidas.

- **Conclusão Fechada:** recupera a ideia da tese.
 - **Conclusão Aberta:** levanta uma hipótese, projeta um pensamento ou faz uma proposta, incentivando a reflexão de quem lê.
- Exemplo:

Direito de Trabalho

Com a queda do feudalismo no século XV, nasce um novo modelo econômico: o capitalismo, que até o século XX agia por meio da inclusão de trabalhadores e hoje passou a agir por meio da exclusão. **(A)**

A tendência do mundo contemporâneo é tornar todo o trabalho automático, devido à evolução tecnológica e a necessidade de qualificação cada vez maior, o que provoca o desemprego. Outro fator que também leva ao desemprego de um sem número de trabalhadores é a contenção de despesas, de gastos. **(B)**

Segundo a Constituição, “preocupada” com essa crise social que provém dessa automatização e qualificação, obriga que seja feita uma lei, em que será dada absoluta garantia aos trabalhadores, de que, mesmo que as empresas sejam automatizadas, não perderão eles seu mercado de trabalho. **(C)**

Não é uma utopia?!

Um exemplo vivo são os bóias-frias que trabalham na colheita da cana de açúcar que devido ao avanço tecnológico e a lei do governador Geraldo Alkmin, defendendo o meio ambiente, proibindo a queima da cana de açúcar para a colheita e substituindo-os então pelas máquinas, desemprega milhares deles. **(D)**

Em troca os sindicatos dos trabalhadores rurais dão cursos de cabeleleiro, marcenaria, eletricitista, para não perderem o mercado de trabalho, aumentando, com isso, a classe de trabalhos informais.

Como ficam então aqueles trabalhadores que passaram à vida estudando, se especializando, para se diferenciarem e ainda estão desempregados?, como vimos no último concurso da prefeitura do Rio de Janeiro para “gari”, havia até advogado na fila de inscrição. **(E)**

Já que a Constituição dita seu valor ao social que todos têm o direito de trabalho, cabe aos governantes desse país, que almeja um futuro brilhante, deter, com urgência esse processo de desníveis gritantes e criar soluções eficazes para combater a crise generalizada **(F)**, pois a uma nação doente, miserável e desigual, não compete a tão sonhada modernidade. **(G)**

1º Parágrafo – **Introdução**

A. **Tema:** Desemprego no Brasil.

Contextualização: decorrência de um processo histórico problemático.

2º ao 6º Parágrafo – **Desenvolvimento**

B. **Argumento 1:** Exploram-se dados da realidade que remetem a uma análise do tema em questão.

C. **Argumento 2:** Considerações a respeito de outro dado da realidade.

D. **Argumento 3:** Coloca-se sob suspeita a sinceridade de quem propõe soluções.

E. **Argumento 4:** Uso do raciocínio lógico de oposição.

7º Parágrafo: **Conclusão**

F. Uma possível solução é apresentada.

G. O texto conclui que desigualdade não se casa com modernidade.

É bom lembrarmos que é praticamente impossível opinar sobre o que não se conhece. A leitura de bons textos é um dos recursos que permite uma segurança maior no momento de dissertar sobre algum assunto. Debater e pesquisar são atitudes que favorecem o senso crítico, essencial no desenvolvimento de um texto dissertativo.



Ainda temos:

Tema: compreende o assunto proposto para discussão, o assunto que vai ser abordado.

Título: palavra ou expressão que sintetiza o conteúdo discutido.

Argumentação: é um conjunto de procedimentos linguísticos com os quais a pessoa que escreve sustenta suas opiniões, de forma a torná-las aceitáveis pelo leitor. É fornecer argumentos, ou seja, razões a favor ou contra uma determinada tese.

Estes assuntos serão vistos com mais afinco posteriormente.

Alguns pontos essenciais desse tipo de texto são:

- toda dissertação é uma demonstração, daí a necessidade de pleno domínio do assunto e habilidade de argumentação;
- em consequência disso, impõem-se à fidelidade ao tema;
- a coerência é tida como regra de ouro da dissertação;
- impõem-se sempre o raciocínio lógico;
- a linguagem deve ser objetiva, denotativa; qualquer ambiguidade pode ser um ponto vulnerável na demonstração do que se quer expor. Deve ser clara, precisa, natural, original, nobre, correta gramaticalmente. O discurso deve ser impessoal (evitar-se o uso da primeira pessoa).

O parágrafo é a unidade mínima do texto e deve apresentar: uma frase contendo a ideia principal (frase nuclear) e uma ou mais frases que explicitem tal ideia.

Exemplo: “A televisão mostra uma realidade idealizada (ideia central) porque oculta os problemas sociais realmente graves. (ideia secundária)”.

Vejamos:

Ideia central: A poluição atmosférica deve ser combatida urgentemente.

Desenvolvimento: A poluição atmosférica deve ser combatida urgentemente, pois a alta concentração de elementos tóxicos põe em risco a vida de milhares de pessoas, sobretudo daquelas que sofrem de problemas respiratórios:

- A propaganda intensiva de cigarros e bebidas tem levado muita gente ao vício.
- A televisão é um dos mais eficazes meios de comunicação criados pelo homem.
- A violência tem aumentado assustadoramente nas cidades e hoje parece claro que esse problema não pode ser resolvido apenas pela polícia.
- O diálogo entre pais e filhos parece estar em crise atualmente.
- O problema dos sem-terra preocupa cada vez mais a sociedade brasileira.

O parágrafo pode processar-se de diferentes maneiras:

Enumeração: Caracteriza-se pela exposição de uma série de coisas, uma a uma. Presta-se bem à indicação de características, funções, processos, situações, sempre oferecendo o complemento necessário à afirmação estabelecida na frase nuclear. Pode-se enumerar, seguindo-se os critérios de importância, preferência, classificação ou aleatoriamente.



Exemplo:

1- O adolescente moderno está se tornando obeso por várias causas: alimentação inadequada, falta de exercícios sistemáticos e demasiada permanência diante de computadores e aparelhos de Televisão.

2- Devido à expansão das igrejas evangélicas, é grande o número de emissoras que dedicam parte da sua programação à veiculação de programas religiosos de crenças variadas.

3-

- A Santa Missa em seu lar.

- Terço Bizantino.

- Despertar da Fé.

- Palavra de Vida.

- Igreja da Graça no Lar.

4-

- Inúmeras são as dificuldades com que se defronta o governo brasileiro diante de tantos desmatamentos, desequilíbrios socio-lógicos e poluição.

- Existem várias razões que levam um homem a enveredar pelos caminhos do crime.

- A gravidez na adolescência é um problema seríssimo, porque pode trazer muitas consequências indesejáveis.

- O lazer é uma necessidade do cidadão para a sua sobrevivência no mundo atual e vários são os tipos de lazer.

- O Novo Código Nacional de trânsito divide as faltas em várias categorias.

Comparação: A frase nuclear pode-se desenvolver através da comparação, que confronta ideias, fatos, fenômenos e apresentações a semelhança ou dessemelhança.

Exemplo:

“A juventude é uma infatigável aspiração de felicidade; a velhice, pelo contrário, é dominada por um vago e persistente sentimento de dor, porque já estamos nos convencendo de que a felicidade é uma ilusão, que só o sofrimento é real”.

(Arthur Schopenhauer)

Causa e Consequência: A frase nuclear, muitas vezes, encontra no seu desenvolvimento um segmento causal (fato motivador) e, em outras situações, um segmento indicando consequências (fatos decorrentes).

Exemplos:

- O homem, dia a dia, perde a dimensão de humanidade que abriga em si, porque os seus olhos teimam apenas em ver as coisas imediatistas e lucrativas que o rodeiam.

- O espírito competitivo foi excessivamente exercido entre nós, de modo que hoje somos obrigados a viver numa sociedade fria e inamistosa.



Tempo e Espaço: Muitos parágrafos dissertativos marcam temporal e espacialmente a evolução de ideias, processos.

Exemplos:

Tempo - A comunicação de massas é resultado de uma lenta evolução. Primeiro, o homem aprendeu a grunhir. Depois deu um significado a cada grunhido. Muito depois, inventou a escrita e só muitos séculos mais tarde é que passou à comunicação de massa.

Espaço - O solo é influenciado pelo clima. Nos climas úmidos, os solos são profundos. Existe nessas regiões uma forte decomposição de rochas, isto é, uma forte transformação da rocha em terra pela umidade e calor. Nas regiões temperadas e ainda nas mais frias, a camada do solo é pouco profunda. (Melhem Adas)

Explicitação: Num parágrafo dissertativo pode-se conceituar, exemplificar e aclarar as ideias para torná-las mais compreensíveis.

Exemplo: “Artéria é um vaso que leva sangue proveniente do coração para irrigar os tecidos. Exceto no cordão umbilical e na ligação entre os pulmões e o coração, todas as artérias contêm sangue vermelho-vivo, recém oxigenado. Na artéria pulmonar, porém, corre sangue venoso, mais escuro e desoxigenado, que o coração remete para os pulmões para receber oxigênio e liberar gás carbônico”.

Antes de se iniciar a elaboração de uma dissertação, deve delimitar-se o tema que será desenvolvido e que poderá ser focado sob diversos aspectos. Se, por exemplo, o tema é a questão indígena, ela poderá ser desenvolvida a partir das seguintes ideias:

- A violência contra os povos indígenas é uma constante na história do Brasil.
- O surgimento de várias entidades de defesa das populações indígenas.
- A visão idealizada que o europeu ainda tem do índio brasileiro.
- A invasão da Amazônia e a perda da cultura indígena.

Depois de delimitar o tema que você vai desenvolver, deve fazer a estruturação do texto.

A estrutura do texto dissertativo constitui-se de:

Introdução: deve conter a ideia principal a ser desenvolvida (geralmente um ou dois parágrafos). É a abertura do texto, por isso é fundamental. Deve ser clara e chamar a atenção para dois itens básicos: os objetivos do texto e o plano do desenvolvimento. Contém a proposição do tema, seus limites, ângulo de análise e a hipótese ou a tese a ser defendida.

Desenvolvimento: exposição de elementos que vão fundamentar a ideia principal que pode vir especificada através da argumentação, de pormenores, da ilustração, da causa e da consequência, das definições, dos dados estatísticos, da ordenação cronológica, da interrogação e da citação. No desenvolvimento são usados tantos parágrafos quantos forem necessários para a completa exposição da ideia. E esses parágrafos podem ser estruturados das cinco maneiras expostas acima.

Conclusão: é a retomada da ideia principal, que agora deve aparecer de forma muito mais convincente, uma vez que já foi fundamentada durante o desenvolvimento da dissertação (um parágrafo). Deve, pois, conter de forma sintética, o objetivo proposto na instrução, a confirmação da hipótese ou da tese, acrescida da argumentação básica empregada no desenvolvimento.

Texto Argumentativo

Texto Argumentativo é o texto em que defendemos uma ideia, opinião ou ponto de vista, uma tese, procurando (por todos os meios) fazer com que nosso ouvinte/leitor aceite-a, creia nela. Num texto argumentativo, distinguem-se três componentes: **a tese, os argumentos e as estratégias argumentativas.**

Tese, ou proposição, é a ideia que defendemos, necessariamente polêmica, pois a argumentação implica divergência de opinião.

Argumento tem uma origem curiosa: vem do latim *Argumentum*, que tem o tema ARGU, cujo sentido primeiro é “fazer brilhar”, “iluminar”, a mesma raiz de “argênteo”, “argúcia”, “arguto”. Os argumentos de um texto são facilmente localizados: identificada a tese, faz-se a pergunta por quê? Exemplo: o autor é contra a pena de morte (tese). Por que... (argumentos).

Estratégias argumentativas são todos os recursos (verbais e não-verbais) utilizados para envolver o leitor/ouvinte, para impressioná-lo, para convencê-lo melhor, para persuadi-lo mais facilmente, para gerar credibilidade, etc.



A Estrutura de um Texto Argumentativo

A argumentação Formal

A nomenclatura é de Othon Garcia, em sua obra “Comunicação em Prosa Moderna”. O autor, na mencionada obra, apresenta o seguinte plano-padrão para o que chama de argumentação formal:

Proposição (tese): afirmativa suficientemente definida e limitada; não deve conter em si mesma nenhum argumento.

Análise da proposição ou tese: definição do sentido da proposição ou de alguns de seus termos, a fim de evitar mal-entendidos.

Formulação de argumentos: fatos, exemplos, dados estatísticos, testemunhos, etc.

Conclusão.

Observe o texto a seguir, que contém os elementos referidos do plano-padrão da argumentação formal.

Gramática e desempenho Linguístico

Pretende-se demonstrar no presente artigo que o estudo intencional da gramática não traz benefícios significativos para o desempenho linguístico dos utentes de uma língua.

Por “estudo intencional da gramática” entende-se o estudo de definições, classificações e nomenclatura; a realização de análises (fonológica, morfológica, sintática); a memorização de regras (de concordância, regência e colocação) - para citar algumas áreas. O “desempenho linguístico”, por outro lado, é expressão técnica definida como sendo o processo de atualização da competência na produção e interpretação de enunciados; dito de maneira mais simples, é o que se fala, é o que se escreve em condições reais de comunicação.

A polêmica pró-gramática x contra gramática é bem antiga; na verdade, surgiu com os gregos, quando surgiram as primeiras gramáticas. Definida como “arte”, “arte de escrever”, percebe-se que subjaz à definição a ideia da sua importância para a prática da língua. São da mesma época também as primeiras críticas, como se pode ler em Apolônio de Rodes, poeta Alexandrino do séc. II a.C.: “Raça de gramáticos, roedores que ratais na musa de outrem, estúpidas lagartas que sujais as grandes obras, ó flagelo dos poetas que mergulhais o espírito das crianças na escuridão, ide para o diabo, percevejos que devorais os versos belos”.

Na atualidade, é grande o número de educadores, filólogos e linguistas de reconhecido saber que negam a relação entre o estudo intencional da gramática e a melhora do desempenho linguístico do usuário. Entre esses especialistas, deve-se mencionar o nome do Prof. Celso Pedro Luft com sua obra “Língua e liberdade: por uma nova concepção de língua materna e seu ensino” (L&PM, 1995). Com efeito, o velho pesquisador apaixonado pelos problemas da língua, teórico de espírito lúcido e de larga formação linguística, reúne numa mesma obra convincente fundamentação para seu combate veemente contra o ensino da gramática em sala de aula. Por oportuno, uma citação apenas:

“Quem sabe, lendo este livro muitos professores talvez abandonem a superstição da teoria gramatical, desistindo de querer ensinar a língua por definições, classificações, análises inconsistentes e precárias hauridas em gramáticas. Já seria um grande benefício”.

Deixando-se de lado a perspectiva teórica do Mestre, acima referida suponha-se que se deva recuperar linguisticamente um jovem estudante universitário cujo texto apresente preocupantes problemas de concordância, regência, colocação, ortografia, pontuação, adequação vocabular, coesão, coerência, informatividade, entre outros. E, estimando-lhe melhoras, lhe fosse dada uma gramática que ele passaria a estudar: que é fonética? Que é fonologia? Que é fonemas? Morfema? Qual é coletivo de borboleta? O feminino de cupim? Como se chama quem nasce na Província de Entre-Douro-e-Minho? Que é oração subordinada adverbial concessiva reduzida de gerúndio? E decorasse regras de ortografia, fizesse lista de homônimos, parônimos, de verbos irregulares... e estudasse o plural de compostos, todas regras de concordância, regências... os casos de próclise, mesóclise e ênclise. E que, ao cabo de todo esse processo, se voltasse a examinar o desempenho do jovem estudante na produção de um texto. A melhora seria, indubitavelmente, pouco significativa; uma pequena melhora, talvez, na gramática da frase, mas o problema de coesão, de coerência, de informatividade - quem sabe os mais graves - haveriam de continuar. Quanto mais não seja porque a gramática tradicional não dá conta dos mecanismos que presidem à construção do texto.

Poder-se-á objetar que a ilustração de há pouco é apenas hipotética e que, por isso, um argumento de pouco valor. Contra argumentar-se-ia dizendo que situação como essa ocorre de fato na prática. Na verdade, todo o ensino de 1º e 2º graus é gramaticalista, descritivista, definitório, classificatório, nomenclaturista, prescritivista, teórico. O resultado? Aí estão as estatísticas dos vestibulares. Valendo 40 pontos a prova de redação, os escores foram estes no vestibular 1996/1, na PUC-RS: nota zero: 10% dos candidatos, nota 01: 30%; nota 02: 40%; nota 03: 15%; nota 04: 5%. Ou seja, apenas 20% dos candidatos escreveram um texto que pode ser considerado bom.



Finalmente pode-se invocar mais um argumento, lembrando que são os gramáticos, os linguistas - como especialistas das línguas - as pessoas que conhecem mais a fundo a estrutura e o funcionamento dos códigos linguísticos. Que se esperaria, de fato, se houvesse significativa influência do conhecimento teórico da língua sobre o desempenho? A resposta é óbvia: os gramáticos e os linguistas seriam sempre os melhores escritores. Como na prática isso realmente não acontece, fica provada uma vez mais a tese que se vem defendendo.

Vale também o raciocínio inverso: se a relação fosse significativa, deveriam os melhores escritores conhecer - teoricamente - a língua em profundidade. Isso, no entanto, não se confirma na realidade: Monteiro Lobato, quando estudante, foi reprovado em língua portuguesa (muito provavelmente por desconhecer teoria gramatical); Machado de Assis, ao folhar uma gramática declarou que nada havia entendido; dificilmente um Luis Fernando Veríssimo saberia o que é um morfema; nem é de se crer que todos os nossos bons escritores seriam aprovados num teste de Português à maneira tradicional (e, no entanto eles são os senhores da língua!).

Portanto, não há como salvar o ensino da língua, como recuperar linguisticamente os alunos, como promover um melhor desempenho linguístico mediante o ensino-estudo da teoria gramatical. O caminho é seguramente outro.

Gilberto Scarton

Eis o esquema do texto em seus quatro estágios:

Primeiro Estágio: primeiro parágrafo, em que se enuncia claramente a tese a ser defendida.

Segundo Estágio: segundo parágrafo, em que se definem as expressões “estudo intencional da gramática” e “desempenho lingüístico”, citadas na tese.

Terceiro Estágio: terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo e oitavo parágrafos, em que se apresentam os argumentos.

- Terceiro parágrafo: parágrafo introdutório à argumentação.
- Quarto parágrafo: argumento de autoridade.
- Quinto parágrafo: argumento com base em ilustração hipotética.
- Sexto parágrafo: argumento com base em dados estatísticos.
- Sétimo e oitavo parágrafo: argumento com base em fatos.

Quarto Estágio: último parágrafo, em que se apresenta a conclusão.

A Argumentação Informal

A nomenclatura também é de Othon Garcia, na obra já referida. A argumentação informal apresenta os seguintes estágios:

- Citação da tese adversária.
- Argumentos da tese adversária.
- Introdução da tese a ser defendida.
- Argumentos da tese a ser defendida.
- Conclusão.

Observe o texto exemplar de Luís Alberto Thompson Flores Lenz, Promotor de Justiça.

Considerações sobre justiça e equidade

Hoje, floresce cada vez mais, no mundo jurídico a acadêmico nacional, a ideia de que o julgador, ao apreciar os casos concretos que são apresentados perante os tribunais, deve nortear o seu proceder mais por critérios de justiça e equidade e menos por razões de estrita legalidade, no intuito de alcançar, sempre, o escopo da real pacificação dos conflitos submetidos à sua apreciação.

Semelhante entendimento tem sido sistematicamente reiterado, na atualidade, ao ponto de inúmeros magistrados simplesmente desprezarem ou desconsiderarem determinados preceitos de lei, fulminando ditos dilemas legais sob a pecha de injustiça ou inadequação à realidade nacional.

Abstraída qualquer pretensão de crítica ou censura pessoal aos insígnis juizes que se filiam a esta corrente, alguns dos quais reconhecidos como dos mais brilhantes do país, não nos furtamos, todavia, de tecer breves considerações sobre os perigos da generalização desse entendimento.

Primeiro, porque o mesmo, além de violar os preceitos dos arts. 126 e 127 do CPC, atenta de forma direta e frontal contra os princípios da legalidade e da separação de poderes, esteio no qual se assenta toda e qualquer ideia de democracia ou limitação de atribuições dos órgãos do Estado.

Isso é o que salientou, e com a costumeira maestria, o insuperável José Alberto dos Reis, o maior processualista português, ao afirmar que: “O magistrado não pode sobrepor os seus próprios juízos de valor aos que estão encarnados na lei. Não o pode fazer quando o caso se acha previsto legalmente, não o pode fazer mesmo quando o caso é omissivo”.



Aceitar tal aberração seria o mesmo que ferir de morte qualquer espécie de legalidade ou garantia de soberania popular proveniente dos parlamentos, até porque, na lúcida visão desse mesmo processualista, o juiz estaria, nessa situação, se arvorando, de forma absolutamente espúria, na condição de legislador.

A esta altura, adotando tal entendimento, estaria institucionalizada a insegurança social, sendo que não haveria mais qualquer garantia, na medida em que tudo estaria ao sabor dos humores e amores do juiz de plantão.

De nada adiantariam as eleições, eis que os representantes indicados pelo povo não poderiam se valer de sua maior atribuição, ou seja, a prerrogativa de editar as leis.

Desapareceriam também os juízes de conveniência e oportunidade política típicos dessas casas legislativas, na medida em que sempre poderiam ser afastados por uma esfera revisora excepcional.

A própria independência do parlamento sucumbiria integralmente frente à possibilidade de inobservância e desconsideração de suas deliberações.

Ou seja, nada restaria, de cunho democrático, em nossa civilização.

Já o Poder Judiciário, a quem legitimamente compete fiscalizar a constitucionalidade e legalidade dos atos dos demais poderes do Estado, praticamente aniquilaria as atribuições destes, ditando a eles, a todo momento, como proceder.

Nada mais é preciso dizer para demonstrar o desacerto dessa concepção.

Entretanto, a defesa desse entendimento demonstra, sem sombra de dúvidas, o desconhecimento do próprio conceito de justiça, incorrendo inclusive numa *contradictio in adjecto*.

Isto porque, e como magistralmente o salientou o insuperável Calamandrei, “a justiça que o juiz administra é, no sistema da legalidade, a justiça em sentido jurídico, isto é, no sentido mais apertado, mas menos incerto, da conformidade com o direito constituído, independentemente da correspondente com a justiça social”.

Para encerrar, basta salientar que a eleição dos meios concretos de efetivação da Justiça social compete, fundamentalmente, ao Legislativo e ao Executivo, eis que seus membros são indicados diretamente pelo povo.

Ao Judiciário cabe administrar a justiça da legalidade, adequando o proceder daqueles aos ditames da Constituição e da Legislação.

Luís Alberto Thompson Flores Lenz

Eis o esquema do texto em seus cinco estágios;

Primeiro Estágio: primeiro parágrafo, em que se cita a tese adversária.

Segundo Estágio: segundo parágrafo, em que se cita um argumento da tese adversária “... fulminando ditos dilemas legais sob a pecha de injustiça ou inadequação à realidade nacional”.

Terceiro Estágio: terceiro parágrafo, em que se introduz a tese a ser defendida.

Quarto Estágio: do quarto ao décimo quinto, em que se apresentam os argumentos.

Quinto Estágio: os últimos dois parágrafos, em que se conclui o texto mediante afirmação que salienta o que ficou dito ao longo da argumentação.

Texto Injuntivo/Instrucional

No texto injuntivo-instrucional, o leitor recebe orientações precisas no sentido de efetuar uma transformação. É marcado pela presença de tempos e modos verbais que apresentam um valor diretivo. Este tipo de texto distingue-se de uma sequência narrativa pela ausência de um sujeito responsável pelas ações a praticar e pelo caráter diretivo dos tempos e modos verbais usado e uma sequência descritiva pela transformação desejada.

Nota: Uma frase injuntiva é uma frase que exprime uma ordem, dada ao locutor, para executar (ou não executar) tal ou tal ação. As formas verbais específicas destas frases estão no modo injuntivo e o imperativo é uma das formas do injuntivo.

Textos Injuntivo-Instrucionais: Instruções de montagem, receitas, horóscopos, provérbios, slogans... são textos que incitam à ação, impõem regras; textos que fornecem instruções. São orientados para um comportamento futuro do destinatário.



Texto Injuntivo - A necessidade de explicar e orientar por escrito o modo de realizar determinados procedimentos, manipular instrumentos, desenvolver atividades lúdicas e desempenhar algumas funções profissionais, por exemplo, deu origem aos chamados textos injuntivos, nos quais prevalece a função apelativa da linguagem, criando-se uma relação direta com o receptor. É comum aos textos dessa natureza o uso dos verbos no imperativo (Abra o caderno de questões) ou no infinitivo (É preciso abrir o caderno de questões, verificar o número de alternativas...). Não apresenta caráter coercitivo, haja vista que apenas induz o interlocutor a proceder desta ou daquela forma. Assim, torna-se possível substituir um determinado procedimento em função de outro, como é o caso do que ocorre com os ingredientes de uma receita culinária, por exemplo. São exemplos dessa modalidade:

- A mensagem revelada pela maioria dos livros de autoajuda;
- O discurso manifestado mediante um manual de instruções;
- As instruções materializadas por meio de uma receita culinária.

Texto Instrucional - o texto instrucional é um tipo de texto injuntivo, didático, que tem por objetivo justamente apresentar orientações ao receptor para que ele realize determinada atividade. Como as palavras do texto serão transformadas em ações visando a um objetivo, ou seja, algo deverá ser concretizado, é de suma importância que nele haja clareza e objetividade. Dependendo do que se trata, é imprescindível haver explicações ou enumerações em que estejam elencados os materiais a serem utilizados, bem como os itens de determinados objetos que serão manipulados. Por conta dessas características, é necessário um título objetivo. Quanto à pontuação, frequentemente empregam-se dois pontos, vírgulas e pontos e vírgulas. É possível separar as orientações por itens ou de modo coeso, por meio de períodos. Alguns textos instrucionais possuem subtítulos separando em tópicos as instruções, basta reparar nas bulas de remédios, manuais de instruções e receitas. Pelo fato de o espaço destinado aos textos instrucionais geralmente não ser muito extenso, recomenda-se o uso de períodos. Leia os exemplos.

Texto organizado em itens:

Para economizar nas compras

Quem deseja economizar ao comprar deve:

- estabelecer um valor máximo para gastar;
- escolher previamente aquilo que deseja comprar antes de ir à loja ou entrar em sites de compra;
- pesquisar os preços em diferentes lojas e sites, se possível;
- não se deixar levar completamente pelas sugestões dos vendedores nem pelos apelos das propagandas;
- optar pela forma de pagamento mais cômoda, sem se esquecer de que o uso do cartão de crédito exige certa cautela e planejamento.

Do mais, é só ir às compras e aproveitar!

Texto organizado em períodos:

Para economizar nas compras

Para economizar ao comprar, primeiramente estabeleça um valor máximo para gastar e então escolha previamente aquilo que deseja comprar antes de ir à loja ou entrar em sites de compra. Se possível, pesquise os preços em diferentes lojas e sites; não se deixe levar completamente pelas sugestões dos vendedores nem pelos apelos das propagandas e opte pela forma de pagamento mais cômoda: não se esqueça de que o uso do cartão de crédito exige certa cautela e planejamento.

Do mais, aproveite as compras!

Observe que, embora ambos os textos tratem do mesmo assunto, o segundo é uma adaptação do primeiro: tanto o modo verbal quanto a pontuação sofreram alterações; além disso, algumas palavras foram omitidas e outras acrescentadas. Isso ocorreu para que o aspecto instrucional, conferido pelos itens do primeiro exemplo, não se perdesse no segundo texto, o qual, sem essas adaptações, passaria a impressão de ser um mero texto expositivo.



3. FATORES DE TEXTUALIDADE;

Coesão

Uma das propriedades que distinguem um texto de um amontoado de frases é a relação existente entre os elementos que os constituem. A coesão textual é a ligação, a relação, a conexão entre palavras, expressões ou frases do texto. Ela manifesta-se por elementos gramaticais, que servem para estabelecer vínculos entre os componentes do texto. Observe:

“O iraquiano leu sua declaração num bloquinho comum de anotações, que segurava na mão.”

Nesse período, o pronome relativo “que” estabelece conexão entre as duas orações. *O iraquiano leu sua declaração num bloquinho comum de anotações e segurava na mão*, retomando na segunda um dos termos da primeira: *bloquinho*. O pronome relativo é um elemento coesivo, e a conexão entre as duas orações, um fenômeno de coesão. Leia o texto que segue:

Arroz-doce da infância

Ingredientes

1 litro de leite desnatado

150g de arroz cru lavado

1 pitada de sal

4 colheres (sopa) de açúcar

1 colher (sobremesa) de canela em pó

Preparo

Em uma panela ferva o leite, acrescente o arroz, a pitada de sal e mexa sem parar até cozinhar o arroz. Adicione o açúcar e deixe no fogo por mais 2 ou 3 minutos. Despeje em um recipiente, polvilhe a canela. Sirva.

***Cozinha Clássica Baixo Colesterol, nº4.
São Paulo, InCor, agosto de 1999, p. 42.***

Toda receita culinária tem duas partes: lista dos ingredientes e modo de preparar. As informações apresentadas na primeira são retomadas na segunda. Nesta, os nomes mencionados pela primeira vez na lista de ingredientes vêm precedidos de artigo definido, o qual exerce, entre outras funções, a de indicar que o termo determinado por ele se refere ao mesmo ser a que uma palavra idêntica já fizera menção.

No nosso texto, por exemplo, quando se diz que se adiciona *o açúcar*, o artigo citado na primeira parte. Se dissesse apenas *adicione açúcar*, deveria adicionar, pois se trataria de outro açúcar, diverso daquele citado no rol dos ingredientes.

Há dois tipos principais de mecanismos de coesão: retomada ou antecipação de palavras, expressões ou frases e encadeamento de segmentos.

Retomada ou Antecipação por meio de uma palavra gramatical (pronome, verbos ou advérbios)

“No mercado de trabalho brasileiro, ainda hoje não há total igualdade entre homens e mulheres: estas ainda ganham menos do que aqueles em cargos equivalentes.”

Nesse período, o pronome demonstrativo “*estas*” retoma o termo *mulheres*, enquanto “*aqueles*” recupera a palavra *homens*.

Os termos que servem para retomar outros são denominados anafóricos; os que servem para anunciar, para antecipar outros são chamados catafóricos. No exemplo a seguir, *desta* antecipa *abandonar a faculdade no último ano*:

“Já viu uma loucura desta, abandonar a faculdade no último ano?”



São anafóricos ou catafóricos os pronomes demonstrativos, os pronomes relativos, certos advérbios ou locuções adverbiais (nesse momento, então, lá), o verbo fazer, o artigo definido, os pronomes pessoais de 3ª pessoa (ele, o, a, os, as, lhe, lhes), os pronomes indefinidos. Exemplos:

“Ele era muito diferente de seu mestre, a quem sucedera na cátedra de Sociologia na Universidade de São Paulo.”

O pronome relativo “quem” retoma o substantivo *mestre*.

“As pessoas simplificam Machado de Assis; elas o veem como um pensador cínico e descrente do amor e da amizade.”

O pronome pessoal “elas” recupera o substantivo *pessoas*; o pronome pessoal “o” retoma o nome *Machado de Assis*.

“Os dois homens caminhavam pela calçada, ambos trajando roupa escura.”

O numeral “ambos” retoma a expressão *os dois homens*.

“Fui ao cinema domingo e, chegando lá, fiquei desanimado com a fila.”

O advérbio “lá” recupera a expressão *ao cinema*.

“O governador vai pessoalmente inaugurar a creche dos funcionários do palácio, e o fará para demonstrar seu apreço aos servidores.”

A forma verbal “*fará*” retoma a perífrase verbal *vai inaugurar* e seu complemento.

- Em princípio, o termo a que o anafórico se refere deve estar presente no texto, senão a coesão fica comprometida, como neste exemplo:

“André é meu grande amigo. Começou a namorá-la há vários meses.”

A rigor, não se pode dizer que o pronome “*la*” seja um anafórico, pois não está retomando nenhuma das palavras citadas antes. Exatamente por isso, o sentido da frase fica totalmente prejudicado: não há possibilidade de se depreender o sentido desse pronome.

Pode ocorrer, no entanto, que o anafórico não se refira a nenhuma palavra citada anteriormente no interior do texto, mas que possa ser inferida por certos pressupostos típicos da cultura em que se inscreve o texto. É o caso de um exemplo como este:

“O casamento teria sido às 20 horas. O noivo já estava desesperado, porque eram 21 horas e ela não havia comparecido.”

Por dados do contexto cultural, sabe-se que o pronome “*ela*” é um anafórico que só pode estar-se referindo à palavra *noiva*. Num casamento, estando presente o noivo, o desespero só pode ser pelo atraso da noiva (representada por “*ela*” no exemplo citado).

- O artigo indefinido serve geralmente para introduzir informações novas ao texto. Quando elas forem retomadas, deverão ser precedidas do artigo definido, pois este é que tem a função de indicar que o termo por ele determinado é idêntico, em termos de valor referencial, a um termo já mencionado.

*“O encarregado da limpeza encontrou **uma** carteira na sala de espetáculos. Curiosamente, **a** carteira tinha muito dinheiro dentro, mas nem um documento sequer.”*

- Quando, em dado contexto, o anafórico pode referir-se a dois termos distintos, há uma ruptura de coesão, porque ocorre uma ambiguidade insolúvel. É preciso que o texto seja escrito de tal forma que o leitor possa determinar exatamente qual é a palavra retomada pelo anafórico.

“Durante o ensaio, o ator principal brigou com o diretor por causa da sua arrogância.”

O anafórico “*sua*” pode estar-se referindo tanto à palavra *ator* quanto a *diretor*.



“André brigou com o ex-namorado de uma amiga, que trabalha na mesma firma.”

Não se sabe se o anafórico “*que*” está se referindo ao termo *amiga* ou a *ex-namorado*. Permutando o anafórico “*que*” por “*o qual*” ou “*a qual*”, essa ambiguidade seria desfeita.

Retomada por palavra lexical **(substantivo, adjetivo ou verbo)**

Uma palavra pode ser retomada, quer por uma repetição, quer por uma substituição por sinônimo, hiperônimo, hipônimo ou antonômasia.

Sinônimo é o nome que se dá a uma palavra que possui o mesmo sentido que outra, ou sentido bastante aproximado: *injúria* e *afronta*, *alegre* e *contente*.

Hiperônimo é um termo que mantém com outro uma relação do tipo *contém/está contido*;

Hipônimo é uma palavra que mantém com outra uma relação do tipo *está contido/contém*. O significado do termo *rosa* está contido no de *flor* e o de *flor* contém o de *rosa*, pois toda rosa é uma flor, mas nem toda flor é uma rosa. *Flor* é, pois, hiperônimo de *rosa*, e esta palavra é hipônimo daquela.

Antonômasia é a substituição de um nome próprio por um nome comum ou de um comum por um próprio. Ela ocorre, principalmente, quando uma pessoa célebre é designada por uma característica notória ou quando o nome próprio de uma personagem famosa é usada para designar outras pessoas que possuam a mesma característica que a distingue:

“O rei do futebol (=Pelé) som podia ser um brasileiro.”

“O herói de dois mundos (=Garibaldi) foi lembrado numa recente minissérie de tevê.”

Referência ao fato notório de Giuseppe Garibaldi haver lutado pela liberdade na Europa e na América.

“Ele é um héracles (=um homem muito forte).”

Referência à força física que caracteriza o herói grego Hércules.

“Um presidente da República tem uma agenda de trabalho extremamente carregada. Deve receber ministros, embaixadores, visitantes estrangeiros, parlamentares; precisa a todo momento tomar graves decisões que afetam a vida de muitas pessoas; necessita acompanhar tudo o que acontece no Brasil e no mundo. Um presidente deve começar a trabalhar ao raiar do dia e terminar sua jornada altas horas da noite.”

A repetição do termo *presidente* estabelece a coesão entre o último período e o que vem antes dele.

“Observava as estrelas, os planetas, os satélites. Os astros sempre o atraíram.”

Os dois períodos estão relacionados pelo hiperônimo *astros*, que recupera os hipônimos *estrelas*, *planetas*, *satélites*.

“Eles (os alquimistas) acreditavam que o organismo do homem era regido por humores (fluidos orgânicos) que percorriam, ou apenas existiam, em maior ou menor intensidade em nosso corpo. Eram quatro os humores: o sangue, a fleuma (secreção pulmonar), a bile amarela e a bile negra. E eram também estes quatro fluidos ligados aos quatro elementos fundamentais: ao Ar (seco), à Água (úmido), ao Fogo (quente) e à Terra (frio), respectivamente.”

Ziraldo. In: Revista Vozes, nº3, abril de 1970, p.18.

Nesse texto, a ligação entre o segundo e o primeiro períodos se faz pela repetição da palavra *humores*; entre o terceiro e o segundo se faz pela utilização do sinônimo *fluidos*.

É preciso manejar com muito cuidado a repetição de palavras, pois, se ela não for usada para criar um efeito de sentido de intensificação, constituirá uma falha de estilo. No trecho transcrito a seguir, por exemplo, fica claro o uso da repetição da palavra *vice* e outras parecidas (*vicissitudes*, *vicejam*, *viciem*), com a evidente intenção de ridicularizar a condição secundária que um provável flamenguista atribui ao Vasco e ao seu Vice-presidente:



“Recebi por esses dias um e-mail com uma série de piadas sobre o pouco simpático Eurico Miranda. Faltam-me provas, mas tudo leva a crer que o remetente seja um flamenguista.”

Segundo o texto, Eurico nasceu para ser vice: é vice-presidente do clube, vice-campeão carioca e bi vice-campeão mundial. E isso sem falar do vice no Carioca de futsal, no Carioca de basquete, no Brasileiro de basquete e na Taça Guanabara. São vicissitudes que vicejam. Espero que não viciem.

José Roberto Torero. In: Folha de S. Paulo, 08/03/2000, p. 4-7.

A **elipse** é o apagamento de um segmento de frase que pode ser facilmente recuperado pelo contexto. Também constitui um expediente de coesão, pois é o apagamento de um termo que seria repetido, e o preenchimento do vazio deixado pelo termo apagado (=elíptico) exige, necessariamente, que se faça correlação com outros termos presentes no contexto, ou referidos na situação em que se desenrola a fala.

Vejamos estes versos do poema “Círculo vicioso”, de Machado de Assis:

(...)

Mas a lua, fitando o sol, com azedume:

*“Mísera! Tivesse eu aquela enorme, aquela
Claridade imorta, que toda a luz resume!”*

Obra completa. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, v.III, p. 151.

Nesse caso, o verbo *dizer*, que seria enunciado antes daquilo que disse a lua, isto é, antes das aspas, fica subentendido, é omitido por ser facilmente presumível.

Qualquer segmento da frase pode sofrer elipse. Veja que, no exemplo abaixo, é o sujeito *meu pai* que vem elidido (ou apagado) antes de *sentiu* e *parou*:

“Meu pai começou a andar novamente, sentiu a pontada no peito e parou.”

Pode ocorrer também elipse por antecipação. No exemplo que segue, aquela *promoção* é complemento tanto de *querer* quanto de *desejar*, no entanto aparece apenas depois do segundo verbo:

“Ficou muito deprimido com o fato de ter sido preferido. Afinal, queria muito, desejava ardentemente aquela promoção.”

Quando se faz essa elipse por antecipação com verbos que têm regência diferente, a coesão é rompida. Por exemplo, não se deve dizer “*Conheço e gosto deste livro*”, pois o verbo *conhecer* rege complemento não introduzido por preposição, e a elipse retoma o complemento inteiro, portanto teríamos uma preposição indevida: “*Conheço (deste livro) e gosto deste livro*”. Em “*Implico e dispenso sem dó os estranhos palpiteiros*”, diferentemente, no complemento em elipse faltaria a preposição “*com*” exigida pelo verbo *implicar*.

Nesses casos, para assegurar a coesão, o recomendável é colocar o complemento junto ao primeiro verbo, respeitando sua regência, e retomá-lo após o segundo por um anafórico, acrescentando a preposição devida (Conheço este livro e gosto dele) ou eliminando a indevida (Implico com estranhos palpiteiros e os dispenso sem dó).

Coesão por Conexão

Há na língua uma série de palavras ou locuções que são responsáveis pela concatenação ou relação entre segmentos do texto. Esses elementos denominam-se **conectores** ou operadores discursivos. Por exemplo: *visto que, até, ora, no entanto, contudo, ou seja*.

Note-se que eles fazem mais do que ligar partes do texto: estabelecem entre elas relações semânticas de diversos tipos, como contrariedade, causa, consequência, condição, conclusão, etc. Essas relações exercem função argumentativa no texto, por isso os operadores discursivos não podem ser usados indiscriminadamente.

Na frase “*O time apresentou um bom futebol, mas não alcançou a vitória*”, por exemplo, o conector “*mas*” está adequadamente usado, pois ele liga dois segmentos com orientação argumentativa contrária. Se fosse utilizado, nesse caso, o conector “*portanto*”, o resultado seria um paradoxo semântico, pois esse operador discursivo liga dois segmentos com a mesma orientação argumentativa, sendo o segmento introduzido por ele a conclusão do anterior.



- **Gradação:** há operadores que marcam uma gradação numa série de argumentos orientados para uma mesma conclusão. Distinguem-se eles, em dois subtipos: os que indicam o argumento mais forte de uma série: *até, mesmo, até mesmo, inclusive*, e os que subentendem uma escala com argumentos mais fortes: *ao menos, pelo menos, no mínimo, no máximo, quando muito*.

*“Ele é um bom conferencista: tem uma voz bonita, é bem articulado, conhece bem o assunto de que fala e é **até** sedutor.”*

Toda a série de qualidades está orientada no sentido de comprovar que ele é bom conferencista; dentro dessa série, ser sedutor é considerado o argumento mais forte.

*“Ele é ambicioso e tem grande capacidade de trabalho. Chegará a ser **pelo menos** diretor da empresa.”*

Pelo menos introduz um argumento orientado no mesmo sentido de ser ambicioso e ter grande capacidade de trabalho; por outro lado, subentende que há argumentos mais fortes para comprovar que ele tem as qualidades requeridas dos que vão longe (por exemplo, ser presidente da empresa) e que se está usando o menos forte; *ao menos, pelo menos e no mínimo* ligam argumentos de valor positivo.

*“Ele não é bom aluno. **No máximo** vai terminar o segundo grau.”*

No máximo introduz um argumento orientado no mesmo sentido de ter muita dificuldade de aprender; supõe que há uma escala argumentativa (por exemplo, fazer uma faculdade) e que se está usando o argumento menos forte da escala no sentido de provar a afirmação anterior; *no máximo e quando muito* estabelecem ligação entre argumentos de valor depreciativo.

- **Conjunção Argumentativa:** há operadores que assinalam uma conjunção argumentativa, ou seja, ligam um conjunto de argumentos orientados em favor de uma dada conclusão: *e, também, ainda, nem, não só... mas também, tanto... como, além de, a par de*.

“Se alguém pode tomar essa decisão é você. Você é o diretor da escola, é muito respeitado pelos funcionários e também é muito querido pelos alunos.”

Arrolam-se três argumentos em favor da tese que é o interlocutor quem pode tomar uma dada decisão. O último deles é introduzido por *“e também”*, que indica um argumento final na mesma direção argumentativa dos precedentes.

Esses operadores introduzem novos argumentos; não significam, em hipótese nenhuma, a repetição do que já foi dito. Ou seja, só podem ser ligados com conectores de conjunção segmentos que representam uma progressão discursiva. É possível dizer *“Disfarçou as lágrimas que o assaltaram e continuou seu discurso”*, porque o segundo segmento indica um desenvolvimento da exposição. Não teria cabimento usar operadores desse tipo para ligar dois segmentos como *“Disfarçou as lágrimas que o assaltaram e escondeu o choro que tomou conta dele”*.

- **Disjunção Argumentativa:** há também operadores que indicam uma disjunção argumentativa, ou seja, fazem uma conexão entre segmentos que levam a conclusões opostas, que têm orientação argumentativa diferente: *ou, ou então, quer... quer, seja... seja, caso contrário, ao contrário*.

*“Não agredi esse imbecil. **Ao contrário**, ajudei a separar a briga, para que ele não apanhasse.”*

O argumento introduzido por *ao contrário* é diametralmente oposto àquele de que o falante teria agredido alguém.

- **Conclusão:** existem operadores que marcam uma conclusão em relação ao que foi dito em dois ou mais enunciados anteriores (geralmente, uma das afirmações de que decorre a conclusão fica implícita, por manifestar uma voz geral, uma verdade universalmente aceita): *logo, portanto, por conseguinte, pois* (o *pois* é conclusivo quando não encabeça a oração).

“Essa guerra é uma guerra de conquista, pois visa ao controle dos fluxos mundiais de petróleo. Por conseguinte, não é moralmente defensável.”

Por conseguinte introduz uma conclusão em relação à afirmação exposta no primeiro período.



- **Comparação:** outros importantes operadores discursivos são os que estabelecem uma comparação de igualdade, superioridade ou inferioridade entre dois elementos, com vistas a uma conclusão contrária ou favorável a certa ideia: *tanto... quanto, tão... como, mais... (do) que*.

“Os problemas de fuga de presos serão tanto mais graves quanto maior for a corrupção entre os agentes penitenciários.”

O comparativo de igualdade tem no texto uma função argumentativa: mostrar que o problema da fuga de presos cresce à medida que aumenta a corrupção entre os agentes penitenciários; por isso, os segmentos podem até ser permutáveis do ponto de vista sintático, mas não o são do ponto de vista argumentativo, pois não há igualdade argumentativa proposta, *“Tanto maior será a corrupção entre os agentes penitenciários quanto mais grave for o problema da fuga de presos”*.

Muitas vezes a permutação dos segmentos leva a conclusões opostas: Imagine-se, por exemplo, o seguinte diálogo entre o diretor de um clube esportivo e o técnico de futebol:

“ __Precisamos promover atletas das divisões de base para reforçar nosso time.
__Qualquer atleta das divisões de base é **tão bom quanto** os do time principal.”

Nesse caso, o argumento do técnico é a favor da promoção, pois ele declara que qualquer atleta das divisões de base tem, pelo menos, o mesmo nível dos do time principal, o que significa que estes não primam exatamente pela excelência em relação aos outros. Suponhamos, agora, que o técnico tivesse invertido os segmentos na sua fala:

“ __Qualquer atleta do time principal é **tão bom quanto** os das divisões de base.”

Nesse caso, seu argumento seria contra a necessidade da promoção, pois ele estaria declarando que os atletas do time principal são tão bons quanto os das divisões de base.

- **Explicação ou Justificativa:** há operadores que introduzem uma explicação ou uma justificativa em relação ao que foi dito anteriormente: *porque, já que, que, pois*.

“Já que os Estados Unidos invadiram o Iraque sem autorização da ONU, devem arcar sozinhos com os custos da guerra.”

Já que inicia um argumento que dá uma justificativa para a tese de que os Estados Unidos devam arcar sozinhos com o custo da guerra contra o Iraque.

- **Contrajunção:** os operadores discursivos que assinalam uma relação de contrajunção, isto é, que ligam enunciados com orientação argumentativa contrária, são as conjunções adversativas (*mas, contudo, todavia, no entanto, entretanto, porém*) e as concessivas (*embora, apesar de, apesar de que, conquanto, ainda que, posto que, se bem que*).

Qual é a diferença entre as adversativas e as concessivas, se tanto umas como outras ligam enunciados com orientação argumentativa contrária?

Nas adversativas, prevalece a orientação do segmento introduzido pela conjunção.

“O atleta pode cair por causa do impacto, mas se levanta mais decidido a vencer.”

Nesse caso, a primeira oração conduz a uma conclusão negativa sobre um processo ocorrido com o atleta, enquanto a começada pela conjunção *“mas”* leva a uma conclusão positiva. Essa segunda orientação é a mais forte.

Compare-se, por exemplo, *“Ela é simpática, mas não é bonita”* com *“Ela não é bonita, mas é simpática”*. No primeiro caso, o que se quer dizer é que a simpatia é suplantada pela falta de beleza; no segundo, que a falta de beleza perde relevância diante da simpatia. Quando se usam as conjunções adversativas, introduz-se um argumento com vistas a determinada conclusão, para, em seguida, apresentar um argumento decisivo para uma conclusão contrária.

Com as conjunções concessivas, a orientação argumentativa que predomina é a do segmento não introduzido pela conjunção.

“Embora haja conexão entre saber escrever e saber gramática, trata-se de capacidades diferentes.”

A oração iniciada por *“embora”* apresenta uma orientação argumentativa no sentido de que saber escrever e saber gramática são duas coisas interligadas; a oração principal conduz à direção argumentativa contrária.



Quando se utilizam conjunções concessivas, a estratégia argumentativa é a de introduzir no texto um argumento que, embora tido como verdadeiro, será anulado por outro mais forte com orientação contrária.

A diferença entre as adversativas e as concessivas, portanto, é de estratégia argumentativa. Compare os seguintes períodos:

“Por mais que o exército tivesse planejado a operação (argumento mais fraco), a realidade mostrou-se mais complexa (argumento mais forte).”

“O exército planejou minuciosamente a operação (argumento mais fraco), mas a realidade mostrou-se mais complexa (argumento mais forte).”

- **Argumento Decisivo:** há operadores discursivos que introduzem um argumento decisivo para derrubar a argumentação contrária, mas apresentando-o como se fosse um acréscimo, como se fosse apenas algo mais numa série argumentativa: *além do mais, além de tudo, além disso, ademais.*

“Ele está num período muito bom da vida: começou a namorar a mulher de seus sonhos, foi promovido na empresa, recebeu um prêmio que ambicionava havia muito tempo e, além disso, ganhou uma bolada na loteria.”

O operador discursivo introduz o que se considera a prova mais forte de que *“Ele está num período muito bom da vida”*; no entanto, essa prova é apresentada como se fosse apenas mais uma.

- **Generalização ou Amplificação:** existem operadores que assinalam uma generalização ou uma amplificação do que foi dito antes: *de fato, realmente, como aliás, também, é verdade que.*

“O problema da erradicação da pobreza passa pela geração de empregos. De fato, só o crescimento econômico leva ao aumento de renda da população.”

O conector introduz uma amplificação do que foi dito antes.

“Ele é um técnico retranqueiro, como aliás o são todos os que atualmente militam no nosso futebol.”

O conector introduz uma generalização ao que foi afirmado: não *“ele”*, mas todos os técnicos do nosso futebol são retranqueiros.

- **Especificação ou Exemplificação:** também há operadores que marcam uma especificação ou uma exemplificação do que foi afirmado anteriormente: *por exemplo, como.*

“A violência não é um fenômeno que está disseminado apenas entre as camadas mais pobres da população. Por exemplo, é crescente o número de jovens da classe média que estão envolvidos em toda sorte de delitos, dos menos aos mais graves.”

Por exemplo assinala que o que vem a seguir especifica, exemplifica a afirmação de que a violência não é um fenômeno adstrito aos membros das *“camadas mais pobres da população”*.

- **Retificação ou Correção:** há ainda os que indicam uma retificação, uma correção do que foi afirmado antes: *ou melhor, de fato, pelo contrário, ao contrário, isto é, quer dizer, ou seja, em outras palavras.* Exemplo:

“Vou-me casar neste final de semana. Ou melhor, vou passar a viver junto com minha namorada.”

O conector inicia um segmento que retifica o que foi dito antes.

Esses operadores servem também para marcar um esclarecimento, um desenvolvimento, uma redefinição do conteúdo enunciado anteriormente. Exemplo:

“A última tentativa de proibir a propaganda de cigarros nas corridas de Fórmula 1 não vingou. De fato, os interesses dos fabricantes mais uma vez prevaleceram sobre os da saúde.”

O conector introduz um esclarecimento sobre o que foi dito antes.

Servem ainda para assinalar uma atenuação ou um reforço do conteúdo de verdade de um enunciado. Exemplo:



“Quando a atual oposição estava no comando do país, não fez o que exige hoje que o governo faça. Ao contrário, suas políticas iam na direção contrária do que prega atualmente.”

O conector introduz um argumento que reforça o que foi dito antes.

- **Explicação:** há operadores que desencadeiam uma explicação, uma confirmação, uma ilustração do que foi afirmado antes: *assim, desse modo, dessa maneira.*

“O exército inimigo não desejava a paz. Assim, enquanto se processavam as negociações, atacou de surpresa.”

O operador introduz uma confirmação do que foi afirmado antes.

Coesão por Justaposição

É a coesão que se estabelece com base na sequência dos enunciados, marcada ou não com sequenciadores. Examinemos os principais sequenciadores.

- **Sequenciadores Temporais:** são os indicadores de anterioridade, concomitância ou posterioridade: *dois meses depois, uma semana antes, um pouco mais tarde, etc.* (são utilizados predominantemente nas narrações).

“Uma semana antes de ser internado gravemente doente, ele esteve conosco. Estava alegre e cheio de planos para o futuro.”

- **Sequenciadores Espaciais:** são os indicadores de posição relativa no espaço: *à esquerda, à direita, junto de, etc.* (são usados principalmente nas descrições).

“A um lado, duas estatuetas de bronze dourado, representando o amor e a castidade, sustentam uma cúpula oval de forma ligeira, donde se desdobram até o pavimento bambolins de cassa finíssima. (...) Do outro lado, há uma lareira, não de fogo, que o dispensa nosso ameno clima fluminense, ainda na maior força do inverno.”

**José de Alencar. Senhora.
São Paulo, FTD, 1992, p. 77.**

- **Sequenciadores de Ordem:** são os que assinalam a ordem dos assuntos numa exposição: *primeiramente, em segunda, a seguir, finalmente, etc.*

“Para mostrar os horrores da guerra, falarei, inicialmente, das agruras por que passam as populações civis; em seguida, discorrerei sobre a vida dos soldados na frente de batalha; finalmente, exporei suas consequências para a economia mundial e, portanto, para a vida cotidiana de todos os habitantes do planeta.”

- **Sequenciadores para Introdução:** são os que, na conversação principalmente, servem para introduzir um tema ou mudar de assunto: *a propósito, por falar nisso, mas voltando ao assunto, fazendo um parêntese, etc.*

“Joaquim viveu sempre cercado do carinho de muitas pessoas. A propósito, era um homem que sabia agradar às mulheres.”

- **Operadores discursivos não explicitados:** se o texto for construído sem marcadores de sequenciação, o leitor deverá inferir, a partir da ordem dos enunciados, os operadores discursivos não explicitados na superfície textual. Nesses casos, os lugares dos diferentes conectores estarão indicados, na escrita, pelos sinais de pontuação: ponto-final, vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos.

“A reforma política é indispensável. Sem a existência da fidelidade partidária, cada parlamentar vota segundo seus interesses e não de acordo com um programa partidário. Assim, não há bases governamentais sólidas.”

Esse texto contém três períodos. O segundo indica a causa de a reforma política ser indispensável. Portanto o ponto-final do primeiro período está no lugar de um *porque*.

A língua tem um grande número de conectores e sequenciadores. Apresentamos os principais e explicamos sua função. É preciso ficar atento aos fenômenos de coesão. Mostramos que o uso inadequado dos conectores e a utilização inapropriada dos anafóricos ou catafóricos geram rupturas na coesão, o que leva o texto a não ter sentido ou, pelo menos, a não ter o sentido desejado. Outra falha comum no que tange a coesão é a falta de partes indispensáveis da oração ou do período. Analisemos este exemplo:

“As empresas que anunciaram que apoiariam a campanha de combate à fome que foi lançada pelo governo federal.”



O período compõe-se de:

- *As empresas*
- *que anunciaram* (oração subordinada adjetiva restritiva da primeira oração)
- *que apoiariam a campanha de combate à fome* (oração subordinada substantiva objetiva direta da segunda oração)
- *que foi lançada pelo governo federal* (oração subordinada adjetiva restritiva da terceira oração).

Observe-se que falta o predicado da primeira oração. Quem escreveu o período começou a encadear orações subordinadas e “esqueceu-se” de terminar a principal.

Quebras de coesão desse tipo são mais comuns em períodos longos. No entanto, mesmo quando se elaboram períodos curtos é preciso cuidar para que sejam sintaticamente completos e para que suas partes estejam bem conectadas entre si.

Para que um conjunto de frases constitua um texto, não basta que elas estejam coesas: se não tiverem unidade de sentido, mesmo que aparentemente organizadas, elas não passarão de um amontoado injustificado. Exemplo:

“Vivo há muitos anos em São Paulo. A cidade tem excelentes restaurantes. Ela tem bairros muito pobres. Também o Rio de Janeiro tem favelas.”

Todas as frases são coesas. O hiperônimo *cidade* retoma o substantivo *São Paulo*, estabelecendo uma relação entre o segundo e o primeiro períodos. O pronome “*ela*” recupera a palavra *cidade*, vinculando o terceiro ao segundo período. O operador *também* realiza uma conjunção argumentativa, relacionando o quarto período ao terceiro. No entanto, esse conjunto não é um texto, pois não apresenta unidade de sentido, isto é, não tem coerência. A coesão, portanto, é condição necessária, mas não suficiente, para produzir um texto.

Coerência

Infância

O camisolão

O jarro

O passarinho

O oceano

A vista na casa que a gente sentava no sofá

Adolescência

Aquele amor

Nem me fale

Maturidade

O Sr. e a Sra. Amadeu

Participam a V. Exa.

O feliz nascimento

De sua filha

Gilberta

Velhice

O netinho jogou os óculos

Na latrina

Oswaldo de Andrade. *Poesias reunidas.*

4ª Ed. Rio de Janeiro

Civilização Brasileira, 1974, p. 160-161.

Talvez o que mais chame a atenção nesse poema, ao menos à primeira vista, seja a ausência de elementos de coesão, quer retomando o que foi dito antes, quer encadeando segmentos textuais. No entanto, percebemos nele um sentido unitário, sobretudo se soubermos que o seu título é “As quatro gares”, ou seja, as quatro estações.



Com essa informação, podemos imaginar que se trata de flashes de cada uma das quatro grandes fases da vida: a infância, a adolescência, a maturidade e a velhice. A primeira é caracterizada pelas descobertas (*o oceano*), por ações (*o jarro*, que certamente a criança quebrara; *o passarinho* que ela caçara) e por experiências marcantes (*a visita* que se percebia na sala apropriada e *o camisolão* que se usava para dormir); a segunda é caracterizada por amores perdidos, de que não se quer mais falar; a terceira, pela formalidade e pela responsabilidade indicadas pela participação formal do nascimento da filha; a última, pela condescendência para com a traquinagem do neto (a quem cabe a vez de assumir a ação). A primeira parte é uma sucessão de palavras; a segunda, uma frase em que falta um nexo sintático; a terceira, a participação do nascimento de uma filha; e a quarta, uma oração completa, porém aparentemente desgarrada das demais.

Como se explica que sejamos capazes de entender esse poema em seus múltiplos sentidos, apesar da falta de marcadores de coesão entre as partes?

A explicação está no fato de que ele tem uma qualidade indispensável para a existência de um texto: a coerência.

Que é a unidade de sentido resultante da relação que se estabelece entre as partes do texto. Uma ideia ajuda a compreender a outra, produzindo um sentido global, à luz do qual cada uma das partes ganha sentido. No poema acima, os subtítulos “Infância”, “Adolescência”, “Maturidade” e “Velhice” garantem essa unidade. Colocar a participação formal do nascimento da filha, por exemplo, sob o título “Maturidade” dá a conotação da responsabilidade habitualmente associada ao indivíduo adulto e cria um sentido unitário.

Esse texto, como outros do mesmo tipo, comprova que um conjunto de enunciados pode formar um todo coerente mesmo sem a presença de elementos coesivos, isto é, mesmo sem a presença explícita de marcadores de relação entre as diferentes unidades linguísticas. Em outros termos, a coesão funciona apenas como um mecanismo auxiliar na produção da unidade de sentido, pois esta depende, na verdade, das relações subjacentes ao texto, da não-contradição entre as partes, da continuidade semântica, em síntese, da coerência.

A coerência é um fator de interpretabilidade do texto, pois possibilita que todas as suas partes sejam englobadas num único significado que explique cada uma delas. Quando esse sentido não pode ser alcançado por faltar relação de sentido entre as partes, lemos um texto incoerente, como este:

A todo ser humano foi dado o direito de opção entre a mediocridade de uma vida que se acomoda e a grandeza de uma vida voltada para o aprimoramento intelectual.

A adolescência é uma fase tão difícil que todos enfrentam. De repente vejo que não sou mais uma “criancinha” dependente do “papai”. Chegou a hora de me decidir! Tenho que escolher uma profissão para me realizar e ser independente financeiramente.

No país em que vivemos, que predomina o capitalismo, o mais rico sempre é quem vence!

Apud: J. A. Durigan, M. B. M. Abaurre e Y. F. Vieira (orgs).

A magia da mudança. Campinas, Unicamp, 1987, p. 53.

Nesses parágrafos, vemos três temas (direito de opção; adolescência e escolha profissional; relações sociais sob o capitalismo) que mantêm relações muito tênues entre si. Esse fato, prejudicando a continuidade semântica entre as partes, impede a apreensão do todo e, portanto, configura um texto incoerente.

Há no texto, vários tipos de relação entre as partes que o compõem, e, por isso, costuma-se falar em vários níveis de coerência.

Coerência Narrativa

A coerência narrativa consiste no respeito às implicações lógicas entre as partes do relato. Por exemplo, para que um sujeito realize uma ação, é preciso que ele tenha competência para tanto, ou seja, que saiba e possa efetuar-la. Constitui, então, incoerência narrativa o seguinte exemplo: o narrador conta que foi a uma festa onde todos fumavam e, por isso, a espessa fumaça impedia que se visse qualquer coisa; de repente, sem mencionar nenhuma mudança dessa situação, ele diz que se encostou a uma coluna e passou a observar as pessoas, que eram ruivas, loiras, morenas. Se o narrador diz que não podia enxergar nada, é incoerente dizer que via as pessoas com tanta nitidez. Em outros termos, se nega a competência para a realização de um desempenho qualquer, esse desempenho não pode ocorrer. Isso por respeito às leis da coerência narrativa. Observe outro exemplo:

“Pior fez o quarto-zagueiro Edinho Baiano, do Paraná Clube, entrevistado por um repórter da Rádio Cidade. O Paraná tinha tomado um balaio de gols do Guarani de Campinas, alguns dias antes. O repórter queria saber o que tinha acontecido. Edinho não teve dúvida sobre os motivos:

— Como a gente já esperava, fomos surpreendidos pelo ataque do Guarani.”

Ernâni Buchman. In: Folha de Londrina.

A surpresa implica o inesperado. Não se pode ser surpreendido com o que já se esperava que acontecesse.



Coerência Argumentativa

A coerência argumentativa diz respeito às relações de implicação ou de adequação entre premissas e conclusões ou entre afirmações e consequências. Não é possível alguém dizer que é a favor da pena de morte porque é contra tirar a vida de alguém. Da mesma forma, é incoerente defender o respeito à lei e à Constituição Brasileira e ser favorável à execução de assaltantes no interior de prisões.

Muitas vezes, as conclusões não são adequadas às premissas. Não há coerência, por exemplo, num raciocínio como este:

Há muitos servidores públicos no Brasil que são verdadeiros marajás.

O candidato a governador é funcionário público.

Portanto o candidato é um marajá.

Segundo uma lei da lógica formal, não se pode concluir nada com certeza baseado em duas premissas particulares. Dizer que muitos servidores públicos são marajás não permite concluir que qualquer um seja.

A falta de relação entre o que se diz e o que foi dito anteriormente também constitui incoerência. É o que se vê neste diálogo:

— Vereador, o senhor é a favor ou contra o pagamento de pedágio para circular no centro da cidade?

— É preciso melhorar a vida dos habitantes das grandes cidades. A degradação urbana atinge a todos nós e, por conseguinte, é necessário reabilitar as áreas que contam com abundante oferta de serviços públicos.

Coerência Figurativa

A coerência figurativa refere-se à compatibilidade das figuras que manifestam determinado tema. Para que o leitor possa perceber o tema que está sendo veiculado por uma série de figuras encadeadas, estas precisam ser compatíveis umas com as outras. Seria estranho (para dizer o mínimo) que alguém, ao descrever um jantar oferecido no palácio do Itamarati a um governador estrangeiro, depois de falar de baixela de prata, porcelana finíssima, flores, candelabros, toalhas de renda, incluísse no percurso figurativo guardanapos de papel.

Coerência Temporal

Por coerência temporal entende-se aquela que concerne à sucessão dos eventos e à compatibilidade dos enunciados do ponto de vista de sua localização no tempo. Não se poderia, por exemplo, dizer: “O assassino foi executado na câmara de gás e, depois, condenado à morte”.

Coerência Espacial

A coerência espacial diz respeito à compatibilidade dos enunciados do ponto de vista da localização no espaço. Seria incoerente, por exemplo, o seguinte texto: “O filme ‘A Marvada Carne’ mostra a mudança sofrida por um homem que vivia lá no interior e encanta-se com a agitação e a diversidade da vida na capital, pois aqui já não suportava mais a mesmice e o tédio”. Dizendo lá no interior, o enunciadador dá a entender que seu pronunciamento está sendo feito de algum lugar distante do interior; portanto ele não poderia usar o advérbio “aqui” para localizar “a mesmice” e “o tédio” que caracterizavam a vida interiorana da personagem. Em síntese, não é coerente usar “lá” e “aqui” para indicar o mesmo lugar.

Coerência do Nível de Linguagem Utilizado

A coerência do nível de linguagem utilizado é aquela que concerne à compatibilidade do léxico e das estruturas morfossintáticas com a variante escolhida numa dada situação de comunicação. Ocorre incoerência relacionada ao nível de linguagem quando, por exemplo, o enunciadador utiliza um termo chulo ou pertencente à linguagem informal num texto caracterizado pela norma culta formal. Tanto sabemos que isso não é permitido que, quando o fazemos, acrescentamos uma ressalva: com perdão da palavra, se me permitem dizer. Observe um exemplo de incoerência nesse nível:

“Tendo recebido a notificação para pagamento da chamada taxa do lixo, ousou dirigir-me a V. Ex^a, senhora prefeita, para expor-lhe minha inconformidade diante dessa medida, porque o IPTU foi aumentado, no governo anterior, de 0,6% para 1% do valor venal do imóvel exatamente para cobrir as despesas da municipalidade com os gastos de coleta e destinação dos resíduos sólidos produzidos pelos moradores de nossa cidade. Francamente, achei uma sacanagem esta armação da Prefeitura: jogar mais um gasto nas costas da gente.”



Como se vê, o léxico usado no último período do texto destoa completamente do utilizado no período anterior.

Ninguém há de negar a incoerência de um texto como este: *Saltou para a rua, abriu a janela do 5º andar e deixou um bilhete no parapeito explicando a razão de seu suicídio*, em que há evidente violação da lei sucessivamente dos eventos. Entretanto talvez nem todo mundo concorde que seja incoerente incluir guardanapos de papel no jantar do Itamarati descrito no item sobre coerência figurativa, alguém poderia objetivar que é preconceito considerá-los inadequados. Então, justifica-se perguntar: o que, afinal, determina se um texto é ou não coerente?

A natureza da coerência está relacionada a dois conceitos básicos de verdade: adequação à realidade e conformidade lógica entre os enunciados.

Vimos que temos diferentes níveis de coerência: narrativa, argumentativa, figurativa, etc. Em cada nível, temos duas espécies diversas de coerência:

- **extratextual**: aquela que diz respeito à adequação entre o texto e uma “realidade” exterior a ele.
- **intratextual**: aquela que diz respeito à compatibilidade, à adequação, à não-contradição entre os enunciados do texto.

A exterioridade a que o conteúdo do texto deve ajustar-se pode ser:

- **o conhecimento do mundo**: o conjunto de dados referentes ao mundo físico, à cultura de um povo, ao conteúdo das ciências, etc. que constitui o repertório com que se produzem e se entendem textos. O período “*O homem olhou através das paredes e viu onde os bandidos escondiam a vítima que havia sido sequestrada*” é incoerente, pois nosso conhecimento do mundo diz que homens não vêm através das paredes. Temos, então, uma incoerência figurativa extratextual.

- **os mecanismos semânticos e gramaticais da língua**: o conjunto dos conhecimentos sobre o código linguístico necessário à codificação de mensagens decodificáveis por outros usuários da mesma língua. O texto seguinte, por exemplo, está absolutamente sem sentido por inobservância de mecanismos desse tipo:

“Conscientizar alunos pré-sólidos ao ingresso de uma carreira universitária informações críticas a respeito da realidade profissional a ser optada. Deve ser ciado novos métodos criativos nos ensinso de primeiro e segundo grau: estimulando o aluno a formação crítica de suas ideias as quais, serão a praticidade cotidiana. Aptidões pessoais serão associadas a testes vocacionais sérios de maneira discursiva a analisar conceituações fundamentais.”

Apud: J. A. Durigan et alii. Op. cit., p. 58.

Fatores de Coerência

- **O contexto**: para uma dada unidade linguística, funciona como contexto a unidade linguística maior que ela: a sílaba é contexto para o fonema; a palavra, para a sílaba; a oração, para a palavra; o período, para a oração; o texto, para o período, e assim por diante.

“Um chopps, dois pastel, o polpettone do Jardim de Napoli, cruzar a Ipiranga com a avenida São João, o “Parmera”, o “Curíntia”, todo mundo estar usando cinto de segurança.”

À primeira vista, parece não haver nenhuma coerência na enumeração desses elementos. Quando ficamos sabendo, no entanto, que eles fazem parte de um texto intitulado “*100 motivos para gostar de São Paulo*”, o que aparentemente era caótico torna-se coerente:

100 motivos para gostar de São Paulo

1. Um chopps
2. E dois pastel
- (...)
5. O polpettone do Jardim de Napoli
- (...)
30. Cruzar a Ipiranga com a av. São João
- (...)
43. O “Parmera”
- (...)
45. O “Curíntia”
- (..)
59. Todo mundo estar usando cinto de segurança
- (...)



O texto apresenta os traços culturais da cidade, e todos convergem para um único significado: a celebração da capital do estado de São Paulo no seu aniversário. Os dois primeiros itens de nosso exemplo referem-se a marcas linguísticas do falar paulistano; o terceiro, a um prato que tornou conhecido o restaurante chamado Jardim de Napoli; o quarto, a um verso da música “Sampa”, de Caetano Veloso; o sexto e o sétimo, à maneira como os dois times mais populares da cidade são denominados na variante linguística popular; o último à obediência a uma lei que na época ainda não vigorava no resto do país.

- A situação de comunicação:

__ A telefônica.

__ Era hoje?

Esse diálogo não seria compreendido fora da situação de interlocução, porque deixa implícitos certos enunciados que, dentro dela, são perfeitamente compreendidos:

__ O empregado da companhia telefônica que vinha consertar o telefone está aí.

__ Era hoje que ele viria?

- O conhecimento de mundo:

31 de março / 1º de abril

Dúvida Revolucionária

Ontem foi hoje?

Ou hoje é que foi ontem?

Aparentemente, falta coerência temporal a esse poema: o que significa “ontem foi hoje” ou “hoje é que foi ontem?”. No entanto, as duas datas colocadas no início do poema e o título remetem a um episódio da História do Brasil, o golpe militar de 1964, chamado Revolução de 1964. Esse fato deve fazer parte de nosso conhecimento de mundo, assim como o detalhe de que ele ocorreu no dia 1º de abril, mas sua comemoração foi mudada para 31 de março, para evitar relações entre o evento e o “dia da mentira”.

- As regras do gênero:

“O homem olhou através das paredes e viu onde os bandidos escondiam a vítima que havia sido sequestrada.”

Essa frase é incoerente no discurso cotidiano, mas é completamente coerente no mundo criado pelas histórias de super-heróis, em que o Super-Homem, por exemplo, tem força praticamente ilimitada; pode voar no espaço a uma velocidade igual à da luz; quando ultrapassa essa velocidade, vence a barreira do tempo e pode transferir-se para outras épocas; seus olhos de raios X permitem-lhe ver através de qualquer corpo, a distâncias infinitas, etc.

Nosso conhecimento de mundo não é restrito ao que efetivamente existe, ao que se pode ver, tocar, etc.: ele inclui também os mundos criados pela linguagem nos diferentes gêneros de texto, ficção científica, contos maravilhosos, mitos, discurso religioso, etc., regidos por outras lógicas. Assim, o que é incoerente num determinado gênero não o é, necessariamente, em outro.

- O sentido não literal:

“As verdes ideias incolores dormem, mas poderão explodir a qualquer momento.”

Tomando em seu sentido literal, esse texto é absurdo, pois, nessa acepção, o termo *ideias* não pode ser qualificado por adjetivos de cor; não se podem atribuir ao mesmo ser, ao mesmo tempo, as qualidades *verde* e *incolor*; o verbo *dormir* deve ter como sujeito um substantivo animado. No entanto, se entendermos *ideias verdes* em sentido não literal, como concepções ambientalistas, o período pode ser lido da seguinte maneira: “As idéias ambientalistas sem atrativo estão latentes, mas poderão manifestar-se a qualquer momento.”



- O intertexto:

Falso diálogo entre Pessoa e Caeiro

— a chuva me deixa triste...
— a mim me deixa molhado.

José Paulo Paes. Op. Cit., p. 79.

Muitos textos retomam outros, constroem-se com base em outros e, por isso, só ganham coerência nessa relação com o texto sobre o qual foram construídos, ou seja, na relação de intertextualidade. É o caso desse poema. Para compreendê-lo, é preciso saber que Alberto Caeiro é um dos heterônimos do poeta Fernando Pessoa; que heterônimo não é pseudônimo, mas uma individualidade lírica distinta da do autor (o ortônimo); que para Caeiro o real é a exterioridade e não devemos acrescentar-lhe impressões subjetivas; que sua posição é antimetafísica; que não devemos interpretar a realidade pela inteligência, pois essa interpretação conduz a simples conceitos vazios, em síntese, é preciso ter lido textos de Caeiro. Por outro lado, é preciso saber que o ortônimo (Fernando Pessoa ele mesmo) exprime suas emoções, falando da solidão interior, do tédio, etc.

Incoerência Proposital

Existem textos em que há uma quebra proposital da coerência, com vistas a produzir determinado efeito de sentido, assim como existem outros que fazem da não-coerência o próprio princípio constitutivo da produção de sentido. Poderia alguém perguntar, então, se realmente existe texto incoerente. Sem dúvida existe: é aquele em que a incoerência é produzida involuntariamente, por inabilidade, descuido ou ignorância do enunciador, e não usada funcionalmente para construir certo sentido.

Quando se trata de incoerência proposital, o enunciador dissemina pistas no texto, para que o leitor perceba que ela faz parte de um programa intencionalmente direcionado para veicular determinado tema. Se, por exemplo, num texto que mostra uma festa muito luxuosa, aparecem figuras como *peessoas comendo de boca aberta, falando em voz muito alta e em linguagem chula, ostentando suas últimas aquisições*, o enunciador certamente não está querendo manifestar o tema do luxo, do requinte, mas o da vulgaridade dos novos-ricos. Para ficar no exemplo da festa: em filmes como *“Quero ser grande”* (Big, dirigido por Penny Marshall em 1988, com Tom Hanks) e *“Um convidado bem trapalhão”* (The party, Blake Edwards, 1968, com Peter Sellers), há cenas em que os respectivos protagonistas exibem comportamento incompatível com a ocasião, mas não há incoerência nisso, pois todo o enredo converge para que o espectador se solidarize com eles, por sua ingenuidade e falta de traquejo social. Mas, se aparece num texto *uma figura incoerente uma única vez*, o leitor não pode ter certeza de que se trata de uma quebra de coerência proposital, com vistas a criar determinado efeito de sentido, vai pensar que se trata de contradição devida a inabilidade, descuido ou ignorância do enunciador.

Dissemos também que há outros textos que fazem da inversão da realidade seu princípio constitutivo; da incoerência, um fator de coerência. São exemplos as obras de Lewis Carrol *“Alice no país das maravilhas”* e *“Através do espelho”*, que pretendem apresentar paradoxos de sentido, subverter o princípio da realidade, mostrar as aporias da lógica, confrontar a lógica do senso comum com outras.

Reproduzimos um poema de Manuel Bandeira que contém mais de um exemplo do que foi abordado:

Teresa

*A primeira vez que vi Teresa
Achei que ela tinha pernas estúpidas
Achei também que a cara parecia uma perna*

*Quando vi Teresa de novo
Achei que seus olhos eram muito mais velhos
[que o resto do corpo
(Os olhos nasceram e ficaram dez anos esperando
[que o resto do corpo nascesse)*

*Da terceira vez não vi mais nada
Os céus se misturaram com a terra
E o espírito de Deus voltou a se mover sobre a face
[das águas.*

*Poesias completas e prosa. Rio de Janeiro,
Aguilar, 1986, p. 214.*



Para percebermos a coerência desse texto, é preciso, no mínimo, que nosso conhecimento de mundo inclua o poema:

O Adeus de Teresa

*A primeira vez que fitei Teresa,
Como as plantas que arrasta a correnteza,
A valsa nos levou nos giros seus...*

Castro Alves

Para identificarmos a relação de intertextualidade entre eles; que tenhamos noção da crítica do Modernismo às escolas literárias precedentes, no caso, ao Romantismo, em que nenhuma musa seria tratada com tanta cerimônia e muito menos teria “cara”; que façamos uma leitura não literal; que percebamos sua lógica interna, criada pela disseminação proposital de elementos que pareceriam absurdos em outro contexto.

Intertextualidade

A Intertextualidade pode ser definida como um diálogo entre dois textos. Observe os dois textos abaixo e note como Murilo Mendes (século XX) faz referência ao texto de Gonçalves Dias (século XIX):

Canção do Exílio

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar — sozinho, à noite —
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu’inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.”

(Gonçalves Dias)
Canção do Exílio



Minha terra tem macieiras da Califórnia
onde cantam gaturamos de Veneza.
Os poetas da minha terra
são pretos que vivem em torres de ametista,
os sargentos do exército são monistas, cubistas,
os filósofos são polacos vendendo a prestações.
gente não pode dormir
com os oradores e os pernilongos.
Os sururus em família têm por testemunha a
[Gioconda]

Eu morro sufocado
em terra estrangeira.
Nossas flores são mais bonitas
nossas frutas mais gostosas
mas custam cem mil réis a dúzia.

Ai quem me dera chupar uma carambola de
[verdade]
e ouvir um sabiá com certidão de idade!

(Murilo Mendes)

Nota-se que há correspondência entre os dois textos. A paródia piadista de Murilo Mendes é um exemplo de intertextualidade, uma vez que seu texto foi criado tomando como ponto de partida o texto de Gonçalves Dias.

Na literatura, e até mesmo nas artes, a intertextualidade é persistente. Sabemos que todo texto, seja ele literário ou não, é oriundo de outro, seja direta ou indiretamente. Qualquer texto que se refere a assuntos abordados em outros textos é exemplo de intertextualização.

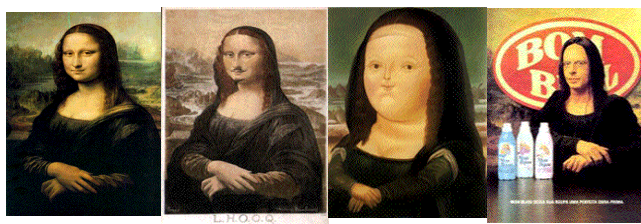
A intertextualidade está presente também em outras áreas, como na pintura, veja as várias versões da famosa pintura de Leonardo da Vinci, Mona Lisa:

Mona Lisa, Leonardo da Vinci. Óleo sobre tela, 1503.

Mona Lisa, Marcel Duchamp, 1919.

Mona Lisa, Fernando Botero, 1978.

Mona Lisa, propaganda publicitária.



Pode-se definir então a intertextualidade como sendo a criação de um texto a partir de um outro texto já existente. Dependendo da situação, a intertextualidade tem funções diferentes que dependem muito dos textos/contextos em que ela é inserida.

Evidentemente, o fenômeno da intertextualidade está ligado ao “conhecimento do mundo”, que deve ser compartilhado, ou seja, comum ao produtor e ao receptor de textos. O diálogo pode ocorrer em diversas áreas do conhecimento, não se restringindo única e exclusivamente a textos literários.

Na pintura tem-se, por exemplo, o quadro do pintor barroco italiano Caravaggio e a fotografia da americana Cindy Sherman, na qual quem posa é ela mesma. O quadro de Caravaggio foi pintado no final do século XVI, já o trabalho fotográfico de Cindy Sherman foi produzido quase quatrocentos anos mais tarde. Na foto, Sherman cria o mesmo ambiente e a mesma atmosfera sensual da pintura, reunindo um conjunto de elementos: a coroa de flores na cabeça, o contraste entre claro e escuro, a sensualidade do ombro nu etc. A foto de Sherman é uma recriação do quadro de Caravaggio e, portanto, é um tipo de intertextualidade na pintura.



Na publicidade, por exemplo, a que vimos sobre anúncios do Bom Bril, o ator se veste e se posiciona como se fosse a Mona Lisa de Leonardo da Vinci e cujo slogan era “Mon Bijou deixa sua roupa uma perfeita obra-prima”. Esse enunciado sugere ao leitor que o produto anunciado deixa a roupa bem macia e mais perfumada, ou seja, uma verdadeira obra-prima (se referindo ao quadro de Da Vinci). Nesse caso pode-se dizer que a intertextualidade assume a função de não só persuadir o leitor como também de difundir a cultura, uma vez que se trata de uma relação com a arte (pintura, escultura, literatura etc).

Intertextualidade é a relação entre dois textos caracterizada por um citar o outro.

Tipos de Intertextualidade

Pode-se destacar sete tipos de intertextualidade:

- Epígrafe: constitui uma escrita introdutória.
- Citação: é uma transcrição do texto alheio, marcada por aspas.
- Paráfrase: é a reprodução do texto do outro com a palavra do autor. Ela não se confunde com o plágio, pois o autor deixa claro sua intenção e a fonte.
- Paródia: é uma forma de apropriação que, em lugar de endossar o modelo retomado, rompe com ele, sutil ou abertamente. Ela perverte o texto anterior, visando a ironia ou a crítica.
- Pastiche: uma recorrência a um gênero.
- Tradução: está no campo da intertextualidade porque implica a recriação de um texto.
- Referência e alusão.

Para ampliar esse conhecimento, vale trazer um exemplo de intertextualidade na literatura. Às vezes, a superposição de um texto sobre outro pode provocar uma certa atualização ou modernização do primeiro texto. Nota-se isso no livro “*Mensagem*”, de Fernando Pessoa, que retoma, por exemplo, com seu poema “*O Monstrengo*” o episódio do Gigante Adamastor de “*Os Lusíadas*” de Camões. Ocorre como que um diálogo entre os dois textos. Em alguns casos, aproxima-se da paródia (canto paralelo), como o poema “*Madrigal Melancólico*” de Manuel Bandeira, do livro “*Ritmo Dissoluto*”, que seguramente serviu de inspiração e assim se refletiu no seguinte poema:

Assim como Bandeira

*O que amo em ti
não são esses olhos doces
delicados
nem esse riso de anjo adolescente.*

*O que amo em ti
não é só essa pele acetinada
sempre pronta para a carícia renovada
nem esse seio róseo e atrevido
a desenhar-se sob o tecido.*

*O que amo em ti
não é essa pressa louca
de viver cada vão momento
nem a falta de memória para a dor.*

*O que amo em ti
não é apenas essa voz leve
que me envolve e me consome
nem o que deseja todo homem
flor definida e definitiva
a abrir-se como boca ou ferida
nem mesmo essa juventude assim perdida.*

*O que amo em ti
enigmática e solidária:
É a Vida!*

(Geraldo Chacon, *Meu Caderno de Poesia*,
Flâmula, 2004, p. 37)



Madrigal Melancólico

*O que eu adoro em ti
não é a tua beleza.
A beleza, é em nós que ela existe.
A beleza é um conceito.
E a beleza é triste.
Não é triste em si,
mas pelo que há nela de fragilidade e de incerteza.*

(...)

*O que eu adoro em tua natureza,
não é o profundo instinto maternal
em teu flanco aberto como uma ferida.
nem a tua pureza. Nem a tua impureza.
O que eu adoro em ti – lastima-me e consola-me!
O que eu adoro em ti, é a vida.*

*(Manuel Bandeira, Estrela da Vida Inteira,
José Olympio, 1980, p. 83)*

A relação intertextual é estabelecida, por exemplo, no texto de Oswald de Andrade, escrito no século XX, “*Meus oito anos*”, quando este cita o poema, do século XIX, de Casimiro de Abreu, de mesmo nome.

Meus oito anos

*Oh! Que saudade que tenho
Da aurora da minha vida,
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais
Que amor, que sonhos, que flores
Naquelas tardes fagueiras
À sombra das bananeiras
Debaixo dos laranjais!*

(Casimiro de Abreu)

“Meus oito anos”

*Oh! Que saudade que tenho
Da aurora da minha vida,
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais
Naquele quintal de terra
Da rua São Antonio
Debaixo da bananeira
Sem nenhum laranjais!*

A intertextualidade acontece quando há uma referência explícita ou implícita de um texto em outro. Também pode ocorrer com outras formas além do texto, música, pintura, filme, novela etc. Toda vez que uma obra fizer alusão à outra ocorre a intertextualidade.

Apresenta-se explicitamente quando o autor informa o objeto de sua citação. Num texto científico, por exemplo, o autor do texto citado é indicado, já na forma implícita, a indicação é oculta. Por isso é importante para o leitor o conhecimento de mundo, um saber prévio, para reconhecer e identificar quando há um diálogo entre os textos. A intertextualidade pode ocorrer afirmando as mesmas ideias da obra citada ou contestando-as. Vejamos duas das formas: a Paráfrase e a Paródia.

Na **paráfrase** as palavras são mudadas, porém a ideia do texto é confirmada pelo novo texto, a alusão ocorre para atualizar, reafirmar os sentidos ou alguns sentidos do texto citado. É dizer com outras palavras o que já foi dito. Temos um exemplo citado por Affonso Romano Sant’Anna em seu livro “*Paródia, paráfrase & Cia*”:



Texto Original

*Minha terra tem palmeiras
Onde canta o sabiá,
As aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá.*

(Gonçalves Dias, “Canção do exílio”)

Paráfrase

*Meus olhos brasileiros se fecham saudosos
Minha boca procura a ‘Canção do Exílio’.
Como era mesmo a ‘Canção do Exílio’?
Eu tão esquecido de minha terra...
Ai terra que tem palmeiras
Onde canta o sabiá!*

(Carlos Drummond de Andrade, “Europa, França e Bahia”)

Este texto de Gonçalves Dias, “Canção do Exílio”, é muito utilizado como exemplo de paráfrase e de paródia, aqui o poeta Carlos Drummond de Andrade retoma o texto primitivo conservando suas ideias, não há mudança do sentido principal do texto que é a saudade da terra natal.

A **paródia** é uma forma de contestar ou ridicularizar outros textos, há uma ruptura com as ideologias impostas e por isso é objeto de interesse para os estudiosos da língua e das artes. Ocorre, aqui, um choque de interpretação, a voz do texto original é retomada para transformar seu sentido, leva o leitor a uma reflexão crítica de suas verdades incontestadas anteriormente, com esse processo há uma indagação sobre os dogmas estabelecidos e uma busca pela verdade real, concebida através do raciocínio e da crítica. Os programas humorísticos fazem uso contínuo dessa arte, frequentemente os discursos de políticos são abordados de maneira cômica e contestadora, provocando risos e também reflexão a respeito da demagogia praticada pela classe dominante. Com o mesmo texto utilizado anteriormente, teremos, agora, uma paródia.

Texto Original

*Minha terra tem palmeiras
Onde canta o sabiá,
As aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá.*

(Gonçalves Dias, “Canção do exílio”)

Paródia

*Minha terra tem palmares
onde gorjeia o mar
os passarinhos daqui
não cantam como os de lá.*

(Oswald de Andrade, “Canto de regresso à pátria”)

O nome Palmares, escrito com letra minúscula, substitui a palavra palmeiras, há um contexto histórico, social e racial neste texto, Palmares é o quilombo liderado por Zumbi, foi dizimado em 1695, há uma inversão do sentido do texto primitivo que foi substituído pela crítica à escravidão existente no Brasil.

Na literatura relativa à Linguística Textual, é frequente apontar-se como um dos fatores de *textualidade* a referência - explícita ou implícita - a outros textos, tomados estes num sentido bem amplo (orais, escritos, visuais - artes plásticas, cinema - , música, propaganda etc.) A esse “diálogo” entre textos dá-se o nome de intertextualidade.

Evidentemente, a intertextualidade está ligada ao “conhecimento de mundo”, que deve ser compartilhado, ou seja, comum ao produtor e ao receptor de textos.

A intertextualidade pressupõe um universo cultural muito amplo e complexo, pois implica a identificação / o reconhecimento de remissões a obras ou a textos / trechos mais, ou menos conhecidos, além de exigir do interlocutor a capacidade de interpretar a função daquela citação ou alusão em questão.



Entre os variadíssimos tipos de referências, há provérbios, ditos populares, frases bíblicas ou obras / trechos de obras constantemente citados, literalmente ou modificados, cujo reconhecimento é facilmente perceptível pelos interlocutores em geral. Por exemplo, uma revista brasileira adotou o *slogan*: “Dize-me o que lês e dir-te-ei quem és”. Voltada fundamentalmente para um público de uma determinada classe sociocultural, o produtor do mencionado anúncio espera que os leitores reconheçam a frase da Bíblia (“Dize-me com quem andas e dir-te-ei quem és”). Ao adaptar a sentença, a intenção da propaganda é, evidentemente, angariar a confiança do leitor (e, conseqüentemente, a credibilidade das informações contidas naquele periódico), pois a Bíblia costuma ser tomada como um livro de pensamentos e ensinamentos considerados como “verdades” universalmente assentadas e aceitas por diversas comunidades. Outro tipo comum de intertextualidade é a introdução em textos de provérbios ou ditos populares, que também inspiram confiança, pois costumam conter mensagens reconhecidas como verdadeiras. São aproveitados não só em propaganda mas ainda em variados textos orais ou escritos, literários e não-literários. Por exemplo, ao iniciar o poema “Tecendo a manhã”, João Cabral de Melo Neto defende uma ideia: “Um galo sozinho não tece uma manhã”. Não é necessário muito esforço para reconhecer que por detrás dessas palavras está o ditado “Uma andorinha só não faz verão”. O verso inicial funciona, pois, como uma espécie de “tese”, que o texto irá tentar comprovar através de argumentação poética.

Há, no entanto, certos tipos de citações (literais ou construídas) e de alusões muito sutis que só são compartilhadas por um pequeno número de pessoas. É o caso de referências utilizadas em textos científicos ou jornalísticos (Seções de Economia, de Informática, por exemplo) e em obras literárias, prosa ou poesia, que às vezes remetem a uma forma e/ou a um conteúdo bastante específico(s), percebido(s) apenas por um leitor/interlocutor muito bem informado e/ou altamente letrado. Na literatura, podem-se citar, entre muitos outros, autores estrangeiros, como James Joyce, T.S. Eliot, Umberto Eco.

A remissão a textos e para-textos do circuito cultural (mídia, propaganda, *outdoors*, nomes de marcas de produtos etc.) é especialmente recorrente em autores chamados pós-modernos. Para ilustrar, pode-se mencionar, entre outros escritores brasileiros, Ana Cristina Cesar, poetisa carioca, que usa e “abusa” da intertextualidade em seus textos, a tal ponto que, sem a identificação das referências, o poema se torna, constantemente, ininteligível e chega a ser considerado por algumas pessoas como um “amontoado aleatório de enunciados”, sem coerência e, portanto, desprovido de sentido.

Os teóricos costumam identificar tipos de intertextualidade, entre os quais se destacam:

- a que se liga ao conteúdo (por exemplo, matérias jornalísticas que se reportam a notícias veiculadas anteriormente na imprensa falada e/ou escrita: textos literários ou não-literários que se referem a temas ou assuntos contidos em outros textos etc.). Podem ser explícitas (citações entre aspas, com ou sem indicação da fonte) ou implícitas (paráfrases, paródias etc.);
- a que se associa ao caráter formal, que pode ou não estar ligado à tipologia textual como, por exemplo, textos que “imitam” a linguagem bíblica, jurídica, linguagem de relatório etc. ou que procuram imitar o estilo de um autor, em que comenta o seriado da TV Globo, baseado no livro de Guimarães Rosa, procurando manter a linguagem e o estilo do escritor);
- a que remete a tipos textuais (ou “fatores tipológicos”), ligados a modelos cognitivos globais, às estruturas e superestruturas ou a aspectos formais de caráter linguístico próprios de cada tipo de discurso e/ou a cada tipo de texto: tipologias ligadas a estilos de época. Por superestrutura entendem-se, entre outras, estruturas *argumentativas* (Tese anterior), premissas - argumentos (contra-argumentos - síntese), conclusão (nova tese), estruturas narrativas (situação - complicação - ação ou avaliação - resolução), moral ou estado final etc.;

Um outro aspecto que é mencionado muito superficialmente é o da intertextualidade linguística. Ela está ligada ao que o linguista romeno, Eugenio Coseriu, chama de formas do “discurso repetido”:

- “*textemas*” ou “*unidades de textos*”: provérbios, ditados populares; citações de vários tipos, consagradas pela tradição cultural de uma comunidade etc.;
- “*sintagmas estereotipados*”: equivalentes a expressões idiomáticas;
- “*perífrases léxicas*”: unidades multivocabulares, empregadas frequentemente mas ainda não lexicalizadas (ex. “gravemente doente”, “dia útil”, “fazer misérias” etc.).

A intertextualidade tem funções diferentes, dependendo dos textos/contextos em que as referências (linguísticas ou culturais) estão inseridas. Chamo a isso “graus das funções da intertextualidade”.

Didaticamente pode-se dizer que a referência cultural e/ou linguística pode servir apenas de pretexto, é o caso de “epígrafes” longinquamente vinculadas a um trabalho e/ou a um texto. Sem dizer com isso que todas as epígrafes funcionem apenas como pretextos. Em geral, o produtor do texto elege algo pertinente e condizente com a temática de que trata. Existam algumas, todavia, que estão ali apenas para mostrar “conhecimento” de frases famosas e/ou para servir de “decoração” no texto. Neste caso, o “intertexto” não tem um papel específico nem na construção nem na camada semântica do texto.

Outras vezes, o autor parte de uma frase ou de um verso que ocorreu a ele repentinamente (texto “*A última crônica*”, em que o autor confessa estar sem assunto e tem de escrever). Afirma então:



“Sem mais nada para contar, curvo a cabeça e tomo meu café, enquanto o verso do poeta se repete na lembrança: assim eu queria meu último poema.”

Descreve então uma cena passada em um botequim, em que um casal comemora modestamente o aniversário da filha, com um pedaço de bolo, uma coca cola e três velinhas brancas. O pai parecia satisfeito com o sucesso da celebração, até que fica perturbado por ter sido observado, mas acaba por sustentar a satisfação e se abre num sorriso. O autor termina a crônica, parafraseando o verso de Manuel Bandeira: *“Assim eu queria a minha última crônica: que fosse pura como esse sorriso”*. O verso de Bandeira não pode ser considerado, nessa crônica, um mero pretexto. A intertextualidade desempenha o papel de conferir uma certa “literariedade” à crônica, além de explicar o título e servir de “fecho de ouro” para um texto que se inicia sem um conteúdo previamente escolhido. Não é, contudo, imprescindível à compreensão do texto.

O que parece importante é que não se encare a intertextualidade apenas como a “identificação” da fonte e, sim, que se procure estudá-la como um enriquecimento da leitura e da produção de textos e, sobretudo, que se tente mostrar a função da sua presença na construção e no(s) sentido(s) dos textos.

Como afirmam Koch & Travaglia, “todas as questões ligadas à intertextualidade influenciam tanto o processo de produção como o de compreensão de textos”.

Considerada por alguns autores como uma das condições para a existência de um texto, a intertextualidade se destaca por relacionar um texto concreto com a memória textual coletiva, a memória de um grupo ou de um indivíduo específico.

Trata-se da possibilidade de os textos serem criados a partir de outros textos. As obras de caráter científico remetem explicitamente a autores reconhecidos, garantindo, assim, a veracidade das afirmações. Nossas conversas são entrelaçadas de alusões a inúmeras considerações armazenadas em nossas mentes. O jornal está repleto de referências já supostamente conhecidas pelo leitor. A leitura de um romance, de um conto, novela, enfim, de qualquer obra literária, nos aponta para outras obras, muitas vezes de forma implícita.

A nossa compreensão de textos (considerados aqui da forma mais abrangente) muito dependerá da nossa experiência de vida, das nossas vivências, das nossas leituras. Determinadas obras só se revelam através do conhecimento de outras. Ao visitar um museu, por exemplo, o nosso conhecimento prévio muito nos auxilia ao nos depararmos com certas obras.

A noção de intertextualidade, da presença contínua de outros textos em determinado texto, nos leva a refletir a respeito da individualidade e da coletividade em termos de criação. Já vimos anteriormente que a citação de outros textos se faz de forma implícita ou explícita. Mas, com que objetivo?

Um texto remete a outro para defender as ideias nele contidas ou para contestar tais ideias. Assim, para se definir diante de determinado assunto, o autor do texto leva em consideração as ideias de outros “autores” e com eles dialoga no seu texto.

Ainda ressaltando a importância da intertextualidade, remetemos às considerações de Vigner: “Afirma-se aqui a importância do fenômeno da intertextualidade como fator essencial à legibilidade do texto literário, e, a nosso ver, de todos os outros textos. O texto não é mais considerado só nas suas relações com um referente extra-textual, mas primeiro na relação estabelecida com outros textos”.

Como exemplo, temos um texto *“Questão da Objetividade”* e uma crônica de Zuenir Ventura, *“Em vez das células, as cédulas”* para concretizar um pouco mais o conceito de intertextualidade.

Questão da Objetividade

As Ciências Humanas invadem hoje todo o nosso espaço mental. Até parece que nossa cultura assinou um contrato com tais disciplinas, estipulando que lhes compete resolver tecnicamente boa parte dos conflitos gerados pela aceleração das atuais mudanças sociais. É em nome do conhecimento objetivo que elas se julgam no direito de explicar os fenômenos humanos e de propor soluções de ordem ética, política, ideológica ou simplesmente humanitária, sem se darem conta de que, fazendo isso, podem facilmente converter-se em “comodidades teóricas” para seus autores e em “comodidades práticas” para sua clientela. Também é em nome do rigor científico que tentam construir todo o seu campo teórico do fenômeno humano, mas através da ideia que gostariam de ter dele, visto terem renunciado aos seus apelos e às suas significações. O equívoco olhar de Narciso, fascinado por sua própria beleza, estaria substituído por um olhar frio, objetivo, escrupuloso, calculista e calculador: e as disciplinas humanas seriam científicas!

(Introdução às Ciências Humanas. Hilton Japiassu. São Paulo, Letras e Letras, 1994, pp.89/90)

Comentário: Neste texto, temos um bom exemplo do que se define como intertextualidade. As relações entre textos, a citação de um texto por outro, enfim, o diálogo entre textos. Muitas vezes, para entender um texto na sua totalidade, é preciso conhecer o(s) texto(s) que nele fora(m) citado(s).



No trecho, por exemplo, em que se discute o papel das Ciências Humanas nos tempos atuais e o espaço que estão ocupando, é trazido à tona o mito de Narciso. É preciso, então, dispor do conhecimento de que Narciso, jovem dotado de grande beleza, apaixonou-se por sua própria imagem quando a viu refletida na água de uma fonte onde foi matar a sede. Suas tentativas de alcançar a bela imagem acabaram em desespero e morte.

O último parágrafo, em que o mito de Narciso é citado, demonstra que, dado o modo como as Ciências Humanas são vistas hoje, até o olhar de Narciso, antes “fascinado por sua própria beleza”, seria substituído por um “olhar frio, objetivo, escrupuloso, calculista e calculador”, ou seja, o olhar de Narciso perderia o seu tom de encantamento para se transformar em algo material, sem sentimentos. A comparação se estende às Ciências Humanas, que, de humanas, nada mais teriam, transformando-se em disciplinas científicas.

Em vez das células, as células

Nesses tempos de clonagem, recomenda-se assistir ao documentário *Arquitetura da destruição*, de Peter Cohen. A fantástica história de Dolly, a ovelha, parece saída do filme, que conta a aventura demente do nazismo, com seus sonhos de beleza e suas fantasias genéticas, seus experimentos de eugenia e purificação da raça.

Os cientistas são engraçados: bons para inventar e péssimos para prever. Primeiro, descobrem; depois se assustam com o risco da descoberta e aí então passam a gritar “cuidado, perigo”. Fizeram isso com quase todos os inventos, inclusive com a fissão nuclear, espantando-se quando “o átomo para a paz” tornou-se uma mortífera arma de guerra. E estão fazendo o mesmo agora.

(...) Desde muito tempo se discute o quanto a ciência, ao procurar o bem, pode provocar involuntariamente o mal. O que a *Arquitetura da destruição* mostra é como a arte e a estética são capazes de fazer o mesmo, isto é, como a beleza pode servir à morte, à crueldade e à destruição.

Hitler julgava-se “o maior ator da Europa” e acreditava ser alguma coisa como um “tirano-artista” nietzschiano ou um “ditador de gênio” wagneriano. Para ele, “a vida era arte,” e o mundo, uma grandiosa ópera da qual era diretor e protagonista.

O documentário mostra como os rituais coletivos, os grandes espetáculos de massa, as tochas acesas (...) tudo isso constituía um culto estético - ainda que redundante (...) E o pior - todo esse aparato era posto a serviço da perversa utopia de Hitler: a manipulação genética, a possibilidade de purificação racial e de eliminação das imperfeições, principalmente as físicas. Não importava que os mais ilustres exemplares nazistas, eles próprios, desmoralizassem o que pregavam em termos de eugenia.

O que importava é que as pessoas queriam acreditar na insensatez apesar dos insensatos, como ainda há quem continue acreditando. No Brasil, felizmente, Dolly provoca mais piada do que ameaça. Já se atribui isso ao fato de que a nossa arquitetura da destruição é a corrupção. Somos craques mesmo é em clonagem financeira. O que seriam nossos laranjas e fantasmas senão clones e replicantes virtuais? Aqui, em vez de células, estamos interessados é em manipular células.

(Zuenir Ventura, JB, 1997)

Comentário: Tendo como ponto de partida a alusão ao documentário *Arquitetura da destruição*, o texto mantém sua unidade de sentido na relação que estabelece com outros textos, com dados da História.

Nesta crônica, duas propriedades do texto são facilmente perceptíveis: a intertextualidade e a inserção histórica.

O texto se constrói, à medida que retoma fatos já conhecidos. Nesse sentido, quanto mais amplo for o repertório do leitor, o seu acervo de conhecimentos, maior será a sua competência para perceber como os textos “dialogam uns com os outros” por meio de referências, alusões e citações.

Para perceber as intenções do autor desta crônica, ou seja, a sua intencionalidade, é preciso que o leitor tenha conhecimento de fatos atuais, como as referências ao documentário recém lançado no circuito cinematográfico, à ovelha clonada Dolly, aos “laranjas” e “fantasmas”, termos que dizem respeito aos envolvidos em transações econômicas duvidosas. É preciso que conheça também o que foi o nazismo, a figura de Hitler e sua obsessão pela raça pura, e ainda tenha conhecimento da existência do filósofo Nietzsche e do compositor Wagner.

O vocabulário utilizado aponta para campos semânticos relacionados à clonagem, à raça pura, aos binômios arte/beleza, arte/destruição, corrupção.

- Clonagem: experimentos, avanços genéticos, ovelhas, cientistas, inventos, células, clones replicantes, manipulação genética, descoberta.

- Raça Pura: aventura, demente do nazismo, fantasias genéticas, experimentos de eugenia, utopia perversa, manipulação genética, imperfeições físicas, eugenia.

- Arte/Beleza - Arte/Destruição: estética, sonhos de beleza, crueldade, tirano artista ditador de gênio, nietzschiano, wagneriano, grandiosa ópera, diretor, protagonista, espetáculos de massa e tochas acesas.

- Corrupção: laranjas, clonagem financeira, células, fantasmas.

Esses campos semânticos se entrecruzam, porque englobam referências múltiplas dentro do texto.



4. ORTOGRAFIA OFICIAL;

A palavra ortografia é formada pelos elementos gregos orto “correto” e grafia “escrita” sendo a escrita correta das palavras da língua portuguesa, obedecendo a uma combinação de critérios etimológicos (ligados à origem das palavras) e fonológicos (ligados aos fonemas representados).

Somente a intimidade com a palavra escrita, é que acaba trazendo a memorização da grafia correta. Deve-se também criar o hábito de consultar constantemente um dicionário.

Desde o dia primeiro de Janeiro de 2009 está em vigor o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, por isso temos até 2016.

Esse material já se encontra segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Alfabeto

O alfabeto passou a ser formado por 26 letras. As letras “k”, “w” e “y” não eram consideradas integrantes do alfabeto (agora são). Essas letras são usadas em unidades de medida, nomes próprios, palavras estrangeiras e outras palavras em geral. Exemplos: km, kg, watt, playground, William, Kafka, kafkiano.

Vogais: a, e, i, o, u.

Consoantes: b, c, d, f, g, h, j, k, l, m, n, p, q, r, s, t, v, w, x, y, z.

Alfabeto: a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, w, x, y, z.

Emprego da letra H

Esta letra, em início ou fim de palavras, não tem valor fonético; conservou-se apenas como símbolo, por força da etimologia e da tradição escrita. Grafa-se, por exemplo, **hoje**, porque esta palavra vem do latim *hodie*.

Emprega-se o H:

- Inicial, quando etimológico: hábito, hélice, herói, hérnia, hesitar, haurir, etc.
- Medial, como integrante dos dígrafos ch, lh e nh: chave, boliche, telha, flecha companhia, etc.
- Final e inicial, em certas interjeições: ah!, ih!, hem?, hum!, etc.
- Algumas palavras iniciadas com a letra H: hálito, harmonia, hangar, hábil, hemorragia, hemisfério, heliporto, hematoma, hífen, hilaridade, hipocondria, hipótese, hipocrisia, homenagear, hera, húmus;
- Sem h, porém, os derivados baianos, baianinha, baião, baianada, etc.

Não se usa H:

- No início de alguns vocábulos em que o **h**, embora etimológico, foi eliminado por se tratar de palavras que entraram na língua por via popular, como é o caso de erva, inverno, e Espanha, respectivamente do latim, herba, hibernus e Hispania. Os derivados eruditos, entretanto, grafam-se com **h**: herbívoro, herbicida, hispânico, hibernal, hibernar, etc.

Emprego das letras E, I, O e U

Na língua falada, a distinção entre as vogais átonas /e/ e /i/, /o/ e /u/ nem sempre é nítida. É principalmente desse fato que nascem as dúvidas quando se escrevem palavras como quase, intitular, mágoa, bulir, etc., em que ocorrem aquelas vogais.

Escrevem-se com a letra E:

- A sílaba final de formas dos verbos terminados em –uar: continue, habitue, pontue, etc.
- A sílaba final de formas dos verbos terminados em –oar: abençoe, magoe, perdoe, etc.
- As palavras formadas com o prefixo ante– (antes, anterior): antebraço, antecipar, antedatar, antediluviano, antevéspera, etc.
- Os seguintes vocábulos: Arrepiar, Cadeado, Candeeiro, Cemitério, Confete, Creolina, Cumeeira, Desperdício, Destilar, Dissenteria, Empecilho, Encarnar, Indígena, Irrequieto, Lacrimogêneo, Mexerico, Mimeógrafo, Orquídea, Peru, Quase, Quepe, Senão, Sequer, Seriema, Seringa, Umedecer.



Emprega-se a letra I:

- Na sílaba final de formas dos verbos terminados em –air/–oer /–uir: cai, corrói, diminuir, influi, possui, retribui, sai, etc.
- Em palavras formadas com o prefixo anti- (contra): antiaéreo, Anticristo, antitetânico, antiestético, etc.
- Nos seguintes vocábulos: aborigine, açoriano, artifício, artimanha, camoniano, Casimiro, chefiar, cimento, crânio, criar, criador, criação, crioulo, digladiar, displicente, erisipela, escárnio, feminino, Filipe, frontispício, Ifigênia, inclinar, incinerar, inigualável, invólucro, lajiano, lampião, pátio, penicilina, pontiagudo, privilégio, requisito, Sicília (ilha), silvícola, siri, terebintina, Tibiriçá, Virgílio.

Grafam-se com a letra O: abolir, banto, boate, bolacha, boletim, botequim, bússola, chover, cobiça, concorrência, costume, engolir, goela, mágoa, mocambo, moela, moleque, mosquito, névoa, nódoa, óbolo, ocorrência, rebotalho, Romênia, tribo.

Grafam-se com a letra U: bulir, burburinho, camundongo, chuveirar, cumbuca, cúpula, curtume, cutucar, entupir, íngua, jabuti, jabuticaba, lóbulo, Manuel, mutuca, rebuliço, tábuca, tabuada, tonitruante, trégua, urtiga.

Parônimos: Registramos alguns parônimos que se diferenciam pela oposição das vogais /e/ e /i/, /o/ e /u/. Fixemos a grafia e o significado dos seguintes:

área = superfície
ária = melodia, cantiga
arrear = pôr arreios, enfeitar
arriar = abaixar, pôr no chão, cair
comprido = longo
cumprido = particípio de cumprir
comprimento = extensão
cumprimento = saudação, ato de cumprir
costear = navegar ou passar junto à costa
custear = pagar as custas, financiar
deferir = conceder, atender
diferir = ser diferente, divergir
delatar = denunciar
dilatar = distender, aumentar
descrição = ato de descrever
discrição = qualidade de quem é discreto
emergir = vir à tona
imergir = mergulhar
emigrar = sair do país
imigrar = entrar num país estrangeiro
emigrante = que ou quem emigra
imigrante = que ou quem imigra
eminente = elevado, ilustre
iminente = que ameaça acontecer
recrear = divertir
recriar = criar novamente
soar = emitir som, ecoar, repercutir
suar = expelir suor pelos poros, transpirar
sortir = abastecer
surtir = produzir (efeito ou resultado)
sortido = abastecido, bem provido, variado
surtido = produzido, causado
vadear = atravessar (rio) por onde dá pé, passar a vau
vadiar = viver na vadiagem, vagabundear, levar vida de vadio



Emprego das letras G e J

Para representar o fonema /j/ existem duas letras; g e j. Grafa-se este ou aquele signo não de modo arbitrário, mas de acordo com a origem da palavra. Exemplos: gesso (do grego gypsos), jeito (do latim jactu) e jipe (do inglês jeep).

Escrevem-se com G:

- Os substantivos terminados em -agem, -igem, -ugem: garagem, massagem, viagem, origem, vertigem, ferrugem, lanugem.
- Exceção:** pajem
- As palavras terminadas em -ágio, -égio, -ígio, -ógio, -úgio: contágio, estágio, egrégio, prodígio, relógio, refúgio.
- Palavras derivadas de outras que se grafam com g: massagista (de massagem), vertiginoso (de vertigem), ferruginoso (de ferrugem), engessar (de gesso), faringite (de faringe), selvageria (de selvagem), etc.
- Os seguintes vocábulos: algema, angico, apogeu, auge, estrangeiro, gengiva, gesto, gibi, gilete, ginete, gíria, giz, hegemonia, herege, megera, monge, rabugento, sugestão, tangerina, tigela.

Escrevem-se com J:

- Palavras derivadas de outras terminadas em -já: laranja (laranjeira), loja (lojista, lojeca), granja (granjeiro, granjense), gorja (gorjeta, gorjeio), lisonja (lisonjear, lisonjeiro), sarja (sarjeta), cereja (cerejeira).
- Todas as formas da conjugação dos verbos terminados em -jar ou -jear: arranjar (arranje), despejar (despejei), gorjear (gorjeia), viajar (viajei, viagem) – (viagem é substantivo).
- Vocábulos cognatos ou derivados de outros que têm j: laje (lajedo), nojo (nojento), jeito (jeitoso, enjeitar, projeção, rejeitar, sujeito, trajeto, trejeito).
- Palavras de origem ameríndia (principalmente tupi-guarani) ou africana: canjerê, canjica, jenipapo, jequitibá, jerimum, jiboia, jiló, jirau, pajé, etc.
- As seguintes palavras: alfanje, alforje, berinjela, cafajeste, cerejeira, intrujice, jeca, jegue, Jeremias, Jericó, Jerônimo, jérsei, jiu-jitsu, majestade, majestoso, manjedoura, manjerição, ojeriza, pegajento, rijeza, sabujice, sujeira, traje, ultraje, varejista.
- Atenção: Moji palavra de origem indígena, deve ser escrita com **J**. Por tradição algumas cidades de São Paulo adotam a grafia com **G**, como as cidades de Mogi das Cruzes e Mogi-Mirim.

Representação do fonema /S/

O fonema /s/, conforme o caso, representa-se por:

- **C, Ç:** acetinado, açafraão, alçaço, anoitecer, censura, cimento, dança, dançar, contorção, exceção, endereço, Iguaçu, maçarico, maçaroca, maço, maciço, miçanga, muçulmano, muçurana, paçoca, pança, pinça, Suíça, suíço, vicissitude.
- **S:** ânsia, ansiar, ansioso, ansiedade, cansar, cansado, descansar, descanso, diversão, excursão, farsa, ganso, hortênsia, pretensão, pretensioso, propensão, remorso, sebo, tenso, utensílio.
- **SS:** acesso, acessório, acessível, assar, asseio, assinar, carrossel, cassino, concessão, discussão, escassez, escasso, essencial, expressão, fracasso, impressão, massa, massagista, missão, necessário, obsessão, opressão, pêssego, procissão, profissão, profissional, ressurreição, sessenta, sossegar, sossego, submissão, sucessivo.
- **SC, SC:** acréscimo, adolescente, ascensão, consciência, consciente, crescer, cresço, descer, desço, desça, disciplina, discípulo, discernir, fascinar, florescer, imprescindível, néscio, oscilar, piscina, ressuscitar, seiscentos, suscetível, suscetibilidade, suscitar, viscera.
- **X:** aproximar, auxiliar, auxílio, máximo, próximo, proximidade, trouxe, trazer, trouxeram, etc.
- **XC:** exceção, excedente, exceder, excelência, excelente, excelso, excêntrico, excepcional, excesso, excessivo, exceto, excitar, etc.

Homônimos

- acento** = inflexão da voz, sinal gráfico
- assento** = lugar para sentar-se
- acético** = referente ao ácido acético (vinagre)
- ascético** = referente ao ascetismo, místico
- cesta** = utensílio de vime ou outro material



sexta = ordinal referente a seis
círio = grande vela de cera
sírio = natural da Síria
cismo = pensão
sismo = terremoto
empoçar = formar poça
empossar = dar posse a
incipiente = principiante
insipiente = ignorante
intercessão = ato de interceder
interseção = ponto em que duas linhas se cruzam
ruço = pardacento
russo = natural da Rússia

Emprego de S com valor de Z

- Adjetivos com os sufixos –oso, –osa: gostoso, gostosa, gracioso, graciosa, teimoso, teimosa, etc.
- Adjetivos pátrios com os sufixos –ês, –esa: português, portuguesa, inglês, inglesa, milanês, milanese, etc.
- Substantivos e adjetivos terminados em –ês, feminino –esa: burguês, burguesa, burgueses, camponês, camponesa, camponeses, freguês, freguesa, fregueses, etc.
- Verbos derivados de palavras cujo radical termina em –s: analisar (de análise), apresar (de presa), atrasar (de atrás), extasiar (de êxtase), extravasar (de vaso), alisar (de liso), etc.
- Formas dos verbos *pôr* e *querer* e de seus derivados: pus, pusemos, compôs, impuser, quis, quiseram, etc.
- Os seguintes nomes próprios de pessoas: Avis, Baltasar, Brás, Eliseu, Garcês, Heloísa, Inês, Isabel, Isaura, Luís, Luísa, Queirós, Resende, Sousa, Teresa, Teresinha, Tomás, Valdês.
- Os seguintes vocábulos e seus cognatos: aliás, anís, arnês, **ás, ases**, através, avisar, besouro, colisão, convés, cortês, cortesia, defesa, despesa, empresa, esplêndido, espontâneo, evasiva, fase, frase, freguesia, fusível, gás, Goiás, groselha, heresia, hesitar, man-ganês, mês, mesada, obséquio, obus, paisagem, país, paraíso, pêsames, pesquisa, presa, presépio, presidio, querosene, raposa, repre-sa, requisito, rês, reses, retrós, revés, surpresa, tesoura, tesouro, três, usina, vasilha, vaselina, vigésimo, visita.

Emprego da letra Z

- Os derivados em –zal, –zeiro, –zinho, –zinha, –zito, –zita: cafezal, cafezeiro, cafezinho, avezinha, cãozito, avezita, etc.
- Os derivados de palavras cujo radical termina em –z: cruzeiro (de cruz), enraizar (de raiz), esvaziar (de vazio), etc.
- Os verbos formados com o sufixo –izar e palavras cognatas: fertilizar, fertilizante, civilizar, civilização, etc.
- Substantivos abstratos em –eza, derivados de adjetivos e denotando qualidade física ou moral: pobreza (de pobre), limpeza (de limpo), frieza (de frio), etc.
- As seguintes palavras: azar, azeite, azáfama, azedo, amizade, aprazível, baliza, buzinar, bazar, chafariz, cicatriz, ojeriza, prezar, prezado, proeza, vazar, vizinho, xadrez.

Sufixo –ÊS e –EZ

- O sufixo –ês (latim –ense) forma adjetivos (às vezes substantivos) derivados de substantivos concretos: montês (de monte), cortês (de corte), burguês (de burgo), montanhês (de montanha), francês (de França), chinês (de China), etc.
- O sufixo –ez forma substantivos abstratos femininos derivados de adjetivos: aridez (de árido), acidez (de ácido), rapidez (de rápido), estupidéz (de estúpido), mudez (de mudo) avidez (de ávido) palidez (de pálido) lucidez (de lúcido), etc.

Sufixo –ESA e –EZA

Usa-se –esa (com s):

- Nos seguintes substantivos cognatos de verbos terminados em –ender: defesa (defender), presa (prender), despesa (despender), represa (prender), empresa (empreender), surpresa (surpreender), etc.
- Nos substantivos femininos designativos de títulos nobiliárquicos: baronesa, dogesa, duquesa, marquesa, princesa, consulesa, prioresa, etc.



- Nas formas femininas dos adjetivos terminados em **-ês**: burguesa (de burguês), francesa (de francês), camponesa (de campo-nês), milanesa (de milanês), holandesa (de holandês), etc.
- Nas seguintes palavras femininas: framboesa, indefesa, lesa, mesa, sobremesa, obesa, Teresa, tesa, toesa, turquesa, etc.

Usa-se -eza (com z):

- Nos substantivos femininos abstratos derivados de adjetivos e denotado qualidades, estado, condição: beleza (de belo), franqueza (de franco), pobreza (de pobre), leveza (de leve), etc.

Verbos terminados em -ISAR e -IZAR

Escreve-se **-isar** (com s) quando o radical dos nomes correspondentes termina em **-s**. Se o radical não terminar em **-s**, grafase **-izar** (com z): avisar (aviso + ar), analisar (análise + ar), alisar (a + liso + ar), bisar (bis + ar), catalisar (catálise + ar), improvisar (improviso + ar), paralisar (paralisia + ar), pesquisar (pesquisa + ar), pisar, repisar (piso + ar), frisar (friso + ar), grisar (gris + ar), anarquizar (anarquia + izar), civilizar (civil + izar), canalizar (canal + izar), amenizar (ameno + izar), colonizar (colono + izar), vulgarizar (vulgar + izar), motorizar (motor + izar), escravizar (escravo + izar), cicatrizar (cicatriz + izar), deslizar (deslize + izar), matizar (matiz + izar).

Emprego do X

- Esta letra representa os seguintes fonemas:

Ch – xarope, enxofre, vexame, etc.

CS – sexo, látex, léxico, tóxico, etc.

Z – exame, exílio, êxodo, etc.

SS – auxílio, máximo, próximo, etc.

S – sexto, texto, expectativa, extensão, etc.

- Não soa nos grupos internos **-xce-** e **-xci-**: exceção, exceder, excelente, excelso, excêntrico, excessivo, excitar, inexcédível, etc.
- Grafam-se com **x** e não com **s**: expectativa, experiente, expiar, expirar, expoente, êxtase, extasiado, extrair, fênix, texto, etc.
- Escreve-se **x** e não **ch**: Em geral, depois de ditongo: caixa, baixo, faixa, feixe, frouxo, ameixa, rouxinol, seixo, etc. Excetua-se *caucho* e os derivados *cauchal*, *recauchutar* e *recauchutagem*. Geralmente, depois da sílaba inicial **en-**: enxada, enxame, enxamear, enxagar, enxaqueca, enxergar, enxerto, enxoval, enxugar, enxurrada, enxuto, etc. Excepcionalmente, grafam-se com **ch**: encharcar (de charco), encher e seus derivados (enchente, preencher), enchova, enchumaçar (de chumaço), enfim, toda vez que se trata do prefixo **en-** + palavra iniciada por **ch**. Em vocábulos de origem indígena ou africana: abacaxi, xavante, caxambu, caxinguelê, orixá, maxixe, etc. Nas seguintes palavras: bexiga, bruxa, coaxar, faxina, graxa, lagartixa, lixa, lixo, mexer, mexerico, puxar, rixa, oxalá, praxe, vexame, xarope, xaxim, xícara, xale, xingar, xampu.

Emprego do dígrafo CH

Escreve-se com **ch**, entre outros os seguintes vocábulos: bucha, charque, charrua, chavena, chimarrão, chuchu, cochilo, fachada, ficha, flecha, mecha, mochila, pechincha, tocha.

Homônimos

Bucho = estômago

Buxo = espécie de arbusto

Cocho = recipiente de madeira

Coxo = capenga, manco

Tacha = mancha, defeito; pequeno prego; prego de cabeça larga e chata, caldeira.

Taxa = imposto, preço de serviço público, conta, tarifa

Chá = planta da família das teáceas; infusão de folhas do chá ou de outras plantas

Xá = título do soberano da Pérsia (atual Irã)

Cheque = ordem de pagamento

Xequê = no jogo de xadrez, lance em que o rei é atacado por uma peça adversária



Consoantes dobradas

- Nas palavras portuguesas só se duplicam as consoantes C, R, S.
- Escreve-se com CC ou CÇ quando as duas consoantes soam distintamente: convicção, occipital, cocção, fricção, friccionar, facção, sucção, etc.
- Duplicam-se o R e o S em dois casos: Quando, intervocálicos, representam os fonemas /r/ forte e /s/ sibilante, respectivamente: carro, ferro, pêssego, missão, etc. Quando a um elemento de composição terminado em vogal seguir, sem interposição do hífen, palavra começada com /r/ ou /s/: arroxeado, correlação, pressupor, bissemanal, girassol, minissaia, etc.

CÊ - cedilha

É a letra C que se pôs cedilha. Indica que o Ç passa a ter som de /S/: almoço, ameaça, cobiça, doença, eleição, exceção, força, frustração, geringonça, justiça, lição, miçanga, preguiça, raça.

Nos substantivos derivados dos verbos: *ter* e *torcer* e seus derivados: *ater*, atenção; *abster*, abstenção; *reter*, retenção; *torcer*, torção; *contorcer*, contorção; *distorcer*, distorção.

O Ç só é usado antes de A, O, U.

Emprego das iniciais maiúsculas

- A primeira palavra de período ou citação. Diz um provérbio árabe: “A agulha veste os outros e vive nua”. No início dos versos que não abrem período é facultativo o uso da letra maiúscula.
- Substantivos próprios (antropônimos, alcunhas, topônimos, nomes sagrados, mitológicos, astronômicos): José, Tiradentes, Brasil, Amazônia, Campinas, Deus, Maria Santíssima, Tupã, Minerva, Via-Láctea, Marte, Cruzeiro do Sul, etc.
- Nomes de épocas históricas, datas e fatos importantes, festas religiosas: Idade Média, Renascença, Centenário da Independência do Brasil, a Páscoa, o Natal, o Dia das Mães, etc.
- Nomes de altos cargos e dignidades: Papa, Presidente da República, etc.
- Nomes de altos conceitos religiosos ou políticos: Igreja, Nação, Estado, Pátria, União, República, etc.
- Nomes de ruas, praças, edifícios, estabelecimentos, agremiações, órgãos públicos, etc: Rua do Ouvidor, Praça da Paz, Academia Brasileira de Letras, Banco do Brasil, Teatro Municipal, Colégio Santista, etc.
- Nomes de artes, ciências, títulos de produções artísticas, literárias e científicas, títulos de jornais e revistas: Medicina, Arquitetura, Os Lusíadas, O Guarani, Dicionário Geográfico Brasileiro, Correio da Manhã, Manchete, etc.
- Expressões de tratamento: Vossa Excelência, Sr. Presidente, Excelentíssimo Senhor Ministro, Senhor Diretor, etc.
- Nomes dos pontos cardeais, quando designam regiões: Os povos do Oriente, o falar do Norte. Mas: Corri o país de norte a sul. O Sol nasce a leste.
- Nomes comuns, quando personificados ou individuados: o Amor, o Ódio, a Morte, o Jabuti (nas fábulas), etc.

Emprego das iniciais minúsculas

- Nomes de meses, de festas pagãs ou populares, nomes gentílicos, nomes próprios tornados comuns: maia, bacanaís, carnaval, ingleses, ave-maria, um havana, etc.
- Os nomes a que se referem os itens 4 e 5 acima, quando empregados em sentido geral: São Pedro foi o primeiro papa. Todos amam sua pátria.
- Nomes comuns antepostos a nomes próprios geográficos: o rio Amazonas, a baía de Guanabara, o pico da Neblina, etc.
- Palavras, depois de dois pontos, não se tratando de citação direta: “Qual deles: o hortelão ou o advogado?”; “Chegam os magos do Oriente, com suas dádivas: ouro, incenso, mirra”.
- No interior dos títulos, as palavras átonas, como: o, a, com, de, em, sem, grafam-se com inicial minúscula.

Algumas palavras ou expressões costumam apresentar dificuldades colocando em *maus lençóis* quem pretende falar ou redigir português culto. Esta é uma oportunidade para você aperfeiçoar seu desempenho. Preste atenção e tente incorporar tais palavras certas em situações apropriadas.

A anos: **a** indica tempo futuro: Daqui **a** um ano iremos à Europa.

Há anos: **há** indica tempo passado: não o vejo **há** meses.



“Procure o seu caminho
Eu aprendi a andar sozinho
Isto foi **há muito tempo atrás**
Mas ainda sei como se faz
Minhas mãos estão cansadas
Não tenho mais onde me agarrar.”

(gravação: *Nenhum de Nós*)

Atenção: **Há** muito tempo já indica passado. Não há necessidade de usar **atrás**, isto é um pleonismo.

Acerca de: equivale a (*a respeito de*): Falávamos **acerca de** uma solução melhor.

Há cerca de: equivale a (*faz tempo*). **Há cerca de** dias resolvemos este caso.

Ao encontro de: equivale (*estar a favor de*): Sua atitude vai **ao encontro da** verdade.

De encontro a: equivale a (*oposição, choque*): Minhas opiniões vão **de encontro às** suas.

A fim de: locução prepositiva que indica (*finalidade*): Vou **a fim de** visitá-la.

Afim: é um adjetivo e equivale a (*igual, semelhante*): Somos almas **afins**.

Ao invés de: equivale (*ao contrário de*): **Ao invés de** falar começou a chorar (oposição).

Em vez de: equivale a (*no lugar de*): **Em vez de** acompanhar-me, ficou só.

Faça você a sua parte, ao invés de ficar me cobrando!

Quantas vezes usamos “ao invés de” quando queremos dizer “no lugar de”!

Contudo, esse emprego é equivocado, uma vez que “invés” significa “contrário”, “inverso”. Não que seja absurdamente errado escrever “ao invés de” em frases que expressam sentido de “em lugar de”, mas é preferível optar por “em vez de”.

Observe: Em vez de conversar, preferiu gritar para a escola inteira ouvir! (em lugar de) Ele pediu que fosse embora ao invés de ficar e discutir o caso. (ao contrário de)

Use “ao invés de” quando quiser o significado de “ao contrário de”, “em oposição a”, “avesso”, “inverso”.

Use “em vez de” quando quiser um sentido de “no lugar de” ou “em lugar de”. No entanto, pode assumir o significado de “ao invés de”, sem problemas. Porém, o que ocorre é justamente o contrário, coloca-se “ao invés de” onde não poderia.

A par: equivale a (*bem informado, ciente*): Estamos **a par** das boas notícias.

Ao par: indica relação (*de igualdade ou equivalência entre valores financeiros – câmbio*): O dólar e o euro estão **ao par**.

Aprender: tomar conhecimento de: O menino aprendeu a lição.

Apreender: prender: O fiscal apreendeu a carteirinha do menino.

À toa: é uma locução adverbial de modo, equivale a (*inutilmente, sem razão*): Andava à toa pela rua.

À toa: é um adjetivo (refere-se a um substantivo), equivale a (*inútil, desprezível*). Foi uma atitude à toa e precipitada. (até 01/01/2009 era grafada: à-toa)

Baixar: os preços quando não há objeto direto; *os preços* funcionam como *sujeito*: **Baixaram os preços** (sujeito) nos supermercados. Vamos comemorar, pessoal!

Abaixar: *os preços* empregado com *objeto direto*: Os postos (sujeito) de combustível **abaixaram os preços** (objeto direto) da gasolina.

Bebedor: é a pessoa que bebe: Tornei-me um grande **bebedor** de vinho.

Bebedouro: é o aparelho que fornece água. Este **bebedouro** está funcionando bem.

Bem-Vindo: é um adjetivo composto: Você é sempre **bem vindo** aqui, jovem.

Benvindo: é nome próprio: **Benvindo** é meu colega de classe.

Boêmia/Boemia: são formas variantes (usadas normalmente): Vivia na **boêmia/boemia**.



Botijão/Bujão de gás: ambas formas corretas: Comprei um **botijão/bujão** de gás.

Câmara: equivale ao *local de trabalho* onde se reúnem os vereadores, deputados: Ficaram todos reunidos na **Câmara** Municipal.
Câmera: *aparelho que fotografa*, tira fotos: Comprei uma **câmera** japonesa.

Champanha/Champanhe (do francês): O **champanha/champanhe** está bem gelado.

Cessão: equivale ao ato de doar, doação: Foi confirmada a **cessão** do terreno.

Sessão: equivale ao intervalo de tempo de uma reunião: A **sessão** do filme durou duas horas.

Seção/Secção: repartição pública, departamento: Visitei hoje a **seção** de esportes.

Demais: é *advérbio de intensidade*, equivale a *muito*, aparece intensificando verbos, adjetivos ou o próprio advérbio. Vocês falam **demais**, caras!

Demais: pode ser usado como *substantivo*, seguido de artigo, equivale a os outros. Chamaram mais dez candidatos, os **demais** devem aguardar.

De mais: é *locução prepositiva*, opõe-se a de menos, refere-se sempre a um substantivo ou a um pronome: Não vejo nada **de mais** em sua decisão.

Dia a dia: é um *substantivo*, equivale a *cotidiano, diário*, que faz ou acontece todo dia. Meu **dia a dia** é cheio de surpresas. (até 01/01/2009, era grafado dia-a-dia)

Dia a dia: é uma *expressão adverbial*, equivale a *diariamente*. O álcool aumenta **dia a dia**. Pode isso?

Descriminar: equivale a *(inocentar, absolver de crime)*. O réu foi **descriminado**; pra sorte dele.

Discriminar: equivale a *(diferençar, distinguir, separar)*. Era impossível **discriminar** os caracteres do documento. Cumpre **discriminar** os verdadeiros dos falsos valores. /Os negros ainda são **discriminados**.

Descrição: ato de *descrever*: A **descrição** sobre o jogador foi perfeita.

Discrição: qualidade ou caráter de *ser discreto, reservado*: Você foi muito **discreto**.

Entrega em domicílio: equivale a *lugar*: Fiz a **entrega em domicílio**.

Entrega a domicílio com verbos de movimento: Enviou as compras **a domicílio**.

As expressões “entrega em domicílio” e “entrega a domicílio” são muito recorrentes em restaurantes, na propaganda televisiva, no outdoor, no folder, no panfleto, no catálogo, na fala. Convivem juntas sem problemas maiores porque são entendidas da mesma forma, com um mesmo sentido. No entanto, quando falamos de gramática normativa, temos que ter cuidado, pois “**a domicílio**” não é aceita. Por quê? A regra estabelece que esta última locução adverbial deve ser usada nos casos de verbos que indicam movimento, como: levar, enviar, trazer, ir, conduzir, dirigir-se.

Portanto, “A loja entregou meu sofá a casa” não está correto. Já a locução adverbial “**em domicílio**” é usada com os verbos sem noção de movimento: entregar, dar, cortar, fazer.

A dúvida surge com o verbo “entregar”: não indicaria movimento? De acordo com a gramática purista não, uma vez que quem entrega, entrega algo em algum lugar.

Porém, há aqueles que afirmam que este verbo indica sim movimento, pois quem entrega se desloca de um lugar para outro.

Contudo, obedecendo às normas gramaticais, devemos usar “entrega em domicílio”, nos atentando ao fato de que a finalidade é que vale: a entrega será feita no (em+o) domicílio de uma pessoa.

Espectador: é aquele que *vê, assiste*: Os **espectadores** se fartaram da apresentação.

Expectador: é aquele que está na *expectativa*, que espera alguma coisa: O **expectador** aguardava o momento da chamada.

Estada: permanência de pessoa (tempo em algum lugar): A **estada** dela aqui foi gratificante.

Estadia: prazo concedido para carga e descarga de navios ou veículos: A **estadia** do carro foi prolongada por mais algumas semanas.

Fosforescente: adjetivo derivado de *fósforo*; que brilha no escuro: Este material é **fosforescente**.

Fluorescente: adjetivo derivado de *fluir*, elemento químico, refere-se a um determinado tipo de luminosidade: A luz branca do carro era **fluorescente**.



Haja - do verbo haver - É preciso que não haja descuido.

Aja - do verbo agir - Aja com cuidado, Carlinhos.

Houve: pretérito perfeito do verbo haver, 3ª pessoa do singular

Ouve: presente do indicativo do verbo ouvir, 3ª pessoa do singular

Levantar: é sinônimo de *erguer*: Ginês, meu estimado cunhado, **levantou** sozinho a tampa do poço.

Levantar-se: *pôr de pé*: Luís e Diego **levantaram-se** cedo e, dirigiram-se ao aeroporto.

Mal: *advérbio de modo*, equivale a *erradamente*, é oposto de bem: Dormi **mal**. (bem). Equivale a *nocivo, prejudicial, enfermidade*; pode vir antecedido de artigo, adjetivo ou pronome: A comida fez **mal** para mim. Seu **mal** é crer em tudo. *Conjunção subordinativa temporal*, equivale a *assim que, logo que*: **Mal** chegou começou a chorar desesperadamente.

Mau: *adjetivo*, equivale a *ruim*, oposto de bom; plural=maus; feminino=má. Você é um **mau** exemplo (bom). *Substantivo*: Os **maus** nunca vencem.

Mas: *conjunção adversativa* (ideia contrária), equivale a *porém, contudo, entretanto*: Telefonei-lhe **mas** ela não atendeu.

Mais: *pronome* ou *advérbio de intensidade*, opõe-se a menos: Há **mais** flores perfumadas no campo.

Nem um: equivale a *nem um sequer, nem um único*; a palavra *um* expressa quantidade: **Nem um** filho de Deus apareceu para ajudá-la.

Nenhum: *pronome indefinido* variável em gênero e número; vem antes de um substantivo, é oposto de algum: **Nenhum** jornal divulgou o resultado do concurso.

Obrigada: As mulheres devem dizer: muito obrigada, eu mesma, eu própria.

Obrigado: Os homens devem dizer: muito obrigado, eu mesmo, eu próprio.

Onde: indica o (*lugar em que se está*); refere-se a verbos que exprimem estado, permanência: **Onde** fica a farmácia mais próxima?

Aonde: indica (*ideia de movimento*); equivale (*para onde*) somente com verbo de movimento desde que indique deslocamento, ou seja, *a+onde*. **Aonde** vão com tanta pressa?

“Pode seguir a tua estrada
o teu brinquedo de estar
fantasiando um segredo
o ponto aonde quer chegar...”
(*gravação: Barão Vermelho*)

Por ora: equivale a (*por este momento, por enquanto*): **Por ora** chega de trabalhar.

Por hora: locução equivale a (*cada sessenta minutos*): Você deve cobrar **por hora**.

Por que: escreve-se separado; quando ocorre: *preposição* *por+que* - *advérbio interrogativo* (**Por que** você mentiu?); *preposição* *por+que* - *pronome relativo* pelo/a qual, pelos/as quais (A cidade **por que** passamos é simpática e acolhedora.) (=pela qual); *preposição* *por+que* - *conjunção subordinativa integrante*; inicia oração subordinada substantiva (Não sei **por que** tomaram esta decisão. (=por que motivo, razão)

Por quê: final de frase, antes de um ponto final, de interrogação, de exclamação, reticências; o monossílabo que passa a ser tônico (forte), devendo, pois, ser acentuado: __O show foi cancelado mas ninguém sabe **por quê**. (final de frase); __**Por quê?** (isolado)

Porque: *conjunção subordinativa causal*: equivale a: *pela causa, razão de que, pelo fato, motivo de que*: Não fui ao encontro **porque** estava acamado; *conjunção subordinativa explicativa*: equivale a: *pois, já que, uma vez que, visto que*: “Mas a minha tristeza é sossego **porque** é natural e justa.”; *conjunção subordinativa final* (verbo no subjuntivo, equivale a *para que*): “Mas não julguemos, **porque** não venhamos a ser julgados.”

Porquê: funciona como *substantivo*; vem sempre acompanhado de um artigo ou determinante: Não foi fácil encontrar o **porquê** daquele corre-corre.

Senão: equivale a (*caso contrário, a não ser*): Não fazia coisa nenhuma **senão** criticar.

Se não: equivale a (*se por acaso não*), em orações adverbiais condicionais: **Se não** houver homens honestos, o país não sairá desta situação crítica.



Tampouco: advérbio, equivale a (*também não*): Não compareceu, **tampouco** apresentou qualquer justificativa.

Tão pouco: advérbio de intensidade: Encontramo-nos **tão pouco** esta semana.

Trás ou **Atrás** = indicam lugar, são advérbios

Traz - do verbo trazer

Vultoso: volumoso: Fizemos um trabalho **vultoso** aqui.

Vultuoso: atacado de congestão no rosto: Sua face está **vultuosa** e deformada.

Exercícios

01. Observe a ortografia correta das palavras: disenteria; programa; mortadela; mendigo; beneficente; caderneta; problema.

Empregue as palavras acima nas frases:

- O.....teve.....porque comeu.....estragada.
- O superpai protegeu demais seu filho e este lhe trouxe um.....: sua.....escolar indicou péssimo aproveitamento.
- A festa.....teve um bom.....e, por isso, um bom aproveitamento.

02. Passe as palavras para o diminutivo:

- asa; japonês; pai; homem; adeus; português; só; anel;
- beleza; rosa; país; avô; arroz; princesa; café;
- flor; Oscar; rei; bom; casa; lápis; pé.

03. Passe para o plural diminutivo: trem; pé; animal; só; papel; jornal; mão; balão; automóvel; pai; cão; mercadoria; farol; rua; chapéu; flor.

04. Preencha as lacunas com as seguintes palavras: seção, sessão, cessão, comprimento, cumprimento, conserto, concerto

- O pequeno jornaleiro foi à.....do jornal.
- Na.....musical os pequenos cantores apresentaram-se muito bem.
- O.....do jornaleiro é amável.
- O..... das roupas é feito pela mãe do garoto.
- O.....do sapato custou muito caro.
- Eu.....meu amigo com amabilidade.
- A.....de cinema foi um sucesso.
- O vestido tem um.....bom.
- Os pequenos violinistas participaram de um.....

05. Dê a palavra derivada acrescentando os sufixos ESA ou EZA: Portugal; certo; limpo; bonito; pobre; magro; belo; gentil; duro; lindo; China; frio; duque; fraco; bravo; grande.

06. Forme substantivos dos adjetivos: honrado; rápido; escasso; tímido; estúpido; pálido; ácido; surdo; lúcido; pequeno.

07. Use o H quando for necessário: alucinar; **élice**, umilde, esitar, oje, humano, ora, onra, aver, ontem, êxito, **ábil**, arpa, irônico, orrível, árido, **óspede**, abitar.

08. Complete as lacunas com as seguintes formas verbais: Houve e Ouve.

- O meninomuitas recomendações de seu pai.
-muita confusão na cabeça do pequeno.
- A criança não.....a professora porque não a compreende.
- Na escola.....festa do Dia do Índio.

9. A letra X representa vários sons. Leia atentamente as palavras oralmente: trouxe, exercícios, táxi, executarei, exibir-se, oxigênio, exercer, proximidade, tóxico, extensão, existir, experiência, êxito, sexo, auxílio, exame. Separe as palavras em três seções, conforme o som do X.

- Som de Z;
- Som de KS;
- Som de S.



10. Complete com X ou CH: en.....er; dei.....ar;eiro; fle.....a; ei.....o; frou.....o; ma.....ucar;ocolate; en.....ada; en.....ergar; cai.....a;iclete; fai.....a;u.....u; salsi.....a; bai.....a; capri.....o; me.....erica; ria.....o;ingar;aleira; amei.....a;eirosos; abaca.....i.

11. Complete com MAL ou MAU:

- a) Disseram que Carlota passou.....ontem.
- b) Ele ficou de.....humor após ter agido daquela forma.
- c) O time se considera.....preparado para tal jogo.
- d) Carlota sofria de um.....curável.
- e) O.....é se ter afeiçoado às coisas materiais.
- f) Ele não é um.....sujeito.
- g) Mas o.....não durou muito tempo.

12. Complete as frases com porque ou por que corretamente:

- a) você está chateada?
- b) Cuidar do animal é mais importante.....ele fica limpinho.
- c) você não limpou o tapete?
- d) Concordo com papai.....ele tem razão.
- e)precisamos cuidar dos animais de estimação.

13. Preencha as lacunas com: mas = porém; mais = indica quantidade; más = feminino de mau.

- a) A mãe e o filho discutiram,.....não chegaram a um acordo.
- b) Você quer.....razões para acreditar em seu pai?
- c) Pessoas.....deveriam fazer reflexões para acreditar..... na bondade do que no ódio.
- d) Eu limpo,.....depois vou brincar.
- e) O frio não prejudicao Tico.
- f) Infelizmente Tico morreu,comprearei outro cãozinho.
- g) Todas as atitudesdevem ser perdoadas,.....jamais ser repetidas, pois, quanto.....se vive,.....se aprende.

14. Preencha as lacunas com: trás, atrás e traz.

- a) de casa havia um pinheiro.
- b) A poluição.....consigo graves consequências.
- c) Amarre-o por..... da árvore.
- d) Não vou..... de comentários bobos..

15. Preencha as lacunas com: HÁ - indica tempo passado; A - tempo futuro e espaço.

- a) A loja fica pouco quilômetros daqui.
- b)instantes li sobre o Natal.
- c) Eles não vão à loja porque mais de dois dias a mercadoria acabou.
- d)três dias que todos se preparam para a festa do Natal.
- e) Esse fato aconteceu muito tempo.
- f) Os alunos da escola dramatizarão a história do Natal daquioito dias.
- g) Ele estava..... três passos da casa de André.
- h) dois quartos existe uma bela árvore de Natal.

16. Atenção para as palavras: por cima; devagar; depressa; de repente; por isso. Agora, empregue-as nas frases:

- a) uma bola atingiu o cenário e o derrubou.
- b) Bem.....o povo começou a se retirar.
- c) O rei descobriu a verdade,.....ficou irritado.
- d) Faça sua tarefa....., para podermos ir ao dentista.
- e) de sua vestimenta real, o rei usava um manto.

17. Forme novas palavras usando ISAR ou IZAR: análise; pesquisa; anarquia; canal; civilização; colônia; humano; suave; revisão; real; nacional; final; oficial; monopólio; sintonia; central; paralisia; aviso.



18. Haja ou aja. Use haja ou aja para completar as orações:

- a) com atenção para que não muitos erros.
- b) Talvez greve; é preciso que..... cuidado e atenção.
- c) Desejamos que fraternidade nessa escola.
- d) com docilidade, meu filho!

19. A palavra MENOS não deve ser modificada para o feminino. Complete as frases com a palavra MENOS:

- a) Conheço todos os Estados brasileiros,.....a Bahia.
- b) Todos eram calmos,.....mamãe.
- c) Quero levar.....sanduíches do que na semana passada.
- d) Mamãe fazia doces e salgados.....tortas grandes.

20. Use *por que*, *por quê*, *porque* e *porquê*:

- a)ninguém ri agora?
- b) Eis..... ninguém ri.
- c) Eis os princípiosluto.
- d) Ela não aprendeu,?
- e) Aproximei-metodos queriam me ouvir.
- f) Você está assustado,?
- g) Eis o motivo.....errei.
- h) Creio que vou melhorar.....estudei muito.
- i) O..... é difícil de ser estudado.
- j) os índios estão revoltados?
- k) O caminhoviemos era tortuoso.

21. Uso do S e Z. Complete as palavras com S ou Z. A seguir, copie as palavras na forma correta: pou....ando; pre....ença; arte.....anato; escravi.....ar; nature.....a; va.....o; pre.....idente; fa.....er; Bra.....il; civili.....ação; pre.....ente; atra.....ados; produ.....irem; a.....a; hori.....onte; torrão.....inho; fra.....e; intruo; de.....ejamos; po.....itiva; poder.....o; de...envolvido; surprea; va.....io; ca.....o; coloni...ação.

22. Complete com X ou S e copie as palavras com atenção: e....trangeiro; e....tensão; e....tranho; e....tender; e....tenso; e....pontâneo; mi....to; te....te; e....gotar; e....terior; e....ceção; e....plêndido; te....to; e....pulsar; e....clusivo.

23. Tão Pouco / Tampouco

Complete as frases corretamente:

- a) Eu tiveoportunidades!
- b) Tenho..... alunos, que cabem todos naquela salinha.
- c) Ele não veio;.....virão seus amigos.
- d) Eu tenhotempo para estudar.
- e) Nunca tive gosto para dançar;.....para tocar piano.
- f) As pessoas que não amam,.....são felizes.
- g) As pessoas têm.....atitudes de amizade.
- h) O governo daquele país não resolve seus problemas,..... se preocupa em resolvê-los.

Respostas

01. a) mendigo disenteria mortadela b) problema caderneta c) beneficente programa

02.

- asinha; japonesinho; paizinho; homenzinho; adeusinho; portuguesinho; sozinho; anelzinho;
- belezinha; rosinha; paisinho; avozinho; arrozinho; princesinha; cafezinho;
- florzinha; Oscarzinho; reizinho; bonzinho; casinha; lapisinho; pezinho.

03. trenzinhos; pezinhos; animaizinhos; sozinhos; papeizinhos; jornaizinhos; mãozinhas; balõezinhos; automoveizinhos; paizinhos; cãesinhos; mercadoriazinhas; fardoizinhos; ruazinhas; chapeuzinhos; florezinhas.



04. a) seção b) sessão c) cumprimento d) conserto e) conserto f) cumprimento g) sessão h) comprimento i) concerto.

05. portuguesa; certeza; limpeza; boniteza; pobreza; magreza; beleza; gentileza; dureza; lindeza; Chinesa; frieza; duquesa; fraqueza; braveza; grandeza.

06. honradez; rapidez; escassez; timidez; estupidez; palidez; acidez; surdez; lucidez; pequenez.

07. alucinar, ontem, hélice, êxito, humilde, hábil, hesitar, harpa, hoje, irônico, humano, horrível, hora, árido, honra, hóspede, haver, habitar.

08. a) ouve b) Houve c) ouve d) houve

09.

Som de Z: exercícios, executarei, exibir-se, exercer, existir, êxito e exame.

Som de KS: táxi, oxigênio, tóxico e sexo.

Som de S: trouxemos, proximidade, extensão, experiência e auxílio.

10. encher, deixar, cheiro, flecha, eixo, frouxo, machucar, chocolate, enxada, enxergar, caixa, chiclete, faixa, chuchu, salsicha, baixa, capricho, mexerica, riacho, xingar, chaleira, ameixa, cheirosos, abacaxi.

11. a) mal b) mau c) mal d) mal e) mau f) mau g) mal

12. a) Por que b) porque c) Por que d) porque e) Porque

13. a) mas b) mais c) más mais d) mas e) mais f) mas g) más mas mais mais

14. a) Atrás b) traz c) trás d) atrás

15. a) a b) Há c) há d) Há e) há f) a g) a h) A

16. a) De repente b) devagar c) por isso d) depressa e) Por cima

17. analisar; pesquisar; anarquizar; canalizar; civilizar; colonizar; humanizar; suavizar; revisar; realizar; nacionalizar; finalizar; oficializar; monopolizar; sintonizar; centralizar; paralisar; avisar.

18. a) Aja haja b) haja haja c) haja d) Aja

19. a) menos b) menos c) menos d) menos

20. a) Por que b) porquê c) por que d) por quê e) porque f) por quê g) por que h) porque i) porquê j) Por que k) por que

21. Pousando; Presença; Artesanato; Escravizar; Natureza; Vaso; Presidente; Fazer; Brasil; Civilização; Presente; Atrasados; Produzirem; Asa; Horizonte; Torrãozinho; Frase; Intruso; Desejamos; Positiva; Poderoso; Desenvolvido; Surpresa; Vazio; Caso; Colonização.

22. estrangeiro; extensão; estranho; estender; extenso; Espontâneo; Misto; Teste; Esgotar; Exterior; Exceção; Esplêndido; Texto; Expulsar; Exclusivo.

23. a) tão poucas b) tão poucos c) tampouco d) tão pouco e) tampouco f) tampouco g) tão poucas h) tampouco



5. ACENTUAÇÃO GRÁFICA;

Tonicidade

Num vocábulo de duas ou mais sílabas, há, em geral, uma que se destaca por ser proferida com mais intensidade que as outras: é a **sílabo tônica**. Nela recai o *acento tônico*, também chamado acento de intensidade ou prosódico. Exemplos: **café**, **janela**, **médico**, **estômago**, **coleccionador**.

O acento tônico é um fato fonético e não deve ser confundido com o acento gráfico (agudo ou circunflexo) que às vezes o assinala. A sílabo tônica nem sempre é acentuada graficamente. Exemplo: **cedo**, **flores**, **bote**, **pessoa**, **senhor**, **caju**, **tatus**, **siri**, **abacaxis**.

As sílabas que não são tônicas chamam-se *átonas* (=fracas), e podem ser pretônicas ou postônicas, conforme estejam antes ou depois da sílabo tônica. Exemplo: **montanha**, **facilmente**, **heroizinho**.

De acordo com a posição da sílabo tônica, os vocábulos com mais de uma sílabo classificam-se em:

Oxítonos: quando a sílabo tônica é a última: **café**, **rapaz**, **escritor**, **maracujá**.

Paroxítonos: quando a sílabo tônica é a penúltima: **mesa**, **lápiz**, **montanha**, **imensidade**.

Proparoxítonos: quando a sílabo tônica é a antepenúltima: **árvore**, **quilômetro**, **México**.

Monossílabos são palavras de uma só sílabo, conforme a intensidade com que se proferem, podem ser tônicos ou átonos.

Monossílabos tônicos são os que têm autonomia fonética, sendo proferidos fortemente na frase em que aparecem: **é**, **má**, **si**, **dó**, **nó**, **eu**, **tu**, **nós**, **ré**, **pôr**, etc.

Monossílabos átonos são os que não têm autonomia fonética, sendo proferidos fracamente, como se fossem sílabas átonas do vocábulo a que se apoiam. São palavras vazias de sentido como artigos, pronomes oblíquos, elementos de ligação, preposições, conjunções: **o**, **a**, **os**, **as**, **um**, **uns**, **me**, **te**, **se**, **lhe**, **nos**, **de**, **em**, **e**, **que**.

Acentuação dos Vocábulos Proparoxítonos

Todos os vocábulos proparoxítonos são acentuados na vogal tônica:

- Com acento agudo se a vogal tônica for **i**, **u** ou **a**, **e**, **o** abertos: **xícara**, **úmido**, **queríamos**, **lágrima**, **término**, **déssemos**, **lógico**, **binóculo**, **colocássemos**, **inúmeros**, **polígono**, etc.

- Com acento circunflexo se a vogal tônica for fechada ou nasal: **lâmpada**, **pêssego**, **esplêndido**, **pêndulo**, **lêssemos**, **estômago**, **sôfrego**, **fôssemos**, **quilômetro**, **sonâmbulo** etc.

Acentuação dos Vocábulos Paroxítonos

Acentuam-se com acento adequado os vocábulos paroxítonos terminados em:

- ditongo crescente, seguido, ou não, de s: **sábio**, **róseo**, **planície**, **nódua**, **Márcio**, **régua**, **árdua**, **espontâneo**, etc.

- i, is, us, um, uns: **táxi**, **lápiz**, **bônus**, **álbum**, **álbuns**, **jóquei**, **vôlei**, **fáceis**, etc.

- l, n, r, x, ons, ps: **fácil**, **hífen**, **dólar**, **látex**, **elétrons**, **fôrceps**, etc.

- ã, ãs, ão, ãos, guam, guem: **ímã**, **ímãs**, **órgão**, **bênçãos**, **enxáguam**, **enxáguem**, etc.

Não se acentua um paroxítono só porque sua vogal tônica é aberta ou fechada. Descabido seria o acento gráfico, por exemplo, em **cedo**, **este**, **espelho**, **aparelho**, **cela**, **janela**, **socorro**, **pessoa**, **dores**, **flores**, **solo**, **esforços**.

Acentuação dos Vocábulos Oxítonos

Acentuam-se com acento adequado os vocábulos oxítonos terminados em:

- a, e, o, seguidos ou não de s: **xará**, **serás**, **pajé**, **freguês**, **vovô**, **avós**, etc. Seguem esta regra os infinitivos seguidos de pronome: **cortá-los**, **vendê-los**, **compô-lo**, etc.

- em, ens: **ninguém**, **armazéns**, **ele contém**, **tu contém**, **ele convém**, **ele mantém**, **eles mantêm**, **ele intervém**, **eles intervêm**, etc.

Acentuação dos Monossílabos



Acentuam-se os monossílabos tônicos: a, e, o, seguidos ou não de s: há, pá, pé, mês, nó, pôs, etc.

Acentuação dos Ditongos

Acentuam-se a vogal dos ditongos abertos éi, éu, ói, quando tônicos.

Segundo as novas regras os ditongos abertos “éi” e “ói” não são mais acentuados em **palavras paroxítonas**: assembleia, plateia, ideia, colmeia, boleia, Coreia, boia, paranoia, jiboia, apoio, heroico, paranoico, etc. Ficando: Assembleia, plateia, ideia, colmeia, boleia, Coreia, boia, paranoia, jiboia, apoio, heroico, paranoico, etc.

Nos ditongos abertos de **palavras oxítonas** terminadas em éi, éu e ói e **monossílabas** o acento continua: herói, constrói, dói, anéis, papéis, troféu, céu, chapéu.

Acentuação dos Hiatos

A razão do acento gráfico é indicar hiato, impedir a ditongação. Compare: caí e cai, doído e doido, fluído e fluido.

- Acentuam-se em regra, o /i/ e o /u/ tônicos em hiato com vogal ou ditongo anterior, formando sílabas sozinhos ou com s: saída (sa-í-da), saúde (sa-ú-de), faísca, caíra, saíra, egoísta, heroína, caí, Xuí, Luís, uísque, balaústre, juízo, país, cafeína, baú, baús, Grajaú, saímos, eletroímã, reúne, construía, proibem, influí, destruí-lo, instruí-la, etc.

- Não se acentua o /i/ e o /u/ seguidos de nh: rainha, fuinha, moinho, lagoinha, etc; e quando formam sílaba com letra que não seja s: cair (ca-ir), sairmos, saindo, juiz, ainda, diurno, Raul, ruim, cauim, amendoim, saiu, contribuiu, instruiu, etc.

Segundo as novas regras da Língua Portuguesa não se acentua mais o /i/ e /u/ tônicos formando hiato quando vierem depois de ditongo: baiúca, boiúna, feiúra, feiúme, bocaiúva, etc. Ficaram: baiuca, boiuna, feiura, feiume, bocaiuva, etc.

Os hiatos “ôo” e “êe” não são mais acentuados: enjôo, vôo, perdôo, abençôo, povôo, crêem, dêem, lêem, vêem, relêem. Ficaram: enjoo, voo, perdoo, abençoo, povoo, creem, deem, leem, veem, releem.

Acento Diferencial

Emprega-se o acento diferencial como sinal distintivo de vocábulos homógrafos, nos seguintes casos:

- pôr (verbo) - para diferenciar de por (preposição).
- verbo poder (pôde, quando usado no passado)
- é facultativo o uso do acento circunflexo para diferenciar as palavras forma/fôrma. Em alguns casos, o uso do acento deixa a frase mais clara. Exemplo: Qual é a forma da fôrma do bolo?

Segundo as novas regras da Língua Portuguesa não existe mais o acento diferencial em palavras homônimas (grafia igual, som e sentido diferentes) como:

- côa(s) (do verbo coar) - para diferenciar de coa, coas (com + a, com + as);
- pára (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo parar) - para diferenciar de para (preposição);
- péla (do verbo pelar) e em péla (jogo) - para diferenciar de pela (combinação da antiga preposição per com os artigos ou pronomes a, as);
- pêlo (substantivo) e pélo (v. pelar) - para diferenciar de pelo (combinação da antiga preposição per com os artigos o, os);
- péra (substantivo - pedra) - para diferenciar de pera (forma arcaica de para - preposição) e pêra (substantivo);
- pólo (substantivo) - para diferenciar de polo (combinação popular regional de por com os artigos o, os);
- pôlo (substantivo - gavião ou falcão com menos de um ano) - para diferenciar de polo (combinação popular regional de por com os artigos o, os);

Emprego do Til

O til sobrepõe-se às letras “a” e “o” para indicar vogal nasal. Pode figurar em sílaba:

- **tônica**: maçã, câibra, perdão, barões, pôe, etc;
- **pretônica**: romãzeira, baldezinhas, grã-fino, cristãmente, etc;
- **átona**: órfãs, órgãos, bênçãos, etc.



Trema (o trema não é acento gráfico)

Desapareceu o trema sobre o /u/ em todas as palavras do português: *Linguiça*, *averigui*, *delinquente*, *tranquilo*, *linguístico*. Exceto as de língua estrangeira: *Günter*, *Gisele Bündchen*, *müliano*.

Exercícios

01- O acento gráfico de “três” justifica-se por ser o vocábulo:

- a) Monossílabo átono terminado em ES.
- b) Oxítono terminado em ES
- c) Monossílabo tônico terminado em S
- d) Oxítono terminado em S
- e) Monossílabo tônico terminado em ES

02- Se o vocábulo *concluiu* não tem acento gráfico, tal não acontece com uma das seguinte formas do verbo *concluir*:

- a) concluia
- b) concluirmos
- c) concluem
- d) concluindo
- e) conclusas

03- Nenhum vocábulo deve receber acento gráfico, exceto:

- a) sururu
- b) peteca
- c) bainha
- d) mosaico
- e) beriberi

04- Todos os vocábulos devem ser acentuados graficamente, exceto:

- a) xadrez
- b) faisca
- c) reporter
- d) Oasis
- e) proteína

05- Assinale a opção em que o par de vocábulos não obedece à mesma regra de acentuação gráfica.

- a) sofismático/ insondáveis
- b) automóvel/fácil
- c) tá/já
- d) água/raciocínio
- e) alguém/comvém

06- Os dois vocábulos de cada item devem ser acentuado graficamente, exceto:

- a) herbívoro-ridículo
- b) logaritmo-urubu
- c) miúdo-sacrifício
- d) carnaúba-germem
- e) Bíblia-hieroglifo

07- “Andavam devagar, olhando para trás...” (J.A. de Almeida-Américo A. Bagaceira). Assinale o item em que nem todas as palavras são acentuadas pelo mesmo motivo da palavra grifada no texto.

- a) Más – vês
- b) Mês – pás
- c) Vós – Brás
- d) Pés – atrás
- e) Dês – pés



08- Indique a única alternativa em que nenhuma palavra é acentuada graficamente:

- a) lapis, canoa, abacaxi, jovens,
- b) ruim, sozinho, aquele, traiu
- c) saudade, onix, grau, orquídea
- d) flores, açúcar, album, virus,
- e) voo, legua, assim, tenis

09- Nas alternativas, a acentuação gráfica está correta em todas as palavras, exceto:

- a) jesuíta, caráter
- b) viúvo, sótão
- c) baíha, raiz
- d) Ângela, espádua
- e) gráfico, flúor

10- Até momento, se lembrava de que o antiquário tinha o que procurávamos.

- a) Aquê-le-ninguê-m-baú
- b) Aquê-le-ninguê-m-bau
- c) Aquê-le-ninguem-baú
- d) Aque-le-ninguê-m-baú
- e) Aquê-le-ninguê-m-bau

Respostas: (1-E) (2-A) (3-E) (4-A) (5-A) (6-B) (7-D) (8-B) (9-C) (10-D)

6. EMPREGO DA CRASE;

Crase é a superposição de dois “a”, geralmente a preposição “a” e o artigo a(s), podendo ser também a preposição “a” e o pronome demonstrativo a(s) ou a preposição “a” e o “a” inicial dos pronomes demonstrativos aqueles(s), aquela(s) e aquilo. Essa superposição é marcada por um acento grave (’).

Assim, em vez de escrevermos “entregamos a mercadoria **a a** vendedora”, “esta blusa é igual **a a** que compraste” ou “eles deveriam ter comparecido **a aquela** festa”, devemos sobrepor os dois “**a**” e indicar esse fato com um acento grave: “Entregamos a mercadoria à vendedora”. “Esta blusa é igual à que compraste”. “Eles deveriam ter comparecido àquela festa.”

O acento grave que aparece sobre o “a” não constitui, pois, a crase, mas é um mero sinal gráfico que indica ter havido a união de dois “a” (crase).

Para haver crase, é indispensável a presença da preposição “a”, que é um problema de regência. Por isso, quanto mais conhecer a regência de certos verbos e nomes, mais fácil será para ele ter o domínio sobre a crase.

Não existe Crase

- **Antes de palavra masculina:** Chegou **a** tempo ao trabalho; Vieram **a** pé; Vende-se **a** prazo.

- **Antes de verbo:** Ficamos **a** admirá-los; Ele começou **a** ter alucinações.

- **Antes de artigo indefinido:** Levamos a mercadoria **a** uma firma; Refiro-me **a** uma pessoa educada.

- **Antes de expressão de tratamento introduzida pelos pronomes possessivos Vossa ou Sua ou ainda da expressão Você, forma reduzida de Vossa Mercê:** Enviei dois ofícios **a** Vossa Senhoria; Traremos **a** Sua Majestade, o rei Hubertus, uma mensagem de paz; Eles queriam oferecer flores **a** você.

- **Antes dos pronomes demonstrativos esta e essa:** Não me refiro **a** esta carta; Os críticos não deram importância **a** essa obra.



- **Antes dos pronomes pessoais:** Nada revelei **a** ela; Dirigiu-se **a** mim com ironia.

- **Antes dos pronomes indefinidos com exceção de outra:** Direi isso **a** qualquer pessoa; A entrada é vedada **a** toda pessoa estranha. Com o pronome indefinido outra(s), pode haver crase porque ele, às vezes, aceita o artigo definido a(s): As cartas estavam colocadas umas às outras (no masculino, ficaria “os cartões estavam colocados uns aos outros”).

- **Quando o “a” estiver no singular e a palavra seguinte estiver no plural:** Falei **a** vendedoras desta firma; Refiro-me **a** pessoas curiosas.

- **Quando, antes do “a”, existir preposição:** Ela compareceu perante **a** direção da empresa; Os papéis estavam sob **a** mesa. Exceção feita, às vezes, para **até**, por motivo de clareza: A água inundou a rua até à casa de Maria (= a água chegou perto da casa); se não houvesse o sinal da crase, o sentido ficaria ambíguo: a água inundou a rua até **a** casa de Maria (= inundou inclusive a casa). Quando **até** significa “perto de”, é preposição; quando significa “inclusive”, é partícula de inclusão.

- **Com expressões repetitivas:** Tomamos o remédio gota **a** gota; Enfrentaram-se cara **a** cara.

- **Com expressões tomadas de maneira indeterminada:** O doente foi submetido **a** dieta leve (no masc. = foi submetido a repouso, a tratamento prolongado, etc.); Prefiro terninho **a** saia e blusa (no masc. = prefiro terninho a vestido).

- **Antes de pronome interrogativo, não ocorre crase:** **A** que artista te referes?

- **Na expressão valer a pena (no sentido de valer o sacrifício, o esforço), não ocorre crase, pois o “a” é artigo definido:** Parodiando Fernando Pessoa, tudo vale **a** pena quando a alma não é pequena...

A Crase é Facultativa

- **Antes de nomes próprios feminino:** Enviamos um telegrama à Marisa; Enviamos um telegrama **a** Marisa. Em português, antes de um nome de pessoa, pode-se ou não empregar o artigo “a” (“A Marisa é uma boa menina”. Ou “Marisa é uma boa menina”). Por isso, mesmo que a preposição esteja presente, a crase é facultativa. Quando o nome próprio feminino vier acompanhado de uma expressão que o determine, haverá crase porque o artigo definido estará presente. Dedico esta canção à Candinha do Major Quevedo. [A (artigo) Candinha do Major Quevedo é fanática por seresta.]

- **Antes de pronome adjetivo possessivo feminino singular:** Pede informações à minha secretária; Pede informações **a** minha secretária. A explicação é idêntica à do item anterior: o pronome adjetivo possessivo aceita artigo, mas não o exige (“Minha secretária é exigente.” Ou: “A minha secretária é exigente”). Portanto, mesmo com a presença da preposição, a crase é facultativa.

- **Com o pronome substantivo possessivo feminino singular,** o uso de acento indicativo de crase não é facultativo (conforme o caso, será proibido ou obrigatório): A minha cidade é melhor que a tua. O acento indicativo de crase é proibido porque, no masculino, ficaria assim: O meu sítio é melhor que o teu (não há preposição, apenas o artigo definido). Esta gravura é semelhante à nossa. O acento indicativo de crase é obrigatório porque, no masculino, ficaria assim: Este quadro é semelhante ao nosso (presença de preposição + artigo definido).

Casos Especiais

- **Nomes de localidades:** Dentre as localidades, há as que admitem artigo antes de si e as que não o admitem. Por aí se deduz que, diante das primeiras, desde que comprovada a presença de preposição, pode ocorrer crase; diante das segundas, não. Para se saber se o nome de uma localidade aceita artigo, deve-se substituir o verbo da frase pelos verbos estar ou vir. Se ocorrer a combinação “na” com o verbo estar ou “da” com o verbo vir, haverá crase com o “a” da frase original. Se ocorrer “em” ou “de”, não haverá crase: Enviou seus representantes à Paraíba (estou na Paraíba; vim da Paraíba); O avião dirigia-se **a** Santa Catarina (estou em Santa Catarina; vim de Santa Catarina); Pretendo ir à Europa (estou na Europa; vim da Europa). Os nomes de localidades que não admitem artigo passarão a admiti-lo, quando vierem determinados. Porto Alegre indeterminadamente não aceita artigo: Vou **a** Porto Alegre (estou em Porto Alegre; vim de Porto Alegre); Mas, acompanhando-se de uma expressão que a determine, passará a admiti-lo: Vou à grande Porto Alegre (estou na grande Porto Alegre; vim da grande Porto Alegre); Iríamos **a** Madri para ficar três dias; Iríamos à Madri das touradas para ficar três dias.



- **Pronomes demonstrativos aquele(s), aquela(s), aquilo:** quando a preposição “a” surge diante desses demonstrativos, devemos sobrepor essa preposição à primeira letra dos demonstrativos e indicar o fenômeno mediante um acento grave: Enviei convites àquela sociedade (= a + aquela); A solução não se relaciona àqueles problemas (= a + aqueles); Não dei atenção àquilo (= a + aquilo). A simples interpretação da frase já nos faz concluir se o “a” inicial do demonstrativo é simples ou duplo. Entretanto, para maior segurança, podemos usar o seguinte artifício: Substituir os demonstrativos aquele(s), aquela(s), aquilo pelos demonstrativos este(s), esta(s), isto, respectivamente. Se, antes destes últimos, surgir a preposição “a”, estará comprovada a hipótese do acento de crase sobre o “a” inicial dos pronomes aquele(s), aquela(s), aquilo. Se não surgir a preposição “a”, estará negada a hipótese de crase. Enviei cartas àquela empresa./ Enviei cartas **a esta** empresa; A solução não se relaciona àqueles problemas./ A solução não se relaciona **a estes** problemas; Não dei atenção àquilo./ Não dei atenção **a isto**; A solução era **aquela** apresentada ontem./ A solução era **esta** apresentada ontem.

- **Palavra “casa”:** quando a expressão casa significa “lar”, “domicílio” e não vem acompanhada de adjetivo ou locução adjetiva, não há crase: Chegamos alegres **a** casa; Assim que saiu do escritório, dirigiu-se **a** casa; Iremos **a** casa à noite. Mas, se a palavra casa estiver modificada por adjetivo ou locução adjetiva, então haverá crase: Levaram-me à casa de Lúcia; Dirigiram-se à casa das máquinas; Iremos à encantadora casa de campo da família Sousa.

- **Palavra “terra”:** Não há crase, quando a palavra terra significa o oposto a “mar”, “ar” ou “bordo”: Os marinheiros ficaram felizes, pois resolveram ir **a** terra; Os astronautas desceram **a** terra na hora prevista. Há crase, quando a palavra significa “solo”, “planeta” ou “lugar onde a pessoa nasceu”: O colono dedicou à terra os melhores anos de sua vida; Voltei à terra onde nasci; Viriam à Terra os marcianos?

- **Palavra “distância”:** Não se usa crase diante da palavra distância, a menos que se trate de distância determinada: Via-se um monstro marinho à distância de quinhentos metros; Estávamos à distância de dois quilômetros do sítio, quando aconteceu o acidente. Mas: **A** distância, via-se um barco pesqueiro; Olhava-nos **a** distância.

- **Pronome Relativo:** Todo pronome relativo tem um substantivo (expresso ou implícito) como antecedente. Para saber se existe crase ou não diante de um pronome relativo, deve-se substituir esse antecedente por um substantivo masculino. Se o “a” se transforma em “ao”, há crase diante do relativo. Mas, se o “a” permanece inalterado ou se transforma em “o”, então não há crase: é preposição pura ou pronome demonstrativo: A fábrica **a** que me refiro precisa de empregados. (**O escritório a** que me refiro precisa de empregados.); A carreira à qual aspiro é almejada por muitos. (**O trabalho ao** qual aspiro é almejado por muitos.). Na passagem do antecedente para o masculino, o pronome relativo não pode ser substituído, sob pena de falsear o resultado: A festa **a** que compareci estava linda (no masculino = **o baile a** que compareci estava lindo). Como se viu, substituímos festa por baile, mas o pronome relativo **que** não foi substituído por nenhum outro (o qual etc.).

A Crase é Obrigatória

- **Sempre haverá crase em locuções prepositivas, locuções adverbiais ou locuções conjuntivas que tenham como núcleo um substantivo feminino:** à queima-roupa, à maneira de, às cegas, à noite, às tontas, à força de, às vezes, às escuras, à medida que, às pressas, à custa de, à vontade (de), à moda de, às mil maravilhas, à tarde, às oito horas, às dezesseis horas, etc. É bom não confundir a locução adverbial às vezes com a expressão **fazer as vezes de**, em que não há crase porque o “as” é artigo definido puro: Ele se aborrece às vezes (= ele se aborrece de vez em quando); Quando o maestro falta ao ensaio, o violinista **faz as vezes** de regente (= o violinista substitui o maestro).

- **Sempre haverá crase em locuções que exprimem hora determinada:** Ele saiu às treze horas e trinta minutos; Chegamos à uma hora. Cuidado para não confundir a, à e há com a expressão uma hora: Disseram-me que, daqui **a** uma hora, Teresa telefonará de São Paulo (= faltam 60 minutos para o telefonema de Teresa); Paula saiu daqui à uma hora; duas horas depois, já tinha mudado todos os seus planos (= quando ela saiu, o relógio marcava 1 hora); Pedro saiu daqui **há** uma hora (= faz 60 minutos que ele saiu).

- **Quando a expressão “à moda de” (ou “à maneira de”) estiver subentendida:** Nesse caso, mesmo que a palavra subsequente seja masculina, haverá crase: No banquete, serviram lagosta à Termidor; Nos anos 60, as mulheres se apaixonavam por homens que tinham olhos à Alain Delon.

- **Quando as expressões “rua”, “loja”, “estação de rádio”, etc. estiverem subentendidas:** Dirigiu-se à Marechal Floriano (= dirigiu-se à Rua Marechal Floriano); Fomos à Renner (fomos à loja Renner); Telefonem à Guaíba (= telefonem à rádio Guaíba).



- **Quando está implícita uma palavra feminina:** Esta religião é semelhante à dos hindus (= à religião dos hindus).

- **Não confundir devido com dado (a, os, as):** a primeira expressão pede preposição “a”, havendo crase antes de palavra feminina determinada pelo artigo definido. Devido à discussão de ontem, houve um mal-estar no ambiente (= devido ao barulho de ontem, houve...); A segunda expressão não aceita preposição “a” (o “a” que aparece é artigo definido, não havendo, pois, crase): Dada a questão primordial envolvendo tal fato (= dado o problema primordial...); Dadas as respostas, o aluno conferiu a prova (= dados os resultados...).

Excluída a hipótese de se tratar de qualquer um dos casos anteriores, devemos substituir a palavra feminina por outra masculina da mesma função sintática. Se ocorrer “ao” no masculino, haverá crase no “a” do feminino. Se ocorrer “a” ou “o” no masculino, não haverá crase no “a” do feminino. O problema, para muitos, consiste em descobrir o masculino de certas palavras como “conclusão”, “vezes”, “certeza”, “morte”, etc. É necessário então frisar que não há necessidade alguma de que a palavra masculina tenha qualquer relação de sentido com a palavra feminina: deve apenas ter a mesma função sintática: Fomos à cidade comprar carne. (ao supermercado); Pedimos um favor à diretora. (ao diretor); Muitos são incensíveis à dor alheia. (ao sofrimento); Os empregados deixam a fábrica. (o escritório); O perfume cheira a rosa. (a cravo); O professor chamou a aluna. (o aluno).

Exercícios

01. A crase não é admissível em:

- a) Comprou a crédito.
- b) Vou a casa de Maria.
- c) Fui a Bahia.
- d) Cheguei as doze horas.
- e) A sentença foi favorável a ré.

02. Assinale a opção em que falta o acento de crase:

- a) O ônibus vai chegar as cinco horas.
- b) Os policiais chegarão a qualquer momento.
- c) Não sei como responder a essa pergunta.
- d) Não cheguei a nenhuma conclusão.

03. Assinale a alternativa correta:

- a) O ministro não se prendia à nenhuma dificuldade burocrática.
- b) O presidente ia a pé, mas a guarda oficial ia à cavalo.
- c) Ouviu-se uma voz igual à que nos chamara anteriormente.
- d) Solicito à V. Exa. que reconheça os obstáculos que estamos enfrentando.

04. Marque a alternativa correta quanto ao acento indicativo da crase:

- a) A cidade à que me refiro situa-se em plena floresta, a algumas horas de Manaus.
- b) De hoje à duas semanas estaremos longe, a muitos quilômetros daqui, a gozar nossas merecidas férias.
- c) As amostras que servirão de base a nossa pesquisa estão há muito tempo à disposição de todos.
- d) À qualquer distância percebia-se que, à falta de cuidados, a lavoura amarelecia e murchava.

05. Em qual das alternativas o uso do acento indicativo de crase é facultativo?

- a) Minhas idéias são semelhantes às suas.
- b) Ele tem um estilo à Eça de Queiroz.
- c) Dei um presente à Mariana.
- d) Fizemos alusão à mesma teoria.
- e) Cortou o cabelo à Gal Costa.

06. “O pobre fica ____ meditar, ____ tarde, indiferente ____ que acontece ao seu redor”.

- a) à - a - aquilo
- b) a - a - àquilo
- c) a - à - aquilo
- d) à - à - aquilo
- e) à - à - àquilo



07. “A casa fica ____ direita de quem sobe a rua, ____ duas quadras da Avenida Central”.

- a) à - há
- b) a - à
- c) a - há
- d) à - a
- e) à - à

08. “O grupo obedece ____ comando de um pernambucano, radicado ____ tempos em São Paulo, e se exhibe diariamente ____ hora do almoço”.

- a) o - à - a
- b) ao - há - à
- c) ao - a - a
- d) o - há - a
- e) o - a - a

09. “Nesta oportunidade, volto ____ referir-me ____ problemas já expostos ____ V.Sª ____ alguns dias”.

- a) à - àqueles - a - há
- b) a - àqueles - a - há
- c) a - aqueles - à - a
- d) à - àqueles - a - a
- e) a - aqueles - à - há

10. Assinale a frase gramaticalmente correta:

- a) O Papa caminhava à passo firme.
- b) Dirigiu-se ao tribunal disposto à falar ao juiz.
- c) Chegou à noite, precisamente as dez horas.
- d) Esta é a casa à qual me referi ontem às pressas.
- e) Ora aspirava a isto, ora aquilo, ora a nada.

11. O Ministro informou que iria resistir ____ pressões contrárias ____ modificações relativas ____ aquisição da casa própria.

- a) às - àquelas - à
- b) as - aquelas - a
- c) às - àquelas - a
- d) às - aquelas - à
- e) as - àquelas - à

12. A alusão ____ lembranças da casa materna trazia ____ tona uma vivência ____ qual já havia renunciado.

- a) às - a - a
- b) as - à - há
- c) as - a - à
- d) às - à - à
- e) às - a - há

13. Use a chave ao sair ou entrar ____ 20 horas.

- a) após às
- b) após as
- c) após das
- d) após a
- e) após à

14. ____ dias não se consegue chegar ____ nenhuma das localidades ____ que os socorros se destinam.

- a) Há - à - a
- b) A - a - a
- c) À - à - a
- d) Há - a - a
- e) À - a - a



15. Fique ___ vontade; estou ___ seu inteiro dispor para ouvir o que tem ___ dizer.

- a) a - à - a
- b) à - a - a
- c) à - à - a
- d) à - à - à
- e) a - a - a

Respostas:

(1-A) (2-A) (3-C) (4-C)

a – é facultativo o uso de crase antes de pronome adjetivo possessivo feminino singular (nossa).

à - Sempre haverá crase em locuções prepositivas, locuções adverbiais ou locuções conjuntivas que tenham como núcleo um substantivo feminino (à disposição).

(5-C) (6-C) (7-D) (8-B) (9-B) (10-D) (11-A) (12-D) (13-B) (14-D) (15-B)

7. PONTUAÇÃO;

Os sinais de pontuação são sinais gráficos empregados na língua escrita para tentar recuperar recursos específicos da língua falada, tais como: entonação, jogo de silêncio, pausas, etc.

Ponto (.)

- indicar o final de uma frase declarativa: Lembro-me muito bem dele.
- separar períodos entre si: Fica comigo. Não vá embora.
- nas abreviaturas: Av.; V. Ex.^a

Virgula (,): É usada para marcar uma pausa do enunciado com a finalidade de nos indicar que os termos por ela separados, apesar de participarem da mesma frase ou oração, não formam uma unidade sintática: Lúcia, esposa de João, foi a ganhadora única da Sena.

Podemos concluir que, quando há uma relação sintática entre termos da oração, não se pode separá-los por meio de vírgula. Não se separam por vírgula:

- predicado de sujeito;
- objeto de verbo;
- adjunto adnominal de nome;
- complemento nominal de nome;
- predicativo do objeto do objeto;
- oração principal da subordinada substantiva (desde que esta não seja apositiva nem apareça na ordem inversa).

A vírgula no interior da oração

É utilizada nas seguintes situações:

- separar o vocativo: Maria, traga-me uma xícara de café; A educação, meus amigos, é fundamental para o progresso do país.
- separar alguns apostos: Valdete, minha antiga empregada, esteve aqui ontem.
- separar o adjunto adverbial antecipado ou intercalado: Chegando de viagem, procurarei por você; As pessoas, muitas vezes, são falsas.
- separar elementos de uma enumeração: Precisa-se de pedreiros, serventes, mestre-de-obras.
- isolar expressões de caráter explicativo ou corretivo: Amanhã, ou melhor, depois de amanhã podemos nos encontrar para acertar a viagem.
- separar conjunções intercaladas: Não havia, porém, motivo para tanta raiva.
- separar o complemento pleonástico antecipado: A mim, nada me importa.



- isolar o nome de lugar na indicação de datas: Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2011.
 - separar termos coordenados assindéticos: “Lua, lua, lua, lua, por um momento meu canto contigo compactua...” (Caetano Veloso)
 - marcar a omissão de um termo (normalmente o verbo): Ela prefere ler jornais e eu, revistas. (omissão do verbo preferir)
- Termos coordenados ligados pelas conjunções e, ou, nem dispensam o uso da vírgula: Conversaram sobre futebol, religião e política. Não se falavam nem se olhavam; Ainda não me decidi se viajarei para Bahia ou Ceará. Entretanto, se essas conjunções aparecerem repetidas, com a finalidade de dar ênfase, o uso da vírgula passa a ser obrigatório: Não fui nem ao velório, nem ao enterro, nem à missa de sétimo dia.

A vírgula entre orações

É utilizada nas seguintes situações:

- separar as orações subordinadas adjetivas explicativas: Meu pai, de quem guardo amargas lembranças, mora no Rio de Janeiro.
- separar as orações coordenadas sindéticas e assindéticas (exceto as iniciadas pela conjunção “e”): Acordei, tomei meu banho, comi algo e saí para o trabalho; Estudou muito, mas não foi aprovado no exame.

Há três casos em que se usa a vírgula antes da conjunção:

- quando as orações coordenadas tiverem sujeitos diferentes: Os ricos estão cada vez mais ricos, e os pobres, cada vez mais pobres.
- quando a conjunção e vier repetida com a finalidade de dar ênfase (polissíndeto): E chora, e ri, e grita, e pula de alegria.
- quando a conjunção e assumir valores distintos que não seja da adição (adversidade, consequência, por exemplo): Coitada! Estudou muito, e ainda assim não foi aprovada.
- separar orações subordinadas adverbiais (desenvolvidas ou reduzidas), principalmente se estiverem antepostas à oração principal: “No momento em que o tigre se lançava, curvou-se ainda mais; e fugindo com o corpo apresentou o gancho.” (O selvagem - José de Alencar)
- separar as orações intercaladas: “- Senhor, disse o velho, tenho grandes contentamentos em a estar plantando...” Essas orações poderão ter suas vírgulas substituídas por duplo travessão: “Senhor - disse o velho - tenho grandes contentamentos em a estar plantando...”
- separar as orações substantivas antepostas à principal: Quanto custa viver, realmente não sei.

Ponto-e-Vírgula (;)

- separar os itens de uma lei, de um decreto, de uma petição, de uma sequência, etc:

Art. 127 – São penalidades disciplinares:

I- advertência;

II- suspensão;

III- demissão;

IV- cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V- destituição de cargo em comissão;

VI- destituição de função comissionada. (cap. V das penalidades Direito Administrativo)

- separar orações coordenadas muito extensas ou orações coordenadas nas quais já tenham tido utilizado a vírgula: “O rosto de tez amarelenta e feições inexpressivas, numa quietude apática, era pronunciadamente vultuoso, o que mais se acentuava no fim da vida, quando a bronquite crônica de que sofria desde moço se foi transformando em opressora asma cardíaca; os lábios grossos, o inferior um tanto tenso (...)” (Visconde de Taunay)

Dois-Pontos (:)

- iniciar a fala dos personagens: Então o padre respondeu: __Parta agora.
- antes de apostos ou orações apositivas, enumerações ou sequência de palavras que explicam, resumem ideias anteriores: Meus amigos são poucos: Fátima, Rodrigo e Gilberto.
- antes de citação: Como já dizia Vinícius de Moraes: “Que o amor não seja eterno posto que é chama, mas que seja infinito enquanto dure.”



Ponto de Interrogação (?)

- Em perguntas diretas: Como você se chama?
- Às vezes, juntamente com o ponto de exclamação: Quem ganhou na loteria? Você. Eu?!

Ponto de Exclamação (!)

- Após vocativo: “Parte, Heliel!” (As violetas de Nossa Sra.- Humberto de Campos).
- Após imperativo: Cale-se!
- Após interjeição: Ufa! Ai!
- Após palavras ou frases que denotem caráter emocional: Que pena!

Reticências (...)

- indicar dúvidas ou hesitação do falante: Sabe...eu queria te dizer que...esquece.
- interrupção de uma frase deixada gramaticalmente incompleta: Alô! João está? Agora não se encontra. Quem sabe se ligar mais tarde...
- ao fim de uma frase gramaticalmente completa com a intenção de sugerir prolongamento de ideia: “Sua tez, alva e pura como um foco de algodão, tingia-se nas faces duns longes cor-de-rosa...” (Cecília- José de Alencar)
- indicar supressão de palavra (s) numa frase transcrita: “Quando penso em você (...) menos a felicidade.” (Canteiros - Raimundo Fagner)

Aspas (“ ”)

- isolar palavras ou expressões que fogem à norma culta, como gírias, estrangeirismos, palavrões, neologismos, arcaísmos e expressões populares: Maria ganhou um apaixonado “ôsculo” do seu admirador; A festa na casa de Lúcio estava “chocante”; Conversando com meu superior, dei a ele um “feedback” do serviço a mim requerido.
 - indicar uma citação textual: “Ia viajar! Viajei. Trinta e quatro vezes, às pressas, bufando, com todo o sangue na face, desfiz e refiz a mala”. (O prazer de viajar - Eça de Queirós)
- Se, dentro de um trecho já destacado por aspas, se fizer necessário a utilização de novas aspas, estas serão simples. (‘ ‘)

Parênteses (())

- isolar palavras, frases intercaladas de caráter explicativo e datas: Na 2ª Guerra Mundial (1939-1945), ocorreu inúmeras perdas humanas; “Uma manhã lá no Cajapió (Joca lembrava-se como se fora na véspera), acordara depois duma grande tormenta no fim do verão”. (O milagre das chuvas no nordeste- Graça Aranha)
- Os parênteses também podem substituir a vírgula ou o travessão.

Travessão (_ _)

- dar início à fala de um personagem: O filho perguntou: _ Pai, quando começarão as aulas?
 - indicar mudança do interlocutor nos diálogos. _ Doutor, o que tenho é grave? _ Não se preocupe, é uma simples infecção. É só tomar um antibiótico e estará bom.
 - unir grupos de palavras que indicam itinerário: A rodovia Belém-Brasília está em péssimo estado.
- Também pode ser usado em substituição à vírgula em expressões ou frases explicativas: Xuxa – a rainha dos baixinhos – é loira.

Parágrafo

Constitui cada uma das secções de frases de um escritor; começa por letra maiúscula, um pouco além do ponto em que começam as outras linhas.

Colchetes ([])

Utilizados na linguagem científica.

Asterisco (*)

Empregado para chamar a atenção do leitor para alguma nota (observação).

Barra (/)

Aplicada nas abreviações das datas e em algumas abreviaturas.

Hífen (-)

Usado para ligar elementos de palavras compostas e para unir pronomes átonos a verbos. Exemplo: guarda-roupa



Exercícios

01. Assinale o texto de pontuação correta:

- a) Não sei se disse, que, isto se passava, em casa de uma comadre, minha avó.
- b) Eu tinha, o juízo fraco, e em vão tentava emendar-me: provocava risos, muxoxos, palavrões.
- c) A estes, porém, o mais que pode acontecer é que se riam deles os outros, sem que este riso os impeça de conservar as suas roupas e o seu calçado.
- d) Na civilização e na fraqueza ia para onde me impeliam muito dócil muito leve, como os pedaços da carta de ABC, triturados soltos no ar.
- e) Conduziram-me à rua da Conceição, mas só mais tarde notei, que me achava lá, numa sala pequena.

02. Das redações abaixo, assinale a que **não** está pontuada corretamente:

- a) Os candidatos, em fila, aguardavam ansiosos o resultado do concurso.
- b) Em fila, os candidatos, aguardavam, ansiosos, o resultado do concurso.
- c) Ansiosos, os candidatos aguardavam, em fila, o resultado do concurso.
- d) Os candidatos ansiosos aguardavam o resultado do concurso, em fila.
- e) Os candidatos, aguardavam ansiosos, em fila, o resultado do concurso.

Instruções para as questões de números 03 e 04: Os períodos abaixo apresentam diferenças de pontuação, assinale a letra que corresponde ao período de pontuação correta:

03.

- a) Pouco depois, quando chegaram, outras pessoas a reunião ficou mais animada.
- b) Pouco depois quando chegaram outras pessoas a reunião ficou mais animada.
- c) Pouco depois, quando chegaram outras pessoas, a reunião ficou mais animada.
- d) Pouco depois quando chegaram outras pessoas a reunião, ficou mais animada.
- e) Pouco depois quando chegaram outras pessoas a reunião ficou, mais animada.

04.

- a) Precisando de mim procure-me; ou melhor telefone que eu venho.
- b) Precisando de mim procure-me, ou, melhor telefone que eu venho.
- c) Precisando, de mim, procure-me ou melhor, telefone, que eu venho.
- d) Precisando de mim, procure-me; ou melhor, telefone, que eu venho.
- e) Precisando, de mim, procure-me ou, melhor telefone que eu venho.

05. Os períodos abaixo apresentam diferenças de pontuação. Assinale a letra que corresponde ao período de pontuação correta:

- a) José dos Santos paulista, 23 anos vive no Rio.
- b) José dos Santos paulista 23 anos, vive no Rio.
- c) José dos Santos, paulista 23 anos, vive no Rio.
- d) José dos Santos, paulista 23 anos vive, no Rio.
- e) José dos Santos, paulista, 23 anos, vive no Rio.

06. A alternativa com pontuação correta é:

- a) Tenha cuidado, ao parafrasear o que ouvir. Nossa capacidade de retenção é variável e muitas vezes inconscientemente, deturpamos o que ouvimos.
- b) Tenha cuidado ao parafrasear o que ouvir: nossa capacidade de retenção é variável e, muitas vezes, inconscientemente, deturpamos o que ouvimos.
- c) Tenha cuidado, ao parafrasear o que ouvir! Nossa capacidade de retenção é variável e muitas vezes inconscientemente, deturpamos o que ouvimos.
- d) Tenha cuidado ao parafrasear o que ouvir; nossa capacidade de retenção, é variável e - muitas vezes inconscientemente, deturpamos o que ouvimos.
- e) Tenha cuidado, ao parafrasear o que ouvir. Nossa capacidade de retenção é variável - e muitas vezes inconscientemente - deturpamos, o que ouvimos.



Nas questões 07 a 10, os períodos foram pontuados de cinco formas diferentes. Leia-os todos e assinale a letra que corresponde ao período de pontuação correta:

07.

- a) Entra a propósito, disse Alves, o seu moleque, conhece pouco os deveres da hospitalidade.
- b) Entra a propósito disse Alves, o seu moleque conhece pouco os deveres da hospitalidade.
- c) Entra a propósito, disse Alves o seu moleque conhece pouco os deveres da hospitalidade.
- d) Entra a propósito, disse Alves, o seu moleque conhece pouco os deveres da hospitalidade.
- e) Entra a propósito, disse Alves, o seu moleque conhece pouco, os deveres da hospitalidade.

08.

- a) Prima faça calar titio suplicou o moço, com um leve sorriso que imediatamente se lhe apagou.
- b) Prima, faça calar titio, suplicou o moço com um leve sorriso que imediatamente se lhe apagou.
- c) Prima faça calar titio, suplicou o moço com um leve sorriso que imediatamente se lhe apagou.
- d) Prima, faça calar titio suplicou o moço com um leve sorriso que imediatamente se lhe apagou.
- e) Prima faça calar titio, suplicou o moço com um leve sorriso que, imediatamente se lhe apagou.

09.

- a) Era um homem de quarenta e cinco anos, baixo, meio gordo, fisionomia insinuante, destas que mesmo sérias, trazem impresso constante sorriso.
- b) Era um homem de quarenta e cinco anos, baixo, meio gordo, fisionomia insinuante, destas que mesmo sérias trazem, impresso constante sorriso.
- c) Era um homem de quarenta e cinco anos, baixo, meio gordo, fisionomia insinuante, destas que, mesmo sérias, trazem impresso, constante sorriso.
- d) Era um homem de quarenta e cinco anos, baixo, meio gordo, fisionomia insinuante, destas que, mesmo sérias trazem impresso constante sorriso.
- e) Era um homem de quarenta e cinco anos, baixo, meio gordo, fisionomia insinuante, destas que, mesmo sérias, trazem impresso constante sorriso.

10.

- a) Deixo ao leitor calcular quanta paixão a bela viúva, empregou na execução do canto.
- b) Deixo ao leitor calcular quanta paixão a bela viúva empregou na execução do canto.
- c) Deixo ao leitor calcular quanta paixão, a bela viúva, empregou na execução do canto.
- d) Deixo ao leitor calcular, quanta paixão a bela viúva, empregou na execução do canto.
- e) Deixo ao leitor, calcular quanta paixão a bela viúva, empregou na execução do canto.

Respostas: 01-C / 02-E / 03-C / 04-D / 05-E / 06-B / 07-D / 08-B / 09-E / 10-B

8. CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL;

A concordância consiste no mecanismo que leva as palavras a adequarem-se umas às outras harmonicamente na construção frasal. É o princípio sintático segundo o qual as palavras dependentes se harmonizam, nas suas flexões, com as palavras de que dependem.

“Concordar” significa “estar de acordo com”. Assim, na concordância, tanto nominal quanto verbal, os elementos que compõem a frase devem estar em consonância uns com os outros.

Essa concordância poderá ser feita de duas formas: gramatical ou lógica (segue os padrões gramaticais vigentes); atrativa ou ideológica (dá ênfase a apenas um dos vários elementos, com valor estilístico).

Concordância Nominal: adequação entre o substantivo e os elementos que a ele se referem (artigo, pronome, adjetivo).

Concordância Verbal: variação do verbo, conformando-se ao número e à pessoa do sujeito.



Concordância Nominal

Concordância do adjetivo adjunto adnominal: a concordância do adjetivo, com a função de adjunto adnominal, efetua-se de acordo com as seguintes regras gerais:

O adjetivo concorda em gênero e número com o substantivo a que se refere. Exemplo: O **alto** ipê cobre-se de flores **amarelas**.

O adjetivo que se refere a mais de um substantivo de gênero ou número diferentes, quando posposto, poderá concordar no masculino plural (concordância mais aconselhada), ou com o substantivo mais próximo. Exemplo:

- No masculino plural:

“Tinha as espáduas e o colo **feitos** de encomenda para os vestidos decotados.” (Machado de Assis)

“Os arreios e as bagagens **espalhados** no chão, em roda.” (Herman Lima)

“Ainda assim, apareci com o rosto e as mãos muito **marcados**.” (Carlos Povina Cavalcânti)

“...grande número de camareiros e camareiras **nativos**.” (Érico Veríssimo)

- Com o substantivo mais próximo:

A Marinha e o Exército **brasileiro** estavam alerta.

Músicos e bailarinas **ciganas** animavam a festa.

“...toda ela (a casa) cheirando ainda a cal, a tinta e a barro **fresco**.” (Humberto de Campos)

“Meu primo estava saudoso dos tempos da infância e falava dos irmãos e irmãs **falecidas**.” (Luís Henrique Tavares)

- Anteposto aos substantivos, o adjetivo concorda, em geral, com o mais próximo:

“Escolheste **mau** lugar e hora...” (Alexandre Herculano)

“...acerca do **possível** ladrão ou ladrões.” (Antônio Calado)

Velhas revistas e livros enchiam as prateleiras.

Velhos livros e revistas enchiam as prateleiras.

Seguem esta regra os pronomes adjetivos: A **sua** idade, sexo e profissão.; **Seus** planos e tentativas.; **Aqueles** vícios e ambições.; Por que **tanto** ódio e perversidade?; “**Seu** Príncipe e filhos”. Muitas vezes é facultativa a escolha desta ou daquela concordância, mas em todos os casos deve subordinar-se às exigências da eufonia, da clareza e do bom gosto.

- Quando dois ou mais adjetivos se referem ao mesmo substantivo determinado pelo artigo, ocorrem dois tipos de construção, um e outro legítimos. Exemplos:

Estudo **as línguas** inglesa e francesa.

Estudo **a língua** inglesa e **a** francesa.

Os dedos indicador e médio estavam feridos.

O dedo indicador e **o** médio estavam feridos.

- Os adjetivos regidos da preposição de, que se referem a pronomes neutros indefinidos (nada, muito, algo, tanto, que, etc.), normalmente ficam no masculino singular:

Sua vida **nada** tem de **misterioso**.

Seus olhos têm algo de **sedutor**.

Todavia, por atração, podem esses adjetivos concordar com o substantivo (ou pronome) sujeito:

“Elas **nada** tinham de **ingênuas**.” (José Gualda Dantas)

Concordância do adjetivo predicativo com o sujeito: a concordância do adjetivo predicativo com o sujeito realiza-se consoante as seguintes normas:

- O predicativo concorda em gênero e número com o sujeito simples:

A ciência sem consciência é **desastrosa**.

Os campos estavam **floridos**, as colheitas seriam **fartas**.

É **proibida** a caça nesta reserva.



- Quando o sujeito é composto e constituído por substantivos do mesmo gênero, o predicativo deve concordar no plural e no gênero deles:

O mar e o céu estavam **serenos**.

A ciência e a virtude são **necessárias**.

“**Torvos e ferozes** eram o gesto e os meneios destes homens sem disciplina,” (Alexandre Herculano)

- Sendo o sujeito composto e constituído por substantivos de gêneros diversos, o predicativo concordará no masculino plural:

O vale e a montanha são **frescos**.

“O céu e as árvores ficariam **assombrados**.” (Machado de Assis)

Longos eram os dias e as noites para o prisioneiro.

“O César e a irmã são **louros**.” (Antônio Olinto)

- Se o sujeito for representado por um pronome de tratamento, a concordância se efetua com o sexo da pessoa a quem nos referimos:

Vossa Senhoria ficará **satisfeito**, eu lhe garanto.

“Vossa Excelência está **enganado**, Doutor Juiz.” (Ariano Suassuna)

Vossas Excelências, senhores Ministros, são **merecedores** de nossa confiança.

Vossa Alteza foi **bondoso**. (com referência a um príncipe)

O predicativo aparece às vezes na forma do masculino singular nas estereotipadas locuções é bom, é necessário, é preciso, etc., embora o sujeito seja substantivo feminino ou plural:

Bebida alcoólica não é **bom** para o fígado.

“Água de melissa é muito **bom**.” (Machado de Assis)

“É **preciso** cautela com semelhantes doutrinas.” (Camilo Castelo Branco)

“Hormônios, às refeições, não é **mau**.” (Aníbal Machado)

Observe-se que em tais casos o sujeito não vem determinado pelo artigo e a concordância se faz não com a forma gramatical da palavra, mas com o fato que se tem em mente:

Tomar hormônios às refeições não é mau.

É necessário **ter muita fé**.

Havendo determinação do sujeito, ou sendo preciso realçar o predicativo, efetua-se a concordância normalmente:

É **necessária** a tua presença aqui. (= indispensável)

“Se **eram necessárias** obras, que se fizessem e largamente.” (Eça de Queirós)

“**Seriam precisos** outros três homens.” (Aníbal Machado)

“**São precisos** também os nomes dos admiradores.” (Carlos de Laet)

Concordância do predicativo com o objeto: A concordância do adjetivo predicativo com o objeto direto ou indireto subordina-se às seguintes regras gerais:

- O adjetivo concorda em gênero e número com o objeto quando este é simples:

Vi **ancorados** na baía os navios petrolíferos.

“Olhou para suas terras e viu-as **incultas e maninhas**.” (Carlos de Laet)

O tribunal qualificou de **ilegais** as nomeações do ex-prefeito.

A noite torna **visíveis** os astros no céu límpido.

- Quando o objeto é composto e constituído por elementos do mesmo gênero, o adjetivo se flexiona no plural e no gênero dos elementos:

A justiça declarou **criminosos** o empresário e seus auxiliares.

Deixe bem **fechadas** a porta e as janelas.

- Sendo o objeto composto e formado de elementos de gênero diversos, o adjetivo predicativo concordará no masculino plural:

Tomei **emprestados** a régua e o compasso.

Achei muito **simpáticos** o príncipe e sua filha.

“Vi setas e carcás **espedaçados**”. (Gonçalves Dias)

Encontrei **jogados** no chão o álbum e as cartas.



- *Se anteposto ao objeto, poderá o predicativo, neste caso, concordar com o núcleo mais próximo:*

É preciso que se mantenham **limpas** as ruas e os jardins.

Segue as mesmas regras o predicativo expresso pelos substantivos variáveis em gênero e número: Temiam que as tomassem por **malfeitoras**; Considero **autores** do crime o comerciante e sua empregada.

Concordância do particípio passivo: Na voz passiva, o particípio concorda em gênero e número com o sujeito, como os adjetivos:

Foi **escolhida** a rainha da festa.

Foi **feita** a entrega dos convites.

Os jogadores tinham sido **convocados**.

O governo avisa que não serão **permitidas** invasões de propriedades.

Quando o núcleo do sujeito é, como no último exemplo, um coletivo numérico, pode-se, em geral, efetuar a concordância com o substantivo que o acompanha: Centenas de rapazes foram **vistos** pedalando nas ruas; Dezenas de soldados foram **feridos** em combate.

Referindo-se a dois ou mais substantivos de gênero diferentes, o particípio concordará no masculino plural: **Atingidos** por mísseis, a corveta e o navio foram a pique; “Mas achei natural que o clube e suas ilusões fossem **leiloados**.” (Carlos Drummond de Andrade)

Concordância do pronome com o nome:

- O pronome, quando se flexiona, concorda em gênero e número com o substantivo a que se refere:

“*Martim quebrou um ramo de murta, a folha da tristeza, e deitou-o no jazido de sua esposa*”. (José de Alencar)

“*O velho abriu as pálpebras e cerrou-as logo*.” (José de Alencar)

- O pronome que se refere a dois ou mais substantivos de gêneros diferentes, flexiona-se no masculino plural:

“*Salas e coração habita-os a saudade*” (Alberto de Oliveira)

“*A generosidade, o esforço e o amor, ensinaste-os tu em toda a sua sublimidade*.” (Alexandre Herculano)

Conheci naquela escola ótimos rapazes e moças, com **os quais** fiz boas amizades.

“*Referi-me à catedral de Notre-Dame e ao Vesúvio familiarmente, como se os tivesse visto*.” (Graciliano Ramos)

Os substantivos sendo sinônimos, o pronome concorda com o mais próximo: “Ó mortais, que cegueira e desatino é **o nosso**!” (Manuel Bernardes)

- Os pronomes *um... outro*, quando se referem a substantivos de gênero diferentes, concordam no masculino:

Marido e **mulher** viviam em boa harmonia e ajudavam-se **um ao outro**.

“Repousavam bem perto **um do outro a matéria e o espírito**.” (Alexandre Herculano)

Nito e Sônia casaram cedo: **um** por amor, o **outro**, por interesse.

A locução *um e outro*, referida a indivíduos de sexos diferentes, permanece também no masculino: “A **mulher do colchoeiro** escovou-lhe o chapéu; e, quando ele [Rubião] saiu, **um e outro** agradeceram-lhe muito o benefício da salvação do filho.” (Machado de Assis)

O substantivo que se segue às locuções *um e outro* e *nem outro* fica no singular. Exemplos: Um e outro **livro** me agradaram; Nem um nem outro **livro** me agradaram.

Outros casos de concordância nominal: Registramos aqui alguns casos especiais de concordância nominal:

- **Anexo, incluso, lesa.** Como adjetivos, concordam com o substantivo em gênero e número:

Anexa à presente, vai a relação das mercadorias.

Vão **anexos** os pareceres das comissões técnicas.

Remeto-lhe, **anexas**, duas cópias do contrato.

Remeto-lhe, **inclusa**, uma fotocópia do recibo.

Os crimes de **lesa-majestade** eram punidos com a morte.

Ajudar esses espiões seria crime de **lesa-pátria**.

Observação: Evite a locução espúria **em anexo**.



- **A olhos vistos.** Locução adverbial invariável. Significa visivelmente.

“Lúcia emagrecia **a olhos vistos**”. (Coelho Neto)

“Zito envelhecia **a olhos vistos**.” (Autren Dourado)

- **Só.** Como adjetivo, só [sozinho, único] concorda em número com o substantivo. Como palavra denotativa de limitação, equivalente de apenas, somente, é invariável.

Eles estavam **sós**, na sala iluminada.

Esses dois livros, por si **sós**, bastariam para torná-los célebre.

Elas **só** passeiam de carro.

Só eles estavam na sala.

Forma a locução **a sós** [=sem mais companhia, sozinho]: Estávamos **a sós**. Jesus despediu a multidão e subiu ao monte para orar **a sós**.

- **Possível.** Usado em expressões superlativas, este adjetivo ora aparece invariável, ora flexionado:

“A volta, esperava-nos sempre o almoço com os pratos mais requintados **possível**.” (Maria Helena Cardoso)

“Estas frutas são as mais saborosas **possível**.” (Carlos Góis)

“A mania de Alice era colecionar os enfeites de louça mais grotescos possíveis.” (Iedo Ivo)

“... e o resultado obtido foi uma apresentação com movimentos os mais espontâneos **possíveis**.” (Ronaldo Miranda)

Como se vê dos exemplos citados, há nítida tendência, no português de hoje, para se usar, neste caso, o adjetivo possível no plural. O singular é de rigor quando a expressão superlativa inicia com a partícula o (o mais, o menos, o maior, o menor, etc.)

Os prédios devem ficar o mais afastados **possível**.

Ele trazia sempre as unhas o mais bem aparadas **possível**.

O médico atendeu o maior número de pacientes **possível**.

- **Adjetivos adverbizados.** Certos adjetivos, como sério, claro, caro, barato, alto, raro, etc., quando usados com a função de advérbios terminados em – mente, ficam invariáveis:

Vamos falar **sério**. [sério = seriamente]

Penso que falei bem **claro**, disse a secretária.

Esses produtos passam a custar mais **caro**. [ou mais barato]

Estas aves voam **alto**. [ou baixo]

Junto e direto ora funcionam como adjetivos, ora como advérbios:

“Jorge e Dante saltaram **juntos** do carro.” (José Louzeiro)

“Era como se tivessem estado **juntos** na véspera.” (Autram Dourado).

“Elas moram **junto** há algum tempo.” (José Gualda Dantas)

“Foram **direto** ao galpão do engenheiro-chefe.” (Josué Guimarães)

- **Todo.** No sentido de inteiramente, completamente, costuma-se flexionar, embora seja advérbio:

Esses índios andam **todos** nus.

Geou durante a noite e a planície ficou **toda** (ou todo) branca.

As meninas iam **todas** de branco.

A casinha ficava sob duas mangueiras, que a cobriam **toda**.

Mas admite-se também a forma invariável:

Fiquei com os cabelos **todo** sujos de ter.

Suas mãos estavam **todo** ensangüentadas.

- **Alerta.** Pela sua origem, alerta (=atentamente, de prontidão, em estado de vigilância) é advérbio e, portanto, invariável:

Estamos alerta.

Os soldados ficaram **alerta**.

“Todos os sentidos **alerta** funcionam.” (Carlos Drummond de Andrade)

“Os brasileiros não podem deixar de estar sempre **alerta**.” (Martins de Aguiar)



Contudo, esta palavra é, atualmente, sentida antes como adjetivo, sendo, por isso, flexionada no plural:

Nossos chefes estão **alertas**. (=vigilantes)

Papa diz aos cristãos que se mantenham **alertas**.

“Uma sentinela de guarda, olhos abertos e sentidos **alertas**, esperando pelo desconhecido...” (Assis Brasil, Os Crocodilos, p. 25)

- **Meio**. Usada como advérbio, no sentido de um pouco, esta palavra é invariável. Exemplos:

A porta estava **meio** aberta.

As meninas ficaram **meio** nervosas.

Os sapatos eram **meio** velhos, mas serviam.

- **Bastante**. Varia quando adjetivo, sinônimo de suficiente:

Não havia provas **bastantes** para condenar o réu.

Duas malas não eram **bastantes** para as roupas da atriz.

Fica invariável quando advérbio, caso em que modifica um adjetivo:

As cordas eram **bastante** fortes para sustentar o peso.

Os emissários voltaram **bastante** otimistas.

“Levi está inquieto com a economia do Brasil. Vê que se aproximam dias **bastante** escuros.” (Austregésilo de Ataíde)

- **Menos**. É palavra invariável:

Gaste **menos** água.

À noite, há **menos** pessoas na praça.

Exercícios

01. Assinale a frase que encerra um erro de concordância nominal:

- a) Estavam abandonadas a casa, o templo e a vila.
- b) Ela chegou com o rosto e as mãos feridas.
- c) Decorrido um ano e alguns meses, lá voltamos.
- d) Decorridos um ano e alguns meses, lá voltamos.
- e) Ela comprou dois vestidos cinza.

02. Enumere a segunda coluna pela primeira (adjetivo posposto):

- (1) velhos
- (2) velhas
- () camisa e calça.
- () chapéu e calça.
- () calça e chapéu.
- () chapéu e paletó.
- () chapéu e camisa.

- a) 1-2-1-1-2
- b) 2-2-1-1-2
- c) 2-1-1-1-1
- d) 1-2-2-2-2
- e) 2-1-1-1-2

03. Complete os espaços com um dos nomes colocados nos parênteses.

- a) Será que é ____ essa confusão toda? (necessário/ necessária)
- b) Quero que todos fiquem _____. (alerta/ alertas)
- c) Houve ____ razões para eu não voltar lá. (bastante/ bastantes)
- d) Encontrei ____ a sala e os quartos. (vazia/vazios)
- e) A dona do imóvel ficou ____ desiludida com o inquilino. (meio/ meia)



04. “Na reunião do Colegiado, não faltou, no momento em que as discussões se tornaram mais violentas, argumentos e opiniões veementes e contraditórias.” No trecho acima, há uma infração as normas de concordância.

- a) Reescreva-o com devida correção.
- b) Justifique a correção feita.

05. Reescrever as frases abaixo, corrigindo-as quando necessário.

- a) “Recebei, Vossa Excelência, os processos de nossa estima, pois não podem haver cidadãos conscientes sem educação.”
- b) “Os projetos que me enviaram estão em ordem; devolvê-los-ei ainda hoje, conforme lhes prometi.”

06. Como no exercício anterior.

- a) “Ele informou aos colegas de que havia perdido os documentos cuja originalidade duvidamos.”
- b) “Depois de assistir algumas aulas, eu preferia mais ficar no pátio do que continuar dentro da classe.”

07. A frase em que a concordância nominal está correta é:

- a) A vasta plantação e a casa grande caiados há pouco tempo era o melhor sinal de prosperidade da família.
- b) Eles, com ar entristecidos, dirigiram-se ao salão onde se encontravam as vítimas do acidente.
- c) Não lhe pareciam útil aquelas plantas esquisitas que ele cultivava na sua pacata e linda chácara do interior.
- d) Quando foi encontrado, ele apresentava feridos a perna e o braço direitos, mas estava totalmente lúcido.
- e) Esses livro e caderno não são meus, mas poderão ser importante para a pesquisa que estou fazendo.

08. Assinale a alternativa em que, pluralizando-se a frase, as palavras destacadas permanecem invariáveis:

- a) Este é o **meio** mais exato para você resolver o problema: estude **só**.
- b) **Meia** palavra, **meio** tom - índice de sua sensatez.
- c) Estava **só** naquela ocasião; acreditei, pois em sua **meia** promessa.
- d) Passei muito inverno **só**.
- e) **Só** estudei o elementar, o que me deixa meio apreensivo.

09. Aponte o erro de concordância nominal.

- a) Andei por longes terras.
- b) Ela chegou toda machucada.
- c) Carla anda meio aborrecida.
- d) Elas não progredirão por si mesmo.
- e) Ela própria nos procurou.

10. Assinale o erro de concordância nominal.

- a) – Muito obrigada, disse ela.
- b) Só as mulheres foram interrogadas.
- c) Eles estavam só.
- d) Já era meio-dia e meia.
- e) Sós, ficaram tristes.

Respostas:

01-A / 02-C

03. a) necessária b) alerta c) bastantes d) vazia e) meio

04. a) “Na reunião do colegiado, não faltaram, no momento em que as discussões se tornaram mais violentas, argumentos e opiniões veementes e contraditórias.”

b) Concorda com o sujeito “argumentos e opiniões”.

05. a) “Receba, Vossa Excelência, os protestos de nossa estima, pois não pode haver cidadãos conscientes sem a educação.”

b) A frase está correta.

06. a) “Ele informou aos colegas que havia perdido (ou: ele informou os colegas de que havia perdido os documentos de cuja originalidade duvidamos.”

b) “Depois de assistir algumas aulas, eu preferia ficar no pátio a continuar dentro da classe.”

07-E / 08-E / 09-D / 10-C



Concordância Verbal

O verbo concorda com o sujeito, em harmonia com as seguintes regras gerais:

- **O sujeito é simples:** O sujeito sendo simples, com ele concordará o verbo em número e pessoa. Exemplos:

Verbo depois do sujeito:

“As saúvas **eram** uma praga.” (Carlos Povina Cavalcânti)

“Tu não és inimiga dele, não? (Camilo Castelo Branco)

“Vós **fostes** chamados à liberdade, irmãos.” (São Paulo)

Verbo antes do sujeito:

Acontecem tantas desgraças neste planeta!

Não **faltarão** pessoas que nos queiram ajudar.

A quem **pertencem** essas terras?

- **O sujeito é composto e da 3ª pessoa**

O sujeito, sendo composto e anteposto ao verbo, leva geralmente este para o plural. Exemplos:

“A esposa e o amigo **seguem** sua marcha.” (José de Alencar)

“Poti e seus guerreiros o **acompanharam**.” (José de Alencar)

“Vida, graça, novidade, **escorriam**-lhe da alma como de uma fonte perene.” (Machado de Assis)

É lícito (mas não obrigatório) deixar o verbo no singular:

- Quando o núcleo dos sujeitos são sinônimos:

“A decência e honestidade ainda **reinava**.” (Mário Barreto)

“A coragem e afoiteza com que lhe respondi, **perturbou-o**...” (Camilo Castelo Branco)

“Que barulho, que revolução **será** capaz de perturbar esta serenidade?” (Graciliano Ramos)

- Quando os núcleos do sujeito formam sequência gradativa:

Uma ânsia, uma aflição, uma angústia repentina **começou** a me apertar à alma.

Sendo o sujeito composto e posposto ao verbo, este poderá concordar no plural ou com o substantivo mais próximo:

“Não **fossem** o rádio de pilha e as revistas, que seria de Elisa?” (Jorge Amado)

“Enquanto ele não vinha, **apareceram** um jornal e uma vela.” (Ricardo Ramos)

“Ali **estavam** o rio e as suas lavadeiras.” (Carlos Povina Cavalcânti)

... casa abençoada onde **paravam** Deus e o primeiro dos seus ministros.” (Carlos de Laet)

Aconselhamos, nesse caso, usar o verbo no plural.

- **O sujeito é composto e de pessoas diferentes**

Se o sujeito composto for de pessoas diversas, o verbo se flexiona no plural e na pessoa que tiver prevalência. (A 1ª pessoa prevalece sobre a 2ª e a 3ª; a 2ª prevalece sobre a 3ª):

“Foi o que **fizemos** Capitu e eu.” (Machado de Assis) (ela e eu = nós)

“Tu e ele **partireis** juntos.” (Mário Barreto) (tu e ele = vós)

Você e meu irmão não me **compreendem**. (você e ele = vocês)

Muitas vezes os escritores quebram a rigidez dessa regra:

- *Ora fazendo concordar o verbo com o sujeito mais próximo, quando este se pospõe ao verbo:*

“O que resta da felicidade passada és tu e eles.” (Camilo Castelo Branco)

“Faze uma arca de madeira; entra nela tu, tua mulher e teus filhos.” (Machado de Assis)

- *Ora preferindo a 3ª pessoa na concorrência tu + ele (tu + ele = vocês em vez de tu + ele = vós):*

“...Deus e tu **são** testemunhas...” (Almeida Garrett)

“Juro que tu e tua mulher me **pagam**.” (Coelho Neto)

As normas que a seguir traçamos têm, muitas vezes, valor relativo, porquanto a escolha desta ou daquela concordância depende, freqüentemente, do contexto, da situação e do clima emocional que envolvem o falante ou o escrevente.



- Núcleos do sujeito unidos por ou

Há duas situações a considerar:

- Se a conjunção **ou** indicar exclusão ou retificação, o verbo concordará com o núcleo do sujeito mais próximo:

Paulo ou Antônio **será** o presidente.

O ladrão ou os ladrões não **deixaram** nenhum vestígio.

Ainda não foi **encontrado** o autor ou os autores do crime.

- O verbo irá para o plural se a ideia por ele expressa se referir ou puder ser atribuída a todos os núcleos do sujeito:

“Era tão pequena a cidade, que um grito ou gargalhada forte a **atravessavam** de ponta a ponta.” (Aníbal Machado) (Tanto um grito como uma gargalhada atravessavam a cidade.)

“Naquela crise, só Deus ou Nossa Senhora **podiam** acudir-lhe.” (Camilo Castelo Branco)

Há, no entanto, em bons autores, ocorrência de verbo no singular:

“A glória ou a vergonha da estirpe **provinha** de atos individuais.” (Vivaldo Coaraci)

“Há dessas reminiscências que não descansam antes que a pena ou a língua as **publique**.” (Machado de Assis)

“Um príncipe ou uma princesa não **casa** sem um vultoso dote.” (Viriato Correia)

- **Núcleos do sujeito unidos pela preposição com:** Usa-se mais frequentemente o verbo no plural quando se atribui a mesma importância, no processo verbal, aos elementos do sujeito unidos pela preposição **com**. Exemplos:

Manuel com seu compadre construíram o barracão.

“Eu com outros romeiros **vínhamos** de Vigo...” (Camilo Castelo Branco)

“Ele com mais dois **acercaram-se** da porta.” (Camilo Castelo Branco)

Pode-se usar o verbo no singular quando se deseja dar relevância ao primeiro elemento do sujeito e também quando o verbo vier antes deste. Exemplos:

O bispo, com dois sacerdotes, **iniciou** solenemente a missa.

O presidente, com sua comitiva, **chegou** a Paris às 5h da tarde.

“Já num sublime e público teatro se **assenta** o rei inglês com toda a corte.” (Luís de Camarões)

- **Núcleos do sujeito unidos por nem:** Quando o sujeito é formado por núcleos no singular unidos pela conjunção **nem**, usa-se, comumente, o verbo no plural. Exemplos:

Nem a riqueza nem o poder o **livraram** de seus inimigos.

Nem eu nem ele o **convidamos**.

“Nem o mundo, nem Deus **teriam** força para me constranger a tanto.” (Alexandre Herculano)

“Nem a Bíblia nem a respeitabilidade lhe **permitem** praguejar alto.” (Eça de Queirós)

É preferível a concordância no singular:

- Quando o verbo precede o sujeito:

“Não lhe **valeu** a imensidade azul, nem a alegria das flores, nem a pompa das folhas verdes...” (Machado de Assis)

Não o **convidei** eu nem minha esposa.

“Na fazenda, atualmente, não se **recusa** trabalho, nem dinheiro, nem nada a ninguém.” (Guimarães Rosa)

- Quando há exclusão, isto é, quando o fato só pode ser atribuído a um dos elementos do sujeito:

Nem Berlim nem Moscou **sediará** a próxima Olimpíada. (Só uma cidade pode sediar a Olimpíada.)

Nem Paulo nem João **será eleito** governador do Acre. (Só um candidato pode ser eleito governador.)

- **Núcleos do sujeito correlacionados:** O verbo vai para o plural quando os elementos do sujeito composto estão ligados por uma das expressões correlativas não só... mas também, não só como também, tanto...como, etc. Exemplos:

Não só a nação mas também o príncipe **estariam** pobres.” (Alexandre Herculano)

“Tanto a Igreja como o Estado **eram** até certo ponto inocentes.” (Alexandre Herculano)

“Tanto Noêmia como Reinaldo só **mantinham** relações de amizade com um grupo muito reduzido de pessoas.” (José Condé)

“Tanto a lavoura como a indústria da criação de gado não o **demovem** do seu objetivo.” (Cassiano Ricardo)



- **Sujeitos resumidos por tudo, nada, ninguém:** Quando o sujeito composto vem resumido por um dos pronomes, **tudo, nada, ninguém**, etc. o verbo concorda, no singular, com o pronome resumidor. Exemplos:

Jogos, espetáculos, viagens, diversões, **nada pôde** satisfazê-lo.

“O entusiasmo, alguns goles de vinho, o gênio imperioso, estouvado, tudo isso me **levou** a fazer uma coisa única.” (Machado de Assis)

Jogadores, árbitro, assistentes, ninguém **saiu** do campo.

- **Núcleos do sujeito designando a mesma pessoa ou coisa:** O verbo concorda no singular quando os núcleos do sujeito designam a mesma pessoa ou o mesmo ser. Exemplos:

“Aleluia! O brasileiro comum, o homem do povo, o João-ninguém, agora é cédula de Cr\$ 500,00!” (Carlos Drummond Andrade)

“Embora sabendo que tudo vai continuar como está, **fica** o registro, o protesto, em nome dos telespectadores.” (Valério Andrade)
Advogado e membro da instituição **afirma** que ela é corrupta.

- **Núcleos do sujeito são infinitivos:** O verbo concordará no plural se os infinitivos forem determinados pelo artigo ou exprimirem idéias opostas; caso contrário, tanto é lícito usar o verbo no singular como no plural. Exemplos:

O comer e o beber **são** necessários.

Rir e chorar **fazem** parte da vida

Montar brinquedos e desmontá-los **divertiam** muito o menino.

“Já tinha ouvido que plantar e colher feijão não **dava** trabalho.” (Carlos Povina Cavalcânti) (ou **davam**)

- **Sujeito oracional:** Concorda no singular o verbo cujo sujeito é uma oração:

Ainda falta / comprar os cartões.

Predicado Sujeito Oracional

Estas são realidades que não adianta esconder.

Sujeito de adianta: esconder que (as realidades)

- **Sujeito Coletivo:** O verbo concorda no singular com o sujeito coletivo no singular. Exemplos:

A multidão **vociferava** ameaças.

O exército dos aliados **desembarcou** no sul da Itália.

Uma junta de bois **tirou** o automóvel do atoleiro.

Um bloco de foliões **animava** o centro da cidade.

Se o coletivo vier seguido de substantivo plural que o especifique e anteceder ao verbo, este poderá ir para o plural, quando se quer salientar não a ação do conjunto, mas a dos indivíduos, efetuando-se uma concordância não gramatical, mas ideológica:

“Uma grande multidão de crianças, de velhos, de mulheres **penetraram** na caverna...” (Alexandre Herculano)

“Uma grande vara de porcos que se **afogaram** de escantilhão no mar...” (Camilo Castelo Branco)

“Reconheceu que era um par de besouros que **zumbiam** no ar.” (Machado de Assis)

“Havia na União um grupo de meninos que **praticavam** esse divertimento com uma pertinácia admirável.” (Carlos Povina Cavalcânti)

- **A maior parte de, grande número de, etc:** Sendo o sujeito uma das expressões quantitativas *a maior parte de, parte de, a maioria de, grande número de*, etc., seguida de substantivo ou pronome no plural, o verbo, quando posposto ao sujeito, pode ir para o singular ou para o plural, conforme se queira efetuar uma concordância estritamente gramatical (com o coletivo singular) ou uma concordância enfática, expressiva, com a idéia de pluralidade sugerida pelo sujeito. Exemplos:

A maior parte dos indígenas **respeitavam** os pajés.” (Gilberto Freire)

“A maior parte dos doidos ali metidos **estão** em seu perfeito juízo.” (Machado de Assis)

“A maior parte das pessoas **pedem** uma sopa, um prato de carne e um prato de legumes.” (Ramalho Ortigão)

“A maior parte dos nomes **podem** ser empregados em sentido definido ou em sentido indefinido.” (Mário Barreto)

Quando o verbo precede o sujeito, como nos dois últimos exemplos, a concordância se efetua no singular. Como se vê dos exemplos supracitados, as duas concordâncias são igualmente legítimas, porque têm tradição na língua. Cabe a quem fala ou escreve escolher a que julgar mais adequada à situação. Pode-se, portanto, no caso em foco, usar o verbo no plural, efetuando a concordância não com a forma gramatical das palavras, mas com a idéia de pluralidade que elas encerram e sugerem à nossa mente. Essa *concordância ideológica* é bem mais expressiva que a gramatical, como se pode perceber relendo as frases citadas de Machado de Assis, Ramalho Ortigão, Ondina Ferreira e Aurélio Buarque de Holanda, e cotejando-as com as dos autores que usaram o verbo no singular.



- **Um e outro, nem um nem outro:** O sujeito sendo uma dessas expressões, o verbo concorda, de preferência, no plural. Exemplos:

“Um e outro gênero se **destinavam** ao conhecimento...” (Hernâni Cidade)

“Um e outro **descendiam** de velhas famílias do Norte.” (Machado de Assis)

Uma e outra família **tinham** (ou **tinha**) parentes no Rio.

“Depois nem um nem outro **acharam** novo motivo para diálogo.” (Fernando Namora)

- **Um ou outro:** O verbo concorda no singular com o sujeito *um ou outro*:

“Respondi-lhe que um ou outro colar lhe **ficava** bem.” (Machado de Assis)

“Uma ou outra **pode** dar lugar a dissentimentos.” (Machado de Assis)

“Sempre tem um ou outro que **vai** dando um vintém.” (Raquel de Queirós)

- **Um dos que, uma das que:** Quando, em orações adjetivas restritivas, o pronome *que* vem antecedido de *um dos* ou expressão análoga, o verbo da oração adjetiva flexiona-se, em regra, no plural:

“O príncipe foi um dos que **despertaram** mais cedo.” (Alexandre Herculano)

“A baronesa era uma das pessoas que mais **desconfiavam** de nós.” (Machado de Assis)

“Areteu da Capadócia era um dos muitos médicos gregos que **viviam** em Roma.” (Moacyr Scliar)

Ele é desses charlatães que **exploram** a credence humana.

Essa é a concordância lógica, geralmente preferida pelos escritores modernos. Todavia, não é prática condenável fugir ao rigor da lógica gramatical e usar o verbo da oração adjetiva no singular (fazendo-o concordar com a palavra *um*), quando se deseja destacar o indivíduo do grupo, dando-se a entender que ele sobressaiu ou sobressai aos demais:

Ele é um desses parasitas que **vive** à custa dos outros.

“Foi um dos poucos do seu tempo que **reconheceu** a originalidade e importância da literatura brasileira.” (João Ribeiro)

Há gramáticas que condenam tal concordância. Por coerência, deveriam condenar também a comumente aceita em construções anormais do tipo: Quais de vós **sois** isentos de culpa? Quantos de nós **somos** completamente felizes? O verbo fica obrigatoriamente no singular quando se aplica apenas ao indivíduo de que se fala, como no exemplo:

Jairo é um dos meus empregados que não **sabe** ler. (Jairo é o único empregado que não sabe ler.)

Ressalte-se porém, que nesse caso é preferível construir a frase de outro modo:

Jairo é um empregado meu que não sabe ler.

Dos meus empregados, só Jairo não sabe ler.

Na linguagem culta formal, ao empregar as expressões em foco, o mais acertado é usar no plural o verbo da oração adjetiva:

O Japão é um dos países que mais **investem** em tecnologia.

Gandhi foi um dos que mais **lutaram** pela paz.

O sertão cearense é uma das áreas que mais **sofrem** com as secas.

Heráclito foi um dos empresários que **conseguiram** superar a crise.

Embora o caso seja diferente, é oportuno lembrar que, nas orações adjetivas explicativas, nas quais o pronome *que* é separado de seu antecedente por pausa e vírgula, a concordância é determinada pelo sentido da frase:

Um dos meninos, que **estava** sentado à porta da casa, foi chamar o pai. (Só um menino estava sentado.)

Um dos cinco homens, que **assistiam** àquela cena estupefatos, soltou um grito de protesto. (Todos os cinco homens assistiam à cena.)

- **Mais de um:** O verbo concorda, em regra, no singular. O plural será de rigor se o verbo exprimir reciprocidade, ou se o numeral for superior a um. Exemplos:

Mais de um excursionista já **perdeu** a vida nesta montanha.

Mais de um dos circunstantes se **entreolharam** com espanto.

Devem ter fugido mais de vinte presos.



- **Quais de vós? Alguns de nós:** Sendo o sujeito um dos pronomes interrogativos *quais? quantos?* Ou um dos indefinidos *alguns, muitos, poucos*, etc., seguidos dos pronomes *nós* ou *vós*, o verbo concordará, por atração, com estes últimos, ou, o que é mais lógico, na 3ª pessoa do plural:

“Quantos dentre nós a **conhecemos**?” (Rogério César Cerqueira)

“Quais de vós **sois**, como eu, desterrados...?” (Alexandre Herculano)

“...quantos dentre vós **estudam** conscienciosamente o passado?” (José de Alencar)

Alguns de nós **vieram** (ou **viemos**) de longe.

Estando o pronome no singular, no singular (3ª pessoa) ficará o verbo:

Qual de vós **testemunhou** o fato?

Nenhuma de nós a **conhece**.

Nenhum de vós a **viu**?

Qual de nós **falará** primeiro?

- **Pronomes quem, que, como sujeitos:** O verbo concordará, em regra, na 3ª pessoa, com os pronomes *quem* e *que*, em frases como estas:

Sou eu quem **responde** pelos meus atos.

Somos nós quem **leva** o prejuízo.

Eram elas quem **fazia** a limpeza da casa.

“Eras tu quem **tinha** o dom de encantar-me.” (Osmã Lins)

Todavia, a linguagem enfática justifica a concordância com o sujeito da oração principal:

“Sou **eu** quem **prendo** aos céus a terra.” (Gonçalves Dias)

“Não sou **eu** quem **faço** a perspectiva encolhida.” (Ricardo Ramos)

“És **tu** quem **dás** frescor à mansa brisa.” (Gonçalves Dias)

“**Nós** somos os galegos que **levamos** a barrica.” (Camilo Castelo Branco)

A concordância do verbo precedido do pronome relativo *que* far-se-á obrigatoriamente com o sujeito do verbo (ser) da oração principal, em frases do tipo:

Sou **eu** que **pago**.

És **tu** que **vens** conosco?

Somos **nós** que **cozinhamos**.

Eram **eles** que mais **reclamavam**.

Em construções desse tipo, é lícito considerar o verbo *ser* e a palavra *que* como elementos expletivos ou enfatizantes, portanto não necessários ao enunciado. Assim:

Sou eu que pago. (=Eu pago)

Somos nós que cozinhamos. (=Nós cozinhamos)

Foram os bombeiros que a salvaram. (= Os bombeiros a salvaram.)

Seja qual for a interpretação, o importante é saber que, neste caso, tanto o verbo *ser* como o outro devem concordar com o pronome ou substantivo que precede a palavra *que*.

- **Concordância com os pronomes de tratamento:** Os pronomes de tratamento exigem o verbo na 3ª pessoa, embora se refira à 2ª pessoa do discurso:

Vossa Excelência **agiu** com moderação.

Vossas Excelências não **ficarão** surdos à voz do povo.

“Espero que V.Sª. não me **faça** mal.” (Camilo Castelo Branco)

“Vossa Majestade não **pode** consentir que os touros lhe matem o tempo e os vassalos.” (Rebello da Silva)

- **Concordância com certos substantivos próprios no plural:** Certos substantivos próprios de forma plural, como *Estados Unidos, Andes, Campinas, Lusíadas*, etc., levam o verbo para o plural quando se usam com o artigo; caso contrário, o verbo concorda no singular.

“Os Estados Unidos **são** o país mais rico do mundo.” (Eduardo Prado)

Os Andes **se estendem** da Venezuela à Terra do Fogo.

“Os Lusíadas” **imortalizaram** Luís de Camões.

Campinas **orgulha-se** de ter sido o berço de Carlos Gomes.



Tratando-se de títulos de obras, é comum deixar o verbo no singular, sobretudo com o verbo **ser** seguido de predicativo no singular:

“**As Férias de El-Rei** é o título da novela.” (Rebello da Silva)

“**As Valkírias mostra** claramente o homem que existe por detrás do mago.” (Paulo Coelho)

“**Os Sertões** é um ensaio sociológico e histórico...” (Celso Luft)

A concordância, neste caso, não é gramatical, mas *ideológica*, porque se efetua não com a palavra (Valkírias, Sertões, Férias de El-Rei), mas com a *ideia* por ela sugerida (obra ou livro). Ressalte-se, porém, que é também correto usar o verbo no plural:

As Valkírias mostram claramente o homem...

“**Os Sertões são** um livro de ciência e de paixão, de análise e de protesto.” (Alfredo Bosi)

- **Concordância do verbo passivo:** Quando apassivado pelo pronome apassivador *se*, o verbo concordará normalmente com o sujeito:

Vende-se a casa e **compram-se** dois apartamentos.

Gataram-se milhões, sem que **se vissem** resultados concretos.

“**Correram-se** as cortinas da tribuna real.” (Rebello da Silva)

“**Aperfeiçoavam-se** as aspas, cravavam-se pregos necessários à segurança dos postes...” (Camilo Castelo Branco)

Na literatura moderna há exemplos em contrário, mas que não devem ser seguidos:

“**Vendia-se** seiscentos convites e aquilo ficava cheio.” (Ricardo Ramos)

“Em Paris há coisas que não **se entende** bem.” (Rubem Braga)

Nas locuções verbais formadas com os verbos auxiliares *poder* e *dever*, na voz passiva sintética, o verbo auxiliar concordará com o sujeito. Exemplos:

Não **se podem** cortar essas árvores. (sujeito: árvores; locução verbal: podem cortar)

Devem-se ler bons livros. (=Devem ser lidos bons livros) (sujeito: livros; locução verbal: devem-se ler)

“Nem de outra forma **se poderiam** imaginar façanhas memoráveis como a do fabuloso Aleixo Garcia.” (Sérgio Buarque de Holanda)

“Em Santarém há poucas casas particulares que **se possam** dizer verdadeiramente antigas.” (Almeida Garrett)

Entretanto, pode-se considerar sujeito do verbo principal a oração iniciada pelo infinitivo e, nesse caso, não há locução verbal e o verbo auxiliar concordará no singular. Assim:

Não **se pode** cortar essas árvores. (sujeito: cortar essas árvores; predicado: não se pode)

Deve-se ler bons livros. (sujeito: ler bons livros; predicado: deve-se)

Em síntese: de acordo com a interpretação que se escolher, tanto é lícito usar o verbo auxiliar no singular como no plural. Portanto:

Não **se podem** (ou **pode**) cortar essas árvores.

Devem-se (ou **deve-se**) ler bons livros.

“Quando se joga, **deve-se** aceitar as regras.” (Ledo Ivo)

“Concluo que não **se devem** abolir as loterias.” (Machado de Assis)

- **Verbos impessoais:** Os verbos *haver*, *fazer* (na indicação do tempo), *passar de* (na indicação de horas), *chover* e outros que exprimem fenômenos meteorológicos, quando usados como impessoais, ficam na 3ª pessoa do singular:

“Não **havia** ali vizinhos naquele deserto.” (Monteiro Lobato)

“**Havia** já dois anos que nos não víamos.” (Machado de Assis)

“Aqui **faz** verões terríveis.” (Camilo Castelo Branco)

“**Faz** hoje ao certo dois meses que morreu na forca o tal malvado...” (Camilo Castelo Branco)

Observações:

- Também fica invariável na 3ª pessoa do singular o verbo que forma locução com os verbos impessoais *haver* ou *fazer*:

Deverá haver cinco anos que ocorreu o incêndio.

Vai haver grandes festas.

Há de haver, sem dúvida, fortíssimas razões para ele não aceitar o cargo.

Começou a haver abusos na nova administração.



- o verbo *chover*, no sentido figurado (= cair ou sobrevir em grande quantidade), deixa de ser impessoal e, portanto concordará com o sujeito:

Choviam pétalas de flores.

“Sou aquele sobre quem mais **têm chovido** elogios e diatribes.” (Carlos de Laet)

“**Choveram** comentários e palpites.” (Carlos Drummond de Andrade)

“E nem lá (na Lua) **chovem** meteoritos, permanentemente.” (Raquel de Queirós)

- Na língua popular brasileira é generalizado o uso de *ter*, impessoal, por *haver*, *existir*. Nem faltam exemplos em escritores modernos:

“No centro do pátio **tem** uma figueira velhíssima, com um banco embaixo.” (José Geraldo Vieira)

“Soube que **tem** um cavalo morto, no quintal.” (Carlos Drummond de Andrade)

Esse emprego do verbo *ter*, impessoal, não é estranho ao português europeu: “É verdade. **Tem** dias que sai ao romper de alva e recolhe alta noite, respondeu Ângela.” (Camilo Castelo Branco) (Tem = Há)

- *Existir* não é verbo impessoal. Portanto:

Nesta cidade **existem** (e não existe) bons médicos.

Não **deviam** (e não devia) existir crianças abandonadas.

- **Concordância do verbo ser**: O verbo de ligação *ser* concorda com o predicativo nos seguintes casos:

- *Quando o sujeito é um dos pronomes tudo, o, isto, isso, ou aquilo*:

“Tudo **eram** hipóteses.” (Ledo Ivo)

“Tudo isto **eram** sintomas graves.” (Machado de Assis)

Na mocidade tudo **são** esperanças.

“Não, nem tudo **são** dessemelhanças e contrastes entre Brasil e Estados Unidos.” (Viana Moog)

A concordância com o sujeito, embora menos comum, é também lícita:

“Tudo é flores no presente.” (Gonçalves Dias)

“O que de mim posso oferecer-lhe é espinhos da minha coroa.” (Camilo Castelo Branco)

O verbo *ser* fica no singular quando o predicativo é formado de dois núcleos no singular:

“Tudo o mais é soledade e silêncio.” (Ferreira de Castro)

- *Quando o sujeito é um nome de coisa, no singular, e o predicativo um substantivo plural*:

“A cama **são** umas palhas.” (Camilo Castelo Branco)

“A causa **eram** os seus projetos.” (Machado de Assis)

“Vida de craque não **são** rosas.” (Raquel de Queirós)

Sua salvação **foram** aquelas ervas.

O sujeito sendo nome de pessoa, com ele concordará o verbo *ser*:

Emília é os encantos de sua avó.

Abílio **era** só problemas.

Dá-se também a concordância no singular com o sujeito que:

“Ergo-me hoje para escrever mais uma página neste Diário **que** breve **será** cinzas como eu.” (Camilo Castelo Branco)

- *Quando o sujeito é uma palavra ou expressão de sentido coletivo ou partitivo, e o predicativo um substantivo no plural*:

“A maioria **eram** rapazes.” (Aníbal Machado)

A maior parte **eram** famílias pobres.

O resto (ou o mais) **são** trastes velhos.

“A maior parte dessa multidão **são** mendigos.” (Eça de Queirós)



- Quando o predicativo é um pronome pessoal ou um substantivo, e o sujeito não é pronome pessoal reto:

“O Brasil, senhores, **sois** vós.” (Rui Barbosa)

“Nas minhas terras o rei **sou** eu.” (Alexandre Herculano)

“O dono da fazenda **serás** tu.” (Said Ali)

“...mas a minha riqueza **eras** tu.” (Camilo Castelo Branco)

Mas: Eu não **sou** ele. Vós não **sois** eles. Tu não és ele.

- Quando o predicativo é o pronome demonstrativo o ou a palavra coisa:

Divertimentos é o que não lhe falta.

“Os bastidores é só o que me toca.” (Correia Garção)

“Mentiras, **era o** que me pediam, sempre mentiras.” (Fernando Namora)

“Os responsórios e os sinos é coisa importuna em Tibães.” (Camilo Castelo Branco)

- Nas locuções é muito, é pouco, é suficiente, é demais, é mais que (ou do que), é menos que (ou do que), etc., cujo sujeito exprime quantidade, preço, medida, etc.:

“Seis anos **era** muito.” (Camilo Castelo Branco)

Dois mil dólares é pouco.

Cinco mil dólares **era** quanto bastava para a viagem.

Doze metros de fio é demais.

- Na indicação das horas, datas e distância, o verbo ser é impessoal (não tem sujeito) e concordará com a expressão designativa de hora, data ou distância:

Era uma hora da tarde.

“**Era** hora e meia, foi pôr o chapéu.” (Eça de Queirós)

“**Seriam** seis e meia da tarde.” (Raquel de Queirós)

“**Eram** duas horas da tarde.” (Machado de Assis)

Observações:

- Pode-se, entretanto na linguagem espontânea, deixar o verbo no singular, concordando com a idéia implícita de “dia”:

“Hoje é seis de março.” (J. Matoso Câmara Jr.) (Hoje é dia seis de março.)

“Hoje é dez de janeiro.” (Celso Luft)

- Estando a expressão que designa horas precedida da locução perto de, hesitam os escritores entre o plural e o singular:

“**Eram** perto de oito horas.” (Machado de Assis)

“**Era** perto de duas horas quando saiu da janela.” (Machado de Assis)

“...**era** perto das cinco quando saí.” (Eça de Queirós)

- O verbo passar, referente a horas, fica na 3ª pessoa do singular; em frases como: Quando o trem chegou, **passava** das sete horas.

- **Locução de realce é que:** O verbo ser permanece invariável na expressão expletiva ou de realce é que:

Eu é que mantenho a ordem aqui. (= *Sou* eu que mantenho a ordem aqui.)

Nós é que trabalhávamos. (= *Éramos* nós que trabalhávamos)

As mães é que devem educá-los. (= *São* as mães que devem educá-los.)

Os astros é que os guiavam. (= *Eram* os astros que os guiavam.)

Da mesma forma se diz, com ênfase:

“Vocês são muito é atrevidos.” (Raquel de Queirós)

“Sentia **era** vontade de ir também sentar-me numa cadeira junto do palco.” (Graciliano Ramos)

“Por que **era que** ele usava chapéu sem aba?” (Graciliano Ramos)



Observação: O verbo *ser* é impessoal e invariável em construções enfáticas como:

Era aqui onde se açoitavam os escravos. (= Aqui se açoitavam os escravos.)

Foi então que os dois se desentenderam. (= Então os dois se desentenderam.)

- **Era uma vez:** Por tradição, mantém-se invariável a expressão inicial de histórias *era uma vez*, ainda quando seguida de substantivo plural: **Era** uma vez dois cavaleiros andantes.

- **A não ser:** É geralmente considerada locução invariável, equivalente a *exceto, salvo, senão*. Exemplos:

Nada restou do edifício, **a não ser** escombros.

A não ser alguns pescadores, ninguém conhecia aquela praia.

“Nunca pensara no que podia sair do papel e do lápis, **a não ser** bonecos sem pescoço...” (Carlos Drummond de Andrade)

Mas não constitui erro usar o verbo *ser* no plural, fazendo-o concordar com o substantivo seguinte, convertido em sujeito da oração infinitiva. Exemplos:

“As dissipações não produzem nada, **a não serem** dívidas e desgostos.” (Machado de Assis)

“**A não serem** os antigos companheiros de mocidade, ninguém o tratava pelo nome próprio.” (Álvaro Lins)

“**A não serem** os críticos e eruditos, pouca gente manuseia hoje... aquela obra.” (Latino Coelho)

- **Haja vista:** A expressão correta é *haja vista*, e não *haja visto*. Pode ser construída de três modos:

Hajam vista os livros desse autor. (= *tenham vista, vejam-se*)

Haja vista os livros desse autor. (= *por exemplo, veja*)

Haja vista aos livros desse autor. (= *olhe-se para, atente-se para os livros*)

A primeira construção (que é a mais lógica) analisa-se deste modo.

Sujeito: os livros; verbo *hajam* (=tenham); objeto direto: vista.

A situação é preocupante; *hajam vista* os incidentes de sábado.

Seguida de substantivo (ou pronome) singular, a expressão, evidentemente, permanece invariável: A situação é preocupante; *haja vista* o incidente de sábado.

- **Bem haja. Mal haja:** *Bem haja* e *mal haja* usam-se em frases optativas e imprecativas, respectivamente. O verbo concordará normalmente com o sujeito, que vem sempre posposto:

“**Bem haja** Sua Majestade!” (Camilo Castelo Branco)

Bem hajam os promovedores dessa campanha!

“**Mal hajam** as desgraças da minha vida...” (Camilo Castelo Branco)

- **Concordância dos verbos bater, dar e soar:** Referindo-se às horas, os três verbos acima concordam regularmente com o sujeito, que pode ser *hora, horas* (claro ou oculto), *badaladas* ou *relógio*:

“Nisto, **deu** três horas o relógio da botica.” (Camilo Castelo Branco)

“**Bateram** quatro da manhã em três torres a um tempo...” (Mário Barreto)

“**Tinham batido** quatro horas no cartório do tabelião Vaz Nunes.” (Machado de Assis)

“**Deu** uma e meia.” (Said Ali)

Pasar, com referência a horas, no sentido de *ser mais de*, é verbo impessoal, por isso fica na 3ª pessoa do singular: Quando chegamos ao aeroporto, **passava** das 16 horas; Vamos, já **passa** das oito horas – disse ela ao filho.

- **Concordância do verbo parecer:** Em construções com o verbo *parecer* seguido de infinitivo, pode-se flexionar o verbo *parecer* ou o infinitivo que o acompanha:

As paredes **pareciam estremecer**. (construção corrente)

As paredes **parecia estremecerem**. (construção literária)

Análise da construção dois: *parecia*: oração principal; as paredes estremeceram: oração subordinada substantiva subjetiva.

Outros exemplos:

“Nervos... que **pareciam estourar** no minuto seguinte.” (Fernando Namora)

“Referiu-me circunstâncias que **parece justificarem** o procedimento do soberano.” (Latino Coelho)

“As lágrimas e os soluços **parecia** não a **deixarem** prosseguir.” (Alexandre Herculano)

“...quando as estrelas, em ritmo moroso, **parecia caminharem** no céu.” (Graça Aranha)



Usando-se a oração desenvolvida, *parecer* concordará no singular:

“Mesmo os doentes **parece** que são mais felizes.” (Cecília Meireles)

“Outros, de aparência acabadiça, **parecia** que não podiam com a enxada.” (José Américo)

“As notícias **parece** que têm asas.” (Oto Lara Resende) (Isto é: **Parece** que as notícias têm asas.)

Essa dualidade de sintaxe verifica-se também com o verbo *ver* na voz passiva: “**Viam-se entrar** mulheres e crianças.” Ou “**Via-se entrarem** mulheres e crianças.”

- **Concordância com o sujeito oracional:** O verbo cujo sujeito é uma oração concorda obrigatoriamente na 3ª pessoa do singular:

Parecia / que os dois homens estavam bêbedos.

Verbo sujeito (oração subjetiva)

Faltava / dar os últimos retoques.

Verbo sujeito (oração subjetiva)

Outros exemplos, com o sujeito oracional em destaque:

Não me interessa **ouvir** essas **parlendas**.

Anotei os livros **que faltava adquirir**. (**faltava** adquirir os livros)

Esses fatos, importa (ou convém) não **esquecê-los**.

São viáveis as reformas **que se intenta implantar**?

- **Concordância com sujeito indeterminado:** O pronome *se*, pode funcionar como índice de indeterminação do sujeito. Nesse caso, o verbo concorda obrigatoriamente na 3ª pessoa do singular. Exemplos:

Em casa, **fica-se** mais à vontade.

Detesta-se (e não detestam-se) aos indivíduos falsos.

Acabe-se de vez com esses abusos!

Para ir de São Paulo a Curitiba, **levava-se** doze horas.

- **Concordância com os numerais milhão, bilhão e trilhão:** Estes substantivos numéricos, quando seguidos de substantivo no plural, levam, de preferência, o verbo ao plural. Exemplos:

Um milhão de fiéis **agruparam-se** em procissão.

São gastos ainda um milhão de dólares por ano para a manutenção de cada Ciep.

Meio milhão de refugiados **se aproximam** da fronteira do Irã.

Meio milhão de pessoas **foram** às ruas para reverenciar os mártires da resistência.

Observações:

- *Milhão, bilhão e milhar* são substantivos masculinos. Por isso, devem concordar no masculino os artigos, numerais e pronomes que os precedem: **os dois milhões** de pessoas; **os três milhares** de plantas; **alguns milhares** de telhas; **esses bilhões** de criaturas, etc.

- Se o sujeito da oração for *milhões*, o particípio ou o adjetivo podem concordar, no masculino, com *milhões*, ou, por atração, no feminino, com o substantivo feminino plural: Dois milhões de sacas de soja estão ali **armazenados** (ou **armazenadas**) no próximo ano. Foram **colhidos** três milhões de sacas de trigo. Os dois milhões de árvores **plantadas** estão **altas e bonitas**.

- **Concordância com numerais fracionários:** De regra, a concordância do verbo efetua-se com o numerador. Exemplos:

“Mais ou menos um terço dos guerrilheiros **ficou** atocaiado perto...” (Autran Dourado)

“Um quinto dos bens **cabe** ao menino.” (José Gualda Dantas)

Dois terços da população **vivem** da agricultura.

Não nos parece, entretanto, incorreto usar o verbo no plural, quando o número fracionário, seguido de substantivo no plural, tem o numerador 1, como nos exemplos:

Um terço das mortes violentas no campo **acontecem** no sul do Pará.

Um quinto dos homens **eram** de cor escura.



- **Concordância com percentuais:** O verbo deve concordar com o número expresso na porcentagem:

Só 1% dos eleitores **se absteve** de votar.

Só 2% dos eleitores **se abstiveram** de votar.

Foram destruídos 20% da mata.

“Cerca de 40% do território **ficam** abaixo de 200 metros.” (Antônio Houaiss)

Em casos como o da última frase, a concordância efetua-se, pela lógica, no feminino (oitenta e *duas* entre cem mulheres), ou, seguindo o uso geral, no masculino, por se considerar a porcentagem um conjunto numérico invariável em gênero.

- **Concordância com o pronome nós subentendido:** O verbo concorda com o pronome subentendido *nós* em frases do tipo:

Todos **estávamos** preocupados. (= Todos **nós** **estávamos** preocupados.)

Os dois **vivíamos** felizes. (= **Nós** dois **vivíamos** felizes.)

“**Ficamos** por aqui, insatisfeitos, os seus amigos.” (Carlos Drummond de Andrade)

- **Não restam senão ruínas:** Em frases negativas em que *senão* equivale a *mais que*, *a não ser*, e vem seguido de substantivo no plural, costuma-se usar o verbo no plural, fazendo-o concordar com o sujeito oculto *outras coisas*. Exemplos:

Do antigo templo grego não **restam** senão ruínas. (Isto é: não **restam** **outras coisas** senão ruínas.)

Da velha casa não **sobraram** senão escombros.

“Para os lados do sul e poente, não **se viam** senão edifícios queimados.” (Alexandre Herculano)

“Por toda a parte não **se ouviam** senão gemidos ou clamores.” (Rebello da Silva)

Segundo alguns autores, pode-se, em tais frases, efetuar a concordância do verbo no singular com o sujeito subentendido *nada*:

Do antigo templo grego não **resta** senão ruínas. (Ou seja: não **resta** **nada**, senão ruínas.)

Ali não **se via** senão (ou *mais que*) escombros.

As duas interpretações são boas, mas só a primeira tem tradição na língua.

- **Concordância com formas gramaticais:** Palavras no plural com sentido gramatical e função de sujeito exigem o verbo no singular:

“Elas” é um pronome pessoal. (= A palavra *elas* é um pronome pessoal.)

Na placa **estava** “veículos”, sem acento.

“Contudo, mercadores não **tem** a força de vendilhões.” (Machado de Assis)

- **Mais de, menos de:** O verbo concorda com o substantivo que se segue a essas expressões:

Mais de cem pessoas **perderam** suas casas, na enchente.

Sobrou mais de uma cesta de pães.

Gastaram-se menos de dois galões de tinta.

Menos de dez homens **fariam** a colheita das uvas.

Exercícios

01. Indique a opção correta, no que se refere à concordância verbal, de acordo com a norma culta:

- a) Havia muitos candidatos esperando a hora da prova.
- b) Choveu pedaços de granizo na serra gaúcha.
- c) Faz muitos anos que a equipe do IBGE não vem aqui.
- d) Bateu três horas quando o entrevistador chegou.
- e) Fui eu que abriu a porta para o agente do censo.

02. Assinale a frase em que há **erro** de concordância verbal:

- a) Um ou outro escravo conseguiu a liberdade.
- b) Não poderia haver dúvidas sobre a necessidade da imigração.
- c) Faz mais de cem anos que a Lei Áurea foi assinada.
- d) Deve existir problemas nos seus documentos.
- e) Choveram papéis picados nos comícios.



03. Assinale a opção em que há concordância **inadequada**:

- a) A maioria dos estudiosos acha difícil uma solução para o problema.
- b) A maioria dos conflitos foram resolvidos.
- c) Deve haver bons motivos para a sua recusa.
- d) De casa à escola é três quilômetros.
- e) Nem uma nem outra questão é difícil.

04. Há erro de concordância em:

- a) atos e coisas más
- b) dificuldades e obstáculo intransponível
- c) cercas e trilhos abandonados
- d) fazendas e engenho prósperas
- e) serraria e estábulo conservados

05. Indique a alternativa em que há erro:

- a) Os fatos falam por si sós.
- b) A casa estava meio desleixada.
- c) Os livros estão custando cada vez mais caro.
- d) Seus apertes eram sempre o mais pertinentes possíveis.
- e) Era a mim mesma que ele se referia, disse a moça.

06. Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal:

- a) Soava seis horas no relógio da matriz quando eles chegaram.
- b) Apesar da greve, diretores, professores, funcionários, ninguém foram demitidos.
- c) José chegou ileso a seu destino, embora houvessem muitas ciladas em seu caminho.
- d) Fomos nós quem resolvemos aquela questão.
- e) O impetrante referiu-se aos artigos 37 e 38 que ampara sua petição.

07. A concordância verbal está correta na alternativa:

- a) Ela o esperava já faziam duas semanas.
- b) Na sua bolsa haviam muitas moedas de ouro.
- c) Eles parece estarem doentes.
- d) Devem haver aqui pessoas cultas.
- e) Todos parecem terem ficado tristes.

08. É provável que vagas na academia, mas não pessoas interessadas: são muitas as formalidades a cumpridas.

- a) hajam - existem - ser
- b) hajam - existe - ser
- c) haja - existem - serem
- d) haja - existe - ser
- e) hajam - existem - serem

09. de exigências! Ou será que não os sacrifícios que por sua causa?

- a) Chega - bastam - foram feitos
- b) Chega - bastam - foi feito
- c) Chegam - basta - foi feito
- d) Chegam - basta - foram feitos
- e) Chegam - bastam - foi feito

10. Soube que mais de dez alunos se a participar dos jogos que tu e ele

- a) negou – organizou
- b) negou – organizastes
- c) negaram – organizaste
- d) negou – organizaram
- e) negaram - organizastes

Respostas: (01-C) (02-D) (03-D) (04-D) (05-D) (06-D) (07-C) (08-C) (09-A) (10-E)

**9. REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL;*****Regência Nominal***

Regência nominal é a relação de dependência que se estabelece entre o nome (substantivo, adjetivo ou advérbio) e o termo por ele regido. Certos substantivos e adjetivos admitem mais de uma regência. Na regência nominal o principal papel é desempenhado pela *preposição*.

No estudo da regência nominal, é preciso levar em conta que vários nomes apresentam exatamente o mesmo regime dos verbos de que derivam. Conhecer o regime de um verbo significa, nesses casos, conhecer o regime dos nomes cognatos. Observe o exemplo:

Verbo **obedecer** e os nomes correspondentes: todos regem complementos introduzidos pela preposição **“a”**.

Obedecer **a** algo/ **a** alguém.

Obediente **a** algo/ **a** alguém.

Apresentamos a seguir vários nomes acompanhados da preposição ou preposições que os regem. Observe-os atentamente e procure, sempre que possível, associar esses nomes entre si ou a algum verbo cuja regência você conhece.

- acessível *a*: Este cargo não é acessível **a** todos.
- acesso *a, para*: O acesso **para** a região ficou impossível.
- acostumado *a, com*: Todos estavam acostumados **a** ouvi-lo.
- adaptado *a*: Foi difícil adaptar-me **a** esse clima.
- afável *com, para com*: Tinha um jeito afável **para com** os turistas.
- aflito: *com, por*.
- agradável *a, de*: Sua saída não foi agradável **a** equipe.
- alheio: *a, de*.
- aliado: *a, com*.
- alusão *a*: O professor fez alusão **a** prova final.
- amor *a, por*: Ele demonstrava grande amor **a** namorada.
- análogo: *a*.
- antipatia *a, por*: Sentia antipatia **por** ela.
- apto *a, para*: Estava apto **para** ocupar o cargo.
- atenção *a, com, para com*: Nunca deu atenção **a** ninguém.
- aversão *a, por*: Sempre tive aversão **a** política.
- benéfico *a, para*: A reforma foi benéfica **a** todos.
- certeza *de, em*: A certeza **de** encontrá-lo novamente **a** animou.
- coerente: *com*.
- compatível: *com*.
- contíguo: *a*.
- desprezo: *a, de, por*.
- dúvida *em sobre*: Anotou todas as dúvidas **sobre** a questão dada.
- empenho: *de, em, por*.
- equivalente: *a*.
- favorável *a*: Sou favorável **a** sua candidatura.
- fértil: *de, em*.
- gosto *de, em*: Tenho muito gosto **em** participar desta brincadeira.
- grato *a*: Grata **a** todos que me ensinaram a ensinar.
- horror *a, de*: Tinha horror **a** quiabo refogado.
- hostil: *a, para com*.
- impróprio *para*: O filme era impróprio **para** menores.
- inerente: *a*.
- junto *a, com, de*: Junto **com** o material, encontrei este documento.



- lento: em.
- necessário *a, para*: A medida foi necessária **para** acabar com tanta dúvida.
- passível *de*: As regras são passíveis **de** mudanças.
- preferível *a*: Tudo era preferível à sua queixa.
- próximo: a, de.
- rente: a.
- residente: em.
- respeito *a, com, de, entre, para com, por*: É necessário o respeito às leis.
- satisfeito: com, de, em, por.
- semelhante: a.
- sensível: a.
- sito *em*: O apartamento sito **em** Brasília foi vendido.
- situado *em*: Minha casa está situada **na** Avenida Internacional.
- suspeito: de.
- útil: a, para.
- vazio: de.
- versado: em.
- vizinho: a, de.

Exercícios

01. O projeto.....estão dando andamento é incompatível.....tradições da firma.
a) de que, com as
b) a que, com as
c) que, as
d) à que, às
e) que, com as
02. Quanto a amigos, prefiro João.....Paulo,.....quem sinto.....simpatia.
a) a, por, menos
b) do que, por, menos
c) a, para, menos
d) do que, com, menos
e) do que, para, menos
03. Assinale a opção em que todos adjetivos podem ser seguidos pela mesma preposição:
a) ávido, bom, inconsequente
b) indigno, odioso, perito
c) leal, limpo, oneroso
d) orgulhoso, rico, sedento
e) oposto, pálido, sábio
04. “As mulheres da noite,.....o poeta faz alusão a colorir Aracaju,.....coração bate de noite, no silêncio”. A opção que completa corretamente as lacunas da frase acima é:
a) as quais, de cujo
b) a que, no qual
c) de que, o qual
d) às quais, cujo
e) que, em cujo
05. Assinale a alternativa correta quanto à regência:
a) A peça que assistimos foi muito boa.
b) Estes são os livros que precisamos.
c) Esse foi um ponto que todos se esqueceram.
d) Guimarães Rosa é o escritor que mais aprecio.
e) O ideal que aspiramos é conhecido por todos.



06. Assinale a alternativa que contém as respostas corretas.

- I. Visando apenas os seus próprios interesses, ele, involuntariamente, prejudicou toda uma família.
- II. Como era orgulhoso, preferiu declarar falida a firma a aceitar qualquer ajuda do sogro.
- III. Desde criança sempre aspirava a uma posição de destaque, embora fosse tão humilde.
- IV. Aspirando o perfume das centenas de flores que enfeitavam a sala, desmaiou.

- a) II, III, IV
- b) I, II, III
- c) I, III, IV
- d) I, III
- e) I, II

07. Assinale o item em que há erro quanto à regência:

- a) São essas as atitudes de que discordo.
- b) Há muito já lhe perdoei.
- c) Informo-lhe de que paguei o colégio.
- d) Costumo obedecer a preceitos éticos.
- e) A enfermeira assistiu irrepreensivelmente o doente.

08. Dentre as frases abaixo, uma apenas apresenta a regência nominal correta. Assinale-a:

- a) Ele não é digno a ser seu amigo.
- b) Baseado laudos médicos, concedeu-lhe a licença.
- c) A atitude do Juiz é isenta de qualquer restrição.
- d) Ele se diz especialista para com computadores eletrônicos.
- e) O sol é indispensável da saúde.

Respostas: 01-B / 02-A / 03-D / 04-D / 05-D / 06-A / 07-C / 08-C

Regência Verbal

A regência verbal estuda a relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam (objetos diretos e objetos indiretos) ou caracterizam (adjuntos adverbiais). O estudo da regência verbal permite-nos ampliar nossa capacidade expressiva, pois oferece oportunidade de conhecermos as diversas significações que um verbo pode assumir com a simples mudança ou retirada de uma preposição.

A mãe agrada **o** filho. (agradar significa acariciar, contentar)

A mãe agrada **ao** filho. (agradar significa “causar agrado ou prazer”, satisfazer)

Logo, conclui-se que “agradar **alguém**” é diferente de “agradar **a** alguém”.

O conhecimento do uso adequado das preposições é um dos aspectos fundamentais do estudo da regência verbal (e também nominal). As preposições são capazes de modificar completamente o sentido do que se está sendo dito.

Cheguei ao metrô.

Cheguei no metrô.

No primeiro caso, o metrô é o lugar a que vou; no segundo caso, é o meio de transporte por mim utilizado. A oração “Cheguei no metrô”, popularmente usada a fim de indicar o lugar a que se vai, possui, no padrão culto da língua, sentido diferente. Aliás, é muito comum existirem divergências entre a regência coloquial, cotidiana de alguns verbos, e a regência culta.

Abdicar: renunciar ao poder, a um cargo, título desistir. Pode ser intransitivo (VI não exige complemento) / transitivo direto (TD) ou transitivo indireto (TI + preposição): D. Pedro *abdicou* em 1831. (VI); A vencedora *abdicou* o seu direito de rainha. (VTD); Nunca *abdicarei* de meus direitos. (VTI)

Abraçar: emprega-se **sem** / **sem** preposição no sentido de apertar nos braços: A mãe *abraçou-a* com ternura. (VTD); *Abraçou-se* a mim, chorando. (VTI)



Agradar: emprega-se **com** preposição no sentido de **contentar, satisfazer**. (VTI): A banda Legião Urbana *agrada* aos jovens. (VTI); Emprega-se **sem** preposição no sentido de acariciar, mimar: Márcio *agradou* a esposa com um lindo presente. (VTD)

Ajudar: emprega-se **sem** preposição; objeto direto de pessoa: Eu *ajudava*-a no serviço de casa. (VTD)

Aludir: (=fazer alusão, referir-se a alguém), emprega-se **com** preposição: Na conversa *aludiu* vagamente **ao** seu novo projeto. (VTI)

Ansiar: emprega-se **sem** preposição no sentido de **causar mal-estar**, angustiar: A emoção *ansiava*-me. (VTD); Emprega-se **com** preposição no sentido de **desejar ardentemente por**: *Ansiava por* vê-lo novamente. (VTI)

Aspirar: emprega-se **sem** preposição no sentido de **respirar, cheirar**: *Aspiramos* um ar excelente, no campo. (VTD) Emprega-se **com** preposição no sentido de **querer muito, ter por objetivo**: Gincizinho *aspira ao* cargo de diretor da Penitenciária. (VTI)

Assistir: emprega-se **com** preposição a no sentido de **ver, presenciar**: Todos *assistíamos* à novela Almas Gêmeas. (VTI) Nesse caso, o verbo não aceita o pronome **lhe**, mas apenas os pronomes pessoais retos + preposição: O filme é ótimo. Todos querem *assistir a ele*. (VTI) Emprega-se **sem / com** preposição no sentido de **socorrer, ajudar**: A professora sempre *assiste* os alunos com carinho. (VTD); A professora sempre *assiste aos* alunos com carinho. (VTI) Emprega-se **com** preposição no sentido de **caber, ter direito ou razão**: O direito de se defender *assiste a* todos. (VTI) No sentido de *morar, residir é intransitivo* e exige a preposição **em**: *Assiste em* Manaus por muito tempo. (VI)

Atender: empregado **sem** preposição no sentido de **receber alguém com atenção**: O médico *atendeu* o cliente pacientemente. (VTD) No sentido de *ouvir, conceder*: Deus *atendeu* minhas preces. (VTD); *Atenderemos* quaisquer pedido *via internet*. Emprega-se **com** preposição no sentido de **dar atenção a alguém**: Lamento não poder *atender* à solicitação de recursos. (VTI) Emprega-se **com** preposição no sentido de **ouvir com atenção o que alguém diz**: *Atenda ao* telefone, por favor; *Atenda o* telefone. (preferência brasileira)

Avisar: avisar **alguém** de alguma coisa: O chefe *avisou* os funcionários de que os documentos estavam prontos. (VTD); *Avisaremos* os clientes da mudança de endereço. (VTD); Já tem tradição na língua o uso de avisar como **OI** de pessoa e **OD** de coisa; *Avisamos aos* clientes que vamos atendê-los em novo endereço.

Bater: emprega-se **com** preposição no sentido de dar pancadas em alguém: Os irmãos *batiam nele* (ou *batiam-lhe*) à toa; Nervoso, *entrou em casa e bateu a porta*. (fechou com força); Foi logo *batendo à* porta. (bater junto à porta, para alguém abrir); Para que ele pudesse ouvir, era preciso *bater na porta de seu quarto*. (dar pancadas)

Casar: Marina *casou cedo e pobre*. (VI não exige complemento); Você é realmente digno de *casar com* minha filha. (VTI **com** preposição); Ela *casou* antes dos vinte anos. (VTD **sem** preposição). O verbo *casar* pode vir acompanhado de pronome reflexivo: Ela *casou com* o seu grande amor; ou Ela *casou-se com* seu grande amor.

Chamar: emprega-se **sem** preposição no sentido de **convocar**; O juiz *chamou* o réu à sua presença. (VTD) Emprega-se **com** ou **sem** preposição no sentido de **denominar, apelidar**, construído com objeto + predicativo: *Chamou-o* covarde. (VTD) / *Chamou-o de* covarde. (VID); *Chamou-lhe* covarde. (VTI) / *Chamou-lhe de* covarde. (VTI); *Chamava por* Deus nos momentos difíceis. (VTI)

Chegar: como *intransitivo*, o verbo *chegar* exige a preposição **a** quando indica lugar: Chegou **ao** aeroporto meio apressada. Como *transitivo direto* (VTD) e *intransitivo* (VI) no sentido de **aproximar**; *Cheguei-me a* ele.

Contentar-se: emprega-se **com** as preposições **com, de, em**: Contentam-se **com** migalhas. (VTI); Contento-me **em** aplaudir daqui.

Custar: é transitivo direto no sentido de **ter valor de, ser caro**. Este computador custa muito caro. (VTD) No sentido de **ser difícil** é TI. É conjugado como **verbo reflexivo**, na 3ª pessoa do singular, e seu sujeito é uma *oração reduzida de infinitivo*: *Custou-me* pegar um táxi. (foi difícil); O carro *custou-me* todas as economias. É transitivo direto e indireto (TDI) no sentido de **acarretar**: A imprudência *custou-lhe* lágrimas amargas. (VTDI)



Ensinar: é *intransitivo* no sentido de **doutrinar, pregar**: Minha mãe *ensina* na FAI. É *transitivo direto* no sentido de **educar**: Nem todos *ensinam* as crianças. É *transitivo direto e indireto* no sentido de dar instrução sobre: Ensino **os exercícios** mais difíceis aos meus alunos.

Entretener: empregado como **divertir-se** exige as preposições: **a, com, em**: *Entretinham-nos em* recordar o passado.

Esquecer / Lembrar: estes verbos admitem as construções: *Esqueci* o endereço dele; *Lembrei* um caso interessante; *Esqueci-me do* endereço dele; *Lembrei-me de* um caso interessante. *Esqueceu-me* seu endereço; *Lembra-me* um caso interessante. Você pode observar que no 1º exemplo tanto o verbo *esquecer* como *lembrar*, não são pronominais, isto é, não exigem os pronomes *me, se, lhe*, são transitivos diretos (TD). Nos exemplos, ambos os verbos, *esquecer* e *lembrar*, exigem o **pronome** e a **preposição de**; são transitivos indiretos e pronominais. No exemplo o verbo *esquecer* está empregado no sentido de **apagar da memória**, e o verbo *lembrar* está empregado no sentido de **vir à memória**. Na língua culta, os verbos *esquecer* e *lembrar* quando usados com a preposição **de**, exigem os pronomes.

Implicar: emprega-se **com** preposição no sentido de **ter implicância com alguém**, é TI: Nunca *implico com* meus alunos. (VTI) Emprega-se **sem** preposição no sentido de **acarretar, envolver**, é TD: A queda do dólar *implica* corrida ao poder. (VTE); O desestímulo ao álcool combustível *implica* uma volta ao passado. (VTD) Emprega-se **sem** preposição no sentido de **embaraçar, comprometer**, é TD: O vizinho *implicou-o* naquele caso de estupro. (VTD) É inadequada a regência do verbo implicar **em**: *Implicou em* confusão.

Informar: o verbo *informar* possui duas construções, VTD e VTI: *Informei-o* que sua aposentaria saiu. (VTD); *Informei-lhe* que sua aposentaria. (VT); *Informou-se das* mudanças logo cedo. (inteirar-se, verbo pronominal)

Investir: emprega-se **com** preposição (**com** ou **contra**) no sentido de **atacar**, é TI: O touro Bandido *investiu contra* Tião. Empregado como verbo transitivo direto e indireto, no sentido de **dar posse**: O prefeito *investiu* Renata no cargo de assessora. (VTDI) Emprega-se **sem** preposição no sentido também de **empregar dinheiro**, é TD: Nós *investimos* parte dos lucros em pesquisas científicas. (VTD)

Morar: antes de substantivo **rua, avenida**, use-se **morar** com a preposição **em**: D. Marina Falcão *mora na* rua Dorival de Barros.

Namorar: a regência correta deste verbo é **namorar alguém** e NÃO *namorar com* alguém: Meu filho, Paulo César, *namora* Cristiane. Marcelo *namora* Raquel.

Necessitar: emprega-se com verbo transitivo direto ou indireto, no sentido de **precisar**: *Necessitávamos* o seu apoio; *Necessitávamos de* seu apoio. (VTDI)

Obedecer / Desobedecer: emprega-se com verbo transitivo direto e indireto no sentido de cumprir ordens: *Obedecia* às irmãs e irmãos; Não *desobedecia* às leis de trânsito.

Pagar: emprega-se **sem** preposição no sentido de **saldar coisa**, é VTI: Cida *pagou* o pão; *Paguei* a costura. (VTD) Emprega-se **com** preposição no sentido de **remunerar pessoa**, é VTI: Cida *pagou ao* padeiro; *Paguei à* costureira., à secretária. (VTI) Emprega-se como verbo transitivo direto e indireto, pagar alguma **coisa a alguém**: Cida *pagou a carne ao* açougueiro. (VTDI) Por alguma coisa: Quanto *pagou* pelo carro? Sem complemento: Assistiu aos jogos *sem pagar*.

Pedir: somente se usa **pedir para**, quando, entre **pedir** e o **para**, puder colocar a palavra **licença**. Caso contrário, diz-se **pedir que**; A secretária *pediu para* sair mais cedo. (pediu licença); A direção *pediu que* todos os funcionários, comparecessem à reunião.

Perdoar: emprega-se **sem** preposição no sentido de **perdoar coisa**, é TD: Devemos *perdoar* as ofensas. (VTD) Emprega-se **com** preposição no sentido de conceder o perdão à pessoa, é TI: Perdoemos **aos** nossos inimigos. (VTI) Emprega-se como verbo transitivo direto e indireto, no sentido de **ter necessidade**: A mãe *perdoou ao* filho a mentira. (VTDI) *Admite voz passiva*: Todos serão *perdoados pelos* pais.

Permitir: empregado **com** preposição, exige objeto indireto de pessoa: O médico *permitiu ao* paciente que falasse. (VTI) Constrói-se com o pronome **lhe** e não **o**: O assistente *permitiu-lhe* que entrasse. Não se usa a preposição **de** antes de oração infinitiva: Os pais não **lhe** permite **ir** sozinha à festa do Peão. (e não **de** ir sozinha)



Pisar: é verbo transitivo direto VTD: Tinha pisado **o** continente brasileiro. (não exige a preposição **no**)

Precisar: emprega-se **com** preposição no sentido de **ter necessidade**, é VTI: As crianças carentes *precisam de* melhor atendimento médico. (VTI) Quando o verbo **precisar** vier acompanhado de **infinitivo**, pode-se usar a preposição **de**; a língua moderna tende a dispensá-la: Você é rico, não precisa trabalhar muito. Usa-se, às vezes na voz passiva, com sujeito indeterminado: *Precisa-se* de funcionários competentes. (sujeito indeterminado) Emprega-se **sem** preposição no sentido de indicar com exatidão: Perdeu muito dinheiro no jogo, mas não sabe **precisar** a quantia. (VTD)

Preferir: emprega-se **sem** preposição no sentido de **ter preferência**. (sem escolha): *Prefiro* dias mais quentes. (VTD) *Preferir* VTDI, no sentido de **ter preferência**, exige a preposição **a**: *Prefiro* dançar **a** nadar; *Prefiro* chocolate **a** doce de leite. Na linguagem formal, culta, é inadequado usar este verbo reforçado pelas palavras ou expressões: *antes, mais, muito mais, mil vezes mais, do que*.

Presidir: emprega-se **com** objeto direto ou objeto indireto, com a preposição **a**: O reitor *presidiu* à sessão; O reitor *presidiu a* sessão.

Prevenir: admite as construções: A paciência *previne* dissabores; *Preveni* minha turma; Quero *preveni-los*; *Prevenimo-nos* para o exame final.

Proceder: emprega-se como verbo *intransitivo* no sentido de **ter fundamento**: Sua tese não *procede*. (VI) Emprega-se com a preposição **de** no sentido de **originar-se, vir de**: Muitos males da humanidade *procedem* da falta de respeito ao próximo. Emprega-se como *transitivo indireto* **com** a preposição **a**, no sentido de dar início: *Procederemos a* uma investigação rigorosa. (VTI)

Querer: emprega-se **sem** preposição no sentido de **desejar**: Quero vê-lo ainda hoje. (VTD) Emprega-se **com** preposição no sentido de **gostar, ter afeto, amar**: Quero muito bem às minhas cunhadas Vera e Ceíça.

Residir: como o verbo *morar*, o verbo *responder*, constrói-se com a preposição **em**: Residimos em Lucélia, **na** Avenida Internacional. Residente e residência têm a mesma regência de *residir em*.

Responder: emprega-se no sentido de **responder** alguma coisa a alguém: O senador *respondeu ao* jornalista que o projeto do rio São Francisco estava no final. (VTDI) Emprega-se no sentido de responder a uma carta, a uma pergunta: Enrolou, enrolou e não respondeu à pergunta do professor.

Reverter: emprega-se no sentido de **regressar, voltar ao estado primitivo**: Depois de aposentar-se *reverteu à* ativa. Emprega-se no sentido de **voltar** para a posse de alguém: As jóias *reverterão ao* seu verdadeiro dono. Emprega-se no sentido de destinar-se: A renda da festa será *revertida em* benefício da Casa da Sopa.

Simpatizar / Antipatizar: empregam-se **com** a preposição **com**: Sempre *simpatizei com* pessoas negras; *Antipatizei com* ela desde o primeiro momento. Estes verbos não são pronominais, isto é, não exigem os pronomes *me, se, nos, etc*: Simpatizei-**me** com você. (inadequado); Simpatizei com você. (adequado)

Subir: *Subiu ao* céu; *Subir à* cabeça; *Subir ao* trono; *Subir ao* poder. Essas expressões exigem a preposição **a**.

Sucesser: emprega-se **com** a preposição **a** no sentido de **substituir, vir depois**: O descanso *sucede ao* trabalho.

Tocar: emprega-se no sentido de **pôr a mão, tocar alguém, tocar em alguém**: Não deixava **tocar** o / no gato doente. Emprega-se no sentido de **comover, sensibilizar**, usa-se com OD: O nascimento do filho *tocou-o* profundamente. Emprega-se no sentido de **caber** por sorte, herança, é OI: Tocou-lhe, por herança, uma linda fazenda. Emprega-se no sentido de **ser da competência de, caber**: Ao prefeito é que **toca** deferir ou indeferir o projeto.

Visar: emprega-se **sem** preposição como VT13 no sentido de **apontar** ou **pôr visto**: O garoto **visou** o inocente passarinho; O gerente **visou** a correspondência. Emprega-se **com** preposição como VTI no sentido de **desejar, pretender**: Todos *visam ao* reconhecimento de seus esforços.



Casos Especiais

Dar-se ao trabalho ou **dar-se o trabalho**? Ambas as construções são corretas. A primeira é mais aceita: **Dava-se ao trabalho** de responder tudo em Inglês. O mesmo se dá com: *dar-se ao / o* incômodo; *poupar-se ao / o* trabalho; *dar-se ao / o* luxo.

Propor-se alguma coisa ou **propor-se a** alguma coisa? **Propor-se**, no sentido de **ter em vista**, **dispor-se a**, pode vir **com** ou **sem** a preposição **a**: Ela se propôs levá-lo/ **a** levá-lo ao circo.

Passar revista a ou **passar em revista**? Ambas estão corretas, porém a segunda construção é mais frequente: O presidente passou a tropa **em** revista.

Em que pese a - expressão concessiva equivalendo a **ainda que custe a**, **apesar de**, **não obstante**: “*Em que pese aos inimigos do paraense, sinceramente confesso que o admiro.*” (Graciliano Ramos)

Observações Finais

Os verbos *transitivos indiretos* (exceção ao verbo *obedecer*), não admitem voz passiva. Os exemplos citados abaixo são considerados *inadequados*.

O filme **foi assistido** pelos estudantes; O cargo **era visado** por todos; Os estudantes **assistiram ao** filme; Todos **visavam ao** cargo.

Não se deve dar o mesmo complemento a verbos de *regências diferentes*, como: **Entrou e saiu** de casa; **Assisti e gostei da** peça. Corrija-se para: **Entrou na** casa e **saiu dela**; **Assisti à** peça e **gostei dela**.

As formas oblíquas **o**, **a**, **os**, **as** funcionam como complemento de verbos *transitivos diretos*, enquanto as formas **lhe**, **lhes** funcionam como *transitivos indiretos* que exigem a preposição **a**. Convidei as amigas. *Convidei-as*; Obedeço *ao* mestre. Obedeço-**lhe**.

Exercícios

01. Assinale a única alternativa que está de acordo com as normas de regência da língua culta.

- a) avisei-o de que não desejava substituí-lo na presidência, pois apesar de ter sempre servido à instituição, jamais aspirei a tal cargo;
- b) avisei-lhe de que não desejava substituí-lo na presidência, pois apesar de ter sempre servido a instituição, jamais aspirei a tal cargo;
- c) avisei-o de que não desejava substituir- lhe na presidência, pois apesar de ter sempre servido à instituição, jamais aspirei tal cargo;
- d) avisei-lhe de que não desejava substituir-lhe na presidência, pois apesar de ter sempre servido à instituição, jamais aspirei a tal cargo;
- e) avisei-o de que não desejava substituí-lo na presidência, pois apesar de ter sempre servido a instituição, jamais aspirei tal cargo.

02. Assinale a opção em que o verbo chamar é empregado com o mesmo sentido que apresenta em ___ “No dia em que o chamaram de Ubirajara, Quaresma ficou reservado, taciturno e mudo”:

- a) pelos seus feitos, chamaram-lhe o salvador da pátria;
- b) bateram à porta, chamando Rodrigo;
- c) naquele momento difícil, chamou por Deus e pelo Diabo;
- d) o chefe chamou-os para um diálogo franco;
- e) mandou chamar o médico com urgência.

03. Assinale a opção em que o verbo assistir é empregado com o mesmo sentido que apresenta em “não direi que assisti às alvoradas do romantismo”.

- a) não assiste a você o direito de me julgar;
- b) é dever do médico assistir a todos os enfermos;
- c) em sua administração, sempre foi assistido por bons conselheiros;
- d) não se pode assistir indiferente a um ato de injustiça;
- e) o padre lhe assistiu nos derradeiros momentos.



04. Em todas as alternativas, o verbo grifado foi empregado com regência certa, *exceto* em:

- a) a vista de José Dias lembrou-me o que ele me dissera.
- b) estou deserto e noite, e aspiro sociedade e luz.
- c) custa-me dizer isto, mas antes peque por excesso;
- d) redobrou de intensidade, como se obedecesse a voz do mágico;
- e) quando ela morresse, eu lhe perdoaria os defeitos.

05. O verbo chamar está com a regência *incorreta* em:

- a) chamo-o de burguês, pois você legitima a submissão das mulheres;
- b) como ninguém assumia, chamei-lhes de discriminadores;
- c) de repente, houve um nervosismo geral e chamaram-nas de feministas;
- d) apesar de a hora ter chegado, o chefe não chamou às feministas a sua seção;
- e) as mulheres foram para o local do movimento, que elas chamaram de maternidade.

06. Assinale o exemplo, em que está bem empregada a construção com o verbo preferir:

- a) preferia ir ao cinema do que ficar vendo televisão;
- b) preferia sair a ficar em casa;
- c) preferia antes sair a ficar em casa;
- d) preferia mais sair do que ficar em casa;
- e) antes preferia sair do que ficar em casa.

07. Assinale a opção em que o verbo lembrar está empregado de maneira inaceitável em relação à norma culta da língua:

- a) pediu-me que o lembrasse a meus familiares;
- b) é preciso lembrá-lo o compromisso que assumiu conosco;
- c) lembrou-se mais tarde que havia deixado as chaves em casa;
- d) não me lembrava de ter marcado médico para hoje;
- e) na hora das promoções, lembre-se de mim.

08. O verbo sublinhado foi empregado corretamente, *exceto* em:

- a) aspiro à carreira militar desde criança;
- b) dado o sinal, procedemos à leitura do texto.
- c) a atitude tomada implicou descontentamento;
- d) prefiro estudar Português a estudar Matemática;
- e) àquela hora, custei a encontrar um táxi disponível.

09. Em qual das opções abaixo o uso da preposição acarreta mudança total no sentido do verbo?

- a) usei todos os ritmos da metrificação portuguesa. / usei de todos os ritmos da metrificação portuguesa;
- b) cuidado, não bebas esta água. / cuidado, não bebas desta água;
- c) enraivecido, pegou a vara e bateu no animal. / enraivecido, pegou da vara e bateu no animal;
- d) precisou a quantia que gastaria nas férias. / precisou da quantia que gastaria nas férias;
- e) a enfermeira tratou a ferida com cuidado. / a enfermeira tratou da ferida com cuidado.

10. Assinale o mau emprego do vocábulo “onde”:

- a) todas as ocasiões onde nos vimos às voltas com problemas no trabalho, o superintendente nos ajudou;
- b) por toda parte, onde quer que fôssemos, encontrávamos colegas;
- c) não sei bem onde foi publicado o edital;
- d) onde encontraremos quem nos forneça as informações de que necessitamos;
- e) os processos onde podemos encontrar dados para o relatório estão arquivados

Respostas: 1-A / 2-A / 3-D / 4-B / 5-D / 6-B / 7-B / 8-E / 9-D / 10-B /

**10. REDAÇÃO EMPRESARIAL E OFICIAL;****Conceito**

Entende-se por Redação Oficial o conjunto de normas e práticas que devem reger a emissão dos atos normativos e comunicações do poder público, entre seus diversos organismos ou nas relações dos órgãos públicos com as entidades e os cidadãos.

A Redação Oficial inscreve-se na confluência de dois universos distintos: a **forma** rege-se pelas ciências da linguagem (morfologia, sintaxe, semântica, estilística etc.); o **conteúdo** submete-se aos princípios jurídico administrativos impostos à União, aos Estados e aos Municípios, nas esferas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Pertencente ao campo da linguagem escrita, a Redação Oficial deve ter as qualidades e características exigidas do texto escrito destinado à comunicação impessoal, objetiva, clara, correta e eficaz.

Por ser “oficial”, expressão verbal dos atos do poder público, essa modalidade de redação ou de texto subordina-se aos princípios constitucionais e administrativos aplicáveis a todos os atos da administração pública, conforme estabelece o artigo 37 da Constituição Federal:

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”.

A forma e o conteúdo da Redação Oficial devem convergir na produção dos textos dessa natureza, razão pela qual, muitas vezes, não há como separar uma do outro. Indicam-se, a seguir, alguns pressupostos de como devem ser redigidos os textos oficiais.

Padrão culto do idioma

A redação oficial deve observar o padrão culto do idioma quanto ao léxico (seleção vocabular), à sintaxe (estrutura gramatical das orações) e à morfologia (ortografia, acentuação gráfica etc.).

Por padrão culto do idioma deve-se entender a língua referendada pelos bons gramáticos e pelo uso nas situações formais de comunicação. Devem-se excluir da Redação Oficial a erudição minuciosa e os preciosismos vocabulares que criam entraves inúteis à compreensão do significado. Não faz sentido usar “perfunctório” em lugar de “superficial” ou “doesto” em vez de “acusação” ou “calúnia”. São descabidos também as citações em língua estrangeira e os latinismos, tão ao gosto da linguagem forense. Os manuais de Redação Oficial, que vários órgãos têm feito publicar, são unânimes em desaconselhar a utilização de certas formas sacramentais, protocolares e de anacronismos que ainda se leem em documentos oficiais, como: “No dia 20 de maio, do ano de 2011 do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo”, que permanecem nos registros cartorários antigos.

Não cabem também, nos textos oficiais, coloquialismos, neologismos, regionalismos, bordões da fala e da linguagem oral, bem como as abreviações e imagens sígnicas comuns na comunicação eletrônica.

Diferentemente dos textos escolares, epistolares, jornalísticos ou artísticos, a Redação Oficial não visa ao efeito estético nem à originalidade. Ao contrário, impõe uniformidade, sobriedade, clareza, objetividade, no sentido de se obter a maior compreensão possível com o mínimo de recursos expressivos necessários. Portarias lavradas sob forma poética, sentenças e despachos escritos em versos rimados pertencem ao “folclore” jurídico-administrativo e são práticas inaceitáveis nos textos oficiais. São também inaceitáveis nos textos oficiais os vícios de linguagem, provocados por descuido ou ignorância, que constituem desvios das normas da língua-padrão. Enumeram-se, a seguir, alguns desses vícios:

- Barbarismos: São desvios:

- da ortografia: “advinhar” em vez de adivinhar; “excessão” em vez de exceção.
- da pronúncia: “rúbrica” em vez de rubrica.
- da morfologia: “entreviu” em vez de interveio.
- da semântica: despercebido (sem recursos) em vez de desapercebido (não percebido, sem ser notado).
- pela utilização de estrangeirismos: galicismo (do francês): “miseenscène” em vez de encenação; anglicismo (do inglês): “delivery” em vez de entrega em domicílio.

- Arcaísmos: Utilização de palavras ou expressões anacrônicas, fora de uso. Ex.: “asinha” em vez de ligeira, depressa.



- **Neologismos:** Palavras novas que, apesar de formadas de acordo com o sistema morfológico da língua, ainda não foram incorporadas pelo idioma. Ex.: “ímexível” em vez de imóvel, que não se pode mexer; “talqualmente” em vez de igualmente.

- **Solecismos:** São os erros de sintaxe e podem ser:

- de concordância: “sobrou” muitas vagas em vez de sobraram.
- de regência: os comerciantes visam apenas “o lucro” em vez de ao lucro.
- de colocação: “não tratava-se” de um problema sério em vez de não se tratava.

- **Ambiguidade:** Duplo sentido não intencional. Ex.: O desconhecido falou-me de **sua** mãe. (Mãe de quem? Do desconhecido? Do interlocutor?)

- **Cacófono:** Som desagradável, resultante da junção de duas ou mais palavras da cadeia da frase. Ex.: Darei um prêmio **por cada** eleitor que votar em mim (por cada e porcada).

- **Pleonismo:** Informação desnecessariamente redundante. Exemplos: As pessoas pobres, *que não* têm dinheiro, vivem na miséria; Os moralistas, que se preocupam com a moral, vivem vigiando as outras pessoas.

A Redação Oficial supõe, como receptor, um operador linguístico dotado de um repertório vocabular e de uma articulação verbal minimamente compatíveis com o registro médio da linguagem. Nesse sentido, deve ser um texto neutro, sem facilitações que intentem suprir as deficiências cognitivas de leitores precariamente alfabetizados.

Como exceção, citam-se as campanhas e comunicados destinados a públicos específicos, que fazem uma aproximação com o registro linguístico do público alvo. Mas esse é um campo que refoge aos objetivos deste material, para se inserir nos domínios e técnicas da propaganda e da persuasão.

Se o texto oficial não pode e não deve baixar ao nível de compreensão de leitores precariamente equipados quanto à linguagem, fica evidente o falo de que a alfabetização e a capacidade de apreensão de enunciados são condições inerentes à cidadania. Ninguém é verdadeiramente cidadão se não consegue ler e compreender o que leu. O domínio do idioma é equipamento indispensável à vida em sociedade.

Impessoalidade e Objetividade

Ainda que possam ser subscritos por um ente público (funcionário, servidor etc.), os textos oficiais são expressão do poder público e é em nome dele que o emissor se comunica, sempre nos termos da lei e sobre atos nela fundamentados.

Não cabe na Redação Oficial, portanto, a presença do “eu” enunciativo, de suas impressões subjetivas, sentimentos ou opiniões. Mesmo quando o agente público manifesta-se em primeira pessoa, em formas verbais comuns como: declaro, resolvo, determino, nomeio, exonero etc., é nos termos da lei que ele o faz e é em função do cargo que exerce que se identifica e se manifesta.

O que interessa é aquilo que se comunica, é o conteúdo, o objeto da informação. A impessoalidade contribui para a necessária padronização, reduzindo a variabilidade da linguagem a certos padrões, sem o que cada texto seria suscetível de inúmeras interpretações.

Por isso, a Redação Oficial não admite adjetivação. O adjetivo, ao qualificar, exprime opinião e evidencia um juízo de valor pessoal do emissor. São inaceitáveis também a pontuação expressiva, que amplia a significação (! ...), ou o emprego de interjeições (Oh! Ah!), que funcionam como índices do envolvimento emocional do redator com aquilo que está escrevendo.

Se nos trabalhos artísticos, jornalísticos e escolares o estilo individual é estimulado e serve como diferencial das qualidades autorais, a função pública impõe a despersonalização do sujeito, do agente público que emite a comunicação. São inadmissíveis, portanto, as marcas individualizadoras, as ousadias estilísticas, a linguagem metafórica ou a elíptica e alusiva. A Redação Oficial prima pela denotação, pela sintaxe clara e pela economia vocabular, ainda que essa regularidade imponha certa “monotonia burocrática” ao discurso.

Reafirma-se que a intermediação entre o emissor e o receptor nas Redações Oficiais é o código linguístico, dentro do padrão culto do idioma; uma linguagem “neutra”, referendada pelas gramáticas, dicionários e pelo uso em situações formais, acima das diferenças individuais, regionais, de classes sociais e de níveis de escolaridade.

Formalidade e Padronização

As comunicações oficiais impõem um tratamento polido e respeitoso. Na tradição ibero-americana, afeita a títulos e a tratamentos reverentes, a autoridade pública revela sua posição hierárquica por meio de formas e de pronomes de tratamento sacramentais. “Excelentíssimo”, “Ilustríssimo”, “Meritíssimo”, “Reverendíssimo” são vocativos que, em algumas instâncias do poder, tornaram-se inevitáveis. Entenda-se que essa solenidade tem por consideração o cargo, a função pública, e não a pessoa de seu exercente.



Vale lembrar que os pronomes de tratamento são obrigatoriamente regidos pela terceira pessoa. São erros muito comuns construções como “Vossa Excelência sois bondoso(a)”; o correto é “Vossa Excelência é bondoso(a)”.

A utilização da segunda pessoa do plural (vós), com que os textos oficiais procuravam revestir-se de um tom solene e cerimonioso no passado, é hoje incomum, anacrônica e pedante, salvo em algumas peças oratórias envolvendo tribunais ou juizes, herdeiras, no Brasil, da tradição retórica de Rui Barbosa e seus seguidores.

Outro aspecto das formalidades requeridas na Redação Oficial é a necessidade prática de padronização dos expedientes. Assim, as prescrições quanto à diagramação, espaçamento, caracteres tipográficos etc., os modelos inevitáveis de ofício, requerimento, memorando, aviso e outros, além de facilitar a legibilidade, servem para agilizar o andamento burocrático, os despachos e o arquivamento.

É também por essa razão que quase todos os órgãos públicos editam manuais com os modelos dos expedientes que integram sua rotina burocrática. A Presidência da República, a Câmara dos Deputados, o Senado, os Tribunais Superiores, enfim, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário têm os próprios ritos na elaboração dos textos e documentos que lhes são pertinentes.

Concisão e Clareza

Houve um tempo em que escrever bem era escrever “difícil”. Períodos longos, subordinações sucessivas, vocábulos raros, inversões sintáticas, adjetivação intensiva, enumerações, gradações, repetições enfáticas já foram considerados virtudes estilísticas. Atualmente, a velocidade que se impõe a tudo o que se faz, inclusive ao escrever e ao ler, tornou esses recursos quase sempre obsoletos. Hoje, a concisão, a economia vocabular, a precisão lexical, ou seja, a eficácia do discurso, são pressupostos não só da Redação Oficial, mas da própria literatura. Basta observar o estilo “ enxuto ” de Graciliano Ramos, de Carlos Drummond de Andrade, de João Cabral de Melo Neto, de Dalton Trevisan, mestres da linguagem altamente concentrada.

Não têm mais sentido os imensos “prolegômenos” e “exórdios” que se repetiam como ladainhas nos textos oficiais, como o exemplo risível e caricato que segue:

“Preliminarmente, antes de mais nada, indispensável se faz que nos valhamos do ensejo para congratularmo-nos com Vossa Excelência pela oportunidade da medida proposta à apreciação de seus nobres pares. Mas, quem sou eu, humilde servidor público, para abordar questões de tamanha complexidade, a respeito das quais divergem os hermeneutas e exegetas.

Entrementes, numa análise ainda que perfunctória das causas primeiras, que fundamentaram a proposição tempestivamente encaminhada por Vossa Excelência, indispensável se faz uma abordagem preliminar dos antecedentes imediatos, posto que estes antecedentes necessariamente antecedem os consequentes”.

Observe que absolutamente nada foi dito ou informado.

As Comunicações Oficiais

A redação das comunicações oficiais obedece a preceitos de objetividade, concisão, clareza, impessoalidade, formalidade, padronização e correção gramatical.

Além dessas, há outras características comuns à comunicação oficial, como o emprego de pronomes de tratamento, o tipo de fecho (encerramento) de uma correspondência e a forma de identificação do signatário, conforme define o *Manual de Redação da Presidência da República*. Outros órgãos e instituições do poder público também possuem manual de redação próprio, como a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores, diversos governos estaduais, órgãos do Judiciário etc.

Pronomes de Tratamento

A regra diz que toda comunicação oficial deve ser formal e polida, isto é, ajustada não apenas às normas gramaticais, como também às normas de educação e cortesia. Para isso, é fundamental o emprego de pronomes de tratamento, que devem ser utilizados de forma correta, de acordo com o destinatário e as regras gramaticais.

Embora os pronomes de tratamento se refiram à segunda pessoa (Vossa Excelência, Vossa Senhoria), a concordância é feita em terceira pessoa.

Concordância verbal:

Vossa Senhoria falou muito bem.

Vossa Excelência vai esclarecer o tema.

Vossa Majestade sabe que respeitamos sua opinião.



Concordância pronominal:

Pronomes de tratamento concordam com pronomes possessivos na terceira pessoa.
Vossa Excelência escolheu seu candidato. (e não “vosso...”).

Concordância nominal:

Os adjetivos devem concordar com o sexo da pessoa a que se refere o pronome de tratamento.

Vossa Excelência ficou confuso. (para homem)

Vossa Excelência ficou confusa. (para mulher)

Vossa Senhoria está ocupado. (para homem)

Vossa Senhoria está ocupada. (para mulher)

Sua Excelência - de quem se fala (ele/ela).

Vossa Excelência - com quem se fala (você)

Emprego dos Pronomes de Tratamento

As normas a seguir fazem parte do *Manual de Redação da Presidência da República*.

Vossa Excelência: É o tratamento empregado para as seguintes autoridades:

- **Do Poder Executivo** - Presidente da República; Vice-presidente da República; Ministros de Estado; Governadores e vice-governadores de Estado e do Distrito Federal; Oficiais gerais das Forças Armadas; Embaixadores; Secretários executivos de Ministérios e demais ocupantes de cargos de natureza especial; Secretários de Estado dos Governos Estaduais; Prefeitos Municipais.

- **Do Poder Legislativo** - Deputados Federais e Senadores; Ministro do Tribunal de Contas da União; Deputados Estaduais e Distritais; Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais; Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais.

- **Do Poder Judiciário** - Ministros dos Tribunais Superiores; Membros de Tribunais; Juizes; Auditores da Justiça Militar.

Vocativos

O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos chefes de poder é Excelentíssimo Senhor, seguido do cargo respectivo: Excelentíssimo Senhor Presidente da República; Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal.

As demais autoridades devem ser tratadas com o vocativo Senhor ou Senhora, seguido do respectivo cargo: Senhor Senador / Senhora Senadora; Senhor Juiz/ Senhora Juíza; Senhor Ministro / Senhora Ministra; Senhor Governador / Senhora Governadora.

Endereçamento

De acordo com o *Manual de Redação da Presidência*, no envelope, o endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades tratadas por Vossa Excelência, deve ter a seguinte forma:

*A Sua Excelência o Senhor
Fulano de Tal
Ministro de Estado da Justiça
70064900 Brasília. DF*

*A Sua Excelência o Senhor
Senador Fulano de Tal
Senado Federal
70165900 Brasília. DF*

*A Sua Excelência o Senhor
Fulano de Tal
Juiz de Direito da 10ª Vara Cível
Rua ABC, nº 123
01010000 São Paulo. SP*



Conforme o Manual de Redação da Presidência, “em comunicações oficiais, está abolido o uso do tratamento digníssimo (DD) às autoridades na lista anterior. A dignidade é pressuposto para que se ocupe qualquer cargo público, sendo desnecessária sua repetida evocação”.

Vossa Senhoria: É o pronome de tratamento empregado para as demais autoridades e para particulares. O vocativo adequado é: Senhor Fulano de Tal / Senhora Fulana de Tal.

No envelope, deve constar do endereçamento:

Ao Senhor

Fulano de Tal

Rua ABC, nº 123

70123-000 – Curitiba.PR

Conforme o Manual de Redação da Presidência, em comunicações oficiais “fica dispensado o emprego do superlativo Ilustríssimo para as autoridades que recebem o tratamento de Vossa Senhoria e para particulares. É suficiente o uso do pronome de tratamento Senhor. O Manual também esclarece que “doutor não é forma de tratamento, e sim título acadêmico”. Por isso, recomenda-se empregá-lo apenas em comunicações dirigidas a pessoas que tenham concluído curso de doutorado. No entanto, ressalva-se que “é costume designar por doutor os bacharéis, especialmente os bacharéis em Direito e em Medicina”.

Vossa Magnificência: É o pronome de tratamento dirigido a reitores de universidade. Corresponde-lhe o vocativo: Magnífico Reitor.

Vossa Santidade: É o pronome de tratamento empregado em comunicações dirigidas ao Papa. O vocativo correspondente é: Santíssimo Padre.

Vossa Eminência ou Vossa Eminência Reverendíssima: São os pronomes empregados em comunicações dirigidas a cardeais. Os vocativos correspondentes são: Eminentíssimo Senhor Cardeal, ou Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Cardeal.

Nas comunicações oficiais para as demais autoridades eclesásticas são usados: *Vossa Excelência Reverendíssima* (para arcebispos e bispos); *Vossa Reverendíssima* ou *Vossa Senhoria Reverendíssima* (para monsenhores, cônegos e superiores religiosos); *Vossa Reverência* (para sacerdotes, clérigos e demais religiosos).

Fechos para Comunicações

De acordo com o *Manual da Presidência*, o fecho das comunicações oficiais “possui, além da finalidade óbvia de arrematar o texto, a de saudar o destinatário”, ou seja, o fecho é a maneira de quem expede a comunicação despedir-se de seu destinatário.

Até 1991, quando foi publicada a primeira edição do atual *Manual de Redação da Presidência da República*, havia 15 padrões de fechos para comunicações oficiais. O *Manual* simplificou a lista e reduziu-os a apenas dois para todas as modalidades de comunicação oficial. São eles:

Respeitosamente: para autoridades superiores, inclusive o presidente da República.

Atenciosamente: para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior.

“Ficam excluídas dessa fórmula as comunicações dirigidas a autoridades estrangeiras, que atenderem a rito e tradição próprios, devidamente disciplinados no Manual de Redação do Ministério das Relações Exteriores”, diz o *Manual de Redação da Presidência da República*.

A utilização dos fechos “Respeitosamente” e “Atenciosamente” é recomendada para os mesmos casos pelo *Manual de Redação* da Câmara dos Deputados e por outros manuais oficiais. Já os fechos para as cartas particulares ou informais ficam a critério do remetente, com preferência para a expressão “Cordialmente”, para encerrar a correspondência de forma polida e sucinta.

Identificação do Signatário

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, com exceção das comunicações assinadas pelo presidente da República, em todas as comunicações oficiais devem constar o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo de sua assinatura. A forma da identificação deve ser a seguinte:



(espaço para assinatura)

Nome

Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

(espaço para assinatura)

Nome

Ministro de Estado da Justiça

“Para evitar equívocos, recomenda-se não deixar a assinatura em página isolada do expediente. Transfira para essa página ao menos a última frase anterior ao fecho”, alerta o Manual.

Padrões e Modelos

O Padrão Ofício

O Manual de Redação da Presidência da República lista três tipos de expediente que, embora tenham finalidades diferentes, possuem formas semelhantes: **Ofício**, **Aviso** e **Memorando**. A diagramação proposta para esses expedientes é denominada padrão ofício.

O Ofício, o Aviso e o Memorando devem conter as seguintes partes:

- **Tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede.** Exemplos:

Of. 123/2002-MME

Aviso 123/2002-SG

Mem. 123/2002-MF

- **Local e data.** Devem vir por extenso com alinhamento à direita. Exemplo:

Brasília, 20 de maio de 2011

- **Assunto.** Resumo do teor do documento. Exemplos:

Assunto: Produtividade do órgão em 2010.

Assunto: Necessidade de aquisição de novos computadores.

- **Destinatário.** O nome e o cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação. No caso do ofício, deve ser incluído também o endereço.

- **Texto.** Nos casos em que não for de mero encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura:

Introdução: que se confunde com o parágrafo de abertura, na qual é apresentado o assunto que motiva a comunicação. Evite o uso das formas: “Tenho a honra de”, “Tenho o prazer de”, “Cumpre-me informar que”, empregue a forma direta;

Desenvolvimento: no qual o assunto é detalhado; se o texto contiver mais de uma ideia sobre o assunto, elas devem ser tratadas em parágrafos distintos, o que confere maior clareza à exposição;

Conclusão: em que é reafirmada ou simplesmente reapresentada a posição recomendada sobre o assunto.

Os parágrafos do texto devem ser numerados, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos.

Quando se tratar de mero encaminhamento de documentos, a estrutura deve ser a seguinte:

Introdução: deve iniciar com referência ao expediente que solicitou o encaminhamento. Se a remessa do documento não tiver sido solicitada, deve iniciar com a informação do motivo da comunicação, que é encaminhar, indicando a seguir os dados completos do documento encaminhado (tipo, data, origem ou signatário, e assunto de que trata), e a razão pela qual está sendo encaminhado, segundo a seguinte fórmula:



“Em resposta ao Aviso nº 112, de 10 de fevereiro de 2011, encaminhado, anexa, cópia do Ofício nº 34, de 3 de abril de 2010, do Departamento Geral de Administração, que trata da requisição do servidor Fulano de Tal.”

ou

“Encaminho, para exame e pronunciamento, a anexa cópia do telegrama nº 112, de 11 de fevereiro de 2011, do Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, a respeito de projeto de modernização de técnicas agrícolas na região Nordeste.”

Desenvolvimento: se o autor da comunicação desejar fazer algum comentário a respeito do documento que encaminha, poderá acrescentar parágrafos de desenvolvimento; em caso contrário, não há parágrafos de desenvolvimento em aviso ou ofício de mero encaminhamento.

- **Fecho.**
- **Assinatura.**
- **Identificação do Signatário**

Forma de Diagramação

Os documentos do padrão *ofício* devem obedecer à seguinte forma de apresentação:

- deve ser utilizada fonte do tipo *Times New Roman* de corpo 12 no texto em geral, 11 nas citações, e 10 nas notas de rodapé;
- para símbolos não existentes na fonte *Times New Roman*, poder-se-ão utilizar as fontes *symbol* e *Wingdings*;
- é obrigatório constar a partir da segunda página o número da página;
- os ofícios, memorandos e anexos destes poderão ser impressos em ambas as faces do papel. Neste caso, as margens esquerda e direita terão as distâncias invertidas nas páginas pares (“margem espelho”);
- o início de cada parágrafo do texto deve ter 2,5 cm de distância da margem esquerda;
- o campo destinado à margem lateral esquerda terá, no mínimo 3,0 cm de largura;
- o campo destinado à margem lateral direita terá 1,5 cm;
- deve ser utilizado espaçamento simples entre as linhas e de 6 pontos após cada parágrafo, ou, se o editor de texto utilizado não comportar tal recurso, de uma linha em branco;
- não deve haver abuso no uso de negrito, itálico, sublinhado, letras maiúsculas, sombreado, sombra, relevo, bordas ou qualquer outra forma de formatação que afete a elegância e a sobriedade do documento;
- a impressão dos textos deve ser feita na cor preta em papel branco. A impressão colorida deve ser usada apenas para gráficos e ilustrações;
- todos os tipos de documento do padrão *ofício* devem ser impressos em papel de tamanho A4, ou seja, 29,7 x 21,0 cm;
- deve ser utilizado, preferencialmente, o formato de arquivo *Rich Text* nos documentos de texto;
- dentro do possível, todos os documentos elaborados devem ter o arquivo de texto preservado para consulta posterior ou aproveitamento de trechos para casos análogos;
- para facilitar a localização, os nomes dos arquivos devem ser formados da seguinte maneira: tipo do documento + número do documento + palavras-chave do conteúdo. Exemplo:

“Of. 123 relatório produtividade ano 2010”

Aviso e Ofício (Comunicação Externa)

São modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.

Quanto a sua forma, Aviso e Ofício seguem o modelo do padrão *ofício*, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário, seguido de vírgula. Exemplos:

*Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Senhora Ministra,
Senhor Chefe de Gabinete,*



Devem constar do cabeçalho ou do rodapé do ofício as seguintes informações do remetente:

- nome do órgão ou setor;
- endereço postal;
- telefone e endereço de correio eletrônico.

Obs: Modelo no final da matéria.

Memorando ou Comunicação Interna

O Memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente. Trata-se, portanto, de uma forma de comunicação eminentemente interna.

Pode ter caráter meramente administrativo, ou ser empregado para a exposição de projetos, ideias, diretrizes etc. a serem adotados por determinado setor do serviço público.

Sua característica principal é a agilidade. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação. Esse procedimento permite formar uma espécie de processo simplificado, assegurando maior transparência a tomada de decisões, e permitindo que se historie o andamento da matéria tratada no memorando.

Quanto a sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com a diferença de que seu destinatário deve ser mencionado pelo cargo que ocupa. Exemplos:

Ao Sr. Chefe do Departamento de Administração

Ao Sr. Subchefe para Assuntos Jurídicos.

Obs: Modelo no final da matéria.

Exposição de Motivos

É o expediente dirigido ao presidente da República ou ao vice-presidente para:

- informá-lo de determinado assunto;
- propor alguma medida; ou
- submeter a sua consideração projeto de ato normativo.

Em regra, a exposição de motivos é dirigida ao Presidente da República por um Ministro de Estado. Nos casos em que o assunto tratado envolva mais de um Ministério, a exposição de motivos deverá ser assinada por todos os Ministros envolvidos, sendo, por essa razão, chamada de interministerial.

Formalmente a exposição de motivos tem a apresentação do padrão ofício. De acordo com sua finalidade, apresenta duas formas básicas de estrutura: uma para aquela que tenha caráter exclusivamente informativo e outra para a que proponha alguma medida ou submeta projeto de ato normativo.

No primeiro caso, o da exposição de motivos que simplesmente leva algum assunto ao conhecimento do Presidente da República, sua estrutura segue o modelo antes referido para o padrão ofício.

Já a exposição de motivos que submeta à consideração do Presidente da República a sugestão de alguma medida a ser adotada ou a que lhe apresente projeto de ato normativo, embora sigam também a estrutura do padrão ofício, além de outros comentários julgados pertinentes por seu autor, devem, obrigatoriamente, apontar:

- **na introdução:** o problema que está a reclamar a adoção da medida ou do ato normativo proposto;
- **no desenvolvimento:** o porquê de ser aquela medida ou aquele ato normativo o ideal para se solucionar o problema, e eventuais alternativas existentes para equacioná-lo;
- **na conclusão, novamente,** qual medida deve ser tomada, ou qual ato normativo deve ser editado para solucionar o problema.

Deve, ainda, trazer apenso o formulário de anexo à exposição de motivos, devidamente preenchido, de acordo com o seguinte modelo previsto no Anexo II do Decreto nº 4.1760, de 28 de março de 2010.

Anexo à exposição de motivos do (indicar nome do Ministério ou órgão equivalente) nº _____, de _____ de _____ de 201_.



- Síntese do problema ou da situação que reclama providências;
- Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta;
- Alternativas existentes às medidas propostas. Mencionar:
 - se há outro projeto do Executivo sobre a matéria;
 - se há projetos sobre a matéria no Legislativo;
 - outras possibilidades de resolução do problema.
- Custos. Mencionar:
 - se a despesa decorrente da medida está prevista na lei orçamentária anual; se não, quais as alternativas para custeá-la;
 - se a despesa decorrente da medida está prevista na lei orçamentária anual; se não, quais as alternativas para custeá-la;
 - valor a ser despendido em moeda corrente;
- Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência). Mencionar:
 - se o problema configura calamidade pública;
 - por que é indispensável a vigência imediata;
 - se se trata de problema cuja causa ou agravamento não tenham sido previstos;
 - se se trata de desenvolvimento extraordinário de situação já prevista.
- Impacto sobre o meio ambiente (somente que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo)
- Alterações propostas. Texto atual, Texto proposto;
- Síntese do parecer do órgão jurídico.

Com base em avaliação do ato normativo ou da medida proposta à luz das questões levantadas no item 10.4.3.

A falta ou insuficiência das informações prestadas pode acarretar, a critério da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, a devolução do projeto de ato normativo para que se complete o exame ou se reformule a proposta.

O preenchimento obrigatório do anexo para as exposições de motivos que proponham a adoção de alguma medida ou a edição de ato normativo tem como finalidade:

- permitir a adequada reflexão sobre o problema que se busca resolver;
- ensejar mais profunda avaliação das diversas causas do problema e dos defeitos que pode ter a adoção da medida ou a edição do ato, em consonância com as questões que devem ser analisadas na elaboração de proposições normativas no âmbito do Poder Executivo (v. 10.4.3.)
- conferir perfeita transparência aos atos propostos.

Dessa forma, ao atender às questões que devem ser analisadas na elaboração de atos normativos no âmbito do Poder Executivo, o texto da exposição de motivos e seu anexo complementam-se e formam um todo coeso: no anexo, encontramos uma avaliação profunda e direta de toda a situação que está a reclamar a adoção de certa providência ou a edição de um ato normativo; o problema a ser enfrentado e suas causas; a solução que se propõe, seus efeitos e seus custos; e as alternativas existentes. O texto da exposição de motivos fica, assim, reservado à demonstração da necessidade da providência proposta: por que deve ser adotada e como resolverá o problema.

Nos casos em que o ato proposto for questão de pessoal (nomeação, promoção, ascensão, transferência, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração, recondução, remoção, exoneração, demissão, dispensa, disponibilidade, aposentadoria), não é necessário o encaminhamento do formulário de anexo à exposição de motivos. Ressalte-se que:

- a síntese do parecer do órgão de assessoramento jurídico não dispensa o encaminhamento do parecer completo;
- o tamanho dos campos do anexo à exposição de motivos pode ser alterado de acordo com a maior ou menor extensão dos comentários a serem ali incluídos.

Ao elaborar uma exposição de motivos, tenha presente que a atenção aos requisitos básicos da Redação Oficial (clareza, concisão, impessoalidade, formalidade, padronização e uso do padrão culto de linguagem) deve ser redobrada. A exposição de motivos é a principal modalidade de comunicação dirigida ao Presidente da República pelos Ministros. Além disso, pode, em certos casos, ser encaminhada cópia ao Congresso Nacional ou ao Poder Judiciário ou, ainda, ser publicada no *Diário Oficial da União*, no todo ou em parte.



Mensagem

É o instrumento de comunicação oficial entre os Chefes dos Poderes Públicos, notadamente as mensagens enviadas pelo Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo para informar sobre fato da Administração Pública; expor o plano de governo por ocasião da abertura de sessão legislativa; submeter ao Congresso Nacional matérias que dependem de deliberação de suas Casas; apresentar veto; enfim, fazer e agradecer comunicações de tudo quanto seja de interesse dos poderes públicos e da Nação.

Minuta de mensagem pode ser encaminhada pelos Ministérios à Presidência da República, a cujas assessorias caberá a redação final.

As mensagens mais usuais do Poder Executivo ao Congresso Nacional têm as seguintes finalidades:

- Encaminhamento de projeto de lei ordinária, complementar ou financeira: Os projetos de lei ordinária ou complementar são enviados em regime normal (Constituição, art. 61) ou de urgência (Constituição, art. 64, §§ 1º a 4º). Cabe lembrar que o projeto pode ser encaminhado sob o regime normal e mais tarde ser objeto de nova mensagem, com solicitação de urgência.

Em ambos os casos, a mensagem se dirige aos Membros do Congresso Nacional, mas é encaminhada com aviso do Chefe da Casa Civil da Presidência da República ao Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, para que tenha início sua tramitação (Constituição, art. 64, caput).

Quanto aos projetos de lei financeira (que compreendem plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamentos anuais e créditos adicionais), as mensagens de encaminhamento dirigem-se aos membros do Congresso Nacional, e os respectivos avisos são endereçados ao Primeiro Secretário do Senado Federal. A razão é que o art. 166 da Constituição impõe a deliberação congressional sobre as leis financeiras em *sessão conjunta*, mais precisamente, “na forma do regimento comum”. E à frente da Mesa do Congresso Nacional está o Presidente do Senado Federal (Constituição, art. 57, § 5º), que comanda as sessões conjuntas.

As mensagens aqui tratadas coroam o processo desenvolvido no âmbito do Poder Executivo, que abrange minucioso exame técnico, jurídico e econômico-financeiro das matérias objeto das proposições por elas encaminhadas.

Tais exames materializam-se em pareceres dos diversos órgãos interessados no assunto das proposições, entre eles o da Advocacia Geral da União. Mas, na origem das propostas, as análises necessárias constam da exposição de motivos do órgão onde se geraram, exposição que acompanhará, por cópia, a mensagem de encaminhamento ao Congresso.

- Encaminhamento de medida provisória: Para dar cumprimento ao disposto no art. 62 da Constituição, o Presidente da República encaminha mensagem ao Congresso, dirigida a seus membros, com aviso para o Primeiro Secretário do Senado Federal, juntando cópia da medida provisória, autenticada pela Coordenação de Documentação da Presidência da República.

- Indicação de autoridades: As mensagens que submetem ao Senado Federal a indicação de pessoas para ocuparem determinados cargos (magistrados dos Tribunais Superiores, Ministros do TCU, Presidentes e diretores do Banco Central, Procurador-Geral da República, Chefes de Missão Diplomática etc.) têm em vista que a Constituição, no seu art. 52, incisos III e IV, atribui àquela Casa do Congresso Nacional competência privativa para aprovar a indicação. O curriculum vitae do indicado, devidamente assinado, acompanha a mensagem.

- Pedido de autorização para o presidente ou o vice-presidente da República se ausentarem do País por mais de 15 dias: Trata-se de exigência constitucional (Constituição, art. 49, III, e 83), e a autorização é da competência privativa do Congresso Nacional.

O presidente da República, tradicionalmente, por cortesia, quando a ausência é por prazo inferior a 15 dias, faz uma comunicação a cada Casa do Congresso, enviando-lhes mensagens idênticas.

- Encaminhamento de atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e TV: A obrigação de submeter tais atos à apreciação do Congresso Nacional consta no inciso XII do artigo 49 da Constituição. Somente produzirão efeitos legais a outorga ou renovação da concessão após deliberação do Congresso Nacional (Constituição, art. 223, § 3º). Descabe pedir na mensagem a urgência prevista no art. 64 da Constituição, porquanto o § 1º do art. 223 já define o prazo da tramitação.

Além do ato de outorga ou renovação, acompanha a mensagem o correspondente processo administrativo.

- Encaminhamento das contas referentes ao exercício anterior: O Presidente da República tem o prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa para enviar ao Congresso Nacional as contas referentes ao exercício anterior (Constituição, art. 84, XXIV), para exame e parecer da Comissão Mista permanente (Constituição, art. 166, § 1º), sob pena de a Câmara dos Deputados realizar a tomada de contas (Constituição, art. 51, II), em procedimento disciplinado no art. 215 do seu Regimento Interno.



- **Mensagem de abertura da sessão legislativa:** Ela deve conter o plano de governo, exposição sobre a situação do País e solicitação de providências que julgar necessárias (Constituição, art. 84, XI).

O portador da mensagem é o Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Esta mensagem difere das demais porque vai encadernada e é distribuída a todos os congressistas em forma de livro.

- **Comunicação de sanção (com restituição de autógrafos):** Esta mensagem é dirigida aos membros do Congresso Nacional, encaminhada por Aviso ao Primeiro Secretário da Casa onde se originaram os autógrafos. Nela se informa o número que tomou a lei e se restituem dois exemplares dos três autógrafos recebidos, nos quais o Presidente da República terá apostado o despacho de sanção.

- **Comunicação de veto:** Dirigida ao Presidente do Senado Federal (Constituição, art. 66, § 1º), a mensagem informa sobre a decisão de vetar, se o veto é parcial, quais as disposições vetadas, e as razões do veto. Seu texto vai publicado na íntegra no Diário Oficial da União, ao contrário das demais mensagens, cuja publicação se restringe à notícia do seu envio ao Poder Legislativo.

- **Outras mensagens:** Também são remetidas ao Legislativo com regular frequência mensagens com:

- encaminhamento de atos internacionais que acarretam encargos ou compromissos gravosos (Constituição, art. 49, I);
- pedido de estabelecimento de alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação (Constituição, art. 155, § 2º, IV);
- proposta de fixação de limites globais para o montante da dívida consolidada (Constituição, art. 52, VI);
- pedido de autorização para operações financeiras externas (Constituição, art. 52, V); e outros.

Entre as mensagens menos comuns estão as de:

- convocação extraordinária do Congresso Nacional (Constituição, art. 57, § 6º);
- pedido de autorização para exonerar o Procurador-Geral da República (art. 52, XI, e 128, § 2º);
- pedido de autorização para declarar guerra e decretar mobilização nacional (Constituição, art. 84, XIX);
- pedido de autorização ou referendo para celebrar paz (Constituição, art. 84, XX);
- justificativa para decretação do estado de defesa ou de sua prorrogação (Constituição, art. 136, § 4º);
- pedido de autorização para decretar o estado de sítio (Constituição, art. 137);
- relato das medidas praticadas na vigência do estado de sítio ou de defesa (Constituição, art. 141, parágrafo único);
- proposta de modificação de projetos de leis financeiras (Constituição, art. 166, § 5º);
- pedido de autorização para utilizar recursos que fiquem sem despesas correspondentes, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual (Constituição, art. 166, § 8º);
- pedido de autorização para alienar ou conceder terras públicas com área superior a 2.500 ha (Constituição, art. 188, § 1º); etc.

As mensagens contêm:

- a indicação do tipo de expediente e de seu número, horizontalmente, no início da margem esquerda:

Mensagem nº

- vocativo, de acordo com o pronome de tratamento e o cargo do destinatário, horizontalmente, no início da margem esquerda:

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

- o texto, iniciando a 2 cm do vocativo;
- o local e a data, verticalmente a 2 cm do final do texto, e horizontalmente fazendo coincidir seu final com a margem direita. A mensagem, como os demais atos assinados pelo Presidente da República, não traz identificação de seu signatário.

Obs: Modelo no final da matéria.



Telegrama

Com o fito de uniformizar a terminologia e simplificar os procedimentos burocráticos, passa a receber o título de telegrama toda comunicação oficial expedida por meio de telegrafia, telex etc. Por se tratar de forma de comunicação dispendiosa aos cofres públicos e tecnologicamente superada, deve restringir-se o uso do telegrama apenas àquelas situações que não seja possível o uso de correio eletrônico ou fax e que a urgência justifique sua utilização e, também em razão de seu custo elevado, esta forma de comunicação deve pautar-se pela concisão.

Não há padrão rígido, devendo-se seguir a forma e a estrutura dos formulários disponíveis nas agências dos Correios e em seu sítio na Internet.

Obs: Modelo no final da matéria.

Fax

O fax (forma abreviada já consagrada de *facsimile*) é uma forma de comunicação que está sendo menos usada devido ao desenvolvimento da Internet. É utilizado para a transmissão de mensagens urgentes e para o envio antecipado de documentos, de cujo conhecimento há premência, quando não há condições de envio do documento por meio eletrônico. Quando necessário o original, ele segue posteriormente pela via e na forma de praxe.

Se necessário o arquivamento, deve-se fazê-lo com cópia xerox do fax e não com o próprio fax, cujo papel, em certos modelos, se deteriora rapidamente.

Os documentos enviados por fax mantêm a forma e a estrutura que lhes são inerentes. É conveniente o envio, juntamente com o documento principal, de folha de rosto, isto é, de pequeno formulário com os dados de identificação da mensagem a ser enviada.

Correio Eletrônico

O correio eletrônico (“email”), por seu baixo custo e celeridade, transformou-se na principal forma de comunicação para transmissão de documentos.

Um dos atrativos de comunicação por correio eletrônico é sua flexibilidade. Assim, não interessa definir forma rígida para sua estrutura. Entretanto, deve-se evitar o uso de linguagem incompatível com uma comunicação oficial.

O campo *assunto* do formulário de correio eletrônico mensagem deve ser preenchido de modo a facilitar a organização documental tanto do destinatário quanto do remetente.

Para os arquivos anexados à mensagem deve ser utilizado, preferencialmente, o formato *Rich Text*. A mensagem que encaminha algum arquivo deve trazer informações mínimas sobre seu conteúdo.

Sempre que disponível, deve-se utilizar recurso de confirmação de leitura. Caso não seja disponível, deve constar da mensagem pedido de confirmação de recebimento.

Nos termos da legislação em vigor, para que a mensagem de correio eletrônico tenha *valor documental*, isto é, para que possa ser aceita como documento original, é necessário existir *certificação digital* que ateste a identidade do remetente, na forma estabelecida em lei.

Apostila

É o aditamento que se faz a um documento com o objetivo de retificação, atualização, esclarecimento ou fixar vantagens, evitando-se assim a expedição de um novo título ou documento. Estrutura:

- Título: APOSTILA, centralizado.
- Texto: exposição sucinta da retificação, esclarecimento, atualização ou fixação da vantagem, com a menção, se for o caso, onde o documento foi publicado.
- Local e data.
- Assinatura: nome e função ou cargo da autoridade que constatou a necessidade de efetuar a apostila.

Não deve receber numeração, sendo que, em caso de documento arquivado, a apostila deve ser feita abaixo dos textos ou no verso do documento.

Em caso de publicação do ato administrativo originário, a apostila deve ser publicada com a menção expressa do ato, número, dia, página e no mesmo meio de comunicação oficial no qual o ato administrativo foi originalmente publicado, a fim de que se preserve a data de validade.

Obs: Modelo no final da matéria.



ATA

É o instrumento utilizado para o registro expositivo dos fatos e deliberações ocorridos em uma reunião, sessão ou assembleia. Estrutura:

- Título ATA. Em se tratando de atas elaboradas sequencialmente, indicar o respectivo número da reunião ou sessão, em caixa-alta.
- Texto, incluindo: Preâmbulo registro da situação espacial e temporal e participantes; Registro dos assuntos abordados e de suas decisões, com indicação das personalidades envolvidas, se for o caso; Fecho termo de encerramento com indicação, se necessário, do redator, do horário de encerramento, de convocação de nova reunião etc.

A ATA será assinada e/ou rubricada por todos os presentes à reunião ou apenas pelo presidente e relator, dependendo das exigências regimentais do órgão.

A fim de se evitarem rasuras nas atas manuscritas, deve-se, em caso de erro, utilizar o termo “digo”, seguido da informação correta a ser registrada. No caso de omissão de informações ou de erros constatados após a redação, usa-se a expressão “Em tempo” ao final da ATA, com o registro das informações corretas.

Obs: Modelo no final da matéria.

Carta

É a forma de correspondência emitida por particular, ou autoridade com objetivo particular, não se confundindo com o memorando (correspondência interna) ou o ofício (correspondência externa), nos quais a autoridade que assina expressa uma opinião ou dá uma informação não sua, mas, sim, do órgão pelo qual responde. Em grande parte dos casos da correspondência enviada por deputados, deve-se usar a carta, não o memorando ou ofício, por estar o parlamentar emitindo parecer, opinião ou informação de sua responsabilidade, e não especificamente da Câmara dos Deputados. O parlamentar deverá assinar memorando ou ofício apenas como titular de função oficial específica (presidente de comissão ou membro da Mesa, por exemplo). Estrutura:

- Local e data.
- Endereçamento, com forma de tratamento, destinatário, cargo e endereço.
- Vocativo.
- Texto.
- Fecho.
- Assinatura: nome e, quando necessário, função ou cargo.

Se o gabinete usar cartas com frequência, poderá numerá-las. Nesse caso, a numeração poderá apoiar-se no padrão básico de diagramação.

O fecho da carta segue, em geral, o padrão da correspondência oficial, mas outros fechos podem ser usados, a exemplo de “Cor-dialmente”, quando se deseja indicar relação de proximidade ou igualdade de posição entre os correspondentes.

Declaração

É o documento em que se informa, sob responsabilidade, algo sobre pessoa ou acontecimento. Estrutura:

- Título: DECLARAÇÃO, centralizado.
- Texto: exposição do fato ou situação declarada, com finalidade, nome do interessado em destaque (em maiúsculas) e sua relação com a Câmara nos casos mais formais.
- Local e data.
- Assinatura: nome da pessoa que declara e, no caso de autoridade, função ou cargo.

A declaração documenta uma informação prestada por autoridade ou particular. No caso de autoridade, a comprovação do fato ou o conhecimento da situação declarada deve ser razão do cargo que ocupa ou da função que exerce.

Declarações que possuam características específicas podem receber uma qualificação, a exemplo da “declaração funcional”.

Obs: Modelo no final da matéria.



Despacho

É o pronunciamento de autoridade administrativa em petição que lhe é dirigida, ou ato relativo ao andamento do processo. Pode ter caráter decisório ou apenas de expediente. Estrutura:

- Nome do órgão principal e secundário.
- Número do processo.
- Data.
- Texto.
- Assinatura e função ou cargo da autoridade.

O despacho pode constituir-se de uma palavra, de uma expressão ou de um texto mais longo.

Obs: Modelo no final da matéria.

Ordem de Serviço

É o instrumento que encerra orientações detalhadas e/ou pontuais para a execução de serviços por órgãos subordinados da Administração. Estrutura:

- Título: ORDEM DE SERVIÇO, numeração e data.
- Preâmbulo e fundamentação: denominação da autoridade que expede o ato (em maiúsculas) e citação da legislação pertinente ou por força das prerrogativas do cargo, seguida da palavra “resolve”.
- Texto: desenvolvimento do assunto, que pode ser dividido em itens, incisos, alíneas etc.
- Assinatura: nome da autoridade competente e indicação da função.

A Ordem de Serviço se assemelha à Portaria, porém possui caráter mais específico e detalhista. Objetiva, essencialmente, a otimização e a racionalização de serviços.

Obs: Modelo no final da matéria.

Parecer

É a opinião fundamentada, emitida em nome pessoal ou de órgão administrativo, sobre tema que lhe haja sido submetido para análise e competente pronunciamento. Visa fornecer subsídios para tomada de decisão. Estrutura:

- Número de ordem (quando necessário).
- Número do processo de origem.
- Ementa (resumo do assunto).
- Texto, compreendendo: Histórico ou relatório (introdução); Parecer (desenvolvimento com razões e justificativas); Fecho opinativo (conclusão).
- Local e data.
- Assinatura, nome e função ou cargo do parecerista.

Além do Parecer Administrativo, acima conceituado, existe o Parecer Legislativo, que é uma proposição, e, como tal, definido no art. 126 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O desenvolvimento do parecer pode ser dividido em tantos itens (e estes intitulados) quantos bastem ao parecerista para o fim de melhor organizar o assunto, imprimindo-lhe clareza e didatismo.

Obs: Modelo no final da matéria.

Portaria

É o ato administrativo pelo qual a autoridade estabelece regras, baixa instruções para aplicação de leis ou trata da organização e do funcionamento de serviços dentro de sua esfera de competência. Estrutura:

- Título: PORTARIA, numeração e data.
- Ementa: síntese do assunto.



- Preâmbulo e fundamentação: denominação da autoridade que expede o ato e citação da legislação pertinente, seguida da palavra “resolve”.

- Texto: desenvolvimento do assunto, que pode ser dividido em artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens.
- Assinatura: nome da autoridade competente e indicação do cargo.

Certas portarias contêm considerandos, com as razões que justificam o ato. Neste caso, a palavra “resolve” vem depois deles.

A ementa justifica-se em portarias de natureza normativa.

Em portarias de matéria rotineira, como nos casos de nomeação e exoneração, por exemplo, suprime-se a ementa.

Obs: Modelo no final da matéria.

Relatório

É o relato expositivo, detalhado ou não, do funcionamento de uma instituição, do exercício de atividades ou acerca do desenvolvimento de serviços específicos num determinado período. Estrutura:

- Título RELATÓRIO ou RELATÓRIO DE...

- Texto registro em tópicos das principais atividades desenvolvidas, podendo ser indicados os resultados parciais e totais, com destaque, se for o caso, para os aspectos positivos e negativos do período abrangido. O cronograma de trabalho a ser desenvolvido, os quadros, os dados estatísticos e as tabelas poderão ser apresentados como anexos.

- Local e data.

- Assinatura e função ou cargo do(s) funcionário(s) relator(es).

No caso de Relatório de Viagem, aconselha-se registrar uma descrição sucinta da participação do servidor no evento (seminário, curso, missão oficial e outras), indicando o período e o trecho compreendido. Sempre que possível, o Relatório de Viagem deverá ser elaborado com vistas ao aproveitamento efetivo das informações tratadas no evento para os trabalhos legislativos e administrativos da Casa.

Quanto à elaboração de Relatório de Atividades, deve-se atentar para os seguintes procedimentos:

- abster-se de transcrever a competência formal das unidades administrativas já descritas nas normas internas;
- relatar apenas as principais atividades do órgão;
- evitar o detalhamento excessivo das tarefas executadas pelas unidades administrativas que lhe são subordinadas;
- priorizar a apresentação de dados agregados, grandes metas realizadas e problemas abrangentes que foram solucionados;
- destacar propostas que não puderam ser concretizadas, identificando as causas e indicando as prioridades para os próximos anos;

- gerar um relatório final consolidado, limitado, se possível, ao máximo de dez páginas para o conjunto da Diretoria, Departamento ou unidade equivalente.

Obs: Modelo no final da matéria.

Requerimento (Petição)

É o instrumento por meio do qual o interessado requer a uma autoridade administrativa um direito do qual se julga detentor. Estrutura:

- Vocativo, cargo ou função (e nome do destinatário), ou seja, da autoridade competente.

- Texto incluindo: Preâmbulo, contendo nome do requerente (grafado em letras maiúsculas) e respectiva qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão, documento de identidade, idade (se maior de 60 anos, para fins de preferência na tramitação do processo, segundo a Lei 10.741/03), e domicílio (caso o requerente seja servidor da Câmara dos Deputados, precedendo à qualificação civil deve ser colocado o número do registro funcional e a lotação); Exposição do pedido, de preferência indicando os fundamentos legais do requerimento e os elementos probatórios de natureza fática.

- Fecho: “Nestes termos, Pede deferimento”.

- Local e data.

- Assinatura e, se for o caso de servidor, função ou cargo.



A Constituição Federal assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder (art. 51, XXXIV, “a”), sendo que o exercício desse direito se instrumentaliza por meio de requerimento. No que concerne especificamente aos servidores públicos, a lei que institui o Regime único estabelece que o requerimento deve ser dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente (Lei nº 8.112/90, art. 105).

Protocollo

- Número progressivo.
- Data de recebimento ou de saída.
- Remetente ou destinatário.
- *Regesto*, ou seja, breve resumo do conteúdo da correspondência.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Exemplo de Ofício

(Ministério)
(Secretaria/Departamento/Setor/Entidade)
(Endereço para correspondência)
(Endereço – continuação)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

Ofício nº 524/1991/SG-PR

Brasília, 20 de maio de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado (Nome)
Câmara dos Deputados
70160-900 – Brasília – DF

3 cm

Assunto: **Demarcação de terras indígenas**

1,5 cm

297 mm

Senhor Deputado,

1. Em complemento às observações transmitidas pelo telegrama nº 154, de 24 de abril último, informo Vossa Excelência de que as medidas mencionadas em sua carta nº 6708, dirigida ao Senhor Presidente da República, estão amparadas pelo procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas instituído pelo Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991 (cópia anexa).

2. Em sua comunicação, Vossa Excelência ressalva a necessidade de que – na definição e demarcação das terras indígenas – fossem levadas em consideração as características sócio-econômicas regionais.

3. Nos termos do Decreto nº 22, a demarcação de terras indígenas deverá ser precedida de estudos e levantamentos técnicos que atendam ao disposto no art. 231, § 1º, da Constituição Federal. Os estudos deverão incluir os aspectos etno-históricos, sociológicos, cartográficos e fundiários. O exame deste último aspecto deverá ser feito conjuntamente com o órgão federal ou estadual competente.

4. Os órgãos públicos federais, estaduais e municipais deverão encaminhar as informações que julgarem pertinentes sobre a área em estudo. É igualmente assegurada a manifestação de entidades representativas da sociedade civil.

5. Os estudos técnicos elaborados pelo órgão federal de proteção ao índio serão publicados juntamente com as informações recebidas dos órgãos públicos e das entidades civis acima mencionadas.

6. Como Vossa Excelência pode verificar, o procedimento estabelecido assegura que a decisão a ser baixada pelo Ministro de Estado da Justiça sobre os limites e a demarcação de terras indígenas seja informada de todos os elementos necessários, inclusive daqueles assinalados em sua carta, com a necessária transparência e agilidade.

Atenciosamente,

(Nome)
(cargo)

210 mm



Exemplo de Aviso

Aviso nº 45/SCT-PR

Brasília, 27 de fevereiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
(Nome e cargo)

3 cm

Assunto: **Seminário sobre o uso de energia no setor público**

1,5 cm

297 mm

Senhor Ministro,

Convido Vossa Excelência a participar da sessão de abertura do Primeiro Seminário Regional sobre o Uso Eficiente de Energia no Setor Público, a ser realizado em 5 de março próximo, às 9 horas, no auditório da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, localizada no Setor de Áreas Isoladas, nesta capital.

O Seminário mencionado inclui-se nas atividades do Programa Nacional das Comissões Internas de Conservação de Energia em Órgãos Públicos, instituído pelo Decreto nº 99.656, de 26 de outubro de 1990.

Atenciosamente,

(Nome do signatário)
(cargo do signatário)

210 mm



Exemplo de Memorando

Mem. 118/DJ

Em 12 de abril de 2011

Ao Sr. Chefe do Departamento de Administração

Assunto: **Administração, Instalação de microcomputadores**

1. Nos termos do Plano Geral de Informatização, solicito a Vossa Senhoria verificar a possibilidade de que sejam instalados três microcomputadores neste Departamento.
2. Sem descer a maiores detalhes técnicos, acrescento, apenas, que o ideal seria que o equipamento fosse dotado de disco rígido e de monitor padrão EGA. Quanto a programas, haveria necessidade de dois tipos: um processador de textos e outro gerenciador de banco de dados.
3. O treinamento de pessoal para operação dos micros poderia ficar a cargo da Seção de Treinamento do Departamento de Modernização, cuja chefia já manifestou seu acordo a respeito.
4. Devo mencionar, por fim, que a informatização dos trabalhos deste Departamento ensejará racional distribuição de tarefas entre os servidores e, sobretudo, uma melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Atenciosamente,

(Nome do signatário)

297 mm

1,5 cm

210 mm



Exemplo de Exposição de Motivos de Caráter Informativo

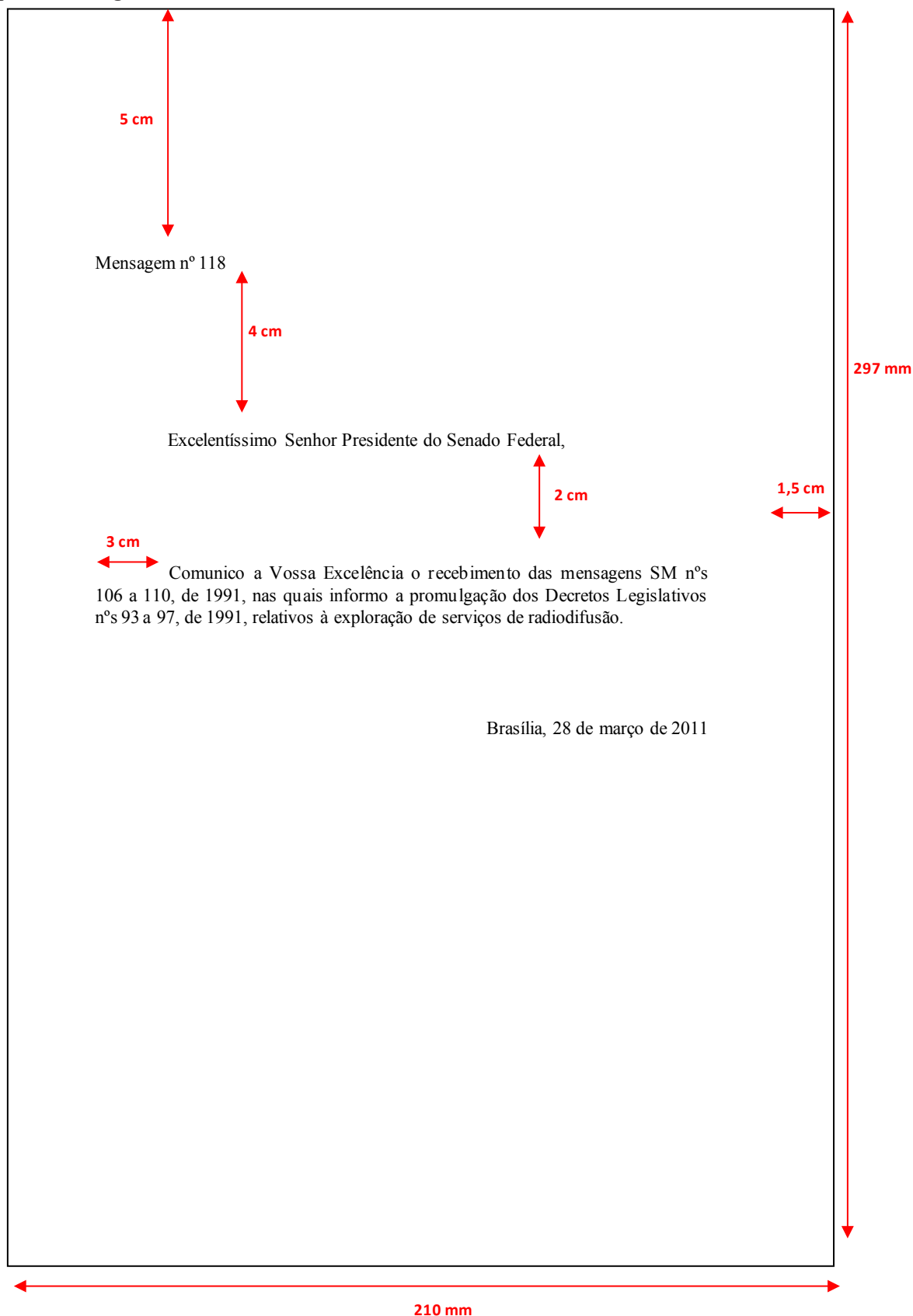
The diagram illustrates the layout of a formal letter with the following dimensions and content:

- Top margin:** 5 cm (indicated by a vertical double-headed arrow).
- Reference:** EM nº 00146/1991-MRE
- Date:** Brasília, 24 de maio de 2011
- Left margin:** 3 cm (indicated by a horizontal double-headed arrow).
- Right margin:** 1,5 cm (indicated by a horizontal double-headed arrow).
- Salutation:** Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
- Body text:**

O Presidente George Bush anunciou, no último dia 13, significativa mudança da posição norte-americana nas negociações que se realizam – na Conferência do Desarmamento, em Genebra – de uma convenção multilateral de proscrição total das armas químicas. Ao renunciar à manutenção de cerca de dois por cento de seu arsenal químico até a adesão à convenção de todos os países em condições de produzir armas químicas, os Estados Unidos reaproximaram sua postura da maioria dos quarenta países participantes do processo negociador, inclusive o Brasil, abrindo possibilidades concretas de que o tratado a ser concluído e assinado em prazo de cerca de um ano. (...)
- Closing:** Atenciosamente,
- Signature area:** (Nome)
(cargo)
- Dimensions for closing and signature:**
 - 1 cm (vertical distance from body text to closing)
 - 2,5 cm (horizontal distance from closing to signature)
 - 2,5 cm (vertical distance from closing to signature)



Exemplo de Mensagem





Exemplo de Telegrama

[órgão Expedidor]	
[setor do órgão expedidor]	
[endereço do órgão expedidor]	
Destinatário:	_____
Nº do fax de destino:	_____ Data: ____/____/____
Remetente:	_____
Tel. p/ contato:	_____ Fax/correio eletrônico: _____
Nº de páginas: esta +	_____ Nº do documento: _____
Observações:	_____

Exemplo de Apostila

APOSTILA
A Diretora da Coordenação de Secretariado Parlamentar do Departamento de Pessoal declara que o servidor José da Silva, nomeado pela Portaria CDCC-RQ001/2004, publicada no Suplemento ao Boletim Administrativo de 30 de março de 2004, teve sua situação funcional alterada, de Secretário Parlamentar Requisitado, ponto n. 123, para Secretário Parlamentar sem vínculo efetivo com o serviço público, ponto n. 105.123, a partir de 11 de abril de 2004, em face de decisão contida no Processo n. 25.001/2004.
Brasília, em 26/5/2011
Maria da Silva Diretora

Exemplo de ATA

CAMARA DOS DEPUTADOS CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO Coordenação de Publicações
ATA
As 10h15min, do dia 24 de maio de 2011, na Sala de Reunião do Cedi, a Sra. Maria da Silva, Diretora da Coordenação, deu início aos trabalhos com a leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada, sem alterações. Em prosseguimento, apresentou a pauta da reunião, com a inclusão do item “Projetos Concluídos”, sendo aprovada sem o acréscimo de novos itens. Tomou a palavra o Sr. José da Silva, Chefe da Seção de Marketing, que apresentou um breve relato das atividades desenvolvidas no trimestre, incluindo o lançamento dos novos produtos. Em seguida, o Sr. Mário dos Santos, Chefe da Tipografia, ressaltou que nos últimos meses os trabalhos enviados para publicação estavam de acordo com as normas estabelecidas, parabenizando a todos pelos resultados alcançados. Com relação aos projetos concluídos, a Diretora esclareceu que todos mantiveram-se dentro do cronograma de trabalho preestabelecido e que serão encaminhados à gráfica na próxima semana. Às 11h45min a Diretora encerrou os trabalhos, antes convocando reunião para o dia 2 de junho, quarta-feira, às 10 horas, no mesmo local. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e eu, Ana de Souza, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pela Diretora.
Diretora
Secretária



Exemplo de Despacho

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRIMEIRASECRETARIA

Processo n
Em / /200 ...

Ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, por força do disposto no inciso I do art. 70 do Regimento do Cefor, c/c o art. 95, da Lei n. 8.112/90, com parecer favorável desta Secretaria, nos termos das informações e manifestações dos órgãos técnicos da Casa.

Deputado José da Silva
PrimeiroSecretário

Exemplo de Ordem de Serviço

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CONSULTORIA TÉCNICA

ORDEM DE SERVIÇO N. 3, DE 6/6/2010

O DIRETOR DA CONSULTORIA TÉCNICA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições, resolve:

1. As salas 3 e 4 da Consultoria Técnica ficam destinadas a reuniões de trabalho com deputados, consultores e servidores dos setores de apoio da Consultoria Técnica.
2. As reuniões de trabalho serão agendadas previamente pela Diretoria da Coordenação de Serviços Gerais.

6. Havendo mais de uma solicitação de uso para o mesmo horário, será adotada a seguinte ordem de preferência:

- 1 reuniões de trabalho com a participação de deputados;
- 11 reuniões de trabalho da diretoria;
- 111 reuniões de trabalho dos consultores;

IV

V

7. O cancelamento de reunião deverá ser imediatamente comunicado à Diretoria da Coordenação de Serviços Gerais.

José da Silva
Diretor



Exemplo de Parecer

PARECER JURÍDICO

De: Departamento Jurídico
Para: Gerente Administrativo

Senhor Gerente,

Com relação à questão sobre a estabilidade provisória por gestação, ou não, da empregada Fulana de Tal, passamos a analisar o assunto.

O artigo 10, letra “b”, do ADCT, assegura estabilidade à empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Nesta hipótese, existe responsabilidade objetiva do empregador pela manutenção do emprego, ou seja, basta comprovar a gravidez no curso do contrato para que haja incidência da regra que assegura a estabilidade provisória no emprego. O fundamento jurídico desta estabilidade é a proteção à maternidade e à infância, ou seja, proteger a gestante e o nascituro, assegurando a dignidade da pessoa humana.

A confirmação da gravidez, expressão utilizada na Constituição, refere-se à afirmativa médica do estado gestacional da empregada e não exige que o empregador tenha ciência prévia da situação da gravidez. Neste sentido tem sido as reiteradas decisões do C. TST, culminando com a edição da Súmula n. 244, que assim disciplina a questão:

I - O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade. (art. 10, II, “b” do ADCT). (ex-OJ nº 88 – DJ 16.04.2004).

II - A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade. (ex-Súmula nº 244 – Res 121/2003, DJ 19.11.2003).

III - Não há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, visto que a extinção da relação de emprego, em face do término do prazo, não constitui dispensa arbitrária ou sem justa causa. (ex-OJ nº 196 - Inserida em 08.11.2000).

No caso colocado em análise, percebe-se que não havia confirmação da gestação antes da dispensa. Ao contrário, diante da suspeita de gravidez, a empresa teve o cuidado de pedir a realização de exame laboratorial, o que foi feito, não tendo sido confirmada a gravidez. A empresa só dispensou a empregada depois que lhe foi apresentado o resultado negativo do teste de gravidez. A confirmação do estado gestacional só veio após a dispensa.

Assim, para solução da questão, importante indagar se gravidez confirmada no curso aviso prévio indenizado garante ou não a estabilidade.

O TST tem decidido (Súmula 371), que a projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão de aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso. Este entendimento exclui a estabilidade provisória da gestante, quando a gravidez ocorre após a rescisão contratual.

A gravidez superveniente à dispensa, durante o aviso prévio indenizado, não assegura a estabilidade. Contudo, na hipótese dos autos, embora a gravidez tenha sido confirmada no curso do aviso prévio indenizado, certo é que a empregada já estava grávida antes da dispensa, como atestam os exames trazidos aos autos. A conclusão da ultrassonografia obstétrica afirma que em 30 de julho de 2009 a idade gestacional ecografica era de pouco mais de 13 semanais, portanto, na data do afastamento a reclamante já contava com mais de 01 mês de gravidez.

Em face do exposto, considerando os fundamentos jurídicos do instituto da estabilidade da gestante, considerando que a responsabilidade do empregador pela manutenção do emprego é objetiva e considerando que o desconhecimento do estado gravídico não impede o reconhecimento da gravidez, conclui-se que:

a) não existe estabilidade quando a gravidez ocorre na vigência do aviso prévio indenizado;

b) fica assegurada a estabilidade quando, embora confirmada no período do aviso prévio indenizado, a gravidez ocorre antes da dispensa.

De acordo com tais conclusões, entendemos que a empresa deve proceder a reintegração da empregada diante da estabilidade provisória decorrente da gestação.

É o parecer.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

(assinatura)

(nome)

(cargo)



Exemplo de Portaria

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA GERAL

PORTARIA N. 1, de 13/1/2010

Disciplina a utilização da chancela eletrônica nas requisições de passagens aéreas e diárias de viagens, autorizadas em processos administrativos no âmbito da Câmara dos Deputados e assinadas pelo Diretor Geral.

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 147, item XV, da Resolução n. 20, de 30 de novembro de 1971, resolve:

Art. 11 Fica instituído o uso da chancela eletrônica nas requisições de passagens aéreas e diárias de viagens, autorizadas em processos administrativos pela autoridade competente e assinadas pelo Diretor Geral, para parlamentar, servidor ou convidado, no âmbito da Câmara dos Deputados.

Art. 21 A chancela eletrônica, de acesso restrito, será válida se autenticada mediante código de segurança e acompanhada do atesto do Chefe de Gabinete da Diretoria Geral ou do seu primeiro substituto.

Art. 31 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida
Diretor Geral

Modelo de Relatório

CÂMARA DOS DEPUTADOS
ÓRGÃO PRINCIPAL
órgão Secundário

RELATÓRIO

Introdução

Apresentar um breve resumo das temáticas a serem abordadas. Em se tratando de relatório de viagem, indicar a denominação do evento, local e período compreendido.

Tópico 1

Atribuir uma temática para o relato a ser apresentado.

Tópico 1.1

Havendo subdivisões, os assuntos subsequentes serão apresentados hierarquizados à temática geral.

Tópico 2

Atribuir uma temática para o relato a ser apresentado.

3. Considerações finais

Brasília, de

de 201...

Nome
Função ou Cargo



Modelo de Requerimento

CÂMARA DOS DEPUTADOS
ÓRGÃO PRINCIPAL
Órgão Secundário

(Vocativo)
(Cargo ou função e nome do destinatário)

..... (nome do requerente, em maiúsculas)
..... (demais dados de qualificação), requer
.....

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília, de de 201.....

Nome
Cargo ou Função

Questões

01. Analise:

1. *Atendendo à solicitação contida no expediente acima referido, vimos encaminhar a V. S^a. as informações referentes ao andamento dos serviços sob responsabilidade deste setor.*

2. *Esclarecemos que estão sendo tomadas todas as medidas necessárias para o cumprimento dos prazos estipulados e o atingimento das metas estabelecidas.*

A redação do documento acima indica tratar-se

- (A) do encaminhamento de uma ata.
- (B) do início de um requerimento.
- (C) de trecho do corpo de um ofício.
- (D) da introdução de um relatório.
- (E) do fecho de um memorando.



02. A redação inteiramente apropriada e correta de um documento oficial é:

- (A) Estamos encaminhando à Vossa Senhoria algumas reivindicações, e esperamos poder estar sendo recebidos em vosso gabinete para discutir nossos problemas salariais.
- (B) O texto ora aprovado em sessão extraordinária prevê a redistribuição de pessoal especializado em serviços gerais para os departamentos que foram recentemente criados.
- (C) Estou encaminhando a presença de V. S^a. este jovem, muito inteligente e esperto, que lhe vai resolver os problemas do sistema de informatização de seu gabinete.
- (D) Quando se procurou resolver os problemas de pessoal aqui neste departamento, faltaram um número grande de servidores para os andamentos do serviço.
- (E) Do nosso ponto de vista pessoal, fica difícil vos informar de quais providências vão ser tomadas para resolver essa confusão que foi criado pelos manifestantes.

03. A frase cuja redação está inteiramente correta e apropriada para uma correspondência oficial é:

- (A) É com muito prazer que encaminho à V. Ex^a. Os convites para a reunião de gala deste Conselho, em que se fará homenagens a todos os ilustres membros dessa diretoria, importantíssima na execução dos nossos serviços.
- (B) Por determinação hoje de nosso Excelentíssimo Chefe do Setor, nos dirigimos a todos os de vosso gabinete, para informar de que as medidas de austeridade recomendadas por V. Sa. já está sendo tomadas, para evitar-se os atrasos dos prazos.
- (C) Estamos encaminhando a V. Sa. os resultados a que chegaram nossos analistas sobre as condições de funcionamento deste setor, bem como as providências a serem tomadas para a consecução dos serviços e o cumprimento dos prazos estipulados.
- (D) As ordens expressas a todos os funcionários é de que se possa estar tomando as medidas mais do que importantes para tornar nosso departamento mais eficiente, na agilização dos trâmites legais dos documentos que passam por aqui.
- (E) Peço com todo o respeito a V. Ex^a., que tomeis providências cabíveis para vir novos funcionários para esse nosso setor, que se encontra em condições difíceis de agilizar todos os documentos que precisamos enviar.

04. A respeito dos padrões de redação de um **ofício**, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Deve conter o número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede.
 - (B) Deve conter, no início, com alinhamento à direita, o local de onde é expedido e a data em que foi assinado.
 - (C) Deverá constar, resumidamente, o teor do assunto do documento.
 - (D) O texto deve ser redigido em linguagem clara e direta, respeitando-se a formalidade que deve haver nos expedientes oficiais.
 - (E) O fecho deverá caracterizar-se pela polidez, como por exemplo: **Agradeço a V. S^a. a atenção dispensada.**
05. Haveria coerência com as ideias do texto e respeitaria as normas de redação de documentos oficiais se o texto apresentado fosse incluído como parágrafo inicial em um ofício complementado pelo parágrafo final e os fechos apresentados a seguir.

Solicita-se, portanto, a divulgação desses dados junto aos órgãos competentes.

Atenciosamente,
Pedro Santos

Pedro Santos
Secretário do Conselho

Resposta 01-C / 02-B / 03-C / 04-E / 05-C (correta)

11. RELAÇÕES SINTÁTICO-SEMÂNTICO- -DISCURSIVAS NO PROCESSO ARGUMENTATIVO.

Argumentação

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.



Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada *“Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”*.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciatador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

A é igual a B.

A é igual a C.

Então: C é igual a A.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o **auditório**, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.



Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio “*Mais vale um pássaro na mão do que dois voando*”.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.



Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz “*A é igual a B*”, “*B é igual a C*”, “*então A é igual a C*”, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma “*Amigo de amigo meu é meu amigo*” não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapitada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente, pode ser usada pelo agressor e pelo agredido. Essas palavras podem ter valor positivo (paz, justiça, honestidade, democracia) ou vir carregadas de valor negativo (autoritarismo, degradação do meio ambiente, injustiça, corrupção).

- Uso de afirmações tão amplas, que podem ser derrubadas por um único contra exemplo. Quando se diz “*Todos os políticos são ladrões*”, basta um único exemplo de político honesto para destruir o argumento.

- Emprego de noções científicas sem nenhum rigor, fora do contexto adequado, sem o significado apropriado, vulgarizando-as e atribuindo-lhes uma significação subjetiva e grosseira. É o caso, por exemplo, da frase “*O imperialismo de certas indústrias não permite que outras cresçam*”, em que o termo imperialismo é descabido, uma vez que, a rigor, significa “*ação de um Estado visando a reduzir outros à sua dependência política e econômica*”.



A boa argumentação é aquela que está de acordo com a situação concreta do texto, que leva em conta os componentes envolvidos na discussão (o tipo de pessoa a quem se dirige a comunicação, o assunto, etc).

Convém ainda alertar que não se convence ninguém com manifestações de sinceridade do autor (como eu, que não costumo mentir...) ou com declarações de certeza expressas em fórmulas feitas (como estou certo, creio firmemente, é claro, é óbvio, é evidente, afirmo com toda a certeza, etc). Em vez de prometer, em seu texto, sinceridade e certeza, autenticidade e verdade, o enunciador deve construir um texto que revele isso. Em outros termos, essas qualidades não se prometem, manifestam-se na ação.

A argumentação é a exploração de recursos para fazer parecer verdadeiro aquilo que se diz num texto e, com isso, levar a pessoa a que texto é endereçado a crer naquilo que ele diz.

Um texto dissertativo tem um assunto ou tema e expressa um ponto de vista, acompanhado de certa fundamentação, que inclui a argumentação, questionamento, com o objetivo de persuadir. Argumentar é o processo pelo qual se estabelecem relações para chegar à conclusão, com base em premissas. Persuadir é um processo de convencimento, por meio da argumentação, no qual procura-se convencer os outros, de modo a influenciar seu pensamento e seu comportamento.

A persuasão pode ser válida e não válida. Na persuasão válida, expõem-se com clareza os fundamentos de uma ideia ou proposição, e o interlocutor pode questionar cada passo do raciocínio empregado na argumentação. A persuasão não válida apoia-se em argumentos subjetivos, apelos subliminares, chantagens sentimentais, com o emprego de “apelações”, como a inflexão de voz, a mímica e até o choro.

Alguns autores classificam a dissertação em duas modalidades, expositiva e argumentativa. Esta, exige argumentação, razões a favor e contra uma ideia, ao passo que a outra é informativa, apresenta dados sem a intenção de convencer. Na verdade, a escolha dos dados levantados, a maneira de expô-los no texto já revelam uma “tomada de posição”, a adoção de um ponto de vista na dissertação, ainda que sem a apresentação explícita de argumentos. Desse ponto de vista, a dissertação pode ser definida como discussão, debate, questionamento, o que implica a liberdade de pensamento, a possibilidade de discordar ou concordar parcialmente. A liberdade de questionar é fundamental, mas não é suficiente para organizar um texto dissertativo. É necessária também a exposição dos fundamentos, os motivos, os porquês da defesa de um ponto de vista.

Pode-se dizer que o homem vive em permanente atitude argumentativa. A argumentação está presente em qualquer tipo de discurso, porém, é no texto dissertativo que ela melhor se evidencia.

Para discutir um tema, para confrontar argumentos e posições, é necessária a capacidade de conhecer outros pontos de vista e seus respectivos argumentos. Uma discussão impõe, muitas vezes, a análise de argumentos opostos, antagônicos. Como sempre, essa capacidade aprende-se com a prática. Um bom exercício para aprender a argumentar e contra-argumentar consiste em desenvolver as seguintes habilidades:

- **argumentação**: anotar todos os argumentos a favor de uma ideia ou fato; imaginar um interlocutor que adote a posição totalmente contrária;
- **contra-argumentação**: imaginar um diálogo-debate e quais os argumentos que essa pessoa imaginária possivelmente apresentaria contra a argumentação proposta;
- **refutação**: argumentos e razões contra a argumentação oposta.

A argumentação tem a finalidade de persuadir, portanto, argumentar consiste em estabelecer relações para tirar conclusões válidas, como se procede no método dialético. O método dialético não envolve apenas questões ideológicas, geradoras de polêmicas. Trata-se de um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno em questão e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Descartes (1596-1650), filósofo e pensador francês, criou o método de raciocínio silogístico, baseado na dedução, que parte do simples para o complexo. Para ele, verdade e evidência são a mesma coisa, e pelo raciocínio torna-se possível chegar a conclusões verdadeiras, desde que o assunto seja pesquisado em partes, começando-se pelas proposições mais simples até alcançar, por meio de deduções, a conclusão final. Para a linha de raciocínio cartesiana, é fundamental determinar o problema, dividi-lo em partes, ordenar os conceitos, simplificando-os, enumerar todos os seus elementos e determinar o lugar de cada um no conjunto da dedução.

A lógica cartesiana, até os nossos dias, é fundamental para a argumentação dos trabalhos acadêmicos. Descartes propôs quatro regras básicas que constituem um conjunto de reflexos vitais, uma série de movimentos sucessivos e contínuos do espírito em busca da verdade:

- evidência;
- divisão ou análise;
- ordem ou dedução;
- enumeração.

A enumeração pode apresentar dois tipos de falhas: a omissão e a incompreensão. Qualquer erro na enumeração pode quebrar o encadeamento das ideias, indispensável para o processo dedutivo.



A forma de argumentação mais empregada na redação acadêmica é o *silogismo*, raciocínio baseado nas regras cartesianas, que contém três proposições: *duas premissas*, maior e menor, e a *conclusão*. As três proposições são encadeadas de tal forma, que a conclusão é deduzida da maior por intermédio da menor. A premissa maior deve ser universal, emprega *todo*, *nenhum*, *pois alguns* não caracteriza a universalidade.

Há dois métodos fundamentais de raciocínio: a *dedução* (silogística), que parte do geral para o particular, e a *indução*, que vai do particular para o geral. A expressão formal do método dedutivo é o silogismo. A dedução é o caminho das consequências, baseia-se em uma conexão descendente (do geral para o particular) que leva à conclusão. Segundo esse método, partindo-se de teorias gerais, de verdades universais, pode-se chegar à previsão ou determinação de fenômenos particulares. O percurso do raciocínio vai da causa para o efeito. Exemplo:

Todo homem é mortal (premissa maior = geral, universal)
Fulano é homem (premissa menor = particular)
Logo, Fulano é mortal (conclusão)

A indução percorre o caminho inverso ao da dedução, baseia-se em uma conexão ascendente, do particular para o geral. Nesse caso, as constatações particulares levam às leis gerais, ou seja, parte de fatos particulares conhecidos para os fatos gerais, desconhecidos. O percurso do raciocínio se faz do *efeito* para a *causa*. Exemplo:

O calor dilata o ferro (particular)
O calor dilata o bronze (particular)
O calor dilata o cobre (particular)
O ferro, o bronze, o cobre são metais
Logo, o calor dilata metais (geral, universal)

Quanto a seus aspectos formais, o silogismo pode ser válido e verdadeiro; a conclusão será verdadeira se as duas premissas também o forem. Se há erro ou equívoco na apreciação dos fatos, pode-se partir de premissas verdadeiras para chegar a uma conclusão falsa. Tem-se, desse modo, o **sofisma**. Uma definição inexata, uma divisão incompleta, a ignorância da causa, a falsa analogia são algumas causas do sofisma. O sofisma pressupõe má fé, intenção deliberada de enganar ou levar ao erro; quando o sofisma não tem essas intenções propositais, costuma-se chamar esse processo de argumentação de **paralogismo**. Encontra-se um exemplo simples de sofisma no seguinte diálogo:

- Você concorda que possui uma coisa que não perdeu?
- Lógico, concordo.
- Você perdeu um brilhante de 40 quilates?
- Claro que não!
- Então você possui um brilhante de 40 quilates...

Exemplos de sofismas:

Dedução

Todo professor tem um diploma (geral, universal)
Fulano tem um diploma (particular)
Logo, fulano é professor (geral – conclusão falsa)

Indução

O Rio de Janeiro tem uma estátua do Cristo Redentor. (particular)
Taubaté (SP) tem uma estátua do Cristo Redentor. (particular)
Rio de Janeiro e Taubaté são cidades.
Logo, toda cidade tem uma estátua do Cristo Redentor. (geral – conclusão falsa)

Nota-se que as premissas são verdadeiras, mas a conclusão pode ser falsa. Nem todas as pessoas que têm diploma são professores; nem todas as cidades têm uma estátua do Cristo Redentor. Comete-se erro quando se faz generalizações apressadas ou infundadas. A “simples inspeção” é a ausência de análise ou análise superficial dos fatos, que leva a pronunciamentos subjetivos, baseados nos sentimentos não ditados pela razão.



Tem-se, ainda, outros métodos, subsidiários ou não fundamentais, que contribuem para a descoberta ou comprovação da verdade: análise, síntese, classificação e definição. Além desses, existem outros métodos particulares de algumas ciências, que adaptam os processos de dedução e indução à natureza de uma realidade particular. Pode-se afirmar que cada ciência tem seu método próprio demonstrativo, comparativo, histórico etc. A análise, a síntese, a classificação e a definição são chamadas métodos sistemáticos, porque pela organização e ordenação das ideias visam sistematizar a pesquisa.

Análise e síntese são dois processos opostos, mas interligados; a análise parte do todo para as partes, a síntese, das partes para o todo. A análise precede a síntese, porém, de certo modo, uma depende da outra. A análise decompõe o todo em partes, enquanto a síntese recompõe o todo pela reunião das partes. Sabe-se, porém, que o todo não é uma simples justaposição das partes. Se alguém reunisse todas as peças de um relógio, não significa que reconstruiu o relógio, pois fez apenas um amontoado de partes. Só reconstruiria todo se as partes estivessem organizadas, devidamente combinadas, seguida uma ordem de relações necessárias, funcionais, então, o relógio estaria reconstruído.

Síntese, portanto, é o processo de reconstrução do todo por meio da integração das partes, reunidas e relacionadas num conjunto. Toda síntese, por ser uma reconstrução, pressupõe a análise, que é a decomposição. A análise, no entanto, exige uma decomposição organizada, é preciso saber como dividir o todo em partes. As operações que se realizam na análise e na síntese podem ser assim relacionadas:

Análise: penetrar, decompor, separar, dividir.

Síntese: integrar, recompor, juntar, reunir.

A análise tem importância vital no processo de coleta de ideias a respeito do tema proposto, de seu desdobramento e da criação de abordagens possíveis. A síntese também é importante na escolha dos elementos que farão parte do texto.

Segundo Garcia (1973, p.300), a análise pode ser *formal ou informal*. A análise formal pode ser científica ou experimental; é característica das ciências matemáticas, físico-naturais e experimentais. A análise informal é racional ou total, consiste em “discernir” por vários atos distintos da atenção os elementos constitutivos de um todo, os diferentes caracteres de um objeto ou fenômeno.

A análise decompõe o todo em partes, a classificação estabelece as necessárias relações de dependência e hierarquia entre as partes. Análise e classificação ligam-se intimamente, a ponto de se confundir uma com a outra, contudo são procedimentos diversos: análise é decomposição e classificação é hierarquização.

Nas ciências naturais, classificam-se os seres, fatos e fenômenos por suas diferenças e semelhanças; fora das ciências naturais, a classificação pode-se efetuar por meio de um processo mais ou menos arbitrário, em que os caracteres comuns e diferenciadores são empregados de modo mais ou menos convencional. A classificação, no reino animal, em ramos, classes, ordens, subordens, gêneros e espécies, é um exemplo de classificação natural, pelas características comuns e diferenciadoras. A classificação dos variados itens integrantes de uma lista mais ou menos caótica é artificial.

Exemplo: aquecedor, automóvel, barbeador, batata, caminhão, canário, jipe, leite, ônibus, pão, pardal, pintassilgo, queijo, relógio, sabiá, torradeira.

Aves: Canário, Pardal, Pintassilgo, Sabiá.

Alimentos: Batata, Leite, Pão, Queijo.

Mecanismos: Aquecedor, Barbeador, Relógio, Torradeira.

Veículos: Automóvel, Caminhão, Jipe, Ônibus.

Os elementos desta lista foram classificados por ordem alfabética e pelas afinidades comuns entre eles. Estabelecer critérios de classificação das ideias e argumentos, pela ordem de importância, é uma habilidade indispensável para elaborar o desenvolvimento de uma redação. Tanto faz que a ordem seja crescente, do fato mais importante para o menos importante, ou decrescente, primeiro o menos importante e, no final, o impacto do mais importante; é indispensável que haja uma lógica na classificação. A elaboração do plano compreende a classificação das partes e subdivisões, ou seja, os elementos do plano devem obedecer a uma hierarquização. (Garcia, 1973, p. 302304.)

Para a clareza da dissertação, é indispensável que, logo na introdução, os termos e conceitos sejam definidos, pois, para expressar um questionamento, deve-se, de antemão, expor clara e racionalmente as posições assumidas e os argumentos que as justificam. É muito importante deixar claro o campo da discussão e a posição adotada, isto é, esclarecer não só o assunto, mas também os pontos de vista sobre ele.

A definição tem por objetivo a exatidão no emprego da linguagem e consiste na enumeração das qualidades próprias de uma ideia, palavra ou objeto. Definir é classificar o elemento conforme a espécie a que pertence, demonstra: a característica que o diferencia dos outros elementos dessa mesma espécie.

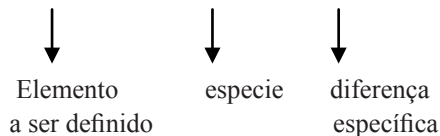


Entre os vários processos de exposição de ideias, a definição é um dos mais importantes, sobretudo no âmbito das ciências. A definição científica ou didática é denotativa, ou seja, atribui às palavras seu sentido usual ou consensual, enquanto a conotativa ou metafórica emprega palavras de sentido figurado. Segundo a lógica tradicional aristotélica, a definição consta de três elementos:

- o termo a ser definido;
- o gênero ou espécie;
- a diferença específica.

O que distingue o termo definido de outros elementos da mesma espécie. Exemplo:

Na frase: O homem é um animal racional classifica-se:



É muito comum formular definições de maneira defeituosa, por exemplo: *Análise é quando a gente decompõe o todo em partes*. Esse tipo de definição é gramaticalmente incorreto; *quando* é advérbio de tempo, não representa o gênero, a espécie, *a gente* é forma coloquial não adequada à redação acadêmica. Tão importante é saber formular uma definição, que se recorre a Garcia (1973, p.306), para determinar os "requisitos da definição denotativa". Para ser exata, a definição deve apresentar os seguintes requisitos:

- o termo deve realmente pertencer ao gênero ou classe em que está incluído: "*mesa é um móvel*" (classe em que 'mesa' está realmente incluída) e não "*mesa é um instrumento ou ferramenta ou instalação*";
- o gênero deve ser suficientemente amplo para incluir todos os exemplos específicos da coisa definida, e suficientemente restrito para que a diferença possa ser percebida sem dificuldade;
- deve ser obrigatoriamente afirmativa: não há, em verdade, definição, quando se diz que o "*triângulo não é um prisma*";
- deve ser recíproca: "*O homem é um ser vivo*" não constitui definição exata, porque a recíproca, "*Todo ser vivo é um homem*" não é verdadeira (o gato é ser vivo e não é homem);
- deve ser breve (contida num só período). Quando a definição, ou o que se pretenda como tal, é muito longa (séries de períodos ou de parágrafos), chama-se explicação, e também definição expandida;
- deve ter uma estrutura gramatical rígida: sujeito (o termo) + cópula (verbo de ligação ser) + predicativo (o gênero) + adjuntos (as diferenças).

As definições dos dicionários de língua são feitas por meio de paráfrases definitórias, ou seja, uma operação metalinguística que consiste em estabelecer uma relação de equivalência entre a palavra e seus significados.

A força do texto dissertativo está em sua fundamentação. Sempre é fundamental procurar um porquê, uma razão verdadeira e necessária. A verdade de um ponto de vista deve ser demonstrada com argumentos válidos. O ponto de vista mais lógico e racional do mundo não tem valor, se não estiver acompanhado de uma fundamentação coerente e adequada.

Os métodos fundamentais de raciocínio segundo a lógica clássica, que foram abordados anteriormente, auxiliam o julgamento da validade dos fatos. Às vezes, a argumentação é clara e pode reconhecer-se facilmente seus elementos e suas relações; outras vezes, as premissas e as conclusões organizam-se de modo livre, misturando-se na estrutura do argumento. Por isso, é preciso aprender a reconhecer os elementos que constituem um argumento: *premissas/conclusões*. Depois de reconhecer, verificar se tais elementos são verdadeiros ou falsos; em seguida, avaliar se o argumento está expresso corretamente; se há coerência e adequação entre seus elementos, ou se há contradição. Para isso é que se aprende os processos de raciocínio por dedução e por indução. Admitindo-se que raciocinar é relacionar, conclui-se que o argumento é um tipo específico de relação entre as premissas e a conclusão.

Procedimentos Argumentativos: Constituem os procedimentos argumentativos mais empregados para comprovar uma afirmação: exemplificação, explicitação, enumeração, comparação.

Exemplificação: Procura justificar os pontos de vista por meio de exemplos, hierarquizar afirmações. São expressões comuns nesse tipo de procedimento: *mais importante que, superior a, de maior relevância que*. Empregam-se também dados estatísticos, acompanhados de expressões: *considerando os dados; conforme os dados apresentados*. Faz-se a exemplificação, ainda, pela apresentação de causas e consequências, usando-se comumente as expressões: *porque, porquanto, pois que, uma vez que, visto que, por causa de, em virtude de, em vista de, por motivo de*.



Explicitação: O objetivo desse recurso argumentativo é explicar ou esclarecer os pontos de vista apresentados. Pode-se alcançar esse objetivo pela definição, pelo testemunho e pela interpretação. Na explicitação por definição, empregam-se expressões como: *quer dizer, denomina-se, chama-se, na verdade, isto é, haja vista, ou melhor*; nos testemunhos são comuns as expressões: *conforme, segundo, na opinião de, no parecer de, consoante as ideias de, no entender de, no pensamento de*. A explicitação se faz também pela interpretação, em que são comuns as seguintes expressões: *parece, assim, desse ponto de vista*.

Enumeração: Faz-se pela apresentação de uma sequência de elementos que comprovam uma opinião, tais como a enumeração de pormenores, de fatos, em uma sequência de tempo, em que são frequentes as expressões: *primeiro, segundo, por último, antes, depois, ainda, em seguida, então, presentemente, antigamente, depois de, antes de, atualmente, hoje, no passado, sucessivamente, respectivamente*. Na enumeração de fatos em uma sequência de espaço, empregam-se as seguintes expressões: *cá, lá, acolá, ali, aí, além, adiante, perto de, ao redor de, no Estado tal, na capital, no interior, nas grandes cidades, no sul, no leste...*

Comparação: Analogia e contraste são as duas maneiras de se estabelecer a comparação, com a finalidade de comprovar uma ideia ou opinião. Na analogia, são comuns as expressões: *da mesma forma, tal como, tanto quanto, assim como, igualmente*. Para estabelecer contraste, empregam-se as expressões: *mais que, menos que, melhor que, pior que*.

Entre outros tipos de argumentos empregados para aumentar o poder de persuasão de um texto dissertativo encontram-se:

Argumento de autoridade: O saber notório de uma autoridade reconhecida em certa área do conhecimento dá apoio a uma afirmação. Dessa maneira, procura-se trazer para o enunciado a credibilidade da autoridade citada. Lembre-se que as citações literais no corpo de um texto constituem argumentos de autoridade. Ao fazer uma citação, o enunciador situa os enunciados nela contidos na linha de raciocínio que ele considera mais adequada para explicar ou justificar um fato ou fenômeno. Esse tipo de argumento tem mais caráter confirmatório que comprobatório.

Apoio na consensualidade: Certas afirmações dispensam explicação ou comprovação, pois seu conteúdo é aceito como válido por consenso, pelo menos em determinado espaço sociocultural. Nesse caso, incluem-se

- A declaração que expressa uma verdade universal (o homem, mortal, aspira à imortalidade);
- A declaração que é evidente por si mesma (caso dos postulados e axiomas);
- Quando escapam ao domínio intelectual, ou seja, é de natureza subjetiva ou sentimental (o amor tem razões que a própria razão desconhece); implica apreciação de ordem estética (gosto não se discute); diz respeito a fê religiosa, aos dogmas (creio, ainda que parece absurdo).

Comprovação pela experiência ou observação: A verdade de um fato ou afirmação pode ser comprovada por meio de dados concretos, estatísticos ou documentais.

Comprovação pela fundamentação lógica: A comprovação se realiza por meio de argumentos racionais, baseados na lógica: causa/efeito; consequência/causa; condição/ocorrência.

Fatos não se discutem; discutem-se opiniões. As declarações, julgamento, pronunciamentos, apreciações que expressam opiniões pessoais (não subjetivas) devem ter sua validade comprovada, e só os fatos provam. Em resumo toda afirmação ou juízo que expresse uma opinião pessoal só terá validade se fundamentada na evidência dos fatos, ou seja, se acompanhada de provas, validade dos argumentos, porém, pode ser contestada por meio da contra-argumentação ou refutação. São vários os processos de contra-argumentação:

Refutação pelo absurdo: refuta-se uma afirmação demonstrando o absurdo da consequência. Exemplo clássico é a contraargumentação do cordeiro, na conhecida fábula “O lobo e o cordeiro”;

Refutação por exclusão: consiste em propor várias hipóteses para eliminá-las, apresentando-se, então, aquela que se julga verdadeira;

Desqualificação do argumento: atribui-se o argumento à opinião pessoal subjetiva do enunciador, restringindo-se a universalidade da afirmação;

Ataque ao argumento pelo testemunho de autoridade: consiste em refutar um argumento empregando os testemunhos de autoridade que contrariam a afirmação apresentada;



Desqualificar dados concretos apresentados: consiste em desautorizar dados reais, demonstrando que o enunciador baseou-se em dados corretos, mas tirou conclusões falsas ou inconsequentes. Por exemplo, se na argumentação afirmou-se, por meio de dados estatísticos, que “o controle demográfico produz o desenvolvimento”, afirma-se que a conclusão é inconsequente, pois baseia-se em uma relação de causa-feito difícil de ser comprovada. Para contraargumentar, propõe-se uma relação inversa: “o desenvolvimento é que gera o controle demográfico”.

Apresentam-se aqui *sugestões*, um dos roteiros possíveis para desenvolver um tema, que podem ser analisadas e adaptadas ao desenvolvimento de outros temas. Elege-se um tema, e, em seguida, sugerem-se os procedimentos que devem ser adotados para a elaboração de um Plano de Redação.

Tema: ***O homem e a máquina: necessidade e riscos da evolução tecnológica***

- Questionar o tema, transformá-lo em interrogação, responder a interrogação (assumir um ponto de vista); dar o porquê da resposta, justificar, criando um argumento básico;
- Imaginar um ponto de vista oposto ao argumento básico e construir uma contra-argumentação; pensar a forma de refutação que poderia ser feita ao argumento básico e tentar desqualificá-la (rever tipos de argumentação);
- Refletir sobre o contexto, ou seja, fazer uma coleta de ideias que estejam direta ou indiretamente ligadas ao tema (as ideias podem ser listadas livremente ou organizadas como causa e consequência);
- Analisar as ideias anotadas, sua relação com o tema e com o argumento básico;
- Fazer uma seleção das ideias pertinentes, escolhendo as que poderão ser aproveitadas no texto; essas ideias transformam-se em argumentos auxiliares, que explicam e corroboram a ideia do argumento básico;
- Fazer um esboço do Plano de Redação, organizando uma sequência na apresentação das ideias selecionadas, obedecendo às partes principais da estrutura do texto, que poderia ser mais ou menos a seguinte:

Introdução

- função social da ciência e da tecnologia;
- definições de ciência e tecnologia;
- indivíduo e sociedade perante o avanço tecnológico.

Desenvolvimento

- apresentação de aspectos positivos e negativos do desenvolvimento tecnológico;
- como o desenvolvimento científico-tecnológico modificou as condições de vida no mundo atual;
- a tecnocracia: oposição entre uma sociedade tecnologicamente desenvolvida e a dependência tecnológica dos países subdesenvolvidos;
- enumerar e discutir os fatores de desenvolvimento social;
- comparar a vida de hoje com os diversos tipos de vida do passado; apontar semelhanças e diferenças;
- analisar as condições atuais de vida nos grandes centros urbanos;
- como se poderia usar a ciência e a tecnologia para humanizar mais a sociedade.

Conclusão

- a tecnologia pode libertar ou escravizar: benefícios/consequências maléficas;
- síntese interpretativa dos argumentos e contra-argumentos apresentados.

Naturalmente esse não é o único, nem o melhor plano de redação: é um dos possíveis.

Discurso Direto, Indireto e Indireto Livre

Num texto, as personagens falam, conversam entre si, expõem ideias. Quando o narrador conta o que elas disseram, insere na narrativa uma fala que não é de sua autoria, cita o discurso alheio. Há três maneiras principais de reproduzir a fala das personagens: o discurso direto, o discurso indireto e o discurso indireto livre.



Discurso Direto

“Longe do olhos...”

- Meu pai! Disse João Aguiar com um tom de ressentimento que fez pasmar o comendador.

- Que é? Perguntou este.

João Aguiar não respondeu. O comendador arrugou a testa e interrogou o roto mudo do filho. Não leu, mais adivinhou alguma coisa desastrosa; desastrosa, entenda-se, para os cálculos conjunto-políticos ou políticos-conjugais, como melhor nome haja.

- Dar-se-á caso que... começou a dizer comendador.

- Que eu namore? Interrompeu galhofeiramente o filho.

Machado de Assis. Contos. 26ª Ed. São Paulo, Ática, 2002, p. 43.

O narrador introduz a fala das personagens, um pai e um filho, e, em seguida, como quem passa a palavra a elas e as deixa falar. Vemos que as partes introdutórias pertencem ao narrador (por exemplo, disse João Aguiar com um tom de ressentimento que faz pasmar o comendador) e as falas, às personagens, (por exemplo, Meu pai!).

O discurso direto é o expediente de citação do discurso alheio pela qual o narrador introduz o discurso do outro e, depois, reproduz literalmente a fala dele.

As marcas do discurso são:

- A fala das personagens é, de princípio, anunciada por um verbo (disse e interrompeu no caso do filho e perguntou e começou a dizer no caso do pai) denominado “*verbo de dizer*” (como recrutar, retorquir, afirmar, *obtem-perar* declarar e outros do mesmo tipo), que pode vir antes, no meio ou depois da fala das personagens (no nosso caso, veio depois);

- A fala das personagens aparece nitidamente separada da fala do narrador, por aspas, dois pontos, travessão ou vírgula;

- Os pronomes pessoais, os tempos verbais e as palavras que indicam espaço e tempo (por exemplo, pronomes demonstrativos e advérbios de lugar e de tempo) são usados em relação à pessoa da personagem, ao momento em que ela fala diz “eu”, o espaço em que ela se encontra é o aqui e o tempo em que fala é o agora.

Discurso Indireto

Observemos um fragmento do mesmo conto de Machado de Assis:

“Um dia, Serafina recebeu uma carta de Tavares dizendo-lhe que não voltaria mais à casa de seu pai, por este lhe haver mostrado má cara nas últimas vezes que ele lá estivera.”

Idem. Ibidem, p. 48.

Nesse caso o narrador para citar que Tavares disse a Serafina, usa o outro procedimento: não reproduz literalmente as palavras de Tavares, mas comunica, com suas palavras, o que a personagem diz. A fala de Tavares não chega ao leitor diretamente, mas por via indireta, isto é, por meio das palavras do narrador. Por essa razão, esse expediente é chamado discurso indireto.

As principais marcas do discurso indireto são:

- As falas das personagens também vem introduzidas por um verbo de dizer;

- As falas das personagens constituem oração subordinada substantiva objetiva direta do verbo de dizer e, portanto, são separadas da fala do narrador por uma partícula introdutória normalmente “que” ou “se”;

- Os pronomes pessoais, os tempos verbais e as palavras que indicam espaço e tempo (como pronomes demonstrativos e advérbios de lugar e de tempo) são usados em relação a narrador, ao momento em que ele fala e ao espaço em que está.

Passagem do Discurso Direto para o Discurso Indireto

Pedro disse:

- Eu estarei aqui amanhã.

No discurso direto, o personagem Pedro diz “eu”; o “aqui” é o lugar em que a personagem está; “amanhã” é o dia seguinte ao que ele fala. Se passarmos essa frase para o discurso indireto ficará assim:

Pedro disse que estaria lá no dia seguinte.



No discurso indireto, o “eu” passa a ele porque é alguém de quem o narrador fala; estaria é futuro do pretérito: é um tempo relacionado ao pretérito da fala do narrador (disse), e não ao presente da fala do personagem, como estarei; lá é o espaço em que a personagem (e não o narrador) havia de estar; no dia seguinte é o dia que vem após o momento da fala da personagem designada por ele.

Na passagem do discurso direto para o indireto, deve-se observar as frases que no discurso direto tem as formas interrogativas, exclamativa ou imperativa convertem-se, no discurso indireto, em orações declarativas.

Ela me perguntou: quem está aí?

Ela me perguntou quem estava lá.

As interjeições e os vocativos do discurso direto desaparecem no discurso indireto ou tem seu valor semântico explicitado, isto é, traduz-se o significado que elas expressam.

O papagaio disse: Oh! Lá vem a raposa.

O papagaio disse admirado (explicitação do valor semântico da interjeição oh!) ***que ao longe vinha a raposa.***

Se o discurso citado (fala da personagem) comporta um “eu” ou um “tu” que não se encontram entre as pessoas do discurso citante (fala do narrador), eles são convertidos num “ele”, se o discurso citado contém um “aqui” não corresponde ao lugar em que foi proferido o discurso citante, ele é convertido num “lá”.

Pedro disse lá em Paris: - Aqui eu me sinto bem.

Eu (pessoa do discurso citado que não se encontra no discurso citante) converte-se em ele; aqui (espaço do discurso citado que é diferente do lugar em que foi proferido o discurso citante) transforma-se em lá:

- Pedro disse que lá ele se sentia bem.

Se a pessoa do discurso citado, isto é, da fala da personagem (eu, tu, ele) tem um correspondente no discurso citante, ela ocupa o estatuto que tem nesse último.

Maria declarou-me: - Eu te amo.

O “te” do discurso citado corresponde ao “me” do citante. Por isso, “te” passa a “me”:

- Maria declarou-me que me amava.

No que se refere aos tempos, o mais comum é o que o verbo de dizer esteja no presente ou no pretérito perfeito. Quando o verbo de dizer estiver no presente e o da fala da personagem estiver no presente, pretérito ou futuro do presente, os tempos mantêm-se na passagem do discurso direto para o indireto. Se o verbo de dizer estiver no pretérito perfeito, as alterações que ocorrerão na fala da personagem são as seguintes:

Discurso Direto	—	Discurso Indireto
Presente	—	Pretérito Imperfeito
Pretérito Perfeito	—	Pretérito mais-que-perfeito
Futuro do Presente	—	Futuro do Pretérito

Joaquim disse: - Compro tudo isso.

- Joaquim disse que comprava tudo isso.

Joaquim disse: - Comprei tudo isso.

- Joaquim disse que comprara tudo isso.

Joaquim disse: - Comprarei tudo isso.

- Joaquim disse que compraria tudo isso.



Discurso Indireto Livre

“(...) No dia seguinte Fabiano voltou à cidade, mas ao fechar o negócio notou que as operações de Sinhá Vitória, como de costume, diferiam das do patrão. Reclamou e obteve a explicação habitual: a diferença era proveniente de juros.

Não se conformou: devia haver engano. Ele era bruto, sim senhor, via-se perfeitamente que era bruto, mas a mulher tinha miolo. Com certeza havia um erro no papel do branco. Não se descobriu o erro, e Fabiano perdeu os estribos. Passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele de mão beijada! Estava direito aquilo? Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforria!

Graciliano Ramos. Vidas secas.

28ª Ed. São Paulo, Martins, 1971, p. 136.

Nesse texto, duas vozes estão misturadas: a do narrador e a de Fabiano. Não há indicadores que delimitem muito bem onde começa a fala do narrador e onde se inicia a da personagem. Não se tem dúvida de que o período inicial está traduzido a fala do narrador. A bem verdade, até não se conformou (início do segundo parágrafo), é a voz do narrador que está comandando a narrativa. Na oração devia haver engano, já começa haver uma mistura de vozes: sob o ponto de vista das marcas gramaticais, não há nenhuma pista para se concluir, que a voz de Fabiano é que esteja sendo citada; sob o ponto de vista do significado, porém, pode-se pensar numa reclamação atribuída a ele.

Tomemos agora esse trecho: *“Ele era bruto, sim senhor, via-se perfeitamente que era bruto, mas a mulher tinha miolo. Com certeza havia um erro no papel do branco.”* Pelo conteúdo de verdade é pelo modo de dizer, tudo nos induz a vislumbrar aí a voz de Fabiano ecoando por meio do discurso do narrador. É como se o narrador, sem abandonar as marcas linguísticas próprias de sua fala, estivesse incorporando as reclamações e suspeitas da personagem, a cuja linguagem pertencem expressões do tipo bruto, sim senhor e a mulher tinha miolo. Até a repetição de palavras e uma certa entonação presumivelmente exclamativa confirmam essa inferência.

Para perceber melhor o que é o discurso indireto livre, confrontemos uma frase do texto com a correspondente em discurso direto e indireto:

- Discurso Indireto Livre

Estava direito aquilo?

- Discurso Direto

Fabiano perguntou: - Esta direito isto?

- Discurso Indireto

Fabiano perguntou se aquilo estava direito

Essa forma de citação do discurso alheio tem características próprias que são tanto do discurso direto quanto do indireto. As características do discurso indireto livre são:

- Não há verbos de dizer anunciando as falas das personagens;
- Estas não são introduzidas por partículas como “que” e “se” nem separadas por sinais de pontuação;
- O discurso indireto livre contém, como o discurso direto, orações interrogativas, imperativas e exclamativas, bem como interjeições e outros elementos expressivos;
- Os pronomes pessoais e demonstrativos, as palavras indicadoras de espaço e de tempo são usados da mesma forma que no discurso indireto. Por isso, o verbo estar, do exemplo acima, ocorre no pretérito imperfeito, e não no presente (está), como no discurso direto. Da mesma forma o pronome demonstrativo ocorre na forma aquilo, como no discurso indireto.

Funções dos diferentes modos de citar o discurso do outro

O discurso direto cria um efeito de sentido de verdade. Isso porque o leitor ou ouvinte tem a impressão de que quem cita preservou a integridade do discurso citado, ou seja, o que ele reproduziu é autêntico. É como se ouvisse a pessoa citada com suas próprias palavras e, portanto, com a mesma carga de subjetividade.

Essa modalidade de citação permite, por exemplo, que se use variante linguística da personagem como forma de fornecer pistas para caracterizá-la. Sirva de exemplo o trecho que segue, um diálogo entre personagens do meio rural, um farmacêutico e um agricultor, cuja fala é transcrita em discurso direto pelo narrador:

Um velho brônzeo apontou, em farrapos, à janela aberta o azul.



- Como vai, Elesbão?
- Sua bênção...
- Cheio de doenças?
- Sim sinhô.
- De dores, de dificuldades?
- Sim sinhô.
- De desgraças...

O farmacêutico riu com um tímpano desmesurado. Você é o Brasil. Depois Indagou:

- O que você eu Elesbão?

- To precisando de uns dinheirinho e duns gênor. Meu arroizinho tá bão, tá encanando bem. Preciso de uns mantimento pra coiêta. O sinhô pode me arranjar com Nhô Salim. Depois eu vendo o arroiz pra ele mermo.

- Você é sério, Elesbão?
- Sô sim sinhô!
- Quanto é que você deve pro Nhô Salim?
- Um tiquinho.

Oswaldo de Andrade. Marco Zero.

2ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, p. 7-8.

Quanto ao discurso indireto, pode ser de dois tipos, e cada um deles cria um efeito de sentido diverso.

- **Discurso Indireto que analisa o conteúdo:** elimina os elementos emocionais ou afetivos presentes no discurso direto, assim como as interrogações, exclamações ou formas imperativas, por isso produz um efeito de sentido de objetividade analítica. Com efeito, nele o narrador revela somente o conteúdo do discurso da personagem, e não o modo como ela diz. Com isso estabelece uma distância entre sua posição e a da personagem, abrindo caminho para a réplica e o comentário. Esse tipo de discurso indireto despersonaliza discurso citado em nome de uma objetividade analítica. Cria, assim, a impressão de que o narrador analisa o discurso citado de maneira racional e isenta de envolvimento emocional. O discurso indireto, nesse caso, não se interessa pela individualidade do falante no modo como ele diz as coisas. Por isso é a forma preferida nos textos de natureza filosófica, científica, política, etc., quando se expõe as opiniões dos outros com finalidade de criticá-las, rejeitá-las ou acolhê-las.

- **Discurso Indireto que analisa a expressão:** serve para destacar mais o modo de dizer do que o que se diz; por exemplo, as palavras típicas do vocabulário da personagem citada, a sua maneira de pronunciá-las, etc. Nesse caso, as palavras ou expressões ressaltadas aparecem entre aspas. Veja-se este exemplo. De Eça de Queirós:

...descobriria de repente, uma manhã, eu não devia trair Amaro, “porque era papá do seu Carlinhos”. E disse-o ao abade; fez corar os sessenta e quatro anos do bom velho (...).

O crime do Padre Amaro.

Porto, Lello e Irmão, s.d., vol. I, p. 314.

Imagine-se ainda que uma pessoa, querendo denunciar a forma deselegante com que fora atendida por um representante de uma empresa, tenha dito o seguinte:

A certa altura, ele me respondeu que, se eu não estivesse satisfeito, que fosse reclamar “para o bispo” e que ele já não estava “nem aí” com “tipinhos” como eu.

Em ambos os casos, as aspas são utilizadas para dar destaque a certas formas de dizer típicas das personagens citadas e para mostrar o modo como o narrador as interpreta. No exemplo de Eça de Queirós, “*porque era o papá de seu Carlinhos*” contem uma expressão da personagem Amélia e mostra certa dose de ironia e malícia do narrador. No segundo exemplo, as aspas destacam a insatisfação do narrador com a deselegância e o desprezo do funcionário para com os clientes.

O discurso indireto livre fica a meio caminho da subjetividade e da objetividade. Tem muitas funções. Por exemplo, dá verossimilhança a um texto que pretende manifestar pensamentos, desejos, enfim, a vida interior de uma personagem.

Em síntese, demonstra um envolvimento tal do narrador com a personagem, que as vozes de ambos se misturam como se eles fossem um só ou, falando de outro modo, como se o narrador tivesse vestido completamente a máscara da personagem, aproximando-a do leitor sem a marca da sua intermediação.

Veja-se como, neste trecho: “*O tímido José*”, de Antônio de Alcântara Machado, o narrador, valendo-se do discurso indireto livre, leva o leitor a partilhar do constrangimento da personagem, simulando estar contaminado por ele:



Laranja-da-china. In: Novelas Paulistas.
1ª Ed. Belo Horizonte, Itatiaia/ São Paulo, Edusp, 1998, p. 184.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

[illegible]